



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 063 - SÁBADO, 10 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
 Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
 Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
 Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
 César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
 Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB) - 20</p> <p align="center">Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder </p> <p align="center">Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p align="center">Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles </p> <p align="center">Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p align="center">Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p align="center">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25</p> <p align="center">Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes </p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo</p> <p align="center">Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano</p>
<p align="center">PTB - 8</p> <p align="center">Líder Eptácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi </p> <p align="center">PDT - 5</p> <p align="center">Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL Vice-Líder</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Pedro Gim Argello</p>

EXPEDIENTE

<p align="center">Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 72ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício S/14, de 2008 (nº 180/2008, na origem, da Prefeitura Municipal de Quatro Barras – PR, encaminhando ao Senado Federal, cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 974/2007, da Controladoria-Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos. 13508

Recebimento do Ofício nº 327, de 2008, da Câmara Municipal de Jaguariúna – SP, encaminhando manifestação sobre projeto de lei que dispõe sobre a organização das atividades de comunicação social eletrônica. 13508

Recebimento de correspondência encaminhando manifestação acerca do veto presidencial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002. 13508

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 7/2008, de 30 de abril último, do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 66, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13508

Nº 8/2008, de 30 de abril último, do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 78, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13508

Nº 78/2008, de 28 de abril último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 81, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13508

Nº 118/2008, de 2 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 141, de 2008, do Senador Magno Malta. 13508

Nº 119/2008, de 2 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 77, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13508

Nº 198/2008, de 30 de abril último, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13508

1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado e do Tribunal de Contas da União

Nº 80/2008, de 28 de abril último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 58, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13509

Nº 130/2008, de 30 de abril último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2008, do Senador Heráclito Fortes. 13509

Nº 146/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 72, de 2008, do Senador Arthur Virgílio. 13509

Nº 147/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 10, de 2008, do Senador Alvaro Dias. 13509

Nº 349/2008, de 29 de abril último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 661, de 2006, do Senador Alvaro Dias. 13509

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 59, de 2008, de 6 do corrente, comunicando o recebimento do Ofício nº 69/07-PJ, de 20 de junho de 2007, do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Caldeira Pedrosa, transmitindo que persistiam problemas relacionados à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, objeto do Decreto Legislativo nº 104, de 2007, que aprovou a outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo. 13509

1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2008 (nº 4.378/2001, na Casa de origem), que denomina a BR-232, no Estado de Pernambuco, Rodovia João Lyra Filho no trecho entre Recife e São Caetano de

<i>Rodovia Luiz Gonzaga no trecho entre São Caetano e Parnamirim.</i>	13513	SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Crítica ao Presidente Lula pela concessão de 90 mil hectares de terras da Amazônia a um empresa multinacional. Considerações sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.	13533
Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008 (nº 5.288/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.</i>	13515	SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Os escândalos do Governo Lula e sua relação com as ONG. Considerações sobre a vinda da Ministra Dilma Rousseff ao Senado, e sobre o dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique.	13554
Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.374/2003, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.</i>	13516	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Voto de pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite. Observações sobre a questão do dossiê vazado da Casa Civil. Solicitação do comparecimento da Ministra Dilma Rousseff à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para explicações sobre a elaboração e vazamento de dossiê sobre gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.	13559
Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2008 (nº 5.669/2005, na Casa de origem), que <i>denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.</i>	13518	SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Homenagem ao Dia das Mães. Reflexão sobre as questões que envolvem a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.	13567
Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2008 (nº 6.816/2006, na Casa de origem), que <i>confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de Capital do Pantanal.</i>	13519	SENADOR <i>MÁRIO COUTO</i> , como Líder – Comentários sobre as manchetes dos jornais de hoje, a respeito do vazamento do dossiê sobre gastos do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, pela Casa Civil.	13641
Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310/2006, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.</i>	13519	1.2.8 – Comunicação da Presidência	
Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2008 (nº 615/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.	13520	Designação da Senadora Lúcia Vânia como Relatora-revisora do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, (oriundo da Medida Provisória nº 411, de 2007), lido na sessão de ontem, quinta-feira, dia 8.	13643
1.2.6 – Leitura de requerimentos		1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
Nº 571, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e João Pedro, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite.</i>	13521	SENADOR <i>GEOVANI BORGES</i> – A grave situação dos brasileiros que tentam ingressar ilegalmente na Guiana Francesa.	13644
Nº 572, de 2008, de autoria do Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso à Rádio Panorama, da cidade de Itacoatiara/AM.</i>	13521	SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Testemunho sobre atuação da bancada do Piauí em torno da incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil. Considerações sobre os Ministros gaúchos Tarso Genro, da Justiça, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, referidos em pronunciamentos nesta manhã, no Plenário do Senado. Registro da audiência ocorrida ontem no Gabinete do Ministro da Integração Nacional, com Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, objetivando tratar da situação de emergência dos municípios atingidos pelo ciclone extratropical. Elogios à postura dos Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana, que defendem o setor vinícola brasileiro. Registra comemoração dos 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS). Homenagem ao Dia das Mães.	13645
1.2.7 – Discursos do Expediente			
SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> – Considerações sobre o vazamento de informações sobre os gastos do Governo FHC. Comentários sobre os conflitos entre arrozeiros e índios na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.	13521		
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Críticas ao posicionamento do PT sobre a demarcação das terras da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.	13527		
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Avaliação do depoimento da Ministra Dilma Rousseff perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Comentários ao artigo do jornal O Estado de S. Paulo , intitulado “O engodo do PAC e da Ministra”. Cobranças ao Governo Federal pela conclusão das obras inacabadas no Piauí e no Brasil.	13528		

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 72ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Mão Santa,
Geovani Borges e Paulo Paim*

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 4 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil desta sexta-feira, 9 de maio de 2008, às 9h04, coordenada pela competente Drª Cláudia Lyra.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício S/14, de 2008** (nº 180/2008, na origem, da Prefeitura Municipal de Quatro Barras – PR, encaminhando ao Senado Federal, cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 974/2007, da Controladoria-Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 327, de 2008**, da Câmara Municipal de Jaguariúna – SP, encaminhando manifestação sobre projeto de lei que dispõe sobre a organização das atividades de comunicação social eletrônica.

O expediente vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, em cópia, ao Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu correspondência encaminhando manifestação acerca do veto presidencial apostado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002**.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que volta à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, onde aguarda inclusão em pauta para apreciação do Veto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTRO DE ESTADO

- **Nº 7/2008, de 30 de abril último**, do Ministro Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 66, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 8/2008, de 30 de abril último**, do Ministro Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 78, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 78/2008, de 28 de abril último**, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 81, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 118/2008, de 2 do corrente**, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 141, de 2008, do Senador Magno Malta;
- **Nº 119/2008, de 2 do corrente**, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 77, de 2008, do Senador Arthur Virgílio; e
- **Nº 198/2008, de 30 de abril último**, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº 80/2008, de 28 de abril último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 58, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 130/2008, de 30 de abril último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2008, do Senador Heráclito Fortes;
- nº 146/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 72, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 147/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 10, de 2008, do Senador Alvaro Dias; e
- nº 349/2008, de 29 de abril último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 661, de 2006, do Senador Alvaro Dias.)]

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Foi juntada cópia das informações referentes ao **Requerimento nº 171, de 2008**, ao processado do Projeto de Resolução nº 5, de 2008.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 59/2008 – CCT

Brasília, 6 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o atentamente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que por meio do Of. nº 69/07 – PJ de 20 de junho de 2007, o Doutor Ricardo Caldeira Pedroso, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, transmitiu-nos que persistiam problemas relacionados à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, objeto do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 104, de 2007, que aprovou a outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

A esse respeito, e para os fins que Vossa Excelência julgue conveniente, esclareço que enviei ao digníssimo Doutor Ricardo Caldeira Pedroso, por meio do Of. nº 38/2008 – CCT, de 2 de abril do corrente, a informação de que devido ao fato de sua correspon-

dência ter chegado nesta Casa fora do tempo hábil para suspensão da tramitação do projeto em tela, foi reconhecido como correto o Ato do Poder Concedente, baseado nos elementos disponíveis nos autos.

Naquela oportunidade informei, ainda, que após promulgado o Decreto Legislativo nº 154, de 2007 no **DOU** de 8-8-2007, seção 1, página 2, é que foi registrado o recebimento da correspondência do digníssimo Promotor de Justiça, com data de 10 de agosto de 2007, bem como a determinação pelo arquivamento do processo, considerado regimentalmente concluso.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rua 23 de Maio, 107 – Vila Teresa - CEP 09606-000
São Bernardo do Campo/SP - Fone/Fax: (11) 4122-4622

São Bernardo do Campo, 20 de junho de 2007.

Ofício nº. 69/07 – 10º PJ

Ref.: Inquérito Civil nº. 59/04

Prezado(a) Senhor(a):

Pelo presente, expedido nos autos do Inquérito Civil em epígrafe, que trata da **FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO CULTURA E TRABALHO**, informo a Vossa Excelência o quanto segue.

Nos termos do Ofício nº. 1998/2007, do Ministério das Comunicações, cópia em anexo, há em curso o processo nº. 53000.031683/2003, que trata do pedido de outorga da referida Fundação para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. A concessão foi outorgada por meio do Decreto de 13 de abril de 2005, cujo ato fora encaminhado à Deliberação do Congresso Nacional.

Assim sendo, informo a Vossa Excelência que, embora aprovadas as alterações estatutárias da referida entidade, não houve o registro do novo estatuto em razão de irregularidades das atas em questão, conforme expediente anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


RICARDO CALDEIRA PEDROSO
Promotor de Justiça

SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes,
Brasília/DF – CEP 70165-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
 Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº J.998/2007/CGLO/DEOC/SC/MC

Brasília, 14 de Maio de 2007.

À Senhora
 Mariluce Pardi Garbelotto Belli
 Promotora de Justiça de Fundações
 Promotoria de Justiça Cível de São Bernardo do Campo
 Rua 23 de Maio nº 107 – Vila Teresa
 São Bernardo do Campo - SP
 09606-000

J. C. P.
 17/5/07
 MARILUCE P. GARBELOTTO BELLI
 PROMOTORA DE JUSTIÇA

Assunto: Informação acerca de processos

Ref.: Ofício nº 27/07 – 10ª PJ, Procedimento nº 59/04 (Doc. MC nº 53000.025419/2007)

Senhora Promotora,

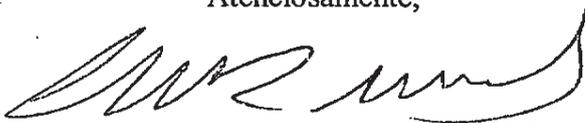
1. Relativamente a solicitação de esclarecimento acerca dos Processos nºs 53000.031683/2003, e 53000.031681/2003, da **Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho**, temos a informar o que segue.

a) Processo nº 53000.031683/2003: trata-se de pedido de outorga da referida fundação, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo. A concessão foi outorgada por meio do Decreto de 13 de abril de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 14 subsequente, cujo ato foi encaminhado à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

b) Processo nº 53000.031681/2003: trata-se de pedido de outorga da referida entidade, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo, o qual se encontra nesta Secretaria de Comunicação Eletrônica, aguardando análise.

6. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição de V.Exa. para dirimir quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
 Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Substituto

Recebido em: 17, 05, 07


BRUNO MOSCHINI
 Oficial de Promotoria
 Matrícula nº 4209

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Processo 003/05-RI

MM. Juiz de Direito e Corregedor Permanente,

Em cumprimento ao r. despacho de fls. 192, apresento a Vossa Excelência, muito respeitosamente, as seguintes informações:

A ata que teve o registro cancelado não apenas alterava o estatuto da Fundação, mas também tratava da eleição do seu conselho administrativo, sendo a definição dos conselheiros e o registro do ato em que ocorreu a eleição necessários.

Como o cancelamento foi do registro e não do título, essa definição pode ser feita por novo registro da ata de 6 de janeiro de 2004, desde que sanadas as deficiências anteriores, ou seja, esteja autorizada pelo nobre Ministério Público e seja apresentada completa.

No entanto, para isso é necessário determinar qual das versões da ata de 6 de janeiro 2004 é a correta, haja vista que versões da mesma ata, uma apresentada neste Registro (fls. 39/46) e outra posteriormente perante o nobre Ministério Público (fls. 72/78), não guardam consonância também quanto aos conselheiros. Assim, na ata apresentada neste Registro o Sr. Antonio Carlos Fon é indicado como conselheiro (fls. 41, n.º 17), mas não aceita o encargo e é substituído pelo Sr. Olavo Orlando de Souza (fls. 42), por indicação do instituidor (fls. 33), e na versão posteriormente apresentada ao nobre Ministério Público o Sr. Antonio Carlos Fon é igualmente indicado, mas não declina da função (fls. 76, n.º 17).

Observa-se ainda que as atas deverão ser coerentes quanto aos conselheiros, assim, se a efetiva ata de eleição de 6 de janeiro de 2004, ratificada e que passou a integrar a ata da assembléia de 13 de janeiro de 2006 (fls. 143), é a que é apresentada nas folhas seguintes (fls. 150/158), há incoerência com a ata posterior de 11 de março de 2006 (fls. 160/167), já que às fls. 153 o Sr. Antonio Carlos Fon declina da função e o Sr. Olavo Orlando de Souza é indicado como conselheiro, e na ata de 11 de março de 2006 o Sr. Antonio Carlos Fon integra o Conselho Administrativo (fls. 166, n.º 12) e o Sr. Olavo Orlando de Souza é indicado como suplente (fls. 161, n.º 2).

Portanto, este oficial entende, com o mais absoluto respeito e acatamento, que para a completa regularização da Fundação será necessário também definir os conselheiros e suplentes eleitos, registrando-se a ata efetiva de eleição ou nova ata

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Outrossim, informo que, embora a completa qualificação das atas somente poderá ocorrer com a apresentação das vias originais, acompanhadas das listas de presença, editais de convocação que atendam o art. 28 do Estatuto e documentos nelas referidas, já é possível observar que em ambas as versões da ata de 6 de janeiro de 2004 os Srs. Tsukassa Isawa, Sérgio Aparecido Nobre e Carlos Alberto Grana são, respectivamente, *Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Primeiro Secretário* (fls. 77 e 83), mas na ata de 11 de março de 2006 são indicados como ocupando outros cargos: *Primeiro Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro* (fls. 166).

Nota-se ainda que nos cabeçalhos dos documentos e nas consolidações do Estatuto está sendo indicado o endereço da Fundação como sendo Travessa Monteiro Lobato n.º 95, mas no edital e na ata é indicado o endereço da sede como tendo outro número predial (Travessa Monteiro Lobato n.º 76).

Finalmente, esclareço que, quando dos registros, na ata de 13 de janeiro de 2006 será aposta a informação de que o registro da ata não abrange a alteração do estatuto nela aprovada (fls. 96 e 99/102) e que, quando do registro da ata de 11 de março de 2006, esta será registrada sem ressalva e em conjunto com o estatuto nela alterado, por já contar com a aprovação do nobre Ministério Público (fls. 187/190).

Respeitosamente,

São Bernardo do Campo, 27 de junho de 2006


André de Azevedo Palmeira
Oficial de Registro

Ofício nº 38705-SAJ

Em 23 de novembro de 2005.

Ao Senhor

MARCELO BECHARA DE SOUZA HUBAIXA
Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações
BRASILIA - DF

Assunto: Outorga de concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho.

Caríssimo Consultor Jurídico,

Reenvio-me à Exposição de Motivos nº 95, de 14 de março de 2005, que versa sobre projeto de decreto que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2005.

Sobre o assunto, e uma vez que o encaminhamento do respectivo processo ao Congresso Nacional encontra-se sobrestado em face do Ofício nº 656, de 17 de março de 2005, do Senhor Juiz de Direito da Corregedoria Permanente de São Bernardo do Campo, que relata irregularidades havidas em alteração do estatuto da Fundação em apreço, encareço de Vossa Senhoria a urgente manifestação a respeito.

Atenciosamente,


BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Subchefe-Adjunto para Assuntos Jurídicos
da Casa Civil da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2008
(Nº 4.378/2001, na Casa de origem)

Denomina a BR–232, no Estado de Pernambuco, Rodovia João Lyra Filho no trecho entre Recife e São Caetano e Rodovia Luiz Gonzaga no trecho entre São Caetano e Parnamirim.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A BR–232, no Estado de Pernambuco, fica denominada da seguinte forma:

I – Rodovia João Lyra Filho, no trecho entre Recife e São Caetano;

II – Rodovia Luiz Gonzaga, no trecho entre São Caetano e Parnamirim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.378, DE 2001

Denomina Rodovia Luiz Gonzaga a BR–232 – estrada integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A BR – 232, rodovia integrante do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10-9-73, que liga o sertão do Araripe a capital pernambucana, ficará denominada “Rodovia Luiz Gonzaga”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Luiz Gonzaga nasceu lá Onde o vento encosta o cisco, a fazenda Caiçara, terras do Barão de Exu, a três léguas da cidade de Novo Exu, Pernambuco, aquela mesma onde até Kid Morengueira, o rei do gatilho, teria de se abaixar para não pegar uma sobra do bang-bang da guerra entre famílias. Mas o único exú que baixou no terreiro de Luiz Gonzaga foi mesmo o musical. O seu pai, Januário, era cabra do barão, homem de confiança, capaz de se armar de bacamarte para defender o latifúndio do barão.

Januário consertava sanfonas. E, além disso, era um dos mais respeitados sanfoneiros da região.

O menino Luiz acompanhava Januário por todas as suas andanças para animar os forns e bailes nos pés de serra. Era doido pra meter os dedos no fole e, na primeira chance que teve, já mostrou intimidade, conseguindo fazer uma zoadinha bastante razoável no instrumento. A mãe, Dona Santana, deu um tremendo cascudo, não queria nada saber de filho seu metido com sanfona.

O pai de Gonzagão seria imortalizado em uma de suas músicas: “Respeita Januário”, onde um amigo adverte: “Luiz respeita Januário!/Tu pode ser famoso/Mas teu pai é mais tihoso/ e com ele ninguém vai...” Aliás, toda uma série de músicas de Luiz Gonzaga evoca os tempos em que vivia no pé da serra de Exú observando o trabalho no campo, brincando nos forros, perdido nos matos. Apesar de todo um tempero de linguagem bem urbana; a música de Luiz Gonzaga é bastante nostálgica. Canta quase sempre o paraíso perdido de um tempo e de um mundo (o sertão) que não voltam mais.

Mas, até Gonzagão chegar no baião, muitas águas rolaram. Ele passou 10 anos no Exército, morou uns tempos em Minas Gerais e acabou aterrissando no Rio de Janeiro, onde se virava tocando em boates, botequins, praças, casas noturnas e até na zona. Tocava valsas, fosca e tangos nos bares cariocas. Não dava muito ibope.

O primeiro sucesso foi “Vira e Mexe”, um xamego que estourou nas paradas, no ano de 1941. O xamego é chorinho urbano com pimenta rítmica nordestina. Mas o grande ataque do cangaceiro do baião ocorreu mesmo no momento em que se juntou ao cearense Humberto Teixeira, para dar à música nordestina um toque mais urbano: A viola, o pandeiro, o botijão e rebeca do baião tradicional foram substituídos pelos acordeão, o triângulo e a zabumba. O baião ficou mais simples, mais dançável, mais urbano, na sua rítmica frenética, de pulsação percussiva e energia esfuziante. Eu vou mostrar pra vocês como se dança o baião: cadência da viola dos repentistas e toada de cego na mesma pancadaria.

Com a energia musical do baião de Luiz Gonzaga até lista telefônica virava leira de música. E ainda por cima ele tinha em Humberto Teixeira um craque como tenista. Os dois fizeram juntos “Asa Branca”, “Juazeiro”, “Mangaratiba”, “Xanduzinha”. Com sua incrível intuição musical, Luiz Gonzaga fazia arranjos capazes de deixar Júlio Medaglia ou Rogério Duprat babando de inveja. Armado apenas pela sanfona e pela intuição musical, Luiz Gonzaga era capaz de criar climas, atmosferas, espaços de ritmo e harmonia, em suma, narrar só com o som da sanfona, fazer teatro, cinema e música só no resfolego da sanfona. Em “Mangara-

tiva”, por exemplo, ele reproduz o balanço/solavanco de um trem com a sanfona.

Gonzagão teve ainda um grande parceiro no médico Zé Dantas. Com ele fez “Cintura Fina”, “ABC do Sertão”, “Algodão”, “Vozes da Seca”. É com Zé Dantas que unta sensibilidade para os problemas sociais começa a se insinuar na música de Luiz Gonzaga. A música que Gonzagão mais gostava é “Triste Partida” (de Patativa do Assará). Mas não é certamente aí no “protesto” que está o melhor de sua música. O melhor de Luiz Gonzaga está no ritmo endiabrado do baião, na verde narrativa (herança do côco e dos repentistas, na intuição musical dos arranjos, no impagável senso de humor: Eu sou valente/sou pernambucano/quando me zango/boto a mão no cano/aperto o dedo/sai logo o tutano” de “Cortando o Pano”).

No ápice do Tropicalismo perguntaram a Caetano Veloso quem era o gênio da música popular brasileira. Caetano não teve dúvidas: Luiz Gonzaga. Felizmente, em um país onde se desrespeita, sistematicamente, tudo o que é precioso, a sua voz está registrada em discos. Vai ficar boiando no ar. É o Brasil, é absurdo, mas tem (ou pelo menos tinha) um ouvido musical que não é normal.

Se, nos anos 50, Luiz “Lua” Gonzaga foi o “Rei do Baião”, nos anos 60 ele caiu no esquecimento. Voltou brilhar na mídia e junto aos jovens depois que, no comecinho dos anos 70, Caetano Veloso gravou “Asa Branca”. Isto, no exílio londrino. Quando voltou acompanhado por Gilberto Gil, Caetano não perdeu oportunidade de dizer que “Lua era um dos pais da música brasileira, fonte inesgotável para muitas viagens sonoras”.

Gonzagão reconhecia o apoio dos influentes Caetano e Gil. Um dia, num especial de TV, ele contou: “Eu estava numa discoteca quando ouvi unia voz que chorava “Asa Branca”. Era um lamento triste, tão triste que me arrancou lágrimas dos olhos. Fui ver o que era E vi um disco de Caetano, gravado em Londres (Caetano Veloso, Famous/Philips – 1971). A capa mostrava o artista barbudo e cabeludo, envolto numa capa de pele. Minha emoção foi incontrolável. Chorei como um menino”.

Daí em diante, tornou-se chique regravar Luiz Gonzaga e seu vastíssimo repertório. Os nordestinos que invadiram a música brasileira no final dos anos 70 – Alceu, Elba Ramalho, Fagner e muitos mais – não se cansaram de cultivar o mestre Lua.

Sorte da música brasileira. Hoje, quem for a alguma loja de música vai encontrar em catálogo bons discos do artista. Dois deles, em parceria com jovens intérpretes: “Gonzagão e Fagner” (BMG – Ariola, 1988) e “Forró do Gonzagão” (com os convidados especiais:

Gal Costa, Alceu Valença, Jorge de Altinho, Chico Anysio, Gonzaguinha, Fagner e Elba Ramalho). Os outros são: “Vou Te Matar de Cheiro” (Copacabana, 1989); “Danado de Bom” (RCA-84); “Sanfona de Macho” (RCA-85) e “Forrobodó Cigano – Instrumental” (Copacabana-89).

Hoje está sendo entoado o coro dos anjos com suas maravilhosas canções, levando para o Céu, aquilo que deixou nas pautas das partituras que montou na terra.

Cantando os lamentos da “Asa Branca”, da “Triste Partida” ou as Louvações à Padre Cícero e a Nossa Senhora da Penha, enaltecendo os feitos de heróis, fazendo hinos à natureza, ao País, à região nordestina e a Pernambuco, ele imortalizou o seu talento, dando um exemplo de dignidade profissional. Não se alienou e não se descaracterizou; pelo contrário: fortaleceu suas raízes a ponto de sofrer durante longo período a discriminação da calça especializada que via no seu repertório e no seu estilo, coisas que consideravam superadas. Felizmente, o tempo soube ser sábio e mostrou que a pureza da sua música retratava o sentimento nacional no que havia de mais nobre.

Rei do Baião, Luiz Gonzaga o “Lua”, aquele que representa para o Brasil o exemplo do quanto um artista popular pode ser importante para formação cultural de sua terra, principalmente quando ele canta a alma do povo.

Gonzagão, o artista, o cantador, o homem. Tudo nele se confunde a partir do comportamento, da conduta e da seriedade profissional. Exemplo de ontem, de hoje e de sempre, Luiz Gonzaga ai está com a sua força maior da poesia popular e do sentimento do povo.

Gonzagão, o pacifista de Exu que fez pousar sobre aquela terra a “Asa Branca” da paz que gerou a prosperidade.

Do fole de oito a cento e vinte baixos, “Lua”, o herdeiro de Januário, tomou-se Rei. Rei aqui e lá fora, onde os entendidos da música, como na França e Inglaterra, entoam as notas melodiosas de “Asa Branca” com o povo assoviando nas ruas o solfejo da música símbolo da região nordestina.

O “Lua” dos forrós de pé-de-serra do Araripe, não deixou de ser o cantador do Nordeste quando enfrentou os microfones da Rádio Nacional; os palcos iluminados do Centro Sul e as câmaras do círculo eletrônico da Televisão. Cinquenta anos se passaram. Depois de tocar e cantar por meio século para o Brasil e para o mundo foi tocar e cantar para Deus e para os anjos.

Aqui na terra, deixou sua voz; suas poesias, sua sanfona branca; seus discos e fitas; seu acervo e, sobretudo, Paz em Exu.

Não morreu porque é imortal. Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, jamais morrerá.

Deixou também muita saudade para todos os brasileiros – seus irmãos – e para o resto do mundo...

Dar o nome da BR-232, que liga o Cais ao Araripe, a Luiz Gonzaga, é por demais justo. Ele teve grande participação no desenvolvimento econômico do País, principalmente, contando a Construção das estradas para escoar o Progresso do Brasil.

Há pouco tempo, Luiz Gonzaga foi escolhido pela população do nosso querido Estado de Pernambuco, como a Personalidade do Século. Um prêmio de reconhecimento de todo o povo pernambucano a um dos seus filhos mais talentosos e ilustres.

Sala das Sessões, 27 de março de 2001. – Deputado **Gonzaga Patriota**, PSB – PE.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008

(Nº 5.288/2001, na Casa de Origem)

Acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 36-A:

“Art. 36-A. Nos anúncios de venda de veículos automotores usados, publicados nos meios de comunicação social escrita, será obrigatório informar, de maneira clara e objetiva, além das características do veículo e o preço de venda, o ano de fabricação, o modelo, a placa e o número do chassi.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.288, DE 2001

Regulamenta anúncios vinculados nos meios de comunicação, sobre a venda de automóveis usados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os anúncios de oferta de venda de veículos publicados em jornais, revistas, e ou classificados deverão constar além das características do veículo, número do chassi, ano de fabricação e do modelo, bem como o número da placa.

Art. 2º A não observância do disposto no artigo anterior, implicará em multa ao órgão de publicação de 1.000 a 10.000UFIR, por cada anúncio.

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

Justificação

Conforme observado no Código de Defesa do Consumidor, todos os cidadãos brasileiros têm o direito de se informar e direito as informações para não ocorrerem em risco de enganabilidade, determinado neste código. E em embasado nos diversos problemas referentes à comercialização e ao mau uso de elementos que venham a levar todo aquele que por ventura tenha necessidade de procurar mediante vinculação sobre a forma de anúncios a compra ou venda de veículos automotores de qualquer ramo ou espécie, salientando que existem diversas fraudes que freqüentemente se valem dos meios de informações jornalísticos para obter lucros ilícitos facultando em erro milhares de brasileiros todos os dias, meses e anos desde muito tempo.

O projeto que vislumbro se definirá na regulamentação desse tipo de anúncio vinculados em jornais de todo o país ao qual se regulamentaria e se obrigaria a inserção do número do chassi do veículo por ano, placa e modelo quando da venda desses veículos para que assim as partes interessadas na compra pudessem ter o direito de informar-se em órgão competente as restrições veiculares ou mesmo a própria existência do bem tendo em vista também as diversas fraudes acoetidas em nome de diversas montadoras como já é de nosso conhecimento a muito tempo e que todo dia são aplicadas fraudes por empresas de má fé.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2001. – **Pompeo de Mattos**, Deputado Federal Vice-Líder da Bancada – PDT.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

.....
(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

(Nº 2.374/2003, na Casa de Origem)

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei versa sobre informações de prestação obrigatória aos órgãos competentes de defesa civil, sua natureza, procedimentos para seu suprimento, medidas de segurança preventivas para minimizar os riscos e reduzir a ocorrência de acidentes e desastres, e penalização pelo descumprimento das disposições legais, em todo o território nacional.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a notificar os órgãos competentes de defesa civil:

I – previamente, de quaisquer atos por elas praticados no curso de seus empreendimentos ou atividades que impliquem potencialmente a necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil;

II – imediatamente, das situações anormais decorrentes de seus empreendimentos ou atividades que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

Art. 3º Os órgãos competentes de defesa civil poderão requerer às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas acerca de procedimentos, instalações e equipamentos que possam ocasionar, em razão de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

§ 1º Na hipótese de as informações prestadas na forma do caput deste artigo não serem suficientes, ficam os órgãos competentes de defesa civil autorizados a proceder a vistorias, testes e medições para a

obtenção dos dados necessários ao planejamento das ações de defesa civil.

§ 2º Os custos decorrentes das vistorias, testes e medições realizados pelos órgãos competentes de defesa civil, na forma do § 1º deste artigo, serão cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades em questão.

§ 3º Os órgãos competentes de defesa civil ficam responsáveis pelo sigilo das informações obtidas na forma deste artigo que se caracterizam como sigilo industrial ou militar.

Art. 4º Além do disposto no art. 2º desta Lei, ficam obrigadas a promover as medidas necessárias à segurança de suas instalações, bem como a dar conhecimento delas aos órgãos competentes de defesa civil, as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos seguintes empreendimentos ou atividades:

I – usinas hidroelétricas, termelétricas e nucleares;

II – diques e barragens destinados à regularização de cursos d'água;

III – depósitos de munições e explosivos;

IV – refinarias, destilarias e bases de distribuição de combustíveis;

V – outros que vierem a ser relacionados pelos órgãos competentes de defesa civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui outras exigências de segurança estabelecidas por legislação específica.

Art. 5º Os órgãos responsáveis pelas rodovias e ferrovias em que se realize transporte regular de cargas perigosas estabelecerão, em conjunto com os órgãos competentes de defesa civil, planos para atendimento de situações de emergência relacionadas a esse transporte.

Art. 6º Sem prejuízo de outras cominações legais, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa, imposta pelo órgão competente de defesa civil, na forma e nos valores definidos pela regulamentação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.374, DE 2003

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a notificar os órgãos competentes de defesa civil:

I – previamente, de quaisquer atos por eles praticados no curso de seus empreendimentos ou atividades que impliquem potencialmente a necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil;

II – imediatamente, das situações anormais decorrentes de seus empreendimentos ou atividades que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

Art. 2º Os órgãos competentes de defesa civil poderão requerer às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas acerca de procedimentos, instalações e equipamentos que possam ocasionar, em razão de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

§ 1º Na hipótese das informações prestadas na forma do **caput** deste artigo não serem suficientes, ficam os órgãos competentes de defesa civil autorizados a proceder vistorias, testes e medições para a obtenção dos dados necessários ao planejamento das ações de defesa civil.

§ 2º Os custos decorrentes das vistorias, testes e medições realizadas pelos órgãos competentes de defesa civil, na forma do § 1º, serão cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades em questão.

§ 3º Os órgãos competentes de defesa civil ficam responsáveis pelo sigilo das informações obtidas na forma deste artigo, que se caracterizam como sigilo industrial ou militar.

Art. 3º Além do disposto no art. 1º desta Lei, as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades enumeradas neste artigo, ficam obrigadas a promover as medidas necessárias à segurança de suas instalações, bem como a dar conhecimento das mesmas aos órgãos competentes de defesa civil:

I – usinas hidroelétricas, termelétricas e nucleares;

II – diques e barragens destinados à regularização de cursos d'água;

III – depósitos de munições e explosivos;

IV – refinarias, destilarias e bases de distribuição de combustíveis;

V – outros, que vierem a ser relacionados pelos órgãos competentes de defesa civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui outras exigências de segurança estabelecidas por legislação específica.

Art. 4º Os órgãos responsáveis pelas rodovias e ferrovias em que se realize transporte regular de cargas perigosas estabelecerão, em conjunto com os órgãos competentes de defesa civil, planos para atendimento de situações de emergência relacionadas a este transporte.

Art. 5º Sem prejuízo de outras cominações legais, o descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa, imposta pelo órgão competente de defesa civil, na forma e nos valores definidos pela regulamentação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de Lei era de autoria do ex-Deputado e amigo Jair Meneguelli. Por ser considerado de extrema importância para o País, que o estou reapresentando nesta Casa. É que existe uma lacuna na legislação brasileira em relação ao dever de notificar os órgãos competentes de defesa civil em casos de ações ou fatos que potencialmente gerem a necessidade de medidas preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas, no âmbito da competência desses órgãos. Ademais, não obstante haver certas exigências legais relacionadas a setores específicos, não há uma obrigação geral de que os empreendimentos ou atividades que apresentem grau ou significado de periculosidade para a comunidade mantenham planos de segurança conhecidos dos órgãos competentes de defesa civil.

Essa lacuna dificulta mais a atuação da defesa civil que, já pela sua própria natureza de seu trabalho, trata no seu cotidiano com imprevistos e situações de calamidade derivadas de eventos extremamente adversos, naturais ou provocados pelo homem. Algumas vezes, tais situações adversas resultam de atos previsíveis praticados no curso de empreendimentos ou atividades que, se notificadas previamente, poderiam, se não evitar totalmente, pelo menos amenizar as consequências danosas à comunidade.

Mesmo nos casos de acidentes, em que não há possibilidade de notificação prévia, é fundamental que a defesa civil esteja plenamente informada acerca de procedimentos, instalações e equipamentos envolvidos na ocorrência, de forma a poder tomar as medidas de proteção necessárias. Fatos como o vazamento de oleoduto da Petrobrás, seguido de explosão e incêndio,

em Cubatão, anos atrás, ou do recente vazamento de óleo na Baía de Guanabara, ou ainda do episódio da explosão do depósito de munições da Marinha, no Rio de Janeiro, demonstram a importância da existência de um sistema permanente de informações, que capacite os órgãos competentes de defesa civil para agir de forma rápida e eficiente.

Sempre que os dados fornecidos não sejam suficientes, deve-se assegurar aos órgãos competentes de defesa civil, ainda, a prerrogativa de requerer informações técnicas adicionais, bem como efetuar vitórias, testes e medições que se fizerem necessárias ao planejamento de suas ações.

Determina a nossa Constituição Federal, em seu art. 21, inciso XVIII, que compete à União “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Por outro lado, o art. 22 da Carta Magna, em seu inciso XXVIII, fixa a competência da União para legislar sobre defesa civil. Amparado, pois, nestas disposições, propomos aqui que a lei federal imponha o dever de notificação em caso de necessidade de ações na área de defesa civil.

Na plena convicção de que a iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para o ordenamento jurídico federal, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2003. – Deputado **Sandro Mabel**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2008
(Nº 5.669/2005, na Casa de Origem)

Denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 5.669, DE 2005

Denomina Hospital Universitário Doutor Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande

Dourados, localizado em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Lei denomina o Hospital Universitário da Universidade da Grande Dourados de Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte, em reconhecimento ao pioneirismo e extraordinários serviços prestados à população de Dourados/MS, como um dos primeiros médicos a exercer suas atividades naquele município.

Nascido em 19 de novembro de 1903 em Natividade do Carangola, Estado do Rio de Janeiro, colou grau em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1931.

Exerceu atividade médica nas cidades de Carmo da Mata, Minas Gerais e em Lavras, passando por Rio Verde e, finalmente, radicando-se em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Nesta cidade praticou intensamente a atividade de clínica geral e foi o primeiro cirurgião da região de Dourados o que lhe permitiu construir grande reputação.

Ao todo, foram trinta e cinco anos atuando nessa área. Paralelamente, deu grandes passos na vida política iniciando sua carreira como vereador, passando à vice-prefeito por duas vezes, substituto legal na chefia do município em várias ocasiões e, por fim, deputado estadual.

Faleceu, em acidente automobilístico, no quilômetro 80 da BR-163, após a cidade de Coxim, Mato Grosso, em pleno exercício da profissão, no dia 29 de janeiro de 1982 às nove horas da manhã. No trágico acidente vieram a falecer sua esposa Dona Isabel Pinheiro Duarte, seu sobrinho Ataliba Pinheiro Rodrigues Junior, de treze anos à época, a Senhora Maria José Amorim e sua neta Luciene Coutinho de Lara, estas duas últimas vítimas, cidadãs que foram acolhidas pelo nobre Dr. Antônio Alves Dutra que as levaria até um ponto próximo. A única sobrevivente do trágico acidente foi a filha Lisie que dormia no maleiro do carro.

Na condição de médico e homem público, este ilustre cidadão lutou brava e ativamente pelo desenvolvimento do município, colaborando para a construção da história de uma importante região do nosso País.

A marca de suas vidas, a profissional e a política, foi e continua sendo lembrada como uma caminhada persistente em favor do próximo e em favor do crescimento do Estado do Mato Grosso do Sul que tão bem o acolheu.

A apresentação deste Projeto de Lei manifesta o reconhecimento ao vasto e profícuo trabalho do Doutor Antônio Alves Duarte. Para tanto e frente á relevância deste cidadão que por quatorze cidades foi condecorado com Títulos de Cidadania Honorária.

Para dar continuidade a este processo de ampliação da dignidade da região e do desenvolvimento dos setores de educação superior e saúde iniciados com o título de Universidade Federal da Grande Dourados, recentemente conquistado pelo povo desta região e pelos representantes políticos ativos na seara política federal, contamos com o apoio dos ilustres pares, nesta casa, para a rápida aprovação e transformação desta proposição em norma legal a fim de que possamos comemorar esta imensa conquista e oferecer às 38 municipalidades que compõem a região da Grande Dourados, com seus quase 800 mil habitantes, nosso sonhado Hospital Universitário Doutor Antônio Alves Duarte.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Deputado **Geraldo Resende**.

(Á Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 54, DE 2008

(Nº 6.816/2006, na casa de origem)

Confere ao Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de capital do Pantanal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, fica declarado capital do Pantanal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.816, DE 2006

Confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de “capital do Pantanal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, fica declarado “capital do Pantanal”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Corumbá, Município de Mato Grosso do Sul, está localizado a 418 quilômetros da capital do Estado, Campo Grande. Maior cidade do Estado em extensão, possui uma área de 65.165, 8km², que abrange 60% do Pantanal sul-mato-grossense e 37% do Pantanal brasileiro. É a principal cidade às margens do Rio Paraguai.

A cidade foi fundada em 21 de setembro de 1778 e ao longo da história alternou momentos de prosperidade e crise, como, por exemplo, quando foi invadida na Guerra do Paraguai. Da época de grande prosperidade, Corumbá guarda preciosos registros como seus belos casarões e sobrados em estilo europeu, tombados em 1992 pelo Patrimônio Histórico Nacional.

O turismo é uma das suas principais atividades já que a maior parte do município está ocupada pelo Pantanal. Consolidou-se na década de 80 e mudou a economia da cidade. A infra-estrutura turística modificou a paisagem urbana com a construção de hotéis, pousadas, barco-hotel, restaurantes, bares e outros estabelecimentos necessários para melhor atender o turista. É a única cidade da região que possui aeroporto internacional.

Em Corumbá está localizada a Estrada Parque Pantanal. São 120 quilômetros de passeio com a sensação de se estar em um zoológico natural, a céu aberto, sem grades separando público e animais.

Por tudo isso, a cidade é considerada pelos corumbaenses como a capital do Pantanal.

Espero, portanto, o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Deputado **Vander Loubet**, PT/MS.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2008

(Nº 7.310/2006, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos Nacionais, o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu, com a finalidade de difundir e celebrar a cultura dos arranjos florais, como elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes e da convivência.

Art. 2º O Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu será comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 7.310- , DE 2006**Institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos Nacionais, o Dia da IkebanaSanguetsu, com a finalidade de difundir e celebrar a cultura dos arranjos florais, como elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes e da convivência.

Art. 2º O Dia da Ikebana-Sanguetsu será comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Baseada na filosofia desenvolvida por Mokiti Okada, seu patrono, a Arte da IkebanaSanguetsu representa uma nova forma de tratar as diversas situações antagônicas que se apresentam em nosso cotidiano.

A Ikebana-Sanguetsu, arte de harmonizar as diferentes formas e cores por meio de arranjos florais, é importante instrumento de revitalização das energias gastas em decorrência das atribulações a que todos os cidadãos das grandes cidades encontram-se expostos. Dessa maneira, a arte contribui para que a sociedade alcance dias de paz e de equilíbrio.

Dessa forma, a Ikebana-Sanguetsu apresenta-se como importante instrumento no combate às graves consequências do desrespeito às Leis Naturais, verificadas na agricultura, na medicina, na saúde, na educação, na arte, no meio ambiente, na política, na economia, e em todos os demais campos da atividade humana.

O propósito da Filosofia de Mokiti Okada é despertar a humanidade, alertando-a para essa triste realidade. Ela cultiva o espiritualismo e o altruísmo, faz o homem crer na sua capacidade de evoluir e ensina que existem espírito e sentimento não só no ser humano, mas também nos animais, nos vegetais e nos demais seres.

Seu objetivo final é reconduzir a humanidade a uma vida concorde com a Lei da Natureza e construir uma nova civilização, alicerçada na verdadeira saúde, na prosperidade e na paz.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2006. – Deputado **Rodrigo Maia, Líder do PFL.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2008

(Nº 615/2007, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de janeiro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 30 de Abril de 2008. – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 615, DE 2007**Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de janeiro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há de se instituir um dia para prestigiar tão importante profissão, sobretudo porque a história recente tem sido marcada pelo descaso com meio ambiente.

Acreditamos que o tema é oportuno e se apresenta como mais uma importante ferramenta na busca pela solução dos principais problemas que a humanidade enfrenta hoje – a chamada “crise ambiental”. Ela surgiu em decorrência de três fatores diretamente relacionados: o aumento populacional, o aumento da demanda de recursos naturais e o aumento da poluição ambiental. Os dados são alarmantes e o resultado disso são os inúmeros problemas que degradam os meios aquático, terrestre e atmosférico. O engenheiro ambiental surge como mais um aliado na exploração racional dos nossos recursos naturais e na defesa do meio ambiente.

Os primeiros profissionais Engenheiros Ambientais do Brasil foram diplomados em 31 de janeiro de 1997, no Estado do Tocantins, conforme informação do MEC. Depois dessa, já foram formadas mais 11 (onze) turmas.

No Brasil já são 106 (cento e seis) instituições, entre universidades e faculdades, que ministram o Curso de Engenharia Ambiental. O Estado do Tocantins é referência para todo o País.

Entendemos que tais profissionais, em virtude de sua relevância, devem ser lembrados, por isso apresentamos este projeto de Lei, criando o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental, a ser comemorado em todo o Brasil no dia 31 de janeiro de cada ano, por entendermos que foi nesse dia que o Brasil teve seu primeiro profissional graduado em Engenharia Ambiental.

Sala das Sessões, 29 de março de 2007. – Deputada **Nilmar Ruiz.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2008

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite, e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, em acidente de automóvel, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua família, bem como à Câmara Municipal da cidade de Presidente Figueiredo.

Justificação

Trágico acidente de automóvel, ocorrido por volta das 15 horas do dia 7 deste mês de maio, ceifou a vida do valoroso Vereador Messias do Carmo Leite, da cidade de Presidente Figueiredo, e de seu filho Leandro Vieira Leite, deixando ainda seriamente ferida a noiva deste, Rejane Barroso Duarte, a quem faço votos de que se recupere o mais rapidamente possível. Messias do Carmo, que tinha 54 anos de idade, estava no exercício do seu quarto mandato na Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, num atestado da reiterada confiança que a população nele depositava. O filho, de 27 anos de idade, tinha o exemplo do pai e poderia vir a ser seu seguidor na vida pública. Ambos, portanto, fazem jus à homenagem póstuma que ora requeiro.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, – Líder do PSDB – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 572, DE 2008

Requer VOTO DE APLAUSO à RÁDIO PANORAMA, da cidade de Itacoatiara-AM, pelos seus 20 anos de fundação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Rádio Panorama, da

cidade de Itacoatiara-AM, por seus 20 anos de fundação, comemorados no dia 13 de abril deste ano de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria da emissora e, por seu intermédio, a todos que com ela colaboram.

Justificação

No dia 13 de abril deste ano de 2008, uma das emisoras de rádio de maior audiência no interior do Amazonas, a Rádio Panorama, da pujante cidade de Itacoatiara, completou seu 20º aniversário de fundação. São 20 anos prestando excelentes serviços à comunidade, seja no plano do entretenimento, seja no da informação, fazendo jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Ontem, não pôde usar da palavra o representante do Estado do Amazonas, porque houve muitos oradores e S. Exª cedeu gentilmente seu lugar a outros Senadores, mas convidamos, hoje, o representante do Partido dos Trabalhadores do grandioso Estado do Amazonas, Senador João Pedro, a fazer uso da tribuna nesta sexta-feira.

João Pedro tem se caracterizado como um líder de idéias avançadas e rejuvenescidas do Partido dos Trabalhadores, inspiradas na sua origem de defesa da ética, o que está faltando no seu Partido e no Brasil todo.

O seu Partido tem nomes bons. No meu Piauí mesmo, eu confesso, vocês têm um interessante candidato a Prefeito, um homem honrado, um médico que eu conheço há longo tempo – inclusive disputei o Governo do Estado com ele em 1994 – um grande líder, um extraordinário líder, um homem de grande caráter; foi um extraordinário Secretário e Deputado Federal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Nosso Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª também está nesse time dos virtuosos do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Srªs e Srs. Senadores, na realidade, não só o nosso Deputado, o PT tem muitos militantes valorosos, virtuosos, que orgulham a militância política no Brasil. Tenho muito orgulho do meu Partido. É verdade que temos erros nessa caminhada, mas tenho muito orgulho do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, o noticiário de ontem à noite divulgou essa conexão das informações já com nomes: um servidor da Casa Civil e, possivelmente, um servidor do Senado. É preciso que se esclareça essa situação do Sr. André, que não sei se tem uma ligação formal. Inclusive, a CPI, Senador Paulo Paim, deve convocar os dois servidores para que os membros da Comissão discutam isso. Esse Sr. André parece-me que é do Tribunal de Contas da União e que tem uma relação com o gabinete do Senador Alvaro Dias. É preciso saber se ele é servidor ou está prestando serviço para o gabinete, se está nos quadros do Senado da República. É preciso esclarecer isso! A CPI precisa fazer esse debate, precisa fazer esse esclarecimento.

Quanto ao próprio Senador Alvaro Dias, o nosso colega, não quero fazer nenhuma acusação precipitada, como já foi feito contra a Ministra Dilma.

Ainda bem que o Senado travou um debate de quase dez horas com a Ministra Dilma. O Brasil assistiu esse debate, acompanhou-o, e não tenho dúvida da postura de S. Ex^a como Ministra de Estado.

Agora, a Polícia Federal – é preciso confirmar todo esse noticiário – divulga informações sobre os dois funcionários, do computador de um para o computador de outro. Essa conexão veio para cá, para o Senado da República. Nós precisamos esclarecer, e esclarecer agora, sem a Ministra Dilma, porque S. Ex^a já prestou os seus esclarecimentos aqui no Senado, em debate olho no olho, frente a frente com todos os Senadores. Temos, então, um dado novo, e a CPI precisa ouvir os dois servidores: este, que não sei se é servidor do Senado – inclusive, o Senador Alvaro Dias precisa esclarecer a relação desse servidor com o seu gabinete, pois ele o freqüenta –, e o servidor da Casa Civil.

Então, penso que os esclarecimentos vão clareando toda essa polêmica de dossiê.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que o solicitou primeiro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, faço um aparte a V. Ex^a, porque, da mesma forma transparente como V. Ex^a traz esse assunto ao Plenário, eu agora dava uma entrevista sobre o mesmo tema. Terminei-a e percebi que V. Ex^a estava na tribuna. Toda a Casa sabe da minha ligação respeitosa e carinhosa com a Ministra Dilma. Eu a conheço há mais de 35 anos. Ela participou da minha primeira disputa eleitoral sindical, e sei do seu compromisso com a verdade, com os fatos, na construção de um país melhor para todos. Um dia antes de ela ser ouvida na CPI, fui entrevistado por essa mesma emissora que mencionei agora. Eu disse o seguinte...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero dizer que ouvi a entrevista de V. Ex^a pelo rádio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu disse: “Conheço a Ministra; tenho certeza de que ela sairá, depois desse debate na Comissão, muito mais respeitada, muito mais conhecida, porque é uma grande gestora, competente, preparada, qualificada. A Ministra é que nem pão: quanto mais amassa, mais cresce.” Então, para mim, o resultado não foi nenhuma surpresa. Mas, hoje pela manhã, me perguntaram sobre essas informações que vieram de um funcionário do Tribunal de Contas, lotado na Casa Civil, para um outro colega seu, de nome André, do Senado. Conforme o próprio Senador, chegaram às suas mãos aqueles documentos. Perguntaram-me: “Não complica mais a situação da Ministra?” Eu acho exatamente o contrário! O que nós queremos saber, uma vez que havia documentos sigilosos no Palácio, é como um funcionário – aí, sim, de forma, para mim, irresponsável – desloca esses documentos para o Senado. Que interesse teria a Ministra nesses fatos? A Ministra não teria interesse nenhum. O que a Ministra disse ao longo do debate para o qual foi convidada na Comissão de Infra-estrutura? Ela disse: “O que há é um banco de dados, inclusive correspondendo à expectativa criada pela CPI, que nós vamos remeter no momento em que for convocado, até quem sabe numa sessão secreta.” Bom, se alguém, fazendo um jogo que não interessava, com certeza absoluta, ao Palácio, ao Governo, resolve publicar os documentos, são eles que têm de explicar da onde vieram e por que publicaram. Os fatos que estão aí, para mim, não são novos. O único fato novo é que agora se sabe o nome de quem imprimiu e para onde mandou. São esses dois nomes que V. Ex^a levanta muito bem: um é André e sei que o outro é um funcionário do Tribunal de Contas lotado na Casa Civil. Eles vão ter de responder por que fizeram com que esses documentos viessem a ser publicados pela imprensa. Quero cumprimentar V. Ex^a. Tenho convicção de que, a partir desse fato, fica mais uma vez claro que a Ministra não teve nenhuma atitude de divulgar dados dos ex-Presidentes da República, como os do agora citado ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de fazer um aparte, Senador João Pedro. V. Ex^a tem tido posições firmes. Podemos até discordar de algumas delas, mas V. Ex^a tem mostrado uma honestidade de propósitos que todos nós devemos respeitar. A minha pergunta é se V. Ex^a acha que esse vazamento do ex-assessor do Ministro José Dirceu tem participação do Ministro José Dirceu.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – De forma alguma. A tinta tem de ser...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Eu quero ir exatamente nessa linha. Ledo engano de quem quiser jogar lixo atômico em quem já deixou função de Governo. Sabemos todos nós que, para a maioria das pessoas, Senador Paim, a gratidão é a esperança do favor futuro. No primeiro dia, Senador João Pedro, em que esse caso estourou, eu disse aqui que era fogo amigo. Já está provado que é. Agora, é preciso saber onde está o lança-chamas, que é alimentado e motivado exatamente por colegas de V. Ex^a que não concordam com a candidatura eventual da Ministra, agora já lançada oficialmente pelo Líder de V. Ex^a, o Senador Romero Jucá, que passou a ser o pai da candidatura, oficialmente, a partir de agora. Mas eu quero chamar a atenção para um fato. Veja bem – o Senador Mão Santa diz sempre “Atentai bem” –: a *Folha de S. Paulo* de domingo, 6 de abril, traz uma matéria, assinada pelo Leonardo Souza, que diz: “Dossiê começou a ser montado logo depois do carnaval.” Vou chegar ao ponto, Senador Paim: “Da reunião participaram a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, o Secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz, o secretário de Controle Interno, José Aparecido Nunes Pires, a chefe-de-gabinete de Erenice, Maria de La Soledad Castrillo, que também responde pela Dilog (Diretoria de Logística), e o responsável pela Dirof (Diretoria de Orçamento e Finanças), Gilton Saback Maltez. Na segunda-feira seguinte, 11 de fevereiro, segundo arquivo digital gerado dentro da Casa Civil, ao qual a Folha teve acesso, os trabalhos de desarquivar os documentos do arquivo morto e lançá-los nas planilhas paralelas começaram a ser feitos nas dependências da Dilog.” Senador João Pedro, cautela e caldo de galinha são recomendados numa questão como essa. Esse fato é mais grave do que V. Ex^a possa imaginar. Aliás, as grandes crises no País, historicamente, são geradas por traidores. Conterrâneo de Paulo Paim, Getúlio Vargas suicidou-se por traição. Jango caiu por traição. Jânio renunciou por traição. Traição é um fato histórico inerente ao poder. Só que os motivos geralmente são ideológicos. Os traidores, os vazadores querem chegar ao poder. Neste caso, atente bem para o que estou dizendo: além das questões ideológicas, há por trás disso questões financeiras, questões econômicas, ONGs, fundos de pensão. V. Ex^a preste bem atenção no que estou lhe dizendo: cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. É um conselho de amigo. Os fatos estão começando a clarear, vão-se avolumando, fique bem V. Ex^a consciente disso, à medida que este processo de definição eleitoral se aproxima. De forma que esse é apenas o começo, meu caro Senador.

Como, além da importância de Senador, V. Ex^a tem a importância de ser aqui dentro a pessoa mais ligada ao Presidente Lula, eu lhe sugiro: o homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada (Eclesiastes, 10). Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Eu gostaria de consultar a Mesa dos trabalhos acerca do meu tempo. Eu sei que há vários Senadores para falar.

Quero dizer aos dois Senadores que me apartearam, Heráclito Fortes e Paulo Paim, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador João Pedro, V. Ex^a tem vinte minutos e já usufruiu treze minutos; restam sete minutos. Mas siga o exemplo do Senador Mão Santa, deixo V. Ex^a à vontade para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Está bem. É que eu tenho um pronunciamento escrito acerca dessa discussão sobre Roraima e quero deixar nos Anais do Senado a minha opinião sobre esse debate.

Senadores que me apartearam, eu não tenho dúvida, está muito claro esse processo todo, até porque a Ministra Dilma, como Chefe da Casa Civil, respondeu a um documento do Senado, provocado pelo eminente Senador Arthur Virgílio, solicitando informações sobre gastos nos cartões corporativos. E ela fala – e isso ficou claro no debate com a Ministra Dilma – que desde 2005 a Casa Civil vem se organizando para responder às auditorias nas contas da Presidência da República. Ela respondeu ao Senado da República.

Ou seja, banco de dados existe, a questão é quem roubou. E agora a investigação está mostrando que houve, sim, já há o nome do servidor, o computador do servidor. Perdão, não sei se é um servidor do Senado, mas ele frequenta o gabinete, o Sr. André, do Tribunal de Contas da União.

Então, nós estamos nos aproximando. A vinda da Ministra Dilma e a investigação vão mostrar fatos palpáveis, cristalinos acerca dessa discussão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil volta-se hoje para Raposa Serra do Sol, em Roraima, por conta dos incidentes que envolvem a desocupação de terras indígenas por parte dos plantadores de arroz, e a devolução delas aos seus legítimos e históricos donos. É condenável que empresários inescrupulosos afrontem a determinação do Governo brasileiro com atentados contra a vida de brasileiros que há séculos habitam a Amazônia. Mais preocupante ainda é a constatação de que detentores de cargos públicos que deveriam zelar pelo cumprimento da lei estejam incitando a participação em ações violentas contra os índios e delas participando. Isso é condenável, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que se trata de uma questão delicada. De um lado, estão os indígenas, os primeiros habitantes do Brasil, os primeiros habitantes da Amazônia, que, como é do conhecimento de todos nós, são vítimas de extermínio e do escravismo desde os primeiros momentos da colonização européia. Ou não é verdade? Ou não é verdade, Srs. Senadores?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Mozarildo, eu peço licença, mas eu tenho que ler o meu pronunciamento. Estou na primeira lauda, e o Presidente já me chamando a atenção.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Se V. Ex^a democraticamente quiser que eu o aparteie...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A história registra que, ao menos, 1,5 milhão de índios foram massacrados a cada século do pós-Descobrimento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Democraticamente, se V. Ex^a quiser me dar o aparte, estou pedindo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A população indígena do Brasil está reduzida, hoje, a aproximadamente quinhentos mil índios...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – A 740 mil, conforme o IBGE.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Aumentou o número.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – São dados oficiais.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Do outro lado, estão brasileiros que se dedicam ao agronegócio e que, por meio da violência explícita ou velada, ampliam suas plantações e criações de gado sobre terras de domínio das populações tradicionais.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E os outros 458 familiares que moram lá?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, por favor. Senador Mozarildo, por favor. V. Ex^a é um médico...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a não vai me dar o aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, não vou dar. A sua indisciplina me...

Que fique bem claro que esse não é um problema apenas de Raposa Serra do Sol, uma vez que conflitos desse gênero ocorrem em toda a Amazônia. Certamente que esse tipo de apropriação ocorreu em razão da ausência ou convivência de setores do Estado, ao longo dos séculos, ou facilitada por ambas as situações.

O que o Estado faz hoje em Raposa Serra do Sol e em outras terras indígenas demarcadas ou em

processo de demarcação ou ainda na legitimação jurídica dos quilombolas ou das reservas extrativistas é simplesmente garantir o direito de existência de povos que sobreviveram às práticas e ideologias motivadas apenas pela exploração dos recursos humanos e naturais em benefício do lucro fácil e farto.

Penso que é hora de o País pagar essa horrorosa dívida que acumula com os negros e com os índios do nosso País.

Nunca mais haverá momento para ampliá-lo.

Não é o Brasil que quer passar uma borracha sobre esse débito histórico. É a própria humanidade que não suporta mais erros e equívocos que comprometam a convivência plural, diversa, tolerante, sem preconceito e democrática entre as pessoas e povos.

Parabenizo, por isso, o Governo do Presidente Lula, pela determinação de concluir o processo de desocupação da Raposa Serra do Sol, por plantadores de cereais, que há alguns anos se arrastava. Esse processo vem, mais ou menos, por 20 anos, Sr. Presidente. Parabenizo os índios que, nesses longos anos, se utilizaram dos meios legais, como a mobilização da sociedade em benefício dessa causa, para reconquistar suas terras e, assim, terem asseguradas as referências culturais e materiais que lhes permita existir como pessoas, como etnias e como brasileiros. Os índios de Roraima são índios brasileiros, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Lamento e condeno a incompreensão daqueles que teimam em não devolver bens que foram obtidos por meios que, após longo processo judicial, foram considerados ilegais.

O uso de arma de fogo por esse tipo de gente contra os índios só reforça a minha convicção de que o Governo e a Justiça precisam agir rapidamente para impedir que a violência se sobreponha ao bom senso – falta bom senso, inclusive, para algumas pessoas compreenderem esse processo, Sr. Presidente – , e para que a Amazônia seja salva dos que querem vê-la como terra arrasada, sem lei e sem ordem, para que possam usufruir das suas riquezas sem distribuí-las com as suas populações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às multirrealidades.

Não será a devolução da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos que acabará com a produção de grãos ou com a economia de Roraima. Não será com a definição, Sr. Presidente, que vai acabar com a economia.

Se for equilibrada, sim. Mas V. Ex^a não tem nenhum equilíbrio para fazer esse debate.

Não tem. Então, é melhor V. Ex^a ouvir. Por favor.

Sr. Presidente, garanta-me a palavra.

V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às multirrealidades. O Brasil ainda tem mais de 900 milhões de hectares de terras disponíveis para a agricultura. Roraima, certamente.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu gostaria que V. Ex^a me desse mais alguns minutos para eu concluir isso aqui. Sei que incomoda alguns ouvidos, mas preciso registrar isso. É o jogo democrático.

Roraima certamente tem outras terras para grandes plantações de soja, milho e arroz. Eu estou dizendo: Roraima tem terras, Sr. Presidente, para plantar arroz, milho e soja e respeitar os povos indígenas. Precisamos ter a grandeza de reconhecer que é possível, sim, naquele território, compatibilizarmos os direitos indígenas, as terras indígenas, a cultura indígena, o direito das etnias indígenas e o arroz, a soja e a pecuária. É possível, Senador Gim, fazer tudo isso. O que não dá é escondermos que grupos encapuzados atacaram os índios nesses últimos dias com armas de fogo.

Sr. Presidente, ontem mesmo, no lançamento do Programa Amazônia Sustentável, o Presidente Lula recomendava àqueles que imaginam os índios atrelados a interesses forasteiros que visitassem os quartéis de São Gabriel da Cachoeira, para constatar o ânimo, a experiência e o empenho dos guerreiros indígenas na defesa das fronteiras do nosso Brasil. São Gabriel da Cachoeira é um Município amazonense, na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, com 90% da sua população composta por índios. Os jovens indígenas se destacam entre os melhores guerreiros da selva. Em muitos lugares da Amazônia, são os índios que se impõem como sinal da presença brasileira, mesmo, em muitos casos, sob a ausência dos serviços e equipamentos sociais do Estado brasileiro.

O Presidente Lula decidiu sobre uma questão que demorou, em decorrência da complexidade e até mesmo de vontade política, mais de 20 anos para ser resolvida, Sr. Presidente. Os índios resistem na luta, porém dentro dos limites impostos pelas leis do País. Evidentemente que se tratou sempre de uma demanda tensa, conflituosa e com momentos radicalizados. Não tenho conhecimento de que nesse litígio os índios tenham recorrido, de modo sistemático, a armas de fogo e táticas de guerrilha para recuperar suas terras. Recorrem, sim, à Justiça, ao Governo e à sociedade, para que compreendessem que eles precisavam de suas terras para continuar existindo como brasileiros,

pertencentes a uma etnia que habita a Reserva Raposa Serra do Sol há vários séculos.

Sr. Presidente, quero deixar o restante destas páginas do meu pronunciamento para que sejam publicadas. Solicito a V. Ex^a que o meu discurso seja inserido nos Anais da Casa.

Espero que o Supremo Tribunal Federal, já que há uma ação no Tribunal, se manifeste do ponto de vista da sociedade brasileira, do ponto de vista de um Estado democrático, do ponto de vista do respeito aos povos indígenas do nosso País. Seis milhões de índios existiam no Brasil quando os europeus chegaram aqui, no início do século XVI.

Seis milhões!

E é preciso que hoje o Estado brasileiro tenha uma relação democrática, respeitosa, um olhar antropológico, um olhar de quem pode, sim, conviver com diferenças culturais dentro do País.

Um olhar de quem pode, sim, conviver com diferenças culturais dentro do País. Este é o desafio: convivermos com os índios, com os europeus, com os negros.

Espero que o Supremo decida com esse olhar; um olhar no presente, mas um olhar no futuro. Não estou aqui, não venho aqui para defender o arroz. Estou aqui fazendo este pronunciamento para defender a dignidade e a história dos povos indígenas do Brasil.

É isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer acerca desse debate que penso o Senado deve travar. O Senado representa os Estados, representa a sociedade. Espero que possamos compreender a magnitude e a importância do respeito aos povos indígenas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO PEDRO.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco PT – AM Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil volta-se hoje para Raposa Serra do Sol, em Roraima, por conta dos incidentes que envolvem a desocupação de terras indígenas, por parte dos plantadores de arroz, aos seus legítimos e históricos donos. É condenável que empresários inescrupulosos afrontem a determinação do Governo brasileiro com atentados contra a vida de brasileiros que há séculos habitam a amazônia. mais preocupante ainda é a constatação de que detentores de cargos públicos, que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, estejam incitando e participando de ações violentas contra dos índios. isso é condenável!

Todos nós sabemos que se trata de uma questão delicada. De um lado, estão os indígenas, os primeiros habitantes do Brasil, que, como é do conhecimento de

todos nós, são vítimas de extermínio e do escravismo desde os primeiros momentos da colonização européia. A história registra que ao menos um milhão e meio de índios foram massacrados a cada século do pós-descobrimento. A população indígena do Brasil está reduzida hoje a aproximadamente 500 mil pessoas.

Do outro lado, estão brasileiros que se dedicam aos agronegócios e que, por meio da violência explícita ou velada, ampliam suas plantações e criações de gado sobre terras de domínio das populações tradicionais (que fique claro que esse não é um problema apenas da Raposa Serra do Sol, uma vez que conflitos desse gênero ocorrem em toda a Amazônia). Certamente que esse tipo de apropriação ocorreu em razão da ausência ou convivência de setores do Estado ao longo dos séculos, ou facilitada por ambas situações.

O que o Estado faz hoje em Raposa Serra do Sol e em outras terras indígenas demarcadas ou em processo de demarcação, ou ainda na legitimação jurídica dos quilombolas ou das reservas extrativistas, é simplesmente garantir o direito de existência de povos que sobreviveram às práticas e ideologias motivadas apenas pela exploração dos recursos humanos e naturais em benefício do lucro fácil e farto. Penso que é hora de o País pagar essa horrosa dívida que acumula com os negros e com os índios. Não haverá, nunca mais, momento para ampliá-la.

Não é o Brasil que quer passar uma borracha sobre esse débito histórico; é a própria humanidade que não suporta mais erros e equívocos que comprometam a convivência plural, diversa, tolerante, sem preconceito e democrática entre as pessoas e povos.

Parabenizo, por isso, o Governo do Presidente Lula pela determinação de concluir o processo de desocupação da Raposa Serra do Sol por plantadores de cereais, que se arrastava há alguns anos. Parabenizo os índios que, nesses longos anos, se utilizaram dos meios legais, como a mobilização da sociedade em benefício dessa causa, para reconquistar suas terras e, assim, terem assegurado as referências culturais e matérias que lhes permitem existir como pessoas, como etnias e como brasileiros.

Lamento e condeno a incompreensão daqueles que teimam em não devolver bens que foram obtidos por meios que, após longo processo judicial, foram considerados ilegais. O uso de arma de fogo por esse tipo de gente contra os índios só reforça a minha convicção de que o Governo e a Justiça precisam agir rápido para impedir que a violência se sobreponha ao bom senso, e para que Amazônia seja salva dos que querem vê-la como terra arrasada, sem lei e sem ordem, para que possam usufruir das suas riquezas sem distribuí-las com as suas populações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às mutirealidades. Não será a devolução da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos que acabará com a produção de grãos ou com a economia de Roraima. O Brasil ainda tem mais de 900 milhões de hectares de terras disponíveis para a agricultura. Roraima, certamente, tem outras terras para grandes plantações de soja, milho e arroz.

Já os índios, sem suas terras, estarão condenados a uma vida sem sentido, sem referências históricas, sem referências culturais e sem meios de sobrevivência dignos. Se não exergamos nem reconhecemos a importância da diversidade étnica e cosmológica dos povos indígenas, então não podemos nos vangloriar de que somos um País plural. A devolução da Raposa Serra do Sol está embasada no princípio de que o Brasil é uma nação que se fundamenta na convivência harmoniosa das diversas etnias que o compõe; e que cada uma delas tem o direito de viver conforme a sua visão de mundo. É isso que se pode definir como brasilidade.

Ontem mesmo, no lançamento do programa Amazônia Sustentável, o Presidente Lula recomendava àqueles que imaginam os indígenas atrelados a interesses forasteiros que visitassem os quartéis de São Gabriel da Cachoeira, para constatar o ânimo, a experiência e empenho dos guerreiros indígenas na defesa das fronteiras amazônicas. São Gabriel da Cachoeira é um Município amazonense, na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, com 90% da sua população composta por índios. Os jovens indígenas se destacam entre os melhores guerreiros de selva. Em muitos lugares da Amazônia, são os indígenas que se impõem com sinal da presença brasileira, mesmo, em muitos casos, sob a ausência dos serviços e equipamentos sociais do Estado brasileiro.

O Presidente Lula decidiu sobre uma questão que demorou, em decorrência da complexidade e até mesmo de vontade política, mais de vinte anos para ser resolvida. Os índios resistiram na luta, porém, dentro dos limites impostos pelas leis do País. Evidentemente que se tratou sempre de uma demanda tensa, conflituosa e com momentos radicalizados. Não tenho conhecimento de que, nesse litígio, os índios tenham recorrido, de modo sistemático, a armas de fogo e táticas de guerrilha para recuperar suas terras. Recorem, sim, à Justiça, ao Governo e à sociedade para que compreendessem que eles precisavam de suas terras para continuar existindo como brasileiros pertencentes a uma etnia que habita a reserva Raposa Serra do Sol há vários séculos.

A devolução dessa reserva aos índios implicará a recuperação de rios, igarapés, solos e florestas que foram degradados pela garimpagem, pela criação de gado e pela agricultura predatórias. Tais medidas se constituem um benefício para toda a sociedade brasileira, que, neste momento, empenha-se na correção de políticas públicas que não levaram em conta a proteção de ecossistemas relevantes para manutenção da habitabilidade do planeta.

Aliás, é importante destacar que, nessa questão, o próprio capitalismo reformula seus conceitos e práticas produtivas para se adequar à realidade imposta por fenômenos naturais e sociais derivados dos erros que cometeu como processo civilizatório a partir da chamada cultura ocidental. Nem a humanidade nem o planeta suportam mais a exploração danosa da natureza e dos recursos humanos. Não há mais espaço para degradação do solo, os rios, da floresta, da qualidade do ar, nem para a degradação da vida.

Por tudo isso, estou aqui para exigir que os Poderes da República garantam a devolução das terras da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos, e para pedir à sociedade brasileira que se mantenha vigilante na condução desse processo, para evitar que os valores repúblicanos sejam vilipendiados. Ao Supremo apelo para que faça valer a justiça.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB

–AP) – O Senador João Pedro, do Amazonas, requereu que o seu pronunciamento fosse considerado como lido, na íntegra.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, o Senador João Pedro citou-me nominalmente, como não tendo equilíbrio. Então, pelo art. 14, peço a palavra para me defender.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB –

AP) – V. Ex^a terá a palavra por cinco minutos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR).

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diferentemente do que pensa o Senador João Pedro, sou um homem de equilíbrio, sim. Sou médico, aprendi a ter equilíbrio, inclusive em situações difíceis. Agora, com o que eu não consigo

conviver é com mentiras. Porque, primeiro, havia cinco milhões de índios. Quem contou? Quem contou? O IBGE existia? Segundo, falar do meu Estado como se o conhecesse. Nunca foi lá. Não conhece nada de Roraima! Fala por ouvir dizer! Diz aqui, de maneira distorcida, no esquema da inquisição,...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Estou falando do Brasil, Senador! Estou falando do Brasil!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...que a briga é contra arrozeiros e índios. É mentira de novo!

Lá existem 458 moradores, 458 famílias que moram ali há centenas de anos. Quanto aos índios que estão lá, a grande maioria, se ele estuda Antropologia, sabe que veio do Caribe. Eles foram expulsos pelos espanhóis, mas nem por isso deixam de ser brasileiros. Vêm da Guiana Inglesa, nem por isso os estamos desterrando. Agora, pregar esse ódio que vem pregando o PT... E é o PT mesmo. Tanto é o PT que o povo de Roraima não elegeu um Deputado Estadual do PT; que o povo de Roraima derrotou o Presidente Lula no primeiro e no segundo turnos, por causa dessas distorções e dessas mentiras.

Na Raposa Serra do Sol, não existem só arrozeiros – seis ou oito arrozeiros; é uma só etnia indígena que pensa de um jeito só. Isso está provado por trabalho do Senado Federal, pelo trabalho da Câmara Federal, por trabalho da Justiça Federal de Roraima. No entanto, esse esquema “ongueiro” marxista ultrapassado teima em impor um ponto de vista que não é verdade, Sr. Presidente!

Então, quero dizer aqui ao Senador João Pedro que ele deveria respeitar as opiniões divergentes. E ninguém mais do que eu, ninguém mais do que o Senador Augusto conhece essa questão. Eu me criei foi no meio dos índios, eu nasci lá em Roraima. E não sou defensor de arrozeiro, mas também não sou acusador de arrozeiro, não! Os arrozeiros são necessários para o meu Estado, pois produzem 25% do PIB do Roraima. O Brasil está sem arroz, e os arrozeiros de Roraima sendo expulsos. Mas não são só os arrozeiros, não; são 458 famílias, segundo a Funai, saindo de cidades, Senador Geovani, desterrados por um Governo que, realmente, tem uma visão ultrapassada de um comunismo de antes do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro.

É isto que realmente é preciso dizer: o PT é o responsável por essa situação. Dizer que há décadas está sendo demarcado? Sim! Há décadas está sendo feita uma empulhação, comandada por ONGs como o CIR, que recebe milhões de reais por mês do Governo Federal; a Urihi, que recebe milhões do Governo Federal; a Diocese de Roraima. São essas ONGs que

comandam a demarcação dessas terras. E nós temos que debater, sim; e vou debater aqui todas as vezes em que for necessário.

Estive ontem com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, levamos a documentação. O laudo em que se baseia essa demarcação é falso. Já fizeram isso com Roraima quando tiraram 4,5 milhões hectares para a reserva ianomâmi, e nós engolimos calados, embora seja também uma outra mentira, um outro embuste. Agora estão querendo fazer com a Raposa Serra do Sol. E criando – o que é pior – um ódio intra-étnico, porque lá há cinco etnias, que não se cheiram: uns são católicos, outros são evangélicos, outros nem são evangélicos, nem católicos, não têm os mesmos costumes. E esses antropólogos “ongueiros” teimam em impor essa situação.

Mas confio que o Supremo está acima dessas ideologias ultrapassadas e vai demarcar – demarcar, sim; demarcar judicialmente – essa área de maneira que se pacifique o Estado de Roraima e que não venham aqui pessoas ler assuntos sobre Roraima sem conhecer Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa – o nosso Senador mais democrático quando preside às sessões do Senado Federal –, em permuta com o Senador Marconi Perillo.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani Borges, que preside esta sessão de sexta-feira, Sr^a e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes, este é o melhor Senado deste País, em 183 anos. Nunca dantes “verdes mares bravios navegados”, como diziam os literatos portugueses desde Camões. O nosso Presidente diz: “nunca antes”. Então, “nunca dantes”, ou “nunca antes” do Luiz Inácio, este Senado se reunia às sextas-feiras com um debate claro. Nem nas segundas-feiras. E aqui estamos todos nós, com temas autênticos. Está ali Mozarildo Cavalcanti.

Há certas coisas, meu Presidente Luiz Inácio, que eu não entendo. Na história do mundo, somos os pais da Pátria. Foi assim que se formou o Senado. E eu não entendo uma coisa, Senador Pedro Simon – V. Ex^a entende e compreende a coisa, e engrandece este Senado; V. Ex^a é o único que se está igualando a Rui Barbosa, que teve 32 anos de mandato; a V. Ex^a, o povo gaúcho já lhe concedeu 32 anos de Senado. Senador Gim Argello, não entendo como vocês que são do PTB, de Getúlio, apóiam o Governo – eu sou testemunha apenas -, e, há cinco anos, Mozarildo Ca-

valcanti, do PTB, denuncia essas ONGs, as corruptas, as que prestam serviços internacionais. Eu não entendo... Ô Gim Argello, diga a Cafeteira, seu Líder.

Outro dia, falou-se em Franklin Delano Roosevelt. Eles entendem pouco: o Vice-Presidente pedindo o terceiro mandato de Luiz Inácio. Que ridículo! Mas mais ridículo ainda foi ele mostrar a ignorância dele. Eu sabia que ele era um homem que tinha muito dinheiro. Dizia que Franklin Delano Roosevelt tinha sido três vezes presidente dos Estados Unidos e que, então, Luiz Inácio deveria ser três vezes aqui. A ignorância dele é que Franklin Delano Roosevelt foi quatro! Ainda morreu, e a viúva dele elegeu o Truman. Mas era em guerra. Mas eu não compreendo, porque Franklin Delano Roosevelt disse (e ele não sabe): “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em alguma coisa. E, nesse particular, eu procuro aprender”. Por que Luiz Inácio não chama Mozarildo Cavalcanti, que é do PTB, que é coligado, e sabe tudo sobre Roraima? Tudo, tudo, tudo! Só Deus sabe mais que o Mozarildo – e eu dou meu testemunho. Nós já vamos para o sexto ano aqui, e eu dou meu testemunho de que foi o primeiro que denunciou essas ONGs. Aí o Heráclito pegou o trem e fez a CPI das ONGs, que é muita falcatrua, é muita imoralidade, é muita corrupção! Ele já denunciava esse problema. A metade do Estado é dividido. É índio? Não tem mais negócio de índio. Eu que sei História aqui. Queria que fizessem o exame aqui que fazem na faculdade para os estudantes. Eu sei História. Esse negócio de índio acabou! Acabou! Acabou! Não precisamos mais desse negócio de índio, não! Aqui tinha índio, tinha branco, tinha negro, que veio da África, tem os orientais. E o amor uniu e misturou. Nós somos é brasileiras e brasileiros. Acabou essa palhaçada aí! São umas ONGs querendo dizer que tomam conta dos índios. Os pobres estão morrendo, doentes, estão contrabandeando os minérios. Só é isso. E as ONGs garantindo? Estão nada. Aqui, há trinta anos, passou o índio mais esperto do que todos nós, um tal de Juruna. Isso não tem mais nada. Disso não existe mais nada, não.

Ô Pedro Simon, os Estados Unidos. Nós só somos mais novos do que eles oito anos, para os que não sabem. Lá foi em 1492, e nós, 1500. Gim Argello, olha, eu ando por aí com a minha Adalgisinha. Mozarildo, fico em hotel barato, caro, mas eu compro excursão, para aprender mesmo. Aí eu não caí num negócio de ver índio? Negócio de carnaval, eu gostava de dançar com as indiazinhas, que eram bonitas. Eu disse: “Eu vou ver esse negócio de índio”.

Olha, excursão. Acordamos cedo. Ô jornalista e psicólogo Antonio Carlos Ferro Costa, que está ali, testemunha da experiência. Psicologia. Aí eu compre

essa excursão. Aí eu cheguei. Pobre. Eu nunca tive mensalão. Minha mãe, terceira franciscana, não me ensinou a roubar. E o seguinte. Eu digo que eu tenho um ritmo, Senador Mozarildo, quando eu viajo com a Adalgisinha: ou a gente faz um almoço bom ou um jantar com vinho. Eu digo: nós vamos para essa excursão aí. Ninguém compra com negócio de almoço em hotel cinco estrelas não. Nós vamos lá, comemos um cachorro-quente e, de noite, nós vamos tomar um vinho aí... Aí eu fui: pegamos, pagamos aquela excursão de americano, bem ali. Tudo é malandragem, tem mais nada no mundo. Com a tecnologia, isso acabou: acabou a escravidão, acabou a capitania hereditária nos governos. É uma evolução. A globalização hoje: não tem mais ninguém, todo mundo sabe tudo, todo mundo ama todo mundo, todo mundo tem... O Mozarildo disse que a índia mais velha casou foi com um branco e teve filho como o quê. Que rolo! Não tem mais negócio. Está lá. Ele deu o nome dela, o marido, os filhos, o diabo, tá tudo um rolo só.

Aliás, quem estudou História já sabia, não é? Tem branco com índio, dá o mameluco, e tal. É essa confusão de raça. Não tem mais! Tem brasileiros e brasileiras. Isso, sim, que somos nós todos. Uma Pátria só. Rui Barbosa disse: "A Pátria é a família amplificada". A Pátria não é ninguém, somos todos nós. Por isso é que Rui Barbosa está ali.

Mas, Mozarildo, aí eu fui. Aí, chegamos lá, na hora do almoço, todo mundo tinha comprado o almoço e entrou no hotel. Eu saí de mão dada com a Adalgisa e fomos comer um cachorro-quente. Antes, tinha um índio. Mas olha: o índio era mais forte do que o Gim Argello: cabeludo – viu? – o índio, todo pintado, cocar, flecha, índio. E ali botou a tenda dele, e haja gente a comprar flecha, pintura de índio, apito de índio, essas coisas, tanga de índio, e todo mundo... E aí entrou todo mundo lá, e eu fiquei do lado de fora andando com a Adalgisa. Aí o índio olhou assim e não viu ninguém: foi buscar um carrão daqueles grandes, parou lá, aí pegou aquelas bugigangas de índio tudinho que ele estava vendendo e enganando todos nós turistas. Aqueles carros americanos são grandões, tirou um baú e colocou aquilo tudo. E o índio saiu guiando. Eu disse: "Ah, é?" E depois eu fui lá. Pagamos para ver a taba de índio, a maloca. Era índio com óculos, índio de relógio. Ah! Não tem mais nada. Então, a nossa solidariedade, Mozarildo.

Luiz Inácio, convide o Mozarildo, que é seu aliado, que é do PTB. Franklin Delano Roosevelt: "Toda pessoa que eu vejo a mim é superior num assunto. E, nesse particular, eu aprendo com ele. Ó Luiz Inácio, eu entendo pouco de Roraima, V. Ex^a muito menos, porque eu tenho muitos quilômetros de estudo – sobre

a natureza e a História do Brasil eu sei tudo. Então, convide o Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, Senador. Estou preocupado com V. Ex^a, como médico, porque há seis anos o senhor está enfurecido aqui. Outro dia o Mário disse: é a ira da revolta, da verdade. V. Ex^a é aquele que um líder da minha geração diz: "Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és um companheiro". Che Guevara lhe cascou esse companheiro, e o senhor está tremendo de indignação. Agora estou preocupado em V. Ex^a ter um infarto, porque o senhor aí com a verdade e não é auscultado pelo Presidente da República, que o Partido de V. Ex^a apóia.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, eu quero agradecer a solidariedade de V. Ex^a, suas palavras generosas, mas eu quero fazer algumas retificações. Primeiro, eu não sou aliado do Presidente Lula. Não sou! Sou oposição ao Presidente Lula. O meu Partido apóia o Presidente Lula; eu não. E não apóio porque eu aprendi a fazer diagnóstico, como V. Ex^a, e fiz o diagnóstico claro: o Presidente Lula não quer pessoas que falem a verdade. O Presidente Lula não quer companheiros; quer subalternos. Ele gosta de falar de companheiro, não é? Ele quer subalternos. Eu nunca aprendi a ser subalterno. Eu gosto de ser igual. Aprendi na maçonaria a ser igual. Agora, subalterno, nunca. Não sou aliado do Presidente Lula. E não adianta gastar argumento com o Presidente Lula nesse tema não, porque ele está dominado. Está dominado. Aliás, como V. Ex^a sempre diz, ele não estuda as questões. Se ele estudasse, ele tinha o relatório da Comissão Externa do Senado, que ele encomendou através do Deputado Aldo Rebelo; ele tinha o relatório da Comissão Temporária Externa da Câmara, que ele recebeu – o Senador Delcídio disse isso aqui ontem. Mas ele não está interessado nisso não. Roraima para ele tem pouco eleitor, mas, por isso mesmo, em Roraima ele perdeu; e perdeu nos dois turnos, e cada habitante nordestino de Roraima hoje está pedindo nos seus Estados para votarem contra o PT e contra Lula, porque eles não ouvem as pessoas de Roraima, porque eles mentem. Nem os índios querem isso. Hoje já está se criando lá um ódio intra-étnico de brancos contra índios, pois eu conheço pessoas que dizem que não dão mais carona para índio, porque "índio é que tem direito a tudo". Então, esse ódio quem está criando, Senador Mão Santa, é o Presidente Lula. Não adianta dizer que é esse Ministro da Justiça, Tarso Genro; não adianta dizer que é essa Ministra sonhadora, que está no

mundo da lua, Marina Silva. Não. É o Presidente Lula. Assessor meu que erra, o culpado sou eu, porque, se ele errar e continuar meu assessor, eu sou o culpado. Errando um assessor meu, eu ponho para rua. E por que é que ele não põe? Obrigado, mas queria colocar principalmente esta ressalva: eu não sou aliado desse Presidente imperador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, eu apenas continuo preocupado com V. Ex^a. V. Ex^a clama, luta pelos mais fracos, por uma justiça de distribuição de terra e do trabalho. V. Ex^a – eu ainda sou médico – tem que andar aí com um Isordil, um negócio desses. Mas, Pedro Simon... Ô Pedro Simon, Pedro, Pedro... Paim, me ceda o Pedro Simon um instante. Pedro Simon, abra o Livro de Deus. V. Ex^a sabe, não precisa, está na cabeça de V. Ex^a, terceiro franciscano. Francisco, o santo, foi o que mais se aproximou de Cristo. Está lá: “Se alegrai, se exultai com os seus irmãos na vitória. Chora. Seja solidário nos momentos da dificuldade”. Luiz Inácio, eu quero aconselhar o Luiz Inácio. A citação é do Livro de Deus. Olha, acaba esse negócio de estar cacarejando aí. Isso não existe. Essas obras não existem. Esse negócio de fazer política antecipada, Vossa Excelência está desmoralizando a justiça. Não pode. A justiça é uma inspiração divina, Luiz Inácio. Deus entregou as leis a Moisés. O filho de Deus não tinha uma tribuna, uma televisão, não tinha o nosso amigo ali, Alíbio, focalizando, mas ele bradava nas montanhas: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Vossa Excelência está desmoralizando a justiça. A própria Ministra disse que era comício. Ela que disse. E Vossa Excelência lançando candidato. O direito é igual para todos, como tanto Rui Barbosa pregou. Se nós formos fazer isso, prendem. Prenderam injustamente o prefeito escolhido pelo povo de Roraima.

Então, está errado! Vossa Excelência dá mau exemplo. Vossa Excelência foi ao interior do Ceará e disse “Olha, esse juizinho não meta o bico aqui em política, não. Se ele meter, ele tem de largar esse lugar de juizinho e se candidatar a vereador, porque ele vai perder as eleições.” O juizinho era Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal. Isso não pode estar certo. Respeito é bom; exemplo arrasta.

Pedro Simon, então, ele devia deixar de estar aí cacarejando no Piauí, no Amazonas, e ficar solidário com o seu Estado. O ciclone arrasou lá. Tem duzentas e tantas cidades sofrendo, com desabrigados. Que é do Presidente? Lá em Santa Catarina, está cacarejando, com a “cacarejadora-mor” dele por aí.

Pedro Simon, eu estava aqui... Heráclito Fortes, fiquei orgulhoso de V. Ex^a, quando V. Ex^a impediu que aquela sessão fosse a mais vergonhosa da história

do Senado. Dar mimo para a Ministra, publicamente, numa Comissão, se vangloriar? Ó Adelmir! Adelmir vai ser cidadão piauiense na segunda-feira. Ele já é do Município de Uruçuí. Adelmir, quando se vangloria, porque a Ministra veio aqui e demorou.

Em 1536, Pedro Simon, depois que a zorra das capitâneas hereditárias não deu certo, Dom João III resolveu colocar uma unidade de comando, uma unidade de direção, e o Governador-Geral Tomé de Souza. Ele permitiu uma câmara municipal. Pedro Simon, sabe como se chamava a câmara municipal em 1536? Câmara dos Bons. E ele tinha lá – o nome não era ministro – o ouvidor-mor, que via os problemas e fazia justiça; o corregedor-mor; o provedor-mor, que angariava os fundos financeiramente; e ele tinha o capitão-mor, que era o ministro da guerra, vamos dizer. E eles iam à Câmara Municipal. Em 1536! E o próprio Tomé de Souza foi. Pedro II vinha, deixava coroa e cetro e vinha ouvir. Ele é que era o Poder Moderador. Agora, vem uma Ministra e toca fogo. Em 1536! Isso é anormalidade democrática.

Agora, sou do Piauí. Heráclito, o comportamento de V. Ex^a foi brilhante, inteligente. Seria a mais vergonhosa página, o avacalhamento de um Senador presentear publicamente, numa sessão, um mimo para a Ministra. Então, está aqui o *Estadão de S. Paulo*. Olha, esse jornal combateu todas as ditaduras, toda prepotência: “O engodo do PAC e da Ministra”.

Ô Pedro Simon, a Ministra se saiu muito mal. Esse negócio do José Agripino, ele tinha que... Shakespeare: “Não tem bem, nem mal; o que vale é a interpretação”. Permite-me, a Ministra gaguejou, não soube soletrar uma palavra que qualquer mobral sabe: mo-ni-to-rar.

Eu sou médico e psicólogo. Ela saiu-se tão mal que se perdeu. E mais: eu fui quase trucidado aqui por esse Partido quando citei *Mein Kampf*, galinhas cacarejadoras. Ela se perdeu lá, porque ela buscou a figura da galinha, de Leonardo Boff, o vô de galinha, vô curto. Eu só estou analisando como psicólogo, o vô curto de Leonardo Boff. Vô da águia é o nosso, é o da verdade, é o da democracia.

Eu não sei se o José Agripino, mas uma mentira repetida se torna verdade. É o Goebbels. Olha, o Heráclito denunciou lá. No Piauí, tudo foi mentira. Está aqui a ZPE, que eu quero pedir. Vem da Câmara. Vamos votar esta ZPE. Vamos votar a ZPE.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou permitir e vou dizer, mas eu vou dizer do Piauí. Ontem eu vim aqui, Jayme Campos, contestar que aquilo tudo é obra fantasiosa. A Rainha Vitória já dizia que o papel aceita tudo.

E isso... PAC, PAC. Que PAC? Que novidade, Pedro Simon? Meu Juscelino já fez as metas. Eram 30. A meta 101. João Paulo dos Reis Velloso, no período revolucionário, fez o primeiro PND e o segundo PND. Quem se esquece de “mãos à obra”? Quem se esquece de que esse Governo fala mal da herança? A herança é deles mesmos. Quem não se esquece da PPP? Não é partido, não; é aquela parceria público-privada. Passaram cacarejando aí. Que é da PPP? Enterraram e agora surgiram com o PAC.

O PAC, ô Mozarildo, é um “programa de aceleração de comunicação”. É a mídia: Pá! Pá! Pá! Mas a verdade vem. Sou do Piauí e aprendi com o caboclo que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

A verdade está aqui no jornal *O Estado de S. Paulo*: “O engodo do PAC e da Ministra.”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós nos orgulhamos muito do jornal *O Estado de S. Paulo* pela sua história, pela sua vida, pela sua verdade.

Informa **O Estado de S. Paulo**:

...das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que Senadores oposicionistas, como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

[...]

Ninguém cobrou da Ministra, com a severidade necessária, que dos R\$17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre.

É um artigo longo. Ô meu amigo Alípio, bote grandão aqui: “O engodo do PAC e da ministra.” Essa é a verdade.

Pedro Simon, veja V. Ex^a, que busca a verdade: “*Ritmo da indústria cai em todo o País*”. Bote bem grande aí, Alípio. Olhem aí. Aumentam os empregos, mas esse Governo nunca fala dos que estão desempregados, dos empresários que pagam 76 impostos e estão fechando suas empresas. Contem as carteiras que entram e as carteiras que saem. Essa é uma prova aritmética elementar. A mentira tem pernas curtas, Luiz Inácio.

“*Ritmo da indústria cai em todo o País*”. O IBGE, do Governo, Mozarildo. O IBGE trouxe a verdade, como a verdade foi trazida...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... pelo militar Augusto Heleno. Até o nome: Augusto. Vem à tona. Dizem: “Empregamos tantos”. Mas e os desempregados? E as firmas que estão falindo por este País, que tem a mais perversa carga de tributos?

Pedro Simon, nós nos rebelamos contra os portugueses, rolaram pescoços... Quem não tem saudade de Tiradentes? Mozarildo, a Globo fez uma novela, *O Quinto dos Infernos*, falando do imposto; agora são dois quintos dos infernos. São 40%, e 10% mais são dados aos banqueiros. E quem é a mãe dos banqueiros? A Dilma é a mãe do PAC! E a dos banqueiros? Não, não são as nossas esposas, não; são eles mesmos. Mãe dos banqueiros.

O Itaú e o Bradesco estão brigando para ver quem ganha mais dinheiro no mundo. Estão brigando e enganando os velhinhos, os aposentados, com defeitos visuais, com hipermetropia, que chamamos de vista cansada, e fizeram uns contratos de empréstimo consignado. E os velhinhos não podem pagar mais! Estão sofrendo, não têm dinheiro para comprar. Há uns até que, pela honra, estão fugindo da vida em suicídio.

Está ali o Paim, querendo resgatar e apagar essa nódoa da nossa sociedade: o fator redutor previdenciário.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É para terminar, não é?

Eles pagaram 35 anos com contrato, que o Governo não obedece. Pagaram para aposentarem-se com dez salários mínimos, e estão recebendo quatro; com cinco, e estão recebendo dois. Essa é a verdade!

Aí, Luiz Inácio, na sua fala fácil, vem cacarejar e diz: “Eu não devo mais ao FMI, aos bancos internacionais”. Eu, Presidente da República, deveria lá, mas pagaria aos velhinhos, aos aposentados, aos funcionários públicos, que, por mais de uma década, estão sem aumento.

Então, essa é a realidade, e essas as nossas palavras aqui para contestar. Cadê a ZPE do Piauí, Heráclito? Está aqui, passou na Câmara, vamos aprovar, mas ela vai caducar daqui a pouco mais de cem dias, se o Governo do PT não fizer um programa, se não liberar os terrenos. E nós encravamos, acreditando nesse orçamento, os recursos necessários para o Porto de Luís Correia, que foi iniciado no Governo de Epitácio Pessoa.

A estrada de ferro está parada, os tabuleiros estão parados no Piauí. Tem uma ponte que eles levam oito anos fazendo, quando, no mesmo rio, eu fiz uma em noventa dias, e o Heráclito, no mesmo rio, em cem dias. O pré-metrô de Alberto, o Hospital Universitário,

A Transcerrado, a ponte de Luzilândia. Eu pediria aqui a Sua Excelência o Presidente da República o que é fácil: vamos terminar as obras inacabadas.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria apenas dizer: “Presidente Luiz Inácio, os aloprados estão mentindo, os aloprados estão lhe enganando. Vá, urgentemente, socorrer os irmãos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e vamos terminar as obras paradas no Estado do Piauí, que são mais de trinta, mais de quinhentas neste País”. Essas são as nossas palavras.

E vamos enterrar a corrupção, porque está aí o Tribunal de Contas da União, que disse que, em 33% das obras, há corrupção. E é uma vergonha, Heráclito Fortes. A maioria está em Santa Catarina, e o Piauí ganhou medalha de prata na corrupção de suas obras, porque o Governo de lá é do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIAS/MÊS/ANO	DOCUMENTO A QUE SE REFERE	PÁGINA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	9 mai. 08	REFERE	Notas e Informações	A	3

O engodo do PAC e da ministra

Quem, como nós, teve oportunidade de acompanhar, pela televisão, do primeiro ao último minuto, o depoimento de 9 horas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão de Infra-Estrutura do Senado, na terça-feira, tem razões de sobra para discordar da interpretação predominante na imprensa de que o seu desempenho foi um sucesso – a menos que isso signifique, no caso, capacidade de enganar e sair incólume. Na realidade, ao tratar do tema que ocupou 90% do tempo da sessão, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual, segundo o presidente Lula, a ministra é “mãe”, ela deixou claro que o filho é um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros. Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

É o que lhe permite, fechando o círculo vicioso, alardear como proeza em pedra e cal a contrafação do PAC. E é o que permite à sua

ministra, como fez no Senado, exibir fantasiosos mapas de um Brasil em obras – o advento de um salto quântico em matéria de energia, transporte e comunicações. Mas ela não teria estado tão à vontade para confundir se não compartilhasse com o chefe de uma parcela, ao menos, da proverbial sorte que o protege. A sorte da ministra, anteontem, sentou-se ao seu lado antes mesmo do início de sua exposição preliminar. Foi quando o senador José Agripino Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, produziu, quem sabe, a mais desastrosa intervenção de sua carreira – o equivalente a entregar à ministra um revólver apontado contra si próprio. O senador insinuou que ela talvez viesse a mentir no depoimento, da mesma forma que mentira quando esteve presa no regime militar, como lembrou numa entrevista.

A enormidade deu azo a que Dilma falasse dos padecimentos que sofreu durante três anos de cativeiro, o que pôs abaixo seja lá o que a oposição imaginava usar contra ela a propósito do dossiê dos gastos palacianos no primeiro governo Fernando Henrique, confecciona-

do na Casa Civil. Como se sabe, esse, e não o estado de coisas do PAC, foi o motivo principal da convocação conseguida pelos oposicionistas, na terceira tentativa, graças a um cochilo da base do governo naquela comissão temática. Senhora da situação – com adversários assim, para que aliados? – a ministra disse o que bem entendeu sobre a origem e a finalidade do “banco de dados” – e passou o resto do tempo, mais de 90% das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que senadores oposicionistas como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, e principalmente Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança quando mostrou que esta permanece na incubadora: com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. Ninguém cobrou da ministra, com a severidade necessária, que dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre. Enquanto isso, fazendo toda a legislação eleitoral, Lula passeia pelo País lançando pedras fundamentais – ou seja, inaugurando intenções –, na companhia da “mãe do PAC”, que certa vez chamou um desses factóides de “comício”, num memorável ato falho. A oposição também poderia ter inquirido a ministra sobre a confissão de fracasso embutida numa sua declaração, dias atrás, em Santa Catarina. “O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

A culpa, portanto, é do governo anterior. Mas um detalhe parece ter escapado à reclamante: o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribuiu “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, parabênizo V. Ex^a pela eloquência, pela paixão com que se pronuncia na tribuna desta Casa do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador César Borges.

Em seguida falará o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Jarbas Vasconcelos.

Convido o Senador Mão Santa para retornar à Presidência da Mesa, porque tenho um compromisso inadiável.

O Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande honra que vamos continuar os trabalhos.

O Senador Geovani Borges estava muito regimentalista, colocando tempo.

Convidamos para usar da palavra aquele que, sem dúvida nenhuma, engrandece o Brasil, a democracia e o Senado da República, um gaúcho que é, sem dúvida nenhuma – a democracia fala em Cícero, mas felizes somos nós que não precisamos citar Senadores de outras pátrias, de outras histórias –, o verdadeiro homem, casado com a ética, com a decência, que representa o povo que aqui está: Pedro Simon.

Pedro Simon, a nossa maneira é diferente. Não lhe cedi o aparte porque vi que o Senador estava muito regimentalista e eu quero dizer que V. Ex^a está acima de qualquer regimento. As leis nasceram para servir o homem, e a vida de V. Ex^a é servir aos homens e mulheres do Brasil. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu realmente tinha solicitado um aparte a V. Ex^a e, antes de entrar no meu pronunciamento, vou falar sobre o aparte que eu queria fazer a V. Ex^a.

Não há como deixar de reconhecer um aspecto muito importante, além de todas as suas qualidades, de todo o seu patriotismo e a sua garra: V. Ex^a está marcando uma posição muito importante nesta Casa. V. Ex^a é o grande responsável por este debate que, graças a Deus, estamos fazendo, saindo da rotatividade de medida provisória e de não sei mais o quê. Estamos debatendo os problemas da vida brasileira e do mundo. V. Ex^a estabeleceu a norma que já não tínhamos mais: sexta-feira e segunda-feira. V. Ex^a está aqui às 13 horas e 30 minutos de segunda-feira e às 8 horas e 30 minutos de sexta-feira, telefonando, como telefonou para mim e para muitos outros Senadores:

“Olha, vamos lá para o Senado”. Isso está sendo uma realidade.

As pessoas me dizem que gostam muito de assistir, pela televisão, às sessões de sexta-feira e de segunda-feira porque elas fogem daquele debate que, de certa forma, está cansando: PSDB; PT; Lula; Fernando Henrique; as ONGs de um lado; as ONGs do outro lado; os cartões privados de um lado; os cartões privados do outro lado... Estamos discutindo os problemas da realidade brasileira. V. Ex^a tem esse mérito. V. Ex^a marcará essa história.

E já disse alguém que – e eu digo também – a única coisa de que eu não gostei de Lutero foi o fato de ele abrir a dissidência com a Igreja Católica. Mas Lutero, quando chegou lá e viu a compra de cadeira no céu para a construção do Vaticano, tinha razão no seu protesto. Podia ter feito tudo o que fez e ficado na Igreja Católica e não dividi-la, como dividiu. Mas que os argumentos dele eram profundamente sérios e corretos eram!

V. Ex^a é isto: V. Ex^a veio e desbravou. Nós estamos andando atrás de V. Ex^a, cumprindo nossa parte até por obrigação. Se V. Ex^a não o estivesse fazendo, nós não estaríamos. Se V. Ex^a não tivesse, ontem, antes de sair daqui, insistido comigo, se V. Ex^a não tivesse, hoje de manhã, me acordado para dizer “vá lá”, eu, talvez, não teria vindo – e acho que muitos dos que estão aqui também. Esse mérito eu quero dar a V. Ex^a, com muita alegria.

Nós somos amigos de muita intimidade. V. Ex^a tem qualidades e defeitos. Não é defeito, mas é da característica de V. Ex^a exagerar nos elogios a seus amigos. Mas não sou nada do que V. Ex^a disse. Mas sou, sim, como V. Ex^a, preocupado com a verdade e em debater as grandes causas de nosso País. Eu tenho grande orgulho de nossa amizade, do carinho que nós temos e vejo o esforço que V. Ex^a vem fazendo neste grande debate na história do Brasil.

Hoje vou falar, Sr. Presidente, e tenho falado... Eu vou deixar para segunda-feira a continuação do debate que fiz nesta Casa sobre a Floresta Amazônica, sobre o projeto que votamos aqui que trata das terras que o Governo Federal concede por 40 anos, renováveis por mais 40. Consegui apresentar uma emenda, que foi aprovada, por unanimidade, na Câmara e no Senado, e o Lula vetou e fez a primeira concessão: 95 mil hectares por 40 anos. O procurador entrou em juízo, e a desembargadora acatou, mandou suspender a entrega, dizendo que tinha que cumprir a Constituição, que manda ouvir o Congresso antes de fazer a entrega, e a lei, que tinha sido vetada.

Fiz aqui um apelo ao Ministro Tarso para que convencesse o Lula a aceitar o pedido da desembar-

gadora e mandasse a lei para cá, para que o Lula não fique na história, para que, daqui a 40, 50 anos, nossos filhos e os dele não digam: foi o Lula, lá em 2008, que deu a primeira concessão – 90 mil hectares – para uma empresa. Foi ali que começou a universalização da Amazônia.

O que o Lula fez? Recorreu da decisão da desembargadora, foi para o Supremo, e, para surpresa minha, embora eu reconheça que é decisão e que tenho que respeitar, o Ministro do Supremo acatou, e o Presidente Lula vai assinar a primeira entrega dos 90 mil hectares, começando aqui, pelo Presidente Lula, a universalização da Amazônia.

Mas eu não vou falar deste assunto agora. Eu só estou falando porque eu quero desabafar, porque saiu no jornal de hoje. Eu quero desabafar a minha mágoa com o Presidente Lula e a minha mágoa com o Ministro Tarso, pois eu mandei um ofício para ele. Não tive resposta, mas fiquei na expectativa de que ia acontecer alguma coisa. E o que aconteceu foi isto: o Lula recorreu da decisão da desembargadora, foi para o Supremo, ganhou na Presidência do Supremo. E eu lamento, com todo o respeito. E vai começar.

Eu vou dizer aqui – e quero fotografia –, quero conclamar aqui: começou a internacionalização da Amazônia, com o Lula entregando para uma empresa 95 mil hectares de terra lá na Amazônia, o que pode ser prorrogado por mais 40 anos – são 80. Essa empresa para quem ele vai entregar pode fazer um entendimento com uma multinacional, de onde tiver; pode pegar o empréstimo que quiser e pode dar como garantia essas terras. Vai pegar empréstimo lá fora, de qualquer multinacional, e dar como garantia essas terras.

E sobre isso o meu querido Presidente do Supremo não parou para pensar: despachou. E o Presidente Lula marcou o seu nome. Está na biografia dele. Meus filhos, meus netos, os netos dele vão dizer: tudo começou quando o Presidente Lula começou a internacionalização da Amazônia.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse que vai discutir este assunto na segunda-feira. Portanto, eu vou deixar também para fazer comentário na segunda-feira, mas eu não poderia deixar de me congratular com V. Ex^a. Eu tenho dito sempre que V. Ex^a, embora seja um gaúcho, é, acima de tudo, um brasileiro e um amazônida de primeira linha. V. Ex^a conhece a Amazônia e defende a Amazônia como poucos amazônidas, inclusive. Quero dizer que V. Ex^a merece – e vou propor ao Governador do meu Estado – a mais alta comenda do Estado, que é a do Forte São Joaquim, porque realmente essa defesa da Amazônia precisa ser feita por brasileiros como V. Ex^a, que estão acima de qualquer suspeita, porque, quan-

do somos da Amazônia e a defendemos que não no viés ortodoxo aí da linha do Presidente Lula, somos chamados de conservadores, direitistas. Parabéns! Na segunda-feira, quero participar do debate com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De coração, muito obrigado.

Sr. Presidente, V. Ex^a permite, presidindo este trabalho, nesta manhã de sexta-feira, que a gente aborde aqui com tranqüilidade grandes temas desta Nação. Tenho pretendido fazer isso. Falei sobre a Amazônia, sobre os gaúchos do Rio Grande do Sul percorrendo o Brasil e hoje quero falar num assunto que, de certa forma, está esquecido.

Vamos reconhecer que a Vale do Rio Doce – ou com o novo nome, A Nossa Vale – é uma empresa vitoriosa. É. Temos orgulho dela. Temos. Não pretendemos... Pelo amor de Deus pretender alguém imaginar que passe pela minha cabeça mexer na Vale ou na sua privatização. Ela vai muito bem. Está ótima. E fico feliz. Mas tenho que voltar a analisar aqui, Sr. Presidente, o que aconteceu lá na privatização, quando estivemos nesta tribuna, quando debatemos, quando até, no nosso debate, um Ministro caiu, renunciou, mas este assunto merece ser analisado, porque, num momento, a história vai julgá-lo.

Lembro-me, Sr. Presidente, de todas as insinuações, de todas as evidências e as dúvidas que foram levantadas à época sobre a avaliação e a modelagem para o leilão daquela que foi chamada “a jóia da coroa”: a Vale do Rio Doce. Todos os jornais, todas as revistas semanais noticiaram a possível participação do Governo na montagem do Consórcio Brasil, por intermédio do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, então Diretor do Banco do Brasil.

Olhem a **Veja** da época:

Propina na privatização

Ricardo Sérgio de Oliveira, o homem dos fundos de pensão, ex-caixa da campanha do tucanato, e a história dos R\$15 milhões pedidos ao consórcio que comprou a estatal Vale do Rio Doce. Dois ministros confirmam a história: R\$15 milhões na Vale.

Telespectadores, é a *Veja* de 8 de maio de 2002. Essa revista eu trouxe a esta tribuna, debati, analisei, pedi informações ao Governo, fiz o que podia fazer. Não adiantou.

Quem não se lembra do tal “limite da irresponsabilidade”, expressão utilizada pelo mesmo Executivo na montagem de um dos leilões afinal confirmados pelo martelo do leiloeiro?

“Limite da irresponsabilidade”. Estamos chegando ao limite da irresponsabilidade, e mesmo assim foram até o fim.

O brilhante jornalista Elio Gaspari, pelo qual eu tenho um respeito e um carinho muito grande, falava, não em privatização, privatária. Privatária! E o Sr. Joseph Stiglitz, ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, insuspeito, portanto, foi ainda mais longe. Chamou o processo, Presidente, de propinização. Propinização: estatizar a propina, e não privatização.

Portanto, num cenário como este, não se pode dizer que os preços mínimos são apenas uma referência para o mercado cuja competitividade cuidaria de estabelecer os preços reais. Ou seja, o tamanho dos ágios com privatária e propinização, não há competição.

Como eu disse, o preço mínimo e o modelo formal de privatização da Vale foram elaborados pela Merrill Lynch, empresa norte-americana – longe de mim –, sem uma investigação mais apurada, qualquer tipo de suspeição.

Acontece, meu querido Presidente, que o método de avaliação utilizado em todas as privatizações envolve aspectos puramente subjetivos nas montagens do cenário. E, como se sabe, o subjetivismo é contraditório e caminha de mãos dadas.

O método utilizado para avaliação da Vale e das demais empresas estatais privatizadas dentro do Programa Nacional de Privatização do Governo passado foi chamado de fluxo de caixa descontado. Abro aspas: fluxo de caixa descontado.

Em termos bastante simplificados, são definidos cenários possíveis para a atividade desenvolvida pela empresa por um número de anos e antecipado o possível fluxo de caixa a partir da projeção das receitas e das despesas. Ou seja, meus irmãos, mostra-se um cenário que leva em conta diversos componentes como projeções macroeconômicas: taxa de juros, mercado de matéria-prima, mercado dos produtos acabados, entre outros, projeta-se ano a ano o que se espera acontecer no futuro e antecipa-se para o presente a diferença entre as receitas e as despesas da empresa.

Esse é, na nossa vista, grosso modo, o valor atual da mesma empresa. É diferente da avaliação através das quantificações materiais e financeiras do patrimônio atual da empresa.

Ora, cenários futuros podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, ou, quem sabe ainda, que pode buscar elementos mais ou menos pessimistas, dependendo de eventuais interesses.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, desculpe interrompê-lo, mas, pela importância do pronunciamento e pela importância

do que V. Ex^a significa, o nosso importante Líder democrata desta Casa vai presidir a sessão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É com grande honra para mim que continuo a ouvir a palavra do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu me emociono com a presença de V. Ex^a, Sr. Presidente. Disse muito bem o Senador Mão Santa: a presença de V. Ex^a, nesta sexta-feira, aqui é motivo que honra o nosso Congresso e mostra que V. Ex^a está realizando um trabalho excepcional, Sr. Presidente, e está tendo vitórias positivas. E nós confiamos muito no trabalho de V. Ex^a. A atitude firme de V. Ex^a, por exemplo, com relação às medidas provisórias; a atitude firme de V. Ex^a com relação à medida e à forma com que veio a Ministra depor aqui, e V. Ex^a sentado ali, assistindo. E nós sabemos que, naquele grande movimento, além do prestígio que merecia a Ministra, foi a sua presença a garantir a tranqüilidade. Tenho certeza de que a sua presença foi um grande fator para que o debate se desse em níveis elevados. À margem de qualquer discussão de “a” ou de “b”, o debate se manteve nos níveis que a Casa merece.

Ora, cenários futuros, repito – e repito porque é importante –, podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, quem sabe buscando elementos mais ou menos pessimistas, dependendo dos interesses. Volto a repetir: por exemplo, o cenário mundial para um determinado produto não é dos melhores, assim, serão utilizados indicadores de avaliação que pressionarão para baixo as receitas da empresa, ou podem-se gerar cenários que potencializem as despesas dessa mesma empresa, que as matérias-primas que ela utiliza, por exemplo, tenham preços ascendentes no futuro.

Para cada empresa privatizada foram realizadas duas avaliações independentes. Se as avaliações apresentassem uma diferença acima de um percentual determinado, contratava-se um terceiro avaliador.

Ora, para empresas estatais de tamanho tão significativo poderia se esperar que esse percentual fosse ultrapassado em muitos casos. Não foi o que aconteceu. Foram poucos os eventos em que se necessitou contratar uma terceira avaliação.

Essa análise deve ser feita com profundo levantamento do que aconteceu.

Por que em tão poucas, quase nenhuma, privatizações foi necessária uma terceira avaliação?

Dizem muitos que os economistas são especialistas em projetar passado.

Olha, ao longo da minha vida pública, eu tenho analisado muito a presença dos economistas. Eu tenho um carinho muito grande pelos economistas, mas tam-

bém acho que muitas vezes os economistas servem para o que a gente quer.

Na época do Delfim, eu me lembro muito bem, desde o que se achava o milagre brasileiro. Eu nunca me esqueço, lá no Rio Grande do Sul, meu Presidente, quando se disse que o Delfim era o rei do milagre brasileiro, os Estados Unidos atravessavam uma crise. Os Deputados da Arena diziam que tinham mandado um requerimento ao Embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil para que convidasse o Delfim para orientar os americanos sobre como sair da crise. Economista tem para tudo.

Dizem muitos, Sr. Presidente, que os economistas são especialistas em projetar o passado. Há, inclusive, uma brincadeira que dá conta de que o camelo é um cavalo projetado por uma equipe de economistas. E deu no que deu.

Um presidente americano disse, certa vez, que gostaria de contratar, meu querido Mão Santa, um economista maneta, com um só braço. É que, toda vez que ele pedia uma orientação para o seu assessor econômico, tinha uma resposta: “Bem, por um lado, pode ser isso; por outro lado, pode ser o contrário”. Ele queria, portanto, um economista maneta, que tivesse um lado único, que não pudesse dizer os dois lados.

Tenho dúvida se um possível e aparente desvirtuamento no valor do preço mínimo da Vale tenha ocorrido por erro de avaliação econômica. Tudo indica que os economistas da Merrill Lynch seguiram orientações eminentemente políticas. A construção de cenários parece ter-se encaminhado por decisões que fogem à ciência econômica, que se aproximaram dos interesses envolvidos no resultado do leilão.

É impossível que os economistas da Merrill Lynch sejam tão incompetentes a ponto de desconhecerem situações óbvias de projeção de mercados. Como eles calcularam os fluxos de caixa, descontados ou antecipados, relativos a um número significativo de anos e chegaram a um valor menor que o lucro atual da empresa em apenas três meses? Eles chegaram a um valor de quanto custaria a privatização da Vale a um custo menor que o faturamento de apenas três meses, meu querido Paim.

Erro de cálculo? Uso de indicadores inadequados? Problema do método de avaliação? Montagens incorretas de cenários? Orientação política direcionada? Má-fé? A pergunta está no ar.

Por problemas na montagem de cenários, não se considerou devidamente a emergência do mercado chinês para o consumo do aço, por exemplo. E olhem que, àquela altura, os dados de que aconteceria uma

explosão de desenvolvimento na China já estavam indicados. Não que se chegaria ao milagre fantástico que está aí, mas estavam indicados. Por problemas de método de avaliação, não se levaram em consideração reservas de minérios que, mantido o consumo da época, dariam para mais quatrocentos anos – quatro séculos! – de atividades da Vale! Repito: um estoque de minério que entrou no negócio por valor zero! Pelo mesmo motivo, não se deram conta de minerais os mais estratégicos para o futuro da humanidade. Futuro, e não passado. Dariam para quatrocentos anos as reservas.

Repito: eu não estou discutindo, neste discurso, a privatização da Vale, que já foi feita. Nem os seus lucros atuais e futuros que, por todos os motivos possíveis, espero sejam cada vez maiores. A Vale é, hoje, a nossa grande empresa multinacional. Tínhamos a Varig, que o Governo ajudou a enterrar. Temos a Vale. Desejo, inclusive, que as aquisições de outras empresas de mineração do mundo pela Vale sirvam para engrandecer ainda mais a nossa empresa, mas que não se corra o risco, com isso – e quero chamar atenção para isto aqui, meus queridos Senadores –, de transferência futura das decisões para outros países. A Vale é brasileira e assim tem de continuar, brasileira, apesar de todos os interesses internacionais que ainda pairam sobre as suas atividades.

Reforço: o que me traz à tribuna neste momento não é analisar a privatização no sentido de tentar qualquer coisa em contrário, mas tenho reiterado a minha preocupação, quando se noticia, com o devido louvor aos novos lançamentos da Vale. O controle acionário da mineradora foi vendido, ainda assim com ágio, por pouco mais de R\$3,3 bilhões. Isso também sem contar os incentivos dados aos compradores para aquisição da empresa, por esse preço.

Para se ter uma idéia, somente nos últimos cinco anos, os lucros líquidos da Vale chegaram a R\$55 bilhões. Repito: os lucros dos últimos cinco anos da Vale chegaram a R\$55 bilhões! Sr. Presidente, ela foi vendida por R\$123,3 bilhões, dinheiro dado pelo BNDES. Dinheiro dado pelo BNDES!

Como explicar ao povo brasileiro, verdadeiro proprietário da Vale, essa diferença entre os cenários projetados e a realidade observada? Profissionais do setor diziam, naquele final de década, que o patrimônio da Vale estaria próximo dos R\$100 bilhões. Naquela época, na época em que ela foi privatizada, os técnicos diziam que o patrimônio valeria R\$100 bilhões. Foi vendida por R\$123,3 bilhões. Nos últimos cinco anos, o lucro foi de R\$55 bilhões.

Se as decisões que levaram ao preço mínimo não se orientaram apenas por critérios econômicos; se decisões políticas determinaram a construção dos cenários, no sentido de subestimar o preço mínimo para o leilão, então, nada mais lógico que submeter o preço mínimo da Vale a uma investigação política.

Como se trata de recursos públicos, de todos os brasileiros, cabe ao Congresso Nacional a missão constitucional de proceder à reta investigação sobre as decisões que orientaram a avaliação da então Companhia Vale do Rio Doce.

Como se deu a avaliação? Sob que orientação? De quem? Segundo que interesses? Foi uma privatização nos melhores moldes, ou foi uma “privataria”, como definido pelo jornalista Élio Gaspari? A venda do controle acionário da Vale foi orientada segundo critérios moldados pela ética, ou, como na definição de Stiglitz, o que ocorreu foi uma “propinização”? Caso afirmativo, quem foram os responsáveis? Como ressarcir o povo brasileiro pelas possíveis perdas na subestimação do preço da empresa?

Repito pela milésima vez: não estou propondo a reestatização da Vale, pelo amor de Deus! Não estou propondo que se faça qualquer questão que complique o futuro da Vale; pelo amor de Deus! O que estou afirmando é que o Congresso Nacional não pode permanecer omissos sobre um assunto que já motivou inúmeras ações ao Judiciário, no sentido de que se investigue, com maior clareza, como se deu o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Não se pode atribuir a tamanha diferença entre o lucro projetado e o real objetivado apenas a uma possível incompetência – eles foram incompetentes! – política e administrativa da empresa nos seus tempos de estatal. Afinal – vamos esclarecer aqui porque é muito importante –, a Companhia Vale do Rio Doce foi administrada durante longo tempo pelo Sr. Eliezer Batista, respeitado pelo próprio mercado como dos mais competentes profissionais do setor, a quem se atribuía a honraria de ser chamado “o engenheiro ferroviário que ligou a Vale ao resto do mundo”. Então, a Vale não estava sendo orientada por pessoas incompetentes e incapazes; o grande líder empresarial Eliezer Batista estava no seu comando.

O melhor instrumento de investigação para que o Congresso cumpra o seu dever é talvez criar até uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O lucro da Vale do último ano demonstra muito bem a importância da empresa para o País e para o povo brasileiro. Não há como passar ao largo de todo o processo que levou à sua privatização. Esse é um papel que cabe consti-

tucionalmente ao Congresso Nacional. Não há outra instituição mais legítima do que o próprio Congresso. Somos eleitos democraticamente para representá-lo no que tange ao que lhe pertence por lei, lei que foi concebida e votada neste mesmo Congresso Nacional.

Que os lucros da Vale sejam cada vez maiores nos anos que ainda virão. O nosso orgulho será também crescente na mesma ou em melhores propostas que serão feitas. Mas, com base no método utilizado para cálculo de seu preço mínimo para leilão, quanto maior esse lucro, maior a desconfiança de que foram desvirtuados os cenários que abrigaram a sua avaliação. Essa mesma desconfiança será dissipada somente quando todas as dúvidas que ainda pairam sobre o processo de alienação da Vale forem devidamente esclarecidas.

Ora, Sr. Presidente, digo-lhe com toda sinceridade, eu poderia lembrar aqui a manifestação do Senador Wellington Salgado, por Minas Gerais, no caso do recebimento de *royalties* pelos locais onde se encontram as matérias-primas. Locais que dormem sobre sagradas riquezas e acordam, muitas vezes, com profundas crateras e montanhas decepadas. Vão-se lucros bilionários e ficam retribuições relativamente diminutas.

Os números falam por si. Referem-se ao percentual que cada empresa paga para poder retirar as riquezas minerais do solo. Diamantina é exemplo dos mais ilustrativos, a começar pelo nome. Quanto a população local recebe pela extração? Apenas 0,2% do faturamento líquido das empresas que exploram os seus minérios. Diamantina, em Minas Gerais, fica com apenas 0,2% do faturamento das empresas que exploram a riqueza mineral.

No caso do minério de ferro, enquanto a Austrália cobra das empresas 5 a 7,5% do valor da mina, no Brasil, o percentual é de 2% do faturamento líquido. Mas, como eu disse, esse não é o tema central do meu discurso. O que me move neste dia é o questionamento do valor estimado pela empresa americana de avaliação para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

Olha, Sr. Presidente, é interessante observar que os personagens principais que advogaram essa idéia de que os preços mínimos são apenas referência, muitos deles se deslocaram para importantes diretorias das empresas privatizadas ou para as empresas compradoras, principalmente bancos e financeiras, após os longos leilões.

História que parece se repetir depois dos leilões.

Agora mesmo, os jornais mostram que o BNDES, gestor de nosso programa de privatização, acaba de conceder um limite de crédito no valor de R\$7,3 bilhões – o maior financiamento já concedido pelo BNDES: R\$7,3 bilhões! – para a Vale do Rio Doce.

Ora, poderia constituir uma decisão normal para uma empresa do porte da Vale. Mas o que chamou a atenção, e isso tem causado constrangimento ao próprio corpo técnico do BNDES, é que – prestem atenção, meus irmãos! – exatamente o negociador pelo banco desse empréstimo de R\$7,3 bilhões, o diretor que negociou o empréstimo, tomou posse como diretor de planejamento estratégico da Vale logo após assinar o contrato. Quer dizer, esse mesmo funcionário trabalhou pela liberação do empréstimo de R\$7,3 bilhões, como diretor do banco, e pulou para o outro lado da administração para administrar o dinheiro na Vale.

Eu sou um admirador e acho que o Lula acertou nas duas vezes: os dois presidentes da Vale, o anterior e o atual, são duas pessoas por quem eu tenho muito carinho, por quem eu tenho o maior respeito. Eram do grande grupo dos economistas que acompanharam a luta sempre com denodo, paixão, amor. O Lessa e o Coutinho, um melhor que o outro, na competência e na dignidade. E acho que o Presidente do BNDES, por quem eu coloco a minha vida como garantia da sua seriedade, algumas providências ele tem que tomar.

Essa história, por exemplo, que está acontecendo agora com um tal Deputado aí. Dizem que foi um funcionário que saiu do gabinete do Deputado lá da Força Sindical para ir para a direção do banco, e foi ele que deu o dinheiro. Claro que não passa pela cabeça de ninguém que o presidente do banco tenha alguma coisa com isso. Mas está na hora de tomar algumas providências.

Acho que o banco, meu querido presidente, meu amigo, meu irmão, assino pela sua dignidade, pela sua seriedade, pela sua credibilidade, pelo seu respeito, o senhor não tem nada que ver, mas o senhor é o presidente. A imagem do BNDES está atravessando um momento muito delicado, e é importante que você tome providência. Tome providência, já, para fazer alguma coisa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, os seus pronunciamentos aqui feitos, principalmente nas sextas-feiras, são verdadeiras aulas para o País, pela sua experiência e, acima de tudo, porque V. Ex^a se aprofunda no tema que traz à tribuna com fatos históricos, não vem do improviso. Daí por que esses pronunciamentos feitos por V. Ex^a têm tido repercussão seguida na imprensa. V. Ex^a mostrou as

duas Vale: a estatizada e a privatizada. A estrutura da Vale estatal era um mastodonte. Pesada. Um verdadeiro abrigo para candidatos derrotados, colocados nos seus conselhos, nas suas diretorias. E esse mastodonte não andava; dava prejuízos ao País, seguidamente. Eu não discuto a maneira como foi feita a privatização, porque não conheço. Mas venho pelo resultado que V. Ex^a mesmo reconhece: a dimensão internacional que a Vale do Rio Doce tomou. Como brasileiros, não podemos desconhecer o grande salto que a empresa deu, sendo respeitada no mundo inteiro por competitividade e estando entre as maiores. V. Ex^a tem absoluta razão. Eu não queria estar na pele do Dr. Luciano Coutinho, neste momento. Nós nos conhecemos. Até onde o conheço, é um homem sério; um idealista e não um carreirista. Soube esperar seu tempo. Ocupou funções, saiu de funções. É um professor respeitado e acreditado no Estado de São Paulo. Vamos a duas etapas. A primeira delas refere-se ao episódio envolvendo um diretor do BNDES, tirado do aparado partidário e colocado naquele órgão, que, no uso do exercício do cargo, começa a fazer política da pior espécie e da pior qualidade. E aí o que é triste de se ver, Senador Simon, é o envolvimento desse diretor com suspeitas de corrupção, com beneficiamento a prefeituras e liberação de projetos de finalidade duvidosa, e, acima de tudo, a farra do boi que acontece neste País, Senador Pedro Simon, com as ONGs. Não existe um setor na administração brasileira atual que não tenha uma ONG a respaldar militantes, facções partidárias, pelo menos até onde nós chegamos até agora. É lamentável que, cada dia mais, eu tenha convicção de que a CPI das ONGs é oportuna e que foi justa, Senador Garibaldi Alves, a sua prorrogação. Na questão da transferência do diretor do BNDES para a Vale, eu queria apenas raciocinar com V. Ex^a. O BNDES é acionista da Vale do Rio Doce, é responsável pela sua gestão. Não conheço o diretor, não conheço as circunstâncias, mas estou apenas falando em tese. Será que a transferência do diretor do BNDES para a Vale não foi feita exatamente para que, em nome do banco, que é acionista, ele fiscalize as ações da empresa? É uma questão que precisa ser avaliada. Estou falando em tese, porque nós tivemos em outros casos, inclusive do Banco do Brasil, diretores deslocados para essas companhias, para essas empresas grandes, das quais participam. Eu não conheço o diretor, não conheço o caso, mas quero apenas levantar essa questão. Porque acho difícil o Dr. Luciano Coutinho, neste caso no qual ele tem uma ingerência direta, diferentemente das futuri-

cas do seu diretor, ele participar de um ato menos nobre, num deslocamento que não fosse de interesse do banco. Estou sendo até advogado do diabo, porque sou opositor, mas eu quero fazer justiça a um homem com quem nós convivemos e pelo qual eu tenho respeito. Até para mostrar que neste Brasil nem tudo está perdido. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a. Primeiro, não vamos colocar a figura do presidente nesta questão. O presidente não tem nada a ver com isso. Em segundo lugar, veja como V. Ex^a tem um espírito grande: V. Ex^a é dos Parlamentares mais duros nesta tribuna e muitas vezes nas críticas. No entanto, agora V. Ex^a vem a mim, que considera uma pessoa imparcial, quando está certo, quando está errado, me chamar a atenção para um fato. Será que eu não estou errado? Será que esse diretor não deu o dinheiro e está lá na Vale para cuidar como é que o dinheiro vai ser aplicado? Se for isso, eu venho a esta tribuna pedir, por amor de Deus, mil desculpas porque eu estava muito errado. Mas V. Ex^a que disse há pouco tempo que é ONG de um lado, que é outra coisa de outro lado, que as questões são de uma irregularidade total, de repente, está apresentando uma proposta. Nós estamos diante de um caso espetacular. O homem deu um empréstimo de R\$7,3 bilhões e, ao mesmo tempo, é colocado lá, para ver como é que o dinheiro vai ser aplicado. É uma questão. Se isso for adotado como princípio e como norma, nós teremos diretores do banco nas várias empresas que contraírem empréstimos do BNDES. Eu não acredito, mas, de qualquer maneira, é uma proposta realmente importante.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Há uma diferença. A Vale é sócia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode ser que a Presidência do BNDES venha e nos diga: “Olha, aconteceu isso sim, não queria dizer, mas já que apareceu, veio a público, sim. Nós demos um empréstimo tão grande quanto esse, de R\$7,5 bilhões, e o cidadão saiu daqui e foi pra lá para ver como esse dinheiro é aplicado”.

Até hoje, não vi nenhum exemplo desse, mas, se for assim, vamos analisar. Mas acho muito difícil, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, eu volto a lhe dizer: a minha preocupação e cautela é com...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que V. Ex^a é tão duro e tão áspero em algumas críticas, e, de repente, V. Ex^a vem em uma perspectiva de preocupação e com uma cautela, que eu acho sensacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Preocupado com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu admiro V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Preocupado com a biografia de V. Ex^a, e menos com a minha. A minha, eu não tenho de preservar. A de V. Ex^a, sim, porque V. Ex^a é um homem que participou da história deste País. E eu queria apenas levantar essa questão, até porque o BNDES é sócio da Vale do Rio Doce.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu volto a dizer o seguinte: eu acredito que V. Ex^a fez uma afirmativa muito importante. Acho que é mais uma tese que está colocada em jogo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem sabe o presidente vem nos ver, e eu terei de vir aqui e dizer: “Olha, eu peço desculpas. Houve uma contradição. Está lá no contrato que deram 7 bilhões”. Mas esse Senador sai daqui e vai lá para ver como é que o dinheiro vai ser aplicado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço, Senador Simon,...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se acontecer isso, eu venho aqui dizer: “Que coisa fantástica!”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não conheço os detalhes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nem eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não conheço os detalhes, mas estou levantando...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu conheço é a opinião pública, a manifestação de várias pessoas, estranhando esse fato.

Agora, V. Ex^a levanta um ponto e, por isso, eu volto a dizer: “Manifeste-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”. Se for o que diz o ilustre Senador, eu volto a esta tribuna para pedir desculpas. Olha, foi um gesto muito importante.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A mesma coisa eu farei, Senador Simon, e vou me aprofundar nesse fato, se descobrir daqui para hoje ainda ou segunda-feira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concorde com V. Ex^a somente se isso não for de boca para boca. Se foi essa a decisão que eles tomaram, deve estar em alguma ata, por exemplo, a ata que deu o dinheiro. E o senhor fulano de tal vai lá para ser diretor, para acompanhar. Deve ter alguma coisa escrita. Concorde V. Ex^a?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concorde. Até porque...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não pode ser de boca pra boca.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E se tiver essa coisa escrita, eu vou ler aqui e vou pedir desculpas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Até porque, veja bem, a minha outra dúvida é se o BNDES, como acionista, não tem direito também a participar da direção da Vale. Estou falando em tese.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Bom, se for isso, o homem devia ser outro e não o que deu dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim. V. Ex^a tem razão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se for isso, o problema é dar um outro nome e não o cara que deu R\$7,3 bilhões, depois ir lá para administrar os R\$7 bilhões.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a tem absoluta razão. Não estou defendendo esse cidadão porque não o conheço. Estou falando...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nem eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou falando, única e exclusivamente, da participação do BNDES na diretoria do banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostei muito do seu pronunciamento. Gostei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Achei V. Ex^a oportuno. Até fico magoado comigo mesmo. Como é que eu não me dei conta disso? Vai ver ele está lá em nome do BNDES para ver a aplicação do dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Tribute isso ao zelo que tenho por V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, eu fico emocionado.

E estou dizendo aqui: “Meu presidente, se V. Ex^a mostra, lá no documento que foi um empréstimo de R\$7,3 bilhões... Adendo: o Sr. Fulano de Tal sai daqui, vai lá para, em nome do banco,...”. Não é o ideal, mas já é alguma coisa. Não devia ser ele, mas já é alguma coisa. Se tiver isso no documento que deu o dinheiro, eu venho para esta tribuna ler. Tomará que seja!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me desculpe, mas é o zelo que tenho pela biografia de

V. Ex^a, que eu acompanho de maneira emocionada e admirada, ao longo do tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Além disso, uma questão muito importante aqui. Foi num debate – V. Ex^a não era Senador ainda, parece até que acompanhou – no plenário. Os ministros vieram debater aqui no plenário. Foi uma discussão célebre, em que um ministro terminou pedindo a renúncia, aqui no Senado Federal, do cargo que ele tinha no ministério.

Havia a versão corrente, durante o programa da privatização da Vale, que havia acordos prévios entre as empresas avaliadoras, o BNDES, que era o gestor do programa, e os pretendentes na aquisição das empresas. Que os leilões, em muitos casos, nada mais eram do que formalizações, de combinações costuradas antes de os leiloeiros baterem o martelo.

A CPI do Congresso Nacional, em 1993, que procurou investigar as primeiras privatizações detectou um ajuste prévio entre compradores, vendedores, gestores e avaliadores.

O leilão da Vale parece que não fugiu à regra. Era voz corrente no Brasil, à época, que a empresa de mineração seria arrematada pelo consórcio Valecon, liderado pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, com a participação dos principais Fundos de Pensão, como a Previ, do Banco do Brasil, a Funcep, da Caixa Econômica Federal e a Petros, da Petrobras. Isto era voz corrente: “Quem vai ganhar a Vale é o Sr. Antônio Ermírio de Moraes; um dos maiores empresários brasileiros, de maior conhecimento da matéria, da maior responsabilidade, e os Fundos já estavam acertados”. Esta era a voz corrente. Peguem os jornais da época, e as manchetes todas diziam que o Grupo Votorantim ganharia.

Pouco tempo antes do leilão, os mesmos Fundos de Pensão mudaram de lado e se juntaram ao Consórcio Brasil, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, que arrematou, enfim, a Vale. A imprensa deu conta, nobre Senador, na época, de que o consórcio vencedor, embora tamanho envolvimento, foi criado em cinco semanas, e concluído um mês antes da eleição. Estava resolvido. A Votorantim e o grupo fechado, um mês antes criou-se uma empresa, criou-se um consórcio, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, criado cinco semanas e concluído um mês antes da eleição. E ele ganhou.

Insistiu-se muito para ter uma palavra – inclusive eu – do Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Ele não falou. À época, não entendi; depois, entendi. O grupo do Sr.

Antônio Ermírio de Moraes é um grupo fantástico, enorme, potente. Ele não podia entrar numa briga dessa, porque já estava resolvida. Ele tinha outras expectativas e outras questões a serem analisadas. Mas, olha, houve uma série de reuniões.

Na direção, um ministro chamou os representantes, que estavam lá, dos Fundos de Pensão, e foi aí que saíram as célebres palavras: “Nós estamos no limite da irresponsabilidade”. E os Fundos de Pensão, que estavam fechados com a Votorantim, criaram esse grupo do Sr. Benjamin Steinbruch.

Lembro-me de que, na época, quando privatizaram a Vale, vim a esta tribuna e debati muito, muito, muito. O argumento era um, Senador: “Nós temos as maiores reservas de minério, das maiores ou a segunda no mundo inteiro, mas não temos capacidade”. Então, o que tem acontecido, no Brasil, é que não há momento em que não se descubra uma nova reserva de minério, disso, daquilo; descubra-se, coloca-se uma laje; reconhece-se a propriedade; faz-se o alvará, mas, fica-se esperando. E há dezenas ou centenas de reservas que já foram localizadas, já foram reconhecidas, já foram registradas, que já estão ali, com a inscrição em cima, registrada no nome da Vale. E o argumento que se tinha era: “Mas a Vale não tem dinheiro! O que adianta dormirmos em cima do minério e não acontecer nada?” Então, privatizaram a Vale.

Mas, Senador Heráclito, eu dizia o seguinte: vão privatizar a Vale, eu concordo. Mas assim como o Governo, agora, está querendo criar uma nova Petrobras, porque a Petrobras, hoje, é uma empresa de economia mista –, o Governo é majoritário, mas eles juntos, porque é sócio –, então, ele quer criar uma nova empresa, uma nova Petrobras, em que será estatal toda a reserva de pré-sal. Que essa camada toda seja de propriedade do Estado, porque o Governo acha que é um fato novo, dizem que são reservas fantásticas e que vão mudar a história do Brasil. Então, que fique com a propriedade. Correto!

À época, eu dizia o seguinte: vão privatizar a Vale, tudo bem. Mas vamos criar uma empresa. A Vale não está fazendo nada em relação a essas reservas. Estão ali registradas, com uma placa. E essa empresa que vamos criar ficaria com os alvarás. E poderia negociar com a Vale e com quem quisesse, alvará por alvará, e não entregaria todo esse capital, todo o subsolo do Brasil de presente para a Vale. Eu acho que tinha mais do que lógica, tinha mais do que lógica. A Vale privatizaria. As empresas que estavam cuidando da mineração, etc e tal, continuariam, tudo bem! Mas

as reservas, que não tinham nada, seriam de propriedade da nova empresa que a União criaria. Olha que houve um debate bonito! Recebi apoio de jornalistas, comentaristas, economistas, mas o Governo não quis nem tomar conhecimento, Sr. Presidente. Fizemos a convocação de uma reunião na Comissão, e disseram: “É, vamos pensar, não sei o quê...”. Mas não aconteceu nada; lamentavelmente, não aconteceu nada!

Encerro, Sr. Presidente, mostrando que minha preocupação é com fatos que considero importantes. E essa é uma questão que trago à tona, ao mesmo tempo em que volto a repetir: orgulho-me da posição que a Vale tem, hoje, no Brasil e no mundo.

Sou um solitário torcedor para que vá cada vez melhor. E não me passa pela cabeça voltar atrás. Acho que a essa empresa temos de, cada vez mais, dar mais força, mais capacidade e mais poder para que vá adiante mundo afora. É claro que temos de ter o cuidado, lá pelas tantas, no meio das várias aquisições, não terminamos, o Brasil perder o controle do capital nacional e a empresa se transformar numa multinacional, em que o controle não seja isso. Afora isso, tudo o que eu puder fazer para ajudá-la, eu faço.

Agora, esclarecer essa questão que trouxe aqui é a hora, passado o tempo. Quando já está esclarecido, muita gente pensava: “O Lula vai assumir e vai estatizar”. As privatizações eram um medo que se tinha. Muita gente dizia: “Não, o Lula vai voltar atrás, vai estatizar a Vale, vai estatizar várias empresas”. Hoje, isso está superado. Está claro que o Lula – até é uma coisa interessante, eu acho que uma análise deve ser feita, quando a imprensa está anunciando agora, que, das ligações do Presidente Fernando Henrique, uma semana depois da eleição do Lula, com a Embaixadora americana no Brasil, em que ela informava, depois de conversar com o Presidente, que o Governo americano poderia ficar tranquilo que o Lula seria um bom aliado, que a sua política econômica seria positiva e que não traria nenhum percalço com relação a mudanças irresistíveis nos seus rumos. Acho que isso está positivo, mas acho que essa questão pode ser analisada, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA ONLINE

www.folha.com.br

Sexta-feira, 02 de maio de 2008

TV PANASONIC
42"

A PARTIR D

[Notícias](#) | [Especial](#) | [Serviço](#) | [Galeria](#) | [Erramos](#) | [Colunas](#) | [Fale conosco](#) | [Atendimento ao assinante](#) | [Grupo](#)
Em cima da hora | [Ambiente](#) | [Bichos](#) | [Brasil](#) | [Ciência e Saúde](#) | [Comida](#) | [Cotidiano](#) | [Dinheiro](#) | [Educação](#) | [Equilí](#)

dinheiro

[Comunicar erros](#)[Enviar por e-mail](#)[Imprimir](#)

24/04/2008 - 18h56

Lucro da Vale cai 55,8% no trimestre e atinge R\$ 2,253 bilhões

da Folha Online

Atualizada às 19h26

A Companhia Vale do Rio Doce anunciou lucro líquido de R\$ 2,253 bilhões no primeiro trimestre, um resultado 55,8% inferior ao resultado registrado em idêntico período de 2007. O número frustra expectativas de alguns analistas do setor financeiro, que projetavam ganhos em torno de R\$ 4,5 bilhões para a gigante do setor de mineração.

A receita bruta da Vale totalizou R\$ 14,549 bilhões, um decréscimo de 12,5% sobre o primeiro trimestre do ano passado. O Ebitda (lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 6,431 bilhões, um número 25,7% inferior ao registrado no balanço dos primeiros três meses de 2007.

O faturamento da Vale teve impacto principalmente da desvalorização da moeda americana. No balanço, a Vale estima um impacto de R\$ 1,840 bilhões devido à variação cambial. Também concorreu para a queda na receita a variação no preços dos metais, que teve um impacto negativo de R\$ 793 milhões, segundo a contabilidade da empresa.

A variação cambial e monetária também teve forte influência no lado financeiro nos resultados da Vale. O chamado resultado financeiro líquido foi negativo (despesas financeiras superiores a receitas) em R\$ 2,056 bilhões, quase dez vezes o resultado negativo contabilizado no primeiro trimestre do ano passado.

Níquel e alumínio

No balanço, a diretoria da Vale também chama a atenção para o desempenho negativo das vendas de níquel e alumínio. O segmento de minerais não-ferrosos (que inclui níquel, cobre, alumínio entre outros) responde por 40,6% da geração de caixa.

A receita com o níquel somou R\$ 3,27 bilhões, um número 45,1% inferior ao contabilizado no balanço do ano passado. A empresa justifica a cifra por uma queda (29%) no preço médio do mineral, bem como à redução de 7% no volume vendido.

Outro mineral com desempenho negativo foi o alumínio. A empresa apurou uma receita de R\$ 62 milhões, que é R\$ 207 milhões menor que o primeiro trimestre do ano passado, também pelo efeito do preço médio menor.

A receita com os minerais ferrosos (minério de ferro, pelotas, manganês), por sua vez, somou R\$ 7,260 bilhões, um crescimento de 6,6%.

Carta ao leitor

As privatizações e o interesse público

VEJA publica nesta edição uma reportagem em que, pela primeira vez, se exibem evidências testemunhais de que houve um pedido de pagamento de comissão de 15 milhões de reais durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. A história se soma a outra manobra, revelada também por VEJA, em 1998, em que autoridades ligadas ao processo de privatização do sistema telefônico atuaram com empenho pessoal excessivo no erguimento de consórcios para a disputa. Os bastidores da operação foram depois revelados ao país através de um grampo telefônico instalado no BNDES. Os dois casos têm diversos pontos em comum. O mais flagrante é a participação decisiva nos dois episódios de um mesmo alto funcionário do Banco do Brasil, Ricardo

Comemoração da venda da Vale na Bolsa do Rio de Janeiro

Sergio de Oliveira, de reputada eficiência como arrecadador de recursos para campanhas políticas dos tucanos. A exploração política, mais previsível a ser feita tomando como base as revelações da reportagem de VEJA, será o questionamento do acerto das privatizações.

É preciso reafirmar que não existe nenhum argumento racional contra o resultado das privatizações feitas nos últimos sete anos. Elas têm relação estreita com a modernização do país. Com a transferência das telecomunicações ao setor privado, foram entregues em quatro anos mais telefones aos brasileiros do que o modelo estatal conseguiu instalar em trinta. O governo vendeu as teles estatais por 22 bilhões de reais. Quatro anos depois elas já investiram no país 96 bilhões de reais e recolheram aos cofres do governo outros 80 bilhões de reais em impostos. A privatização dos bancos estaduais fechou a torneira de corrupção, desperdício e de realimentação inflacionária que sangrava o Brasil havia décadas. Ao deixar à iniciativa privada aquilo que ela administra melhor que o Estado, o governo FHC prestou enorme serviço ao interesse público.

A história de um pedido de comissão na privatização da Vale e as queixas de Benjamin Steinbruch sobre o comportamento de Ricardo Sérgio, o homem que falava grosso na Previ

Eduardo Dinêgue

O governo tucano realizou duas megaprivatizações em seu primeiro mandato. Em 1997, vendeu a Companhia Vale do Rio Doce. O grupo comprador entregou ao governo um cheque de 3,3 bilhões de reais, o maior já assinado no Brasil em todos os tempos. Em 1998, o governo dividiu o sistema Telebrás em doze companhias e vendeu-as em leilão. A operação gerou para o Tesouro Nacional a quantia de 22 bilhões de reais. Foi a terceira maior privatização do mundo na área de telefonia. Como se vê, os dois processos de venda têm em comum uma coleção de números gigantescos. Mas há outras semelhanças. No início do ano passado, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães fez uma acusação pesada a respeito da privatização das teles. Segundo ACM, teria havido irregularidade na venda de uma delas. Ele contou que o consórcio Telemar, que explora a telefonia fixa em dezesseis Estados, do Rio de Janeiro ao Amazonas, teria feito um acerto para pagamento de 90 milhões de reais para levar o negócio. A

acusação nunca foi comprovada. Agora, ficou-se sabendo que pedido semelhante de comissão pode ter ocorrido também no processo de venda da Vale. O valor é menor, 15 milhões, mas a história é igualmente grave. Nos dois casos, as denúncias recaem sobre uma mesma pessoa: o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, que atuou no passado como um dos arrecadadores de fundos do alto tucanato.

A informação do novo pedido de dinheiro tem como origem o empresário que liderou a compra da Vale e se tornou presidente do conselho de administração da companhia, Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, que hoje controla a Companhia Siderúrgica Nacional, um colosso com faturamento anual de 3,3 bilhões de reais. Depois de arrematar a Vale, Steinbruch andou se queixando do comportamento ético de Ricardo Sérgio e contou a história a mais de um interlocutor. O pedido de dinheiro teria sido o preço cobrado por Ricardo Sérgio, sempre segundo o relato feito por Steinbruch a terceiros, para que fosse montado em torno dele, Steinbruch, o consórcio que venceu o leilão.

VEJA conversou com dois empresários que ouviram o relato de Steinbruch. "Ele me disse que se sentia alvo de um ataque", conta um dos empresários. O outro, que trabalha no setor financeiro, diz algo semelhante: "Naquele tempo, Benjamin andava por aí feito barata tonta, sem saber se pagava ou não", afirma. Na semana passada, VEJA obteve depoimentos formais que confirmam a história. A particularidade desses depoimentos é que eles são dados por expoentes da política brasileira. Um deles é de Luiz Carlos Mendonça de Barros, que presidiu o BNDES durante o processo de venda da Vale, e depois assumiu o Ministério das Comunicações. Acabou perdendo o emprego quando estourou o escândalo das fitas da privatização das teles. A outra autoridade é o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ambos são tucanos.

As versões de Mendonça de Barros e Paulo Renato são semelhantes. E chamam a atenção para aspectos significativos da conversa de Benjamin Steinbruch. De acordo com o relato do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, Steinbruch visitou-o em seu apartamento e, no escritório usado para leitura, disse-lhe ter combinado o pagamento de uma comissão para Ricardo Sérgio. A comissão seria uma espécie de "remuneração" pelo traba-

lho que o diretor do Banco do Brasil teve para reunir os fundos de pensão estatais em torno de seu consórcio. Steinbruch contou que vinha sendo pressionado para pagar o que devia, os 15 milhões. Mendonça de Barros não lembra se eram 15 milhões de reais ou de dólares. "Mas naquele tempo não fazia diferença por causa da cotação, que era próxima", diz o ex-ministro. Essa revelação foi feita a Mendonça de Barros por Benjamin Steinbruch em 1998, cerca de um ano após a privatização da Vale. Ao ser informado sobre a cobrança de comissão, Mendonça de Barros quis ficar longe da história. "Ô Steinbruch, eu não quero me envolver nesse assunto. Não é da minha área", disse o ex-ministro a Steinbruch. Dias depois, durante uma audiência, Mendonça de Barros relatou o episódio ao presidente Fernando Henrique. Conforme relatou a VEJA na semana passada, ouviu como resposta o seguinte: "Eu não sei nada disso e acho que você fez muito bem em não se envolver nesse assunto". FHC não se lembra de ter mantido essa conversa com Mendonça de Barros. "Não

INFORMEI O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na quinta-feira da semana passada, VEJA esteve no escritório do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros para ouvi-lo a respeito do tema central desta reportagem. Eis a entrevista:

Veja — Temos a informação de que o senhor foi procurado pelo empresário Benjamin Steinbruch após o processo de privatização da Vale do Rio Doce e ele fez ao senhor uma queixa. O senhor pode relatar essa conversa?

Mendonça de Barros — Eu era ministro das Comunicações na ocasião desse encontro, ocorrido em 1998. Benjamin Steinbruch pediu para falar comigo e eu o recebi em casa, aqui em São Paulo. Ele veio me dizer que es-

tava enfrentando muitas dificuldades dentro da Vale do Rio Doce. A empresa havia sido privatizada e entregue a um consórcio de investidores, inclusive estrangeiros. Nesse grupo, ele era a peça central. Mas, segundo seu relato, havia uma grande divergência entre os sócios sobre a forma de administrar a Vale. Steinbruch contava inicialmente com o apoio do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o Previ, para gerir o negócio. Mas perdeu essa parceria. Na conversa, o empresário queria que eu interferisse para resolver um problema gerencial.

Veja — Qual foi sua reação?

Mendonça de Barros — Disse a ele que, na condição de ministro das Co-

municações, cujo escopo não inclui mineração, não fazia sentido algum eu me envolver no debate. No meu cargo, não tinha sequer legitimidade para isso. De mais a mais, tratava-se de um problema privado. E foi aí que ele me contou a história da comissão.

Veja — O senhor pode ser mais específico?

Mendonça de Barros — Não sei com que objetivo o empresário me contou a história, mas ele disse que teria se comprometido com um pagamento de comissão para que o consórcio da Vale, que ele liderou, fosse organizado.

Veja — O pagamento da comissão era para quem?

me recorde de ter mantido esse diálogo”, comentou na sexta-feira passada FHC por meio de um assessor.

Paulo Renato ouviu o depoimento de Steinbruch durante um almoço pedido pelo ministro e ocorrido também em 1998. Paulo Renato queria que a Vale do Rio Doce patrocinasse um programa do governo. Na versão do ministro da Educação, Benjamin Steinbruch contou-lhe que Ricardo Sérgio pediu dinheiro em nome de tucanos. De acordo com Paulo Renato, Steinbruch não especificou quem seriam esses tucanos. “Nem me disse, tampouco eu perguntei”, afirma o ministro. De acordo com Paulo Renato, Steinbruch lhe disse ter checado se Ricardo Sérgio falava mesmo em nome de tucanos. Como foi feita a checagem? Steinbruch, segundo Paulo Renato ouviu do

empresário, fez chegar uma consulta ao presidente Fernando Henrique. “Como resposta, segundo suas palavras, Steinbruch ouviu que o governo não tinha nada a ver com aquilo e que ele não deveria pagar.” Ao ouvir a história, o ministro da Educação informa que não tomou nenhuma atitude de ordem prática, como avisar a Polícia Federal, por exemplo, ou o Ministério Público. E ele explica o fundamento de sua decisão: “Quando Steinbruch me contou o que se passara, referia-se a um assunto resolvido. Ele não pagou nada. Portanto, do ponto de vista da administração pública ou do PSDB, não fui informado da ocorrência de crime”, afirma Paulo Renato.

Paulo Renato e Mendonça de Barros não se recordam do mês em que essa conversa ocorreu. Ricardo Sérgio fi-

cou no governo até novembro daquele ano e não foi afastado do cargo que ocupava no Banco do Brasil num processo isolado. Continuou a despachar normalmente. Acabou demitido naquele mesmo ano, após o vazamento das fitas da privatização das teles.

Mendonça de Barros — Ele me citou o nome do Miguel Ethel e do Ricardo Sérgio.

Veja — *Ele falou em valores?*

Mendonça de Barros — Falou em algo como 15 milhões de reais. Ou dólares, não me lembro. Mas naquele tempo não fazia diferença em função da cotação, que era próxima.

Veja — *Steinbruch pagou a comissão ou teria de pagar?*

Mendonça de Barros — Ele me disse apenas que tinha se comprometido com isso.

Veja — *E qual foi sua reação?*

Mendonça de Barros — Eu disse assim:

“Ô Steinbruch, eu não quero me envolver nesse assunto. Não é da minha área”.

Veja — *Segundo relato de Steinbruch, Ricardo Sérgio falou com ele em nome pessoal ou de terceiros?*

Mendonça de Barros — Esses detalhes eu não sei.

Veja — *O que o senhor fez com essa informação?*

Mendonça de Barros — Informei quem deveria informar: o presidente Fernando Henrique. Durante um encontro para tra-

tar de outros assuntos, falei que fui procurado pelo Benjamin.

Veja — *O que disse o presidente ao ser informado do pedido de comissão?*

Mendonça de Barros — O presidente falou: “Eu não sei nada disso e acho que você fez muito bem em não se envolver nesse assunto”.

Veja — *O senhor tratou desse assunto com o Ricardo Sérgio?*

Mendonça de Barros — Não.

Veja — *Ricardo Sérgio teve um papel importante na privatização da Vale?*

Mendonça de Barros — Ele foi um dos articuladores do consórcio do Benjamin.

Saiu no mesmo pacote de afastamentos que levou Mendonça de Barros e o presidente do BNDES, André Lara Resende. Na semana passada, VEJA procurou o ex-diretor Ricardo Sérgio e o entrevistou sobre a acusação de que teria pedido propina na privatização da Vale. Eis um trecho da conversa:

Veja — *A revista VEJA publicará em sua próxima edição a informação de que o empresário Benjamin Steinbruch esteve com algumas pessoas, entre as quais dois ministros de Estado, e contou que o senhor lhe teria pedido dinheiro durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce. Isso aconteceu?*

Ricardo Sérgio — É mentira grosseira e leviana. Se ele (Benjamin Steinbruch) lhe falar isso, sai preso da reunião. Vou junto com a polícia e o prendo. Não acredito que ele tenha falado isso.

Veja — *Não estou dizendo ao senhor que ele falou isso para mim, mas para outras pessoas.*

Ricardo Sérgio — É mentira.

Veja — *O que o senhor está desmentindo: que ele tenha dito isso a quem quer que seja ou que o senhor tenha pedido dinheiro a ele?*

Ricardo Sérgio — Que eu tenha pedido dinheiro a ele. Isso é mentira. Se ele falou isso para alguém, cometeu um ato irresponsável.

Veja — *O senhor nunca tratou desse assunto com ele, nem durante nem após o processo de privatização da Vale do Rio Doce?*

Ricardo Sérgio — Não tratei, não pedi dinheiro. A resposta é não.

VEJA também procurou o empresário Benjamin Steinbruch para entrevistá-lo sobre a história da comissão. De-

pois de ser apresentado ao conteúdo da reportagem, o empresário declarou o seguinte: “Não houve nenhum pagamento que não observasse as regras da lei e do edital. Eu não admitiria nenhuma coisa diferente. Não ando por caminhos tortos”. Perguntado em seguida não sobre o pagamento, mas sobre a existência de um pedido de propina, Steinbruch respondeu diferente: “Não vou fazer comentários a respeito desse assunto”.

A privatização da Vale do Rio Doce tinha uma importância econômica inegável, mas representava também um marco político. Afinal, o governo estava colocando à venda não uma estatal qualquer, mas a Vale, considerada, ao lado da Petrobras, um símbolo de empresa

estatal eficiente. O Palácio do Planalto queria que o leilão fosse igualmente simbólico, modelar. E surgiu uma preocupação quando ficou claro que apenas um consórcio, liderado pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim, um dos maiores grupos empresariais do Brasil, se formara para comprar a companhia. Sem concorrência, o preço da Vale poderia não alcançar o mesmo patamar que decorreria de uma disputa acirrada entre adversários no leilão. Tomou-se, então, no governo, a decisão de organizar um segundo consórcio, ou seja, resolveu-se fabricar concorrência, criar uma disputa para elevar ao máximo o valor da venda da Vale.

Até o início de 1997, ano do leilão.

ELE FALAVA EM NOME DE TUCANOS

Na segunda-feira da semana passada, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, recebeu VEJA em seu apartamento, em São Paulo. O ministro foi apresentado à história central desta reportagem — a de que o empresário Benjamin Steinbruch teria procurado autoridades do governo Fernando Henrique para contar que o então diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira havia pedido dinheiro a ele durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce. Após o relato, e informado de que ele, ministro, teria sido uma dessas autoridades, Paulo Renato concedeu a seguinte entrevista.

Veja — *O que o senhor tem a declarar sobre essa história?*

Paulo Renato — Eu procurei Benjamin Steinbruch para obter da Vale do Rio Doce patrocínio para um programa do ministério. Na oportunidade, almoçamos juntos. No encontro, o empresário me disse ter sido procurado por alguém durante o processo da privatização da Vale do Rio Doce.

Veja — *Quando foi esse seu encontro com Steinbruch?*

Paulo Renato — Em 1998.

Veja — *Steinbruch falou em valores?*

Paulo Renato — Falou. Disse que lhe pediram algo como 15 milhões de reais.

Veja — *O empresário citou o nome de*

reuniam-se em torno de Antônio Ermírio e ele, Benjamin Steinbruch. Em fevereiro daquele ano, ocorreu uma cisão. Steinbruch não gostou de saber que Ermírio estava negociando uma parceria com a sul-africana Anglo American, a maior mineradora do mundo. Com receio de ficar em posição secundária no consórcio, Steinbruch rompeu com Ermírio e se desligou do grupo, levando consigo o Bradesco. Foi aí que entrou em cena o diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio, que havia recebido do Palácio do Planalto a instrução de montar um segundo consórcio. O empresário escolhido para liderá-lo foi justamente Benjamin Steinbruch. Batizado de Consórcio Brasil, foi concedido em cinco semanas e concluído um mês antes do leilão.

Steinbruch atraiu uma meia dúzia de bancos e empresas para seu lado, mas foi Ricardo Sérgio quem deu ao grupo o gás necessário para enfrentar a disputa com o grupo liderado por Antônio Ermírio. O segredo dessa força tem nome. Chama-se fundo de pensão das estatais. Graças a Ricardo Sérgio, ficaram com Steinbruch três dos maiores fundos de pensão. O fundo dos empregados do Banco do Brasil (Previ), o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e o fundo de pensão dos empregados da Petrobras (Petros), além de outros menores. Os fundos estatais entraram com 39% do capital da Vale privatizada. Para isso, investiram 834 milhões de reais na compra. A cobrança de propina teria sido feita para remunerar essa tarefa. Foram ne-

quem estaria por trás do pedido de dinheiro?

Paulo Renato — Citou.

Veja — *E quem é?*

Paulo Renato — Ricardo Sérgio.

Veja — *De acordo com o relato do empresário, ficou claro se Ricardo Sérgio falava em nome próprio ou em nome de alguém?*

Paulo Renato — De acordo com o Benjamin, Ricardo Sérgio pediu dinheiro alegando estar agindo em nome de tucanos.

Veja — *O empresário disse ao senhor que tucanos são esses em nome dos quais Ricardo Sérgio havia falado?*

Paulo Renato — Nem me disse, tampouco eu perguntei.

cessários apenas cinco minutos para que o Consórcio Brasil arrematasse o equivalente a 41,73% das ações da Vale. A estatal foi vendida com um ágio de 20% sobre o preço mínimo. Steinbruch foi nomeado presidente do conselho de administração da Vale, cargo que ocupou até maio de 2000, quando foi afastado por decisão dos sócios.

Ricardo Sérgio não caiu de pára-quedas no chamado ninho tucano. Ele foi apresentado a José Serra e a Fernando Henrique Cardoso pelo ex-ministro Clóvis Carvalho. Em 1990, José Serra candidatou-se a deputado federal e não tinha dinheiro para fazer a campanha. Clóvis Carvalho destacou quatro pessoas para ajudá-lo na coleta. Um deles era Ricardo Sérgio. Em 1994, Serra se candidatou ao Senado por São Paulo, e Ricardo Sérgio voltou a ajudá-lo como coletor de fundos de campanha. A última disputa da qual Serra participou foi para a prefeitura de São Paulo, em 1996. Depois, o senador não mais concorreu em nenhuma outra eleição, até a deste ano. Ricardo Sérgio também foi uma das pessoas acionadas para arrecadar contribuições para a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. O mesmo aconteceu na reeleição de FHC, em 1998. Na função de coletor de contribuições eleitorais, Ricardo Sérgio era muito bem-sucedido.

Veja — *O senhor saberia dizer por que Benjamin lhe contou essa história?*

Paulo Renato — Não sei. Segundo sua conversa, entendi que a comissão seria dividida entre algumas pessoas, mas a parte do Ricardo Sérgio não havia sido paga. De acordo com seu relato, ao ouvir que Ricardo Sérgio falava em nome de tucanos ele foi checar.

Veja — *Checar com quem?*

Paulo Renato — Com o presidente da República. Por meio de um emissário, me disse ter feito contato com Fernando Henrique. Como resposta, ainda segundo suas palavras, escutou que o governo não tinha nada a ver com aquilo e que ele não deveria pagar.

Tome-se a campanha de José Serra para o Senado, em 1994. Coube a Ricardo Sérgio conseguir uma doação milionária do empresário Carlos Jereissati, do grupo La Fonte e um dos donos da Telemar. Jereissati é amigo de Ricardo Sérgio desde os anos 70. A pedido de Ricardo Sérgio, Jereissati lhe entregou o equivalente a 2 milhões de reais. "Foram quatro ou cinco prestações, não me lembro exatamente", afirmou Jereissati a VEJA. Na lista oficial de doadores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo não há registro de doação desse valor feita por Jereissati a Serra em 1994. Constam três doações de empresas do grupo La Fonte: uma no dia 11 de julho, de 15 000 reais, outra em 9 de agosto, de 30 000 reais, e uma terceira em 27 de setembro, de 50 000 reais. Ou seja, os 2 milhões saíram do cofre de Jereissati e não chegaram ao registro oficial das arrecadações de Serra. Outro exemplo da eficiência arrecadatária de Ricardo Sérgio. Em 1998, ele teve uma conversa com os sócios do consórcio Telemar e obteve a segunda maior doação da campanha da reeleição de FHC. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Itaú foi o maior doador daquele ano, com 2,6 milhões de reais. Dois sócios da Telemar, o grupo Inepar e o La Fonte, deram juntos 2,5 milhões.

Como é natural na formação das equipes de governo, pessoas que trabalham nas campanhas acabam sendo convidadas a ocupar postos na administração pública. A qualidade do cargo está relacionada à importância do correligionário, mas leva em conta a formação profissional e o passado do candidato ao emprego. Ricardo Sérgio, de 56 anos, é economista, com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas. Atuou no mercado financeiro e tem experiência internacional. Morou dois anos em Nova York, trabalhando pelo Citibank. O convite para o cargo em Brasília veio de Clóvis Carvalho. José Serra endossou a escolha. Foi indicada para Ricardo Sérgio a diretoria da área internacional e comercial do Banco do Brasil. Ele começou a trabalhar em 1995 e era o único diretor não escolhido pelo presidente do banco, Paulo César Ximenes. No dia-a-dia, o diretor mantinha uma atuação de espectro amplo. No Palácio do Planalto, costumava resolver problemas com o

ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, com quem falava sobre política. Na Previ, não apenas orientava decisões como também nomeou um dos pilares da instituição, o responsável pela direção de investimentos. O escolhido

foi João Bosco Madeiro da Costa, com quem havia trabalhado na iniciativa privada. A intimidade dos dois era tão grande que costumavam tratar-se por "boneca" ao telefone.

No mercado financeiro é comum dizer que alguns dos maiores negócios do país passam pela mesa da direção de um grande banco, mas todos os grandes negócios são levados à Previ. Com um patrimônio de cerca de 35 bilhões de reais para investir, o fundo sempre tem dinheiro disponível para um bom negócio. E a dupla Ricardo Sérgio—Bosco ficou conhecida por não perder oportunidades de fazer negócio com empresas, como foi o caso da Construtora Norberto Odebrecht, que recorreu à Previ para arrumar o dinheiro necessário à finalização da Costa do Sauípe, um complexo hoteleiro localizado no litoral norte da Bahia. A

Previ colocou ali mais de 250 milhões de reais. Eles também faziam investimentos mais ambiciosos, criando a empresa para depois emprestar o dinheiro. Foi o que aconteceu na privatização da Vale, quando Ricardo Sérgio decidiu que a Previ seria parceira de Steinbruch. Os principais fundos estatais fizeram o mesmo. Foi isso, e só isso — como se fosse pouco deslocar uma massa de dinheiro dos fundos para fortalecer este ou aquele consórcio —, que decidiu o leilão. Repita-se: os fundos investiram 834 milhões de reais na compra da Vale do Rio Doce.

Aconteceu o mesmo no leilão da Tele Norte Leste, adquirida em 1998 pelo consórcio Telemar. Naquele caso, Ricardo Sérgio e Bosco começaram as negociações e fecharam um primeiro acordo para integrar o consórcio formado pelo Banco Opportunity e pela operadora italiana Stet. Depois, iniciaram a transação para que a Previ desse suporte a outro consórcio, o que acabou vencendo a disputa. É interessante

notar os pontos de semelhança entre as duas operações. Os dois consórcios foram criados por desejo do governo. Ambos foram formados à última hora — e a base financeira dos grupos é o dinheiro dos fundos das estatais. Mais um ponto em comum nos dois casos é que os personagens envolvidos nas transações atuaram em harmonia numa primeira fase. Steinbruch e Ricardo Sérgio se davam muito bem e trocavam elogios profissionais. Só quando a Vale já era sua Steinbruch começou a se sentir desconfortável com Ricardo Sérgio. No caso da Telemar, todos também se entendiam às mil maravilhas. Carlos Jereissati, integrante do consórcio vencedor, foi convidado a participar do negócio num jantar em que estavam Ricardo Sérgio e o ex-ministro Mendonça de Barros. Tudo desandou após a vitória no leilão.

As fitas divulgadas em 1998 caíram como uma bomba. As gravações registram as conversas mantidas em torno da formação dos consórcios que disputaram a compra da Telemar. O grampo estava colocado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. Fica claro que o governo se dividiu. Um grupo liderado por Ricardo Sérgio passou a trabalhar em favor do consórcio Telemar. Outro grupo, integrado pelo presidente do BNDES, André Lara Resende, e por Mendonça de Barros, trabalhou para evitar que a Telemar vinguisse e que levasse a melhor o consórcio organizado em torno do Opportunity e dos italianos. Em uma das conversas grampeadas, Ricardo Sérgio disse a Luiz Carlos Mendonça de Barros a frase mais sugestiva de irregularidade no processo de privatização. “Estamos no limite da irresponsabilidade”, afirmou

o diretor do banco, ao relatar que acabara de conceder uma carta de fiança altíssima a um dos consórcios.

Quando Ricardo Sérgio foi afastado do governo, em 1998, Bosco também acabou sendo afastado. Tempos depois, descobriu-se que o diretor Bosco trabalhava com empenho não apenas para fazer negócios mas também na administração do próprio patrimônio. Até entrar no governo, em 1996, era sócio de duas padarias e uma pizzaria. Possuía em Brasília uma casa de 700 000 reais e um apartamento. Oficialmente, esses são os imóveis pertencentes ao ex-diretor da Previ. Mas, no Rio de Janeiro, Bosco foi flagrado morando numa casa de 700 000 reais localizada na Barra da Tijuca, que não estava em seu nome. O imóvel pertence a uma empresa chamada Hill Trading Investments, cujo endereço é uma caixa postal num paraíso fiscal. A primeira versão apresentada por Bosco ao ser procurado por VEJA, dois anos atrás, foi dizer que o imóvel era de um amigo, a quem pagava aluguel. Mudou a versão em seguida: afirmou que a casa pertencia a um empresário. Mais tarde prometeu “regularizar tudo em dez dias”. “Compro a casa e passo para meu nome”, garantiu na ocasião. Algo semelhante aconteceu com o patrimônio de assessores de Bosco e com o de Ricardo Sérgio (veja reportagem a seguir). De acordo com os dados da Receita Federal, nos quatro anos em que esteve no governo, Ricardo Sérgio conseguiu um aumento patrimonial maior que nas três décadas em que trabalhou no mercado financeiro, conforme aquilo que ele declarou ao Fisco. Sua passagem pelo governo foi de fato uma experiência bem-sucedida. ■

Foi uma tempora

Em três décadas de mercado financeiro, Ricardo Sérgio nunca ganhou tanto dinheiro quanto na época em que passou pelo governo

Policarpo Junior

O economista Ricardo Sérgio de Oliveira, 56 anos, é a negação viva do que se supunha ser uma certeza — a de que grandes empresários ou disputados executivos não gostam de trabalhar no governo porque, com os salários raquíticos pagos pelo serviço público, eles acabam perdendo dinheiro. Com Ricardo Sérgio de Oliveira, que ocupou a posição de diretor da área internacional do Banco do Brasil entre 1995 e 1998, aconteceu algo diferente. Antes de ingressar no governo, o economista trabalhou por dezessete anos no Crefisul, então sócio do Citibank, e, no auge de uma carreira bem-sucedida, chegou a ser vice-presidente de investimentos do Citi, em Nova York, função que ocupou durante dois anos. **VEJA** teve acesso às declarações de renda de Ricardo Sérgio e também às de suas duas companhias — a RMC, corretora de valores, e a Planefin, empresa de consultoria. Cruzando-se os dados, constata-se que, ao aceitar atuar no governo, Ricardo Sérgio fez um grande negócio.

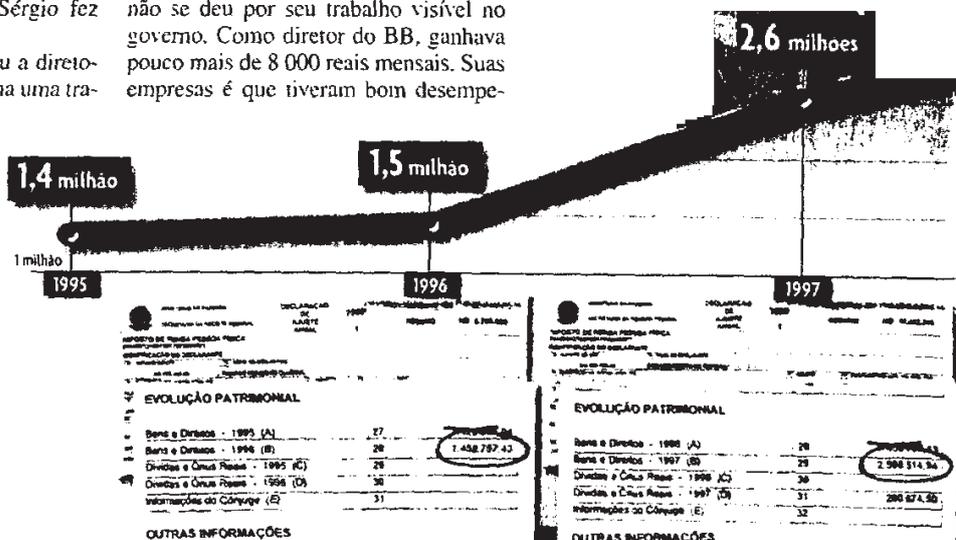
Em 1995, quando assumiu a diretoria do BB, Ricardo Sérgio tinha uma tra-

jetória de sucesso no mercado financeiro e seu patrimônio pessoal declarado era de 1,4 milhão de reais. Naquela época, o economista vivia num apartamento confortável em São Paulo e já era dono da Planefin e sócio da RMC. Ao virar funcionário público, ele se afastou dos negócios pessoais e entregou a administração de suas empresas à esposa, Elizabeth, e aos dois sócios, Henrique Molinari e José Stefanos Gringo. Em novembro de 1998, quando deixou o cargo de diretor do Banco do Brasil, enredado no escândalo da privatização das teles, Ricardo Sérgio estava mais rico. Seu patrimônio pessoal, conforme informam suas declarações de renda, pulou de 1,4 milhão de reais para 3,3 milhões de reais. Ou seja: seus bens somavam mais que o dobro de tudo aquilo que havia conseguido acumular em três décadas atuando no mercado financeiro. Nos anos seguintes, em 1999 e 2000, seu patrimônio seguiria ascendendo, até bater na casa dos 4 milhões de reais — mas isso é outra história.

O enriquecimento de Ricardo Sérgio não se deu por seu trabalho visível no governo. Como diretor do BB, ganhava pouco mais de 8 000 reais mensais. Suas empresas é que tiveram bom desempe-

O salto de 200%

O patrimônio pessoal declarado de Ricardo Sérgio quase triplicou em cinco anos (em reais)



da de ouro

nho. A RMC, por exemplo, percorria uma trajetória discreta no mercado de ações — mas de 1997 em diante começou a dar pulos impressionantes. Nesse ano, seu faturamento foi de 4,2 milhões de reais, passou para 12,2 milhões em 1998 e atingiu 21,9 milhões em 1999.

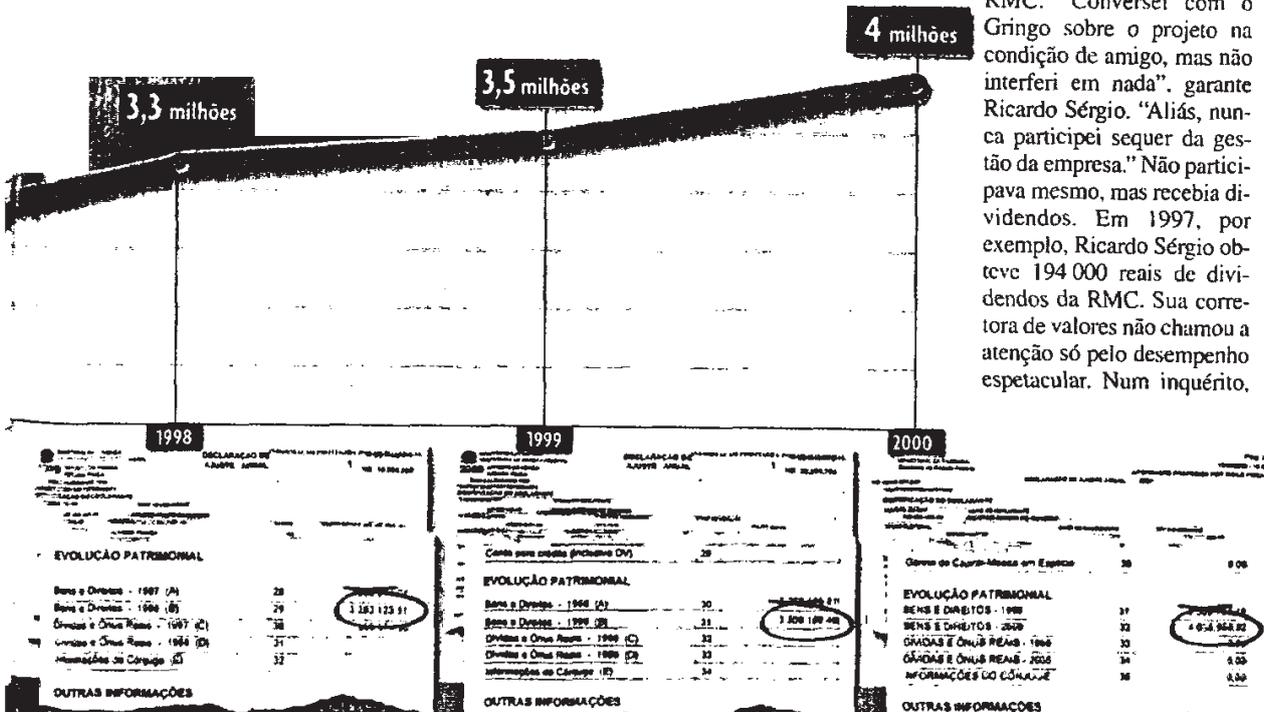
No auge, a RMC chegou a ser a sexta maior corretora do país em número de contratos negociados no ranking da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). A Planefin também entrou em fase áurea.

Em 1996, a consultoria tinha faturamento anual de apenas 60 000 reais, o que mal dava para pagar o salário dos funcionários. Dois anos depois, a Planefin, então sob a administração da esposa de Ricardo Sérgio, se transformara numa empresa potente e vigorosa, já faturava seu primeiro milhão de reais — e começava a render e distribuir lucros a seu dono.

As declarações de renda do economista mostram que o crescimento de seu patrimônio se deveu ao recebimento de lucros e dividendos da RMC e da Planefin. O que chama a atenção é a intensidade com que os negócios de suas companhias passaram a se cruzar com os negócios públicos — especialmente com o dinheiro movimentado pelos fundos de pensão, área em que a influência de Ricardo Sérgio era notória. A RMC, por exemplo, além de explodir nas bolsas, aventurou-se no mercado imobiliário e teve muito sucesso. Em 1998, a empresa associou-se a uma construtora, a Ricci, e lançou o projeto de erguer um complexo de edifícios em São Paulo. E logo encontrou comprador: a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que adquiriu as duas primeiras torres, ainda na planta, por 62 milhões de reais. A Previ também se interessou em comprar até os terrenos onde os prédios seriam construídos. Pagou mais 10,8 milhões.

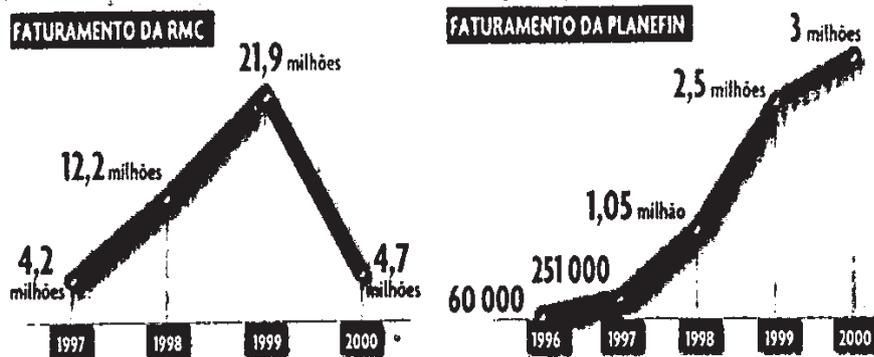
Ricardo Sérgio desempenhou papel especial na operação. Como homem de governo, ele tinha força sobre os fundos de pensão, entre eles a Previ, a primeiríssima a manifestar interesse no negócio. Como empresário, era dono de um terço da RMC. E qual era sua ligação com a construtora Ricci? O dono da construtora, José Stefanos Gringo, era, ao mesmo tempo, sócio de Ricardo Sérgio na

RMC. “Conversei com o Gringo sobre o projeto na condição de amigo, mas não interferei em nada”, garante Ricardo Sérgio. “Aliás, nunca participei sequer da gestão da empresa.” Não participava mesmo, mas recebia dividendos. Em 1997, por exemplo, Ricardo Sérgio obteve 194 000 reais de dividendos da RMC. Sua corretora de valores não chamou a atenção só pelo desempenho espetacular. Num inquérito,



O faturamento das empresas de Ricardo Sérgio

Observe que a receita de seus negócios cresceu significativamente depois que ele foi para o governo, em 1995 (em reais)



a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsabilizou a RMC por operações fraudulentas no mercado. E as principais vítimas das fraudes foram os fundos de pensão. “Não conheço esse inquérito, até porque, como já disse, nunca participei da gestão da empresa”, afirma Ricardo Sérgio.

Fundos de pensão e conexões exóticas são uma constante nos negócios de Ricardo Sérgio. Outro exemplo. Em 1999, quando seu faturamento não parava de crescer, a Planefin comprou metade de dois prédios por 11 milhões de reais, um no Rio de Janeiro e outro em Belo Horizonte. O vendedor foi um fundo de pensão, a Petros, que pertence aos funcionários da Petrobras. As outras duas metades dos prédios foram compradas pela Consultatum, empresa que pertence a um amigo de Ricardo Sérgio, o engenheiro Ronaldo de Souza. O mais curioso é que, feito o negócio, os dois trocaram procurações. Ricardo Sérgio brindou o engenheiro com uma procuração para administrar sua parte dos prédios. E o engenheiro retri-

buiu, dando a Ricardo Sérgio uma procuração para o mesmo fim. Por quê? Apenas um pacto entre dois amigos, diz Ricardo Sérgio. “Se eu morrer, ele toma conta. Se ele morrer, eu tomo conta.” A mesma lógica fez com que Ricardo Sérgio recebesse procuração para administrar outra companhia de Ronaldo de Souza — que está instalada num paraíso fiscal, as Ilhas Virgens Britânicas.

Em sua ascendente trajetória, a Planefin conseguiu excelentes negócios, que nem estavam dentro de sua especialidade. Chegou a trabalhar para a Operate, uma subsidiária do grupo La Fonte, o mesmo que integra a Telemar, aquele célebre consórcio montado por Ricardo Sérgio que arrematou uma coibida parcela das teles. Além dessa ligação, vale lembrar que o grupo La Fonte pertence ao empresário Carlos Jereissati, amigo de Ricardo Sérgio. A Operate contratou a Planefin para um serviço de consultoria. Por esse serviço, Ricardo Sérgio recebeu, já descontado

o imposto de renda, 1,8 milhão de reais. VEJA conversou com Ricardo Sérgio para entender a natureza do serviço. Deu-se o seguinte diálogo:

Veja — Que tipo de serviço a Planefin prestou?

Ricardo Sérgio — Vou perguntar ao Carlinhos (refere-se a Carlos Jereissati). Se ele me autorizar a dizer, não tem problema.

Veja — Que tipo de serviço a Planefin costuma prestar?

Ricardo Sérgio — Consultoria financeira.

Veja — O contrato com a Operate é para esse fim?

Ricardo Sérgio — Era para viabilidade de internet.

Veja — Internet?

Ricardo Sérgio — É, esse negócio de web.

E assim, prestando uma consultoria sobre esse negócio de web, Ricardo Sérgio de Oliveira ganhou mais 1,8 milhão de reais. ■

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Heráclito Fortes.

Este seria este o momento de eu falar, mas como fiz uma permuta com o Senador Paulo Duque, usarei da palavra após V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o momento de o Governo fazer uma reflexão sobre os últimos fatos. Todos são testemunhas, e o Senador Pedro Simon o é ainda mais, porque, quando estourou esse caso dossiê, eu disse a ele alto e bom som – e depois eu disse a mesma coisa da tribuna do Senado – que se tratava de uma ação de fogo amigo e que o Governo tinha, imediatamente, de procurar o lança-chamas da discórdia palaciana. Mostrei evidências de vazamentos anteriores, inaugurados com aquele caso emblemático do cachorrinho da Primeira-Dama do País, que saiu do Palácio da Alvorada numa Kombi e, ao chegar à Granja do Torto, já havia um aparato de imprensa para registrar o fato. Esqueceram todos que aquele cachorrinho se perderia nas dimensões daquele carro e que, se a imprensa não tivesse sido previamente avisada, jamais o fato teria sido noticiado.

Depois tivemos a simbologia da estrela nos jardins do fundo do Palácio, que aparece fotografada de um ângulo onde só era possível fazê-lo quem tivesse acesso às dependências privadas da Presidência da República e, portanto, ao primeiro andar do Palácio.

Vazamento em governos, Senador Arthur Virgílio, a História está aí para contar. São vários. Getúlio foi traído, Jânio foi traído, Jango foi traído. Só que as traições antigamente, ou até então, eram motivadas por questões ideológicas ou por desejo de se chegar ao poder. Ninguém se beneficiou mais, Senador Arthur Virgílio, de vazamento de informações do que quem está atualmente no poder, ou seja, o Partido dos Trabalhadores. O PT vivia à cata de militantes ocultos nas administrações federais, estaduais e municipais que lhe dessem munições para massacrar impiedosamente os seus adversários. Construí vários dossiês que destruíram reputações. Depois, ficou provado e comprovado

que tudo não passava de um jogo político leviano. Só que agora os fatos são diferentes.

Além de toda a conotação de ideologia e de vontade de chegar ao poder, tem-se, por detrás de tudo isso, Senador Arthur Virgílio, uma disputa que envolve interesses financeiros inconfessáveis. Não há um escândalo neste Governo que não tenha a respaldá-lo ONGs, fundos de pensão ou estatais. Vejam os fatos e eles irão comprovar o que digo. Nesse fato mesmo envolvendo BNDES e Deputados Federais, já começa a sair debaixo do tapete a liberação de recursos para as organizações não-governamentais. Se nós examinarmos as CPIs, com as quais convivemos nesses últimos seis, sete anos no Congresso Nacional, em todas elas vamos ver a mobilização de ONGs, de fundos de pensão e de estatais. Daí por que essa disputa de fogo amigo a cada dia se torna mais perigosa, pelo simples fato de não estar motivada apenas por questões ideológicas e desejo de ascensão ao poder.

Senador Mário Couto, eu não tenho nenhuma dúvida de que o ritmo de vazamento... O Senador Romero Jucá, com sua autoridade de Líder do Governo, fez, anteontem, o lançamento oficial da Dr^a Dilma Rousseff como candidata a Presidente da República, com apoio, naturalmente, do seu Partido, o PMDB. Foi um lançamento, Senador Pedro Simon, que terá repercussão, porque não foi qualquer um, foi o Líder do Governo e que pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ora, Romero, pela condição de Líder, freqüente o Palácio e, evidentemente, sabe, com a sua perspicácia política, captar os rumores e os desejos de quem ocupa, no momento, o poder.

O Governo, ontem, Senador Mário Couto, a quem parabenejo pela nova missão, que será árdua mas honrosa, de liderar a Minoria nesta Casa – minoria que, paradoxalmente, é maioria –, tentou massacrar a Oposição, baseado nos fatos versados pela imprensa sobre a participação da Ministra Dilma Rousseff no depoimento no Senado da República.

Achei exagerada a tentativa de endeusá-la, porque poderiam ter ficado apenas com a consciência e com a garantia de que ela aqui, na Casa, cumpriu o seu papel de gestora pública, mas o ufanismo, o sapato alto que tomou conta de alguns vai fazer mal ao Governo, porque foi uma ressaca de apenas 24 horas.

O que se vê é que, se praticamente foi positiva a presença da Sr^a Ministra, em termos concretos e objetivos, Senador Arthur Virgílio, foi um fracasso: a Ministra mentiu com relação ao dossiê e omitiu fatos que motivaram a sua convocação, mostrou que o PAC é quase sempre uma peça de ficção, em que se confundem recursos orçamentários tradicionais com o tão

sonhado, cantado e aludido projeto de desenvolvimento do País, o PAC.

Um fato passou despercebido dada a euforia da Base do Governo. Ninguém percebeu um detalhe muito simples: em determinado momento, a nossa Colega, Líder do PT nesta Casa, no desejo não só de servir, mas de mostrar serviço à Ministra, perguntou-lhe quanto havia de recursos públicos e de recursos privados no PAC. Ou o PAC é uma confusão que nem os governistas entendem, ou a Líder não está preparada para defender o Governo e o PAC, como tenta fazer tanto aqui, porque o que havia de mais simples – e as planilhas mostravam – é saber o que é de privado e o que de público nesse processo.

Senador Paulo Paim, ninguém se preocupou em abrir as planilhas. E eu tive a honra de receber – o que considero uma deferência –, das mãos da Ministra, uma planilha sobre os recursos para o meu Estado.

Ninguém se preocupou em ver o percentual daquela listagem de obras, o que estava realmente feito ou em andamento. No Piauí, para decepção minha, a grande maioria ainda é formada por peças de ficção: projetos, concorrência por fazer, estudo de obras, pedra e cal, quase nada.

Pois bem, o Governo chegou ao limite de, ontem, o Presidente da República, de maneira aberta e publicamente, dizer que tinha orgulho do depoimento da Ministra no Senado. O Presidente está numa fase que tudo pode dizer e nada acontece. Mas deveria ter-se acutelado pelo cargo e pela pompa da sua posição de mandatário da República, até porque, se há um dia que não se pode dizer que é um dia excepcional e extraordinário, é aquele em que um Ministro de Estado vem a esta Casa prestar depoimento, até porque, numa democracia, tem de se tornar rotina. E se não foi, deve-se ao fato de a Ministra, já que estava consciente de toda a verdade que afirmou, ter demorado sessenta dias para vir a esta Casa.

Acredito que, se S. Ex^a tem ouvido menos a sua tropa de choque, os aloprados ou candidatos à "alopragem", e tem-se pautado pelo sentimento inclusive, de dever a cumprir e tivesse vindo a esta Casa no tempo exato, talvez tudo isso – quem sabe – pudesse ter sido uma página virada. E não seria. Por quê? Porque os fatos são mais graves do que se tenta passar à opinião pública.

Negar a existência do dossiê é querer abraçar-se com a mentira, porque o próprio Palácio, por diversas vezes, concorda e afirma a sua existência, evidentemente não com o nome de dossiê.

Pode-se dar o nome que quiser, mas a verdade é que as reuniões existiram, inclusive com a participa-

ção do Secretário de Controle Interno, que hoje está sendo acusado.

O Governo tenta ser ágil na defesa dos seus erros. Em vez de reconhecê-los e corrigi-los, parte para aquela tese de que "já que estamos no banco dos réus, queremos companhia". O que é um erro. Um governo que se especializou, no passado, em combater, de maneira intransigente, corrupção e corruptos, gerando vítimas, hoje, se consola apenas na defesa dos que enlameiam o seu Governo.

O Presidente Lula mesmo já absolveu, já perdoou e já enalteceu vários envolvidos em escândalos nos seus dois governos. Daí por que esses fatos começam a virar rotina no País sem que haja uma mobilização de indignação da opinião pública, como se o brasileiro já tivesse perdido o sentimento do asco e do nojo sobre a malversação dos recursos públicos.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concedo um aparte ao Senador João Pedro, com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é uma liderança importante da Oposição e faz algumas observações acerca do debate realizado com a Ministra Dilma e eu gostaria só de complementar para ficar mais clara, por exemplo, a observação do Presidente Lula quanto ao desempenho da Ministra Dilma. Afinal de contas, o Presidente Lula elogiou sua Ministra, mas foi mais além, e aí eu pedi o aparte para dizer que o Presidente Lula elogiou o Senado da República, o debate. Então, público foi o elogio ao desempenho da Ministra, mas pública também, e no mesmo contexto, foi a postura da Oposição. E o Presidente disse mais: se os próximos debates forem nessa linha, que se façam debates outros. ou seja, o Presidente elogiou a Oposição, elogiou o debate, elogiou a discussão, as dez horas... Não sei se V. Ex^a ficou as dez horas, mas foram dez horas de debate. E o debate foi esclarecedor. Não tem sapato alto, não tem nada disso. Não foi a base do Governo, foi a opinião pública, foram os articulistas, eles tiveram uma opinião sobre o debate. E V. Ex^a é um homem de oposição, tem de conviver com a opinião do debate. O debate começou com duas questões levantadas: a primeira, pelo Líder Arthur Virgílio, quando – penso que hoje não tem art. 14, Senador Arthur Virgílio – levantou e, de pronto, a Ministra atendeu e se dispôs a discutir a questão do dossiê. E mudou o rumo do debate quando foi feita uma analogia muito infeliz de atribuir aquele debate ali, olho no olho, a um posicionamento da Ministra lá em 2003 em relação à tortura e à mentira. Então, foi uma analogia muito infeliz. Foi

muito infeliz essa analogia pelo significado do debate, pelo conteúdo da discussão. Mas ganhou o Senado, ganhou a República, foi esclarecedor, Senador Heráclito Fortes. Foi esclarecedor. Não tem dossiê. Tem banco de dados, sim. Agora, nós precisamos discutir um fato novo. Tem um computador, tem um servidor da Casa Civil e tem um computador e tem o gabinete de um Senador. Precisamos ver isso. Por que chegou aqui no Senado? O Seu André, que é consultor aqui do Senado, da Secretaria da Mesa Diretora... Nós temos de ver isso. E por que saíram do gabinete, de dentro do Senado, para a imprensa, dados da Presidência da República. Eu penso que esse é um fato novo. Nós precisamos é esclarecer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quais foram os dados?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os dados que imprensa divulgou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Do dossiê?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Roubado. Foram informações... Isso a Ministra Dilma confirmou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mais um dossiê?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Imprecisões, uma coisa para desqualificar a República, desqualificar a Presidência, tentar desqualificar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso foi esclarecedor. A Ministra Dilma esclareceu isso. Então, nessa postura nós não podemos passar a mão, não. E eu espero que V. Ex^a não faça isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tem toda a razão.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Nós temos os dois computadores e os dois técnicos. Acho que é importante ouvi-los, para esclarecer de vez. Mas a Ministra Dilma, Senador Heráclito Fortes, foi muito esclarecedora nos procedimentos republicanos adotados na Casa Civil em relação aos gastos da Presidência da República. Eu não tenho dúvidas disso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero apenas partir da seguinte premissa: se não há dossiê, o que vazou? O que veio da Casa Civil para esse computador que V. Ex^a fala: peça de ficção ou fatos concretos? Acusava o ex-Presidente da República ou não? Com que objetivo ou intenção? Se nós abrirmos os jornais, nós vamos ver que a própria Ministra Dilma, em declarações a entidade em que esteve reunida em uma mesa-redonda disse que o Governo não vai apanhar sozinho; vai se preparar para enfrentar a Oposição nessa CPI. Daí por que, meu caro Senador

João Pedro, a questão está clara. Não há nenhuma ilegitimidade de um assessor do Senado, que serve a um Senador da República, receber informações sobre irregularidades no Governo. Eu pergunto a V. Ex^a: é culpado o ex-Ministro José Dirceu por isso? Vamos ser claros. Esse servidor estava a serviço do Ministro José Dirceu?

V. Ex^a há de convir que o que envolve isso, esses episódios, não são as questões passadas, mas as questões futuras. Será que o Ministro José Dirceu tem poder, dois ou três anos depois, para influir e para monitorar esse servidor?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O servidor André estava a serviço do ex-Ministro José Dirceu? É isso?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, o funcionário do Palácio.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não, estou falando do servidor do Senado. Estou falando do André. Ele está a serviço de quem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não conheço o funcionário André, mas ele está a serviço do Senador Alvaro Dias, que é oposição e que é Senador do PSDB.

Não tenho procuração para defender o Senador Alvaro Dias, mas o que V. Ex^a faria se recebesse uma denúncia dessa natureza? Divulgaria ou não? Ficaria calado? Agora, acho que, se há erro, ou acerto, ele foi de quem vazou. Depende da ótica de quem analisa esse fato. O que se precisa examinar é se o senhor vazador o fez por indignação ou se o fez a serviço de alguém que pertence, evidentemente, ao seu próprio governo. Esse fato, Senador, é mais grave do que se pode examinar. Partindo-se dessa premissa, chegaremos rapidamente à conclusão de que o Palácio do Planalto transformou-se numa autêntica tábua de pirulito, onde os vazamentos ocorrem e continuarão ocorrendo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ...não seria prudente aguardarmos as duas investigações? Além disso, a CPI está trabalhando e já há data marcada para os sub-relatores e o relator apresentarem os seus relatórios. Não seria prudente a Polícia Federal concluir a sua investigação, além da própria comissão administrativa, que, no âmbito do Ministério, está apurando? Foram eles que detectaram os dois técnicos, os dois computadores, essa comunicação ilegal e irresponsável que aconteceu. Então, acho que é prudente nós aguardarmos a Polícia Federal. Eu confio muito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Este debate é importante e quero apenas fazer uma pergunta a V. Ex^a: qual Polícia Federal? Aquela que o Ministro Tarso Genro disse que não iria apurar nada?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Só existe uma. A Polícia Federal é republicana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aquele que o Ministro Tarso Genro afirmou que não apuraria?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não podemos também, neste debate, tentar desqualificar uma polícia que serve à Nação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, quem desqualificou não fui eu, não; quem desqualificou foi o Ministro Tarso Genro, que extrapolou as suas atribuições e disse que a Polícia Federal não iria apurar. Vamos botar as coisas nos seus devidos lugares. Eu, aqui, apenas estou reproduzindo o que disse o Ministro da Justiça do Brasil, o mesmo Ministro que maltratou e expulsou do Brasil os cubanos e negou, até o último momento, o seu gesto e os seus atos. Não fui eu. Estou apenas trazendo fatos históricos.

Temos de saber, Senador João Pedro, qual foi o objetivo do funcionário, do Partido de V. Ex^a, militante histórico, ao fazer esse vazamento. Não vamos tampar o sol com a peneira. Que motivo moveu esse homem a fazer isso? Aliás,...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os dois. O André...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quanto ao André, nós já sabemos. O André serve a um Senador da Oposição e cumpriu o seu papel.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Nós temos de ouvir os dois.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O André não traiu ninguém. O André cumpriu o seu papel.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Precisamos saber como isso chegou à revista *Veja*, que foi a revista que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um fato...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É preciso saber. A investigação vai chegar a isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, da mesma maneira que o Partido de V. Ex^a, quando era Oposição, enchia não só a *Veja*, mas também a imprensa nacional de notícia contra governos. A história é sempre essa. Não vamos fugir do foco central da questão. Por que o funcionário traiu? Por que ajudou André a cumprir o seu papel? Por que deu o direito ao Senador Alvaro Dias de denunciar ao País o fato? Não vamos condenar a revista *Veja* pelo fato de divulgar um assunto dessa importância, porque, se foi divulgado,

é porque o fato existia. O que nós precisamos saber é o que motivou o funcionário, militante do seu Partido, militante histórico, a fazer denúncia. Decepção? Revolta? Descontentamento porque uma candidata que não é do seu agrado foi lançada à Presidência da República? Qual foi o motivo que gerou esse ato?

Segundo: é um ato isolado? Vem mais coisa aí? V. Ex^a concorda que foi o Ministro José Dirceu, por ele ter servido ao Ministro? Dois, três ou quatro anos depois? O velho Ulysses Guimarães, que me ensinou muito na vida, dizia que para muitos, gratidão é a esperança do favor futuro.

Tem um caso clássico aí. No início do Governo Lula, quando eram disputados os fundos de pensão, ficou estabelecido que essa seria uma área intocável do então poderoso Gushiken. José Dirceu, na época, o homem forte do Governo, conseguiu ficar com um deles, situado no Rio de Janeiro. Dois meses depois, o seu indicado já estava a serviço do Gushiken, que era o homem forte do setor.

Ora, se as traições acontecem quando você tem a caneta na mão, imagine quando você deixa o poder. Fique certo, meu caro amigo, que o vazador está servindo a quem está no âmago do poder, a quem tem aspirações futuras. Não jogue esse lixo atômico no passado. O Dr. José Dirceu é um homem hoje envolvido em causas financeiras, em questões nobres.

Hoje mesmo, a notícia do jornal é de que ele assinou um milionário contrato com a Coca-Cola. Quero ver se, na sua próxima chegada à ilha, não vai, naturalmente, levar uma caixinha desse saboroso líquido para o velho companheiro Fidel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em seguida, Senador Mão Santa.

A questão é outra. É preciso saber a serviço de quem o funcionário vazou a informação, e o Governo, se tiver juízo, vai examinar quantos vazadores estão em volta, porque esse é um processo que está apenas no começo. Pau que dá em Chico dá em Francisco. Todo aquele procedimento usado no passado, quando éramos governo e os senhores oposição, está acontecendo hoje no sentido inverso. Mas naquele tempo os vazamentos, repito, eram de natureza política, ideológica e desejo de poder; agora, todos eles têm um motivo de origem inconfessável, que envolve recursos públicos.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cede logo a mim, porque eu vou viajar!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero parabenizar o discurso e o raciocínio de V. Ex^a, fazendo uma análise dos fatos que são notícia nos últimos dias nesta Pátria querida, o Brasil. Senador, quando a Ministra esteve aqui, neste Senado, prestando esclarecimentos, logo no início, esqueceu-se de responder ao questionamento do Senador Arthur Virgílio. Até que foi um esquecimento perdoável, cobrado por mim, depois. E fiz a pergunta à Ministra, até emocionado, por ver a Ministra falar dos tempos de ditadura, em que foi presa. Emocionou-me, e parti até para elogiar a Ministra. Depois, perguntei a ela e lhe disse que ela teria, naquele momento, uma grande oportunidade para, de uma vez por todas, esclarecer esse fato, se era banco de dados, se era dossiê, quem fez, quem não fez, por que foi feito. E ela ratificou e disse que, mais uma vez, ia dizer à Nação que não era dossiê, era banco de dados. E disse coisas que, naquele momento, se não me convenceram totalmente, me deixaram na dúvida. Quarenta e oito horas depois de o Governo comemorar a vinda da Ministra – e o Presidente Lula, eufórico –, a notícia de que realmente é um dossiê, de que realmente vazou de dentro da Casa Civil e de mais detalhes que deixam a Nação com um profundo ponto de interrogação. José Dirceu vem novamente aparecendo nas questões do Governo. E vou usar esta tribuna para falar daqui a pouco. Primeiro, nobre Senador Heráclito, a Ministra faltou com a verdade e agora tem de mim uma profunda decepção. Estou decepcionado com a Ministra. Até então, a Ministra tinha ganho de mim toda a afirmação de que ela tinha uma postura muito digna. Hoje não digo a mesma coisa, faltou com a verdade. Mentir pressionado por uma ditadura, se perdoa; mas mentir numa democracia é imperdoável, Senador, imperdoável. Não há mais o que questionar. O dossiê é dossiê mesmo. Foi feito para intimidar a Oposição, e não há mais nada o que questionar. É só afirmar isso diante dos depoimentos dos culpados, que não têm outra alternativa senão confirmar. Quero parabenizar V. Ex^a. Daqui há pouco farei meu pronunciamento em relação a esse episódio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Meu caro Senador João Pedro, fiquei muito feliz quando ouvi hoje as afirmativas do Presidente Lula para estimular os Ministros que venham sempre ao Congresso. Não condenei, em nenhum momento, a posição do Presidente Lula com relação aos elogios que fez ao Congresso, mas acho que o Presidente Lula teria que transformar em prática as suas palavras, dizendo à Ministra Dilma que voltasse imediatamente ao Senado, Senador Mário Couto, para refazer ou para esclarecer o que, 24 horas após o seu debate aqui, veio à tona, para restabelecer

a verdade, para, humildemente, prestar esclarecimento e mostrar onde errou ou onde não foi precisa.

Era o mínimo que faltava, Senador Mário Couto, a quem agradeço o aparte.

Em segundo lugar, quero lembrar a V. Ex^a *en passant* os casos de dossiês patrocinados pela Oposição quando V. Ex^a bem sabe a atuação do Partido.

Quem não se lembra do dossiê do Alcení Guerra, que foi trucidado, afastado da vida pública, depois retornou? Do dossiê de Ibsen Pinheiro quem não se lembra? E do próprio dossiê contra o então Presidente Collor, que hoje – felizmente, como somos um País de pouca memória, e o esquecimento é forte, é uma tônica –, apóia o Governo de V. Ex^a? De forma que essa é uma prática que já existia, foi criada e foi gerada nos momentos de Oposição em que os opositores faziam-nos acreditar que o discurso da moralidade administrativa era verdadeiro, como também dos sentimentos.

Quem não se lembra, Senador João Pedro, da vinda ao Brasil e a este Congresso de José Bové, aquele simplório líder francês que combatia os transgênicos e que veio a esta Casa numa visita de protesto à adesão do Brasil a determinada prática? Foi esmurrado, empurrado. Hoje, como será que o Partido dos Trabalhadores vai encontrar com José Bové? A traição aos princípios, defendidos quando Oposição, está aí a toda prova.

Meu caro Senador, vou encerrar minhas palavras, apenas alertando que o que dá para rir dá para chorar. Questão de peso e medida, problema de hora e de lugar. Feliz Billy Blanco quando se inspirou e fez essa canção.

Senador João Pedro, apenas a ponta do *iceberg* começa a aparecer no cenário da política brasileira. O lançamento da candidatura da Ministra é o motor de toda essa geração de informações. Mas V. Ex^a foi feliz e preciso num fato: a Oposição, não que seja incompetente, mas é impotente para ter acesso a determinados fatos. Os fatos só chegam à Oposição por intermédio dos vazadores, que traem a confiança dos governos a que servem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer. Vou só concluir a frase: dos governos a que servem, na perspectiva de servir ou de se credenciar para governos futuros na prática da perpetuação do poder.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, “um quadro vale por dez mil palavras”. Mozarildo, foi Confúcio. Ô, Alíbio, focaliza aqui: “Engodo do PAC

da Ministra”, *Estado de S. Paulo*. “Engodo do PAC da Ministra”. Só o fim: “Nunca antes na história deste País se viu engodo dessas proporções”. Leiam *O Estado de S. Paulo*: “O engodo do PAC e da Ministra”. Aprendi, ô, Paim, com Abraham Lincoln, que fez as campanhas defendendo os negros lá: “este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Ele disse também: nós conseguimos enganar poucos por muito tempo e muitos por pouco tempo, mas ninguém pode enganar todo o mundo por todo o tempo. Esse PAC, para mim, é um programa de aloprados cacarejadores. É só mentira. E eu queria dizer o significado dessa reunião... Ali temos presentes duas bravas mulheres – Deputadas Marília Pinto e Aurelina Medeiros –, que vieram aqui pedir socorro ao Presidente da República para que acabe com aquela política indígena caótica que está preocupando o Estado de Roraima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Solidarizo-me com as Deputadas visitantes e quero, por dever de justiça, dizer que o Senado todo conhece essas questões que envolvem terras indígenas em Roraima por meio da luta permanente do Senador Mozarildo. Eu testemunho mais pelo fato de ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de vê-lo lutando por esta causa há muito tempo. Portanto, por dever de justiça, faço este registro.

Senador Mão Santa, com relação ao PAC, para finalizar, digo apenas: o PAC me parece muito com o Wakamoto. O Wakamoto, Senador Eurípedes, V. Ex^a se lembra e o Senador Pedro Simon também, foi um remédio de origem japonesa lançado no Brasil no final da década de 50. Foi, talvez, a maior campanha publicitária de que o Brasil teve conhecimento àquela época: uma japonesa de quimono, pelas ruas das grandes cidades, aquelas lanternas japonesas bonitas, cada lanterna representando uma letra. E havia o Wakamoto em todas as farmácias do Brasil.

O Wakamoto – o Senador Simon se lembra bem – servia para prisão de ventre e diarreia, para dor, para excesso de vigor e para indisposição, para queda e nascimento de cabelo. Foi uma campanha fantástica. O Wakamoto batia todos os recordes de venda nas farmácias brasileiras.

De repente, os estoques começaram a encalhar, a renovação não foi feita. Um ano depois, viam-se nas farmácias as embalagens envelhecidas pelo tempo, amarelando, e o estoque de Wakamoto dando prejuízo aos farmacêuticos. Aquilo que servia para tudo neste País, Senador Paulo Paim, a realidade e o tempo mostraram que não servia para nada.

Espero que o PAC não seja o Wakamoto do povo brasileiro; espero que o PAC saia desta fase de pura

enganação, de palanques montados para se criarem perspectivas, e de realidade pouca.

Quero dizer, Senador Simon, que tenho inveja quando vejo companheiros fazer apologia do PAC. Para o Piauí – repito e insisto em repetir –, o PAC é como a linha do horizonte: você sabe que existe, vê, mas nunca alcança; quanto mais tenta se aproximar, mais distante fica. E isso não é bom para nós, isso não é bom para o Brasil.

Ministra Dilma, cuidado com os vazadores, eles estão por todo lugar. Se for o José Dirceu, mude metade do governo, porque o José Dirceu, quando poderoso, foi quem fez este governo atual, foi quem construiu este governo atual.

Então, Ministra Dilma, se for verdade, cuidado até com a sua própria sombra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por permuta com o Senador Francisco Dornelles.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no mérito do pronunciamento que pretendo oferecer à Casa e à Nação na manhã de hoje, eu faço, em conjunto com o Senador João Pedro, do meu Estado, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e de seu filho, muito jovem, Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, na Rodovia BR-174, Manaus–Presidente Figueiredo, que precisa ser urgentemente cuidada pelo Governo Federal.

E cito, Sr. Presidente, já agora, com alegria, a presença no Senado Federal, na manhã de hoje, de quatro Deputados do PSDB de Roraima, Senador Mozarildo, Deputados com assento na Assembléia Legislativa daquele Estado: a Deputada Marília Pinto, filha do saudoso companheiro e amigo Governador Ottomar Pinto; a Deputada Aurelina Medeiros, ex-Secretária de Agricultura do Estado; o Deputado Ivo Som e o Deputado Zé Reinaldo.

Sr. Presidente, de maneira muito tranqüila, eu passo a fazer algumas observações sobre essa questão que, infelizmente, está na ordem do dia, está na pauta das preocupações do País, até pela legalidade ou ilegalidade a envolvê-la: essa questão do dossiê.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria muito de fazer aqui o intróito. O momento mais feliz – e o resto da sessão, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ficou refém daquele primeiro momento – foi quando a Ministra Dilma pôde falar do seu passado de bravura. E foi um passado de bravura. E eu me sinto com muita legitimidade para, se ela propuser um debate na Associação Brasileira de Imprensa – e lá seria o foro adequado –, nós discutirmos quem fez mais pela democracia: ela ou eu, ela ou V. Ex^a, Senador João Pedro, ela ou aqueles que, optando pelo caminho de não pegar em armas, lutaram por teses bem concretas, como, por exemplo, anistia, mobilização pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleição direta para governo de Estado, eleição direta para Presidente da República. A opção das pessoas corajosas como a Ministra Dilma, diferentemente da opção de pessoas corajosas outras que optaram pelo caminho da organização das massas e não pelo confronto, impossível e inviável, com o Exército brasileiro, essa opção dela fracassou. Fato. Ponto. A nossa se revelou acertada ao longo do tempo. Nós construímos as condições para que o Brasil tivesse hoje a democracia sólida de que desfruta.

E eu estava pensando, de maneira egoística não, porque eu penso em mim e em todos aqueles que, como eu, feito formiguinha, trabalhamos vinte e um anos da ditadura para derrubá-la, dentro das possibilidades que tínhamos. O MDB, que ela desdenhava por ser um partido do sim – e a Arena seria o partido do “sim, senhor”, segundo as linguagens mais sectárias, mais radicais – para mim era um espaço de luta, o espaço do Parlamento, o espaço da Ordem dos Advogados do Brasil, o espaço da CNBB, qualquer instituição que nos permitisse uma brecha de participação e de atuação na luta por democracia. Isso tudo um segmento mais sectário da esquerda desdenhava. Dizia que fazíamos que coonestação do regime.

Eu participei – e aí já como diplomata profissional –, participei aqui, do Centro Brasil Democrático, fachada legalizada do Partido Comunista Brasileiro. Quantas formações políticas se concluíram no Cebrad, que se espalhou pelo Brasil inteiro, pelo Brasil todo!

Fiquei meditando após todo aquele episódio e fiquei imaginando: será que eu devo este meu mandato de Senador mais à Ministra Dilma do que ela deve a mim a posição dela de Ministra? Eu digo de novo, sem vaidade, porque não estou falando... Falo no meu nome, mas eu poderia falar no nome do Senador Pedro Simon, eu poderia falar no nome do Senador Mário Covas, eu poderia falar no nome do meu pai, que foi cassado, como Mário Covas foi cassado, eu poderia falar no nome de todos aqueles que acreditaram que

era para se aproveitar a brecha do MDB, que era para se aproveitar a brecha da OAB, aproveitar a brecha da CNBB. E aí, eu próprio – repito, não é egoísmo – não tenho nenhuma dúvida de que fiz mais pelo retorno aos quadros da democracia do que a Ministra Dilma. Ou seja, ela deve muito mais o Ministério que exerce hoje a mim do que eu devo a ela o direito de estar aqui, nesta tribuna, falando o que eu quiser de quem eu quiser, protegido por garantias constitucionais que são típicas de um regime democrático.

Se todos tivessem feito a opção dela, simplesmente a ditadura talvez estivesse aí até hoje. Perdi muitos amigos que optaram pelo caminho da luta armada. E é óbvio que eu não posso nunca compactuar com a figura da tortura. Certa vez me indispus com o Deputado Jair Bolsonaro por causa de um adversário, o Deputado José Genoíno, até porque eu não posso, não trabalho com essa categoria. Não posso trabalhar com essa categoria.

A mentira na ditadura era tão legítima, Senador João Pedro, que temos o fato emblemático da prisão de Vladimir Herzog, o Vlado Herzog. Todos os que foram presos, daquilo que a loucura do General Ednardo D'Ávila e do General Sílvio Frota supunha de que havia uma base comunista na TV Cultura – havia comunistas, mas não havia uma base comunista na TV Cultura de São Paulo... A loucura é que eles torturavam não para cada torturado dizer o que sabia; eles torturavam para que os torturados assinassem aquilo que eles já tinham como *script*, delineado para ser assinado pelos torturados. Eles perguntavam: “Seu nome?”; “Fulano de tal”. “É do Partido Comunista?” Se dissesse que não, choque elétrico; se dissesse que sim, pergunta seguinte. Mostravam, pasmem V. Ex^{as} – recordar é viver –, o retrato do Governador Paulo Egídio Martins, da Arena, e diziam: “Este aqui é comunista?” Aí, se respondesse: “Não, o Governador não é comunista”, choque elétrico nele de novo. Tinha de dizer que o Governador Paulo Egídio tinha ligação com o Partido Comunista. Mostravam o retrato do José Mindlin, empresário da Metal Leve, empresário bem-sucedido, que tinha ligação com homens de esquerda que faziam política cultural, entre os quais Vlado Herzog, que não pertencia ao Partido Comunista e que, inclusive, era crítico de Fidel Castro, era crítico da União Soviética, como era crítico de Salazar e era crítico de Franco. Ele não aceitava ditadura nem de Esquerda nem de Direita. Vlado Herzog era isso.

Então, o que queriam, na verdade, Ednardo e sobretudo Sílvio Frota era derrubar àquela altura o General Geisel, que vinha com a sua incipiente proposta de redemocratização do País. Mas era o que se tinha àquela altura. O Deputado Alberto Goldman compre-

endeu isso, o Deputado Aírton Soares compreendeu isso. Certa vez, foram todos os Deputados paulistas a uma recepção com a presença de Geisel, contra a orientação da Direção Nacional do MDB. Foram todos lá, porque eles tinham tido uma conversa privada com o Governador Paulo Egídio, e o Governador Paulo Egídio dizia: “Não há outra razão para estarem tentando me atingir – chegaram a torturar PMs de São Paulo –, se não quisessem atingir o General Geisel, para atingir a política de abertura.

Foi um momento difícil. Todos aqueles que foram presos mentiram. Vlado Herzog não mentiu. “É comunista?”. “Não.” “Colabora com o Partido Comunista?” “Não.” “Dá dinheiro para o Partido Comunista?” “Não.” “Lê o jornal *Voz Operária*?” “Eventualmente.” “Reconhece José Mindlin como comunista?” “Não.” “Reconhece como comunista Paulo Egídio Martins?” “Obviamente que não.” E foi torturado por oito horas. Faleceu oito horas depois. E montaram aquela farsa nojenta: um homem que tinha 1,68m de altura foi mostrado pendurado por uma tirinha que não agüentava o corpo dele – acredito –, e de joelhos. Bastava ele levantar que acabaria o tal enforcamento. Bastava levantar.

Já concedo o aparte a V. Ex^a.

Vlado Herzog foi assassinado friamente, e sua morte foi muito importante. Mas eu dizia que todos mentiram, e todos mentiram sem prejudicar ninguém, porque acabaram sabendo, pelo cochicho que saía das enxovias e ia para as pessoas certas, o que já tinham dito os torturados nos depoimentos. E houve alguns que foram depor no DOI/CODI, como, por exemplo, o jornalista Marco Antônio Rocha, que não foram torturados. Ele admitiu tudo, inclusive coisas que não eram verdade – ele mentiu. Admitiu tudo, sabendo que seria absolvido na Justiça Militar, que, àquela altura, já começava a esboçar uma reação contra essa linha dura do Regime, por meio de militares honrados, militares dignos, que começaram a estabelecer um desejo de retorno aos quadros do Estado de Direito, a partir do Superior Tribunal Militar.

Vlado Herzog, com as suas convicções de homem que acreditava nas transformações do mundo pela via de uma política cultural, não mentiu e morreu.

Eu digo isso – e vou ouvir o Senador João Pedro –, porque eu gostaria de dizer, com base nessa convicção que tenho de que a opção que fizemos foi correta, que o resultado do debate com a Ministra seria outro. Aceitaria fazer esse debate com ela onde ela quisesse – na TV Cultura, na TV Câmara, na TV Senado – para saber quem foi mais importante, Senador Simon, se ela ou V. Ex^a, para o restabelecimento da democracia; se ela ou Ulysses Guimarães; se todos aqueles companheiros... Alguns eu perdi, companheiros meus de

escola, que morreram, generosamente doaram suas vidas, mas estavam errados; a postura correta não era aquela. Aquele caminho poderia levar, quem sabe, até ao estabelecimento de uma outra ditadura, mas se fosse vitorioso, e não poderia sê-lo. Nós estávamos certos, nós estávamos corretos, nós conduzimos este País à democracia, nós devolvemos a cidadania política ao Sr. José Dirceu; nós devolvemos a cidadania política à Ministra Dilma Rousseff – o Presidente Lula, inclusive, como líder sindical bravo que foi –; nós devolvemos a cidadania a todos aqueles que erraram ao enveredarem pelo caminho da luta armada, até porque era inviável se derrotar a força estabelecida do Exército Brasileiro àquela altura.

É um outro nível de discussão. Este é o intróito, Senador Paim. Eu pediria a V. Ex^a que tolerasse um pouco no tempo, porque quero ouvir o Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo. Paim. Bloco/PT – RS) – Terei a mesma tolerância que eu tive com os outros Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador. Depois vou arrazoar sobre a questão do dossiê, mas eu estava com essas coisas entaladas na garganta e sinto-me com muita legitimidade para falar sobre isso, porque, no episódio com o Deputado Bolsonaro, eu disse: “Não posso aceitar que V. Ex^a discuta tortura. Eu não posso aceitar”. O homem foi feito para tudo. O homem foi feito para trair e ser traído; ganhar dinheiro, perder dinheiro; ganhar eleição, perder eleição; ganhar empresa, perder empresa; ganhar emprego, perder emprego. Ele foi feito para tudo. Ele foi feito até para suicidar-se, se quiser; ele foi feito para matar, se for criminoso; ele foi feito para morrer, se for vítima; mas ele não foi feito para ser torturado. O homem não pode ser torturado. O ser humano não pode. Essa é uma conquista da nossa cidadania, embora ainda não observada de pronto, porque, se eu tenho certeza que esses dois monstros paulistas estão sendo protegidos até pela notoriedade que os cerca, não sei se não está sendo torturado esse outro reles, esse outro monstruoso estuprador de Brasília, que é um homem pobre. No Brasil, pobre costuma ser torturado na prisão. Rico costuma não ficar na prisão. Pobre costuma ser torturado na prisão.

Senador João Pedro, ouço V. Ex^a antes de entrar no cerne do meu pronunciamento.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, tenho consciência de que o pronunciamento de V. Ex^a, como já antecipou, tem dois momentos, e faço o aparte neste intróito em que V. Ex^a faz uma análise das formas de luta da resistência. Quero dizer que temos uma convivência, uma relação política,

uma relação de amizade no nosso Estado. V. Ex^a tem legitimidade. V. Ex^a faz parte do contingente de brasileiros e de brasileiras que resistiram a todo o processo da ditadura, dos 24 anos, dos 22...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Graças a Deus, só 21.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Dos 21 anos, mas, principalmente, desse momento emblemático de 1968, 69, 70, 73, 74, da guerrilha do Araguaia, de 1972 a 1975...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O ano de 1975 foi emblemático. Foi quando eles viram que a abertura vinha e resolveram dar tudo para fechar.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Em 1976 caem os dirigentes na Lapa. Em dezembro de 1976, era Presidente o General Ernesto Geisel, e caem os dirigentes na Lapa, em São Paulo. Então, esse período foi muito particular. Quero dizer novamente que V. Ex^a tem legitimidade, faz parte dos homens que não se calam, faz parte desse contingente, das mulheres que não calam, de uma parte dos membros deste Congresso Nacional que não se calou, que enfrentou o momento mais duro. Por sinal, estamos chegando a junho e vamos comemorar, em 2008, o ano de 68, com o povo nas ruas, a inesquecível Passeata dos Cem Mil. Desde ontem, no mundo, há manifestações comemorando o fim da Segunda Guerra Mundial. Então, V. Ex^a faz uma análise, e quero aproveitar para dizer a minha opinião – e parece que há uma discordância aí – das formas de se enfrentar a ditadura. V. Ex^a contextualizou corretamente. Mas, naquele período – e falo com tranquilidade –, as formas de luta eram tão poucas que, para defender a liberdade, na minha modesta opinião, valeu. Valeu! E só poderia ser naquele momento, 1969, 1970. Foram essas lutas duras que levaram nosso povo, porque é um contexto só, a 1984, pedindo eleições diretas, e à transição que foi feita para chegar aonde chegamos; para chegar, inclusive, a este debate que aconteceu com a Ministra Dilma. Inclusive uma geração de resistência, da qual V. Ex^a faz parte, ao lado dessa grande mulher, a Ministra Dilma Rousseff. Então é um contexto muito bonito, rico, de um grande aprendizado, em que cabem as avaliações, as discordâncias, perfeitamente. Mas valeram a pena todas as formas de luta para chegarmos aonde chegamos. E V. Ex^a merece esse destaque como um dos brasileiros que não se calam. Ali no final dos anos 70, 80, estivemos juntos, lá nas ruas da nossa querida Manaus e, às vezes, correndo, porque a polícia estava ali bem próxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Levando tiro! Levando tiro até! Levando tiro! O episódio da Igreja São Sebastião foi um dos fatos mais lamen-

táveis que, infelizmente... Se tivesse ocorrido em São Paulo, teria sido um escândalo! Como foi em Manaus, teve uma repercussão menor. Mas foi um episódio de imensa brutalidade.

Mas quando divirjo – e divirjo fundamente da opção, da forma de luta, que se me afigurava inviável –, digo que foi tão duro optar pela luta armada quanto não optar por ela, mergulhar naquele marasmo aparente de organizar pequenos companheiros e buscar pequenos fatos e pequenos espaços na imprensa, pequenos artigos em jornal.

Quando o Deputado José Genoíno esteve em Manaus, ainda clandestino, eu já tinha uma coluna no jornal e pude recebê-lo com um artigo que lhe dava as boas-vindas. Parecia pouco, mas era o que eu tinha, era do que eu dispunha.

Quando o Presidente Lula foi processado pela Lei de Segurança Nacional, eu já era político, e V. Ex^a ainda pensava, tinha toda essa vocação, ainda viria atrás, mas estava no julgamento. Eu fui o único político do Estado presente ao julgamento do Lula naquele momento em que as fotos que tiravam da gente não eram fotos dos jornais, porque nada se publicava àquela altura; eram fotos dos órgãos de segurança.

Mas não quero aqui negar a generosidade dos que se entregaram de corpo e alma, sobretudo de corpo, àquela luta. Lembro do meu querido Paulinho Massa e da Lenita, que não sobreviveram. Lembro do Renato Tapajós, paraense, com família amazonense muito tradicional, os Tapajós; um cineasta inteligente, brilhante, que foi torturado brutalmente e sobreviveu, está aí levando a sua vida. Lembro do Maurício Lindoso, que foi torturado e sobreviveu.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Tomazinho Meireles.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tomazinho Meireles, um símbolo para nós do Amazonas, que não resistiu; a brutalidade foi demasiada. Mas o fato é que é um tempo que, por mim, não volta.

Muito obrigado, Senador João Pedro, pelo fraterno aparte.

Entro, então, no cerne da parte que mais provocará divergências aqui.

Primeiro, vi com muita alegria, Senador Heráclito Fortes, o estímulo que o Presidente dá à presença dos seus Ministros aqui. Queria aquele padrão Jobim: há a denúncia e, horas depois, o Ministro está aqui para dizer o que quer, o que tem e o que não tem para dizer.

Tenho um requerimento, que não consegui ver votado até hoje, convocando a Ministra à Comissão de Justiça, para que ela fale especificamente do dossiê. Parece-me que lá, Senador Pedro Simon – e seu voto será muito importante –, é o local azado, correto,

para se tirar essa dúvida. Não é para se usar a maioria para esvaziar a sessão, mas para dizermos: Muito bem, a Ministra veio aqui, se portou bem, foi brilhante, foi segura, por que não voltar à Comissão de Justiça, atendendo à convocação de um Senador, respaldada pela unanimidade, se Deus quiser, daquela Comissão? Está aí há semanas. Espero que tenha sido para valer o aceno de que a Ministra pode voltar. E agora, já que o dossiê volta à ordem do dia, está na hora de tirarmos essa verdade a limpo, custe o que custar, até o final.

Eu gostaria de fazer um histórico. Antes de mais nada, a Polícia Federal está nesse caso – e no começo era peremptório o Ministro Tarso Genro dizendo que a Polícia Federal não iria entrar no caso –, por exigência das oposições brasileiras.

Em segundo lugar, quero lembrar – e aqui tenho reportagem de Leonardo de Souza, da sucursal de Brasília da *Folha de S. Paulo* – o episódio da montagem do dossiê – insisto: dossiê! –, a participação da Secretária Executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra; do Secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz; do Secretário de Controle Interno, José Aparecido Nunes Pires, o tal que já está conhecido, que já está famoso, que já está notório, o primeiro a ser descoberto; da Chefe de Gabinete de Erenice, Maria de la Soledad Castrilho, que também responde pela Dilog, Diretoria de Logística; e do responsável pela Diróf, Diretoria de Orçamento e Finanças, Sr. Gilton Saback Maltez. Muito bem, esse foi o grupo de trabalho que foi tirado, e vamos ver outra verdade que está na minha cabeça. Minha verdade não é a verdade absoluta. Não sou o dono da verdade. Eu vou falar aqui das minhas verdades.

A denúncia da *Folha de S. Paulo* é que a compilação desses dados começou durante o período carnavalesco, precisamente, não em resposta a mim, não em resposta ao requerimento que fiz, até porque os dados não me foram repassados. Isso deixa a Ministra Chefe da Casa Civil passível... E nós estamos estudando a possibilidade jurídica de um processo por crime de responsabilidade, porque ela não repassou os dados a mim, que tinha sido o Senador que, com a aprovação do Congresso, a ela pediu os dados referentes não ao período Fernando Henrique – ela foi contraditória outra vez –, mas sim ao período Lula, de 2003 até a data que eu estava vivendo. A Casa Civil não negou essas reuniões carnavalescas, e aí nós temos que ver exatamente qual foi o papel que cada um desses membros desse grupo de trabalho executou.

A Ministra, em fevereiro, disse – e pode ter sido uma bravata, pode ter sido uma verdade – a empresários em reunião do Iedi, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, órgão ligado ao grande

empresariado paulista, que o Governo não ia apanhar sozinho, “já vi as denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos pelo Governo Lula”.

Ela disse: “Estamos nos preparando, porque haveria irregularidades no Governo Fernando Henrique”. Era sinal de que estava sendo montado, intelectualmente, um dossiê. Eu quero saber, portanto, qual é o perfil de cada cidadão.

No meio de todo aquele tumulto, de todos aqueles festejos que cercaram a presença da Ministra Dilma aqui na Casa, eu disse a ela que tinha um palpite. E até tratei a Ministra com a cortesia que ela merece e com a qual será tratada quando vier; e ela certamente virá à Comissão de Justiça; ela tem absoluto caráter forte para isso. Eu disse a ela: “Ministra, em homenagem ao Dia das Mães, vou falar da minha intuição feminina; ela me diz que a Dr^a Erenice Guerra, sua assessora principal, sua secretária-executiva, não fica no governo até final deste mandato. É uma opinião minha. Vamos ver!” O dossiê está aí, o vazamento se deu. E como foi mencionado o nome do Senador Alvaro Dias, eu vou dar minha opinião sobre isso.

Vamos, então, discutir aquela questão de Suprim *versus* dossiê. Eu quero ser bem didático. O Suprim, ele sim, compõe a figura de um banco de dados como eu entendo que seja um banco de dados; ele coloca tudo por ordem cronológica. O dossiê “prostitui” a ordem cronológica e retira os dados que ele julga possam denegrir alguém. No caso, Dona Ruth Cardoso, que recebeu, depois, um gentil telefonema da Ministra.

A desordem cronológica, as caixas-altas, o fato de que não se mencionavam nomes, mas se mencionava o nome de dona Ruth Cardoso, especificamente, em caixa-alta inclusive, esses fatos mostram a caracterização de um dossiê, sim, e não de um banco de dados geral, como aquele que sugere, Senador Mário Couto, o Suprim.

Tenho algumas verdades dentro de mim. Primeira, o dossiê existe. E tanto existe que foi vazado. E tanto existe que temos a demonstração da diferença entre a ordem cronológica do Suprim e a desordem cronológica daquilo que não pode ser outra coisa a não ser o dossiê. Se quiserem chamá-lo de aeronave espacial, podem chamá-lo, mas é um dossiê.

A Ministra Dilma negou peremptoriamente, dizendo que se tratava de um crime, que o crime foi perpetrado contra ela. O Ministro Tarso Genro, o que me assombrou – tenho relações pessoais com o Ministro Tarso Genro acima do bom; é uma das figuras com as quais eu mais me sinto aproximado do ponto de vista pessoal neste Governo –, disse: “Não faz mal. É normal ter dossiê. Pode ter dossiê”. E eu pergunto: como é normal ter dossiê preparado por quem detém os dados,

por quem está no Governo, contra adversários que não detêm os dados, que não estão no Governo? Se isso não é, no mínimo, uma grande covardia política, não sei que nome eu daria a esse tipo de boi. Mas vazou. O quê? Vazou que era um dossiê. Vazou que visava denegrir a imagem de dona Ruth Cardoso.

Já temos o primeiro nome: José Aparecido Nunes Pires. E começa essa discussão menor: indicado por José Dirceu, fogo amigo. Isso me interessa muito pouco.

Interessa-me o fato nº 01: existe um dossiê; interessa-me o fato nº 02: foi composto na Casa Civil; interessa-me o fato nº 03: vazou o dossiê da Casa Civil. Aí, vazou para o funcionário André. O Senador Heráclito Fortes disse: “Não preciso ouvir o André”. O Senador João Pedro disse: “É preciso ouvir o André”. Eu acho que, para mim, não é a figura mais importante o Sr. André, mas se querem ouvi-lo, que o ouçam. Não vejo por que não ouvir.

Vamos ao Senador Alvaro Dias. Disse o Senador que recebeu, há poucos dias, há poucos momentos, a autorização do Sr. André para que ele pudesse dizer que havia sido feita a comunicação com o gabinete dele.

Eu não vejo que esteja aí o mais importante, porque, sinceramente, se bate nas minhas mãos um dossiê, eu corro para a tribuna e denuncio logo. Eu sempre digo que a diferença entre mim e um jornalista é que o jornalista tem que ter respeito pela fonte, se é um bom jornalista. Eu não sou jornalista, não tenho que ter respeito por fonte nenhuma. Então, todo mundo que manda para mim alguma coisa eu denuncio no ato. Uma vez, havia um colega meu, Deputado, de Partido, que disse que tinha almoçado com assessores do Ministro José Dirceu e que estavam preparando um dossiê contra mim. Dossiê contra mim é de morrer de rir mesmo. Eles acabarão ficando com pena e depositando algum dinheiro na minha conta. Mas, aí, o Deputado disse: “Eu almocei com eles e eu espero que você não conte para ninguém. Guarde com você e não me cite”. Eu digo: pelo amor de Deus, eu vou homenagear você agora; agora, vou homenagear você e vou contar isso agora. Eu digo: olhe, você contou para a pior pessoa. Eu sou o ouvido mais furado que existe.

Digo: Presidente, pela ordem, deputado fulano de tal, meu companheiro de partido, almoçou ontem com uma turma ligada hoje ao Ministro José Dirceu e eles disseram que estavam vasculhando minha vida. É bom vasculharem a minha vida mesmo, até para aprenderem uma lição de decência. O deputado, inclusive, não ficou muito por aqui. Eu digo: não estou nem aí se é do meu partido, se não é; eu detono o que chegar nas minhas mãos, por norma, por norma minha. Eu não

vejo importância nenhuma em se dizer: olha, tenho o dossiê e divulgar.

O que está em jogo agora é: a Ministra falou a verdade? Não falou. Ela disse que não havia dossiê e, para os empresários, admitiu que havia. Disse que não havia o dossiê, e o dossiê está aí, vazado por um membro do grupo de trabalho chefiado pela Dr^a Erenice Guerra, que funcionou no período carnavalesco. Um membro já está aí: José Nunes Pires.

Eu gostaria ainda de dizer que o Sr. Pires vai falar. Recomendo duas coisas a todos: cautela e senso de verdade, porque não há hipótese de ele não falar. Na vida pública brasileira, no estágio de segurança atingido pela democracia brasileira, não há hipótese de uma verdade não vir à tona. Não adianta tentar estabelecer falsas ilações ou falsas conclusões. Virá à tona. O Sr. Pires, que no começo não falou, até porque mal começou a ser citado, já disse ontem pela TV Globo, se não me engano, “eles podem ter plantado coisas”. Ele vai ter que dizer “eles” quem? Quem são “eles”? A defesa até o momento do Sr. Pires é de que alguém foi no computador dele e lá plantou. “Alguém” quem? Não vão me dizer agora que foi o Presidente Fernando Henrique que se fantasiou de dragão da República para entrar na sala do Sr. Pires para plantar um dossiê contra ele próprio e contra a sua mulher.

Vamos ser verossímeis, vamos ser coerentes, vamos ser conseqüentes.

O Sr. Pires vai aceitar o papel de bode expiatório do dossiê? Não sei. Acho que não vai. Acho que não deve. E, ainda que ele queira aceitar esse papel, o nível de capacidade investigativa que atingiu a imprensa brasileira derrubará qualquer falácia por terra. Eu disse isso com a segurança de quem, perante a Ministra, disse: “Ministra, a Dr^a Erenice está por um fio”. Ontem, eu disse, desta tribuna, que via por horas o início do desvendamento dessa farsa. Eu via por horas que essa história do vazamento e de feitura estava por horas, enfim.

Vejo ainda uma lacuna que deve ser esclarecida pela Ministra. Preferiu-se falar, naquele momento, em PAC, quando eu preferia falar... Eu sei que lá era lugar de PAC, mas eu preferi falar em dossiê. E falei sobre dossiê o tempo que pude, com a Ministra. Mas ela disse do parecer do General Félix.

Eu sou amigo pessoal do General Félix. É uma figura correta. É um militar aplicado, digno. Agora, o General Félix não formula jurisprudência jurídica neste País. O General Félix não substitui, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal nem o Superior Tribunal de Justiça. O que o General Félix diz juridicamente tem tanto valor quanto o que eu possa proferir daqui juridicamente. Eu não firmo jurisprudência nem ele. En-

tão, quem diz o que é ou não sigiloso não é o General Félix, até porque ele está sujeito às mesmas leis que saem de órgãos que “jurisprudenciam”: as supremas Cortes do País.

Eu ainda gostaria de dizer que o caso está aí – e já concedo o aparte a V. Ex^a Senador João Pedro. O caso está aí. Eu tenho o convite, a convocação, melhor dizendo, à Ministra, até porque a Constituição exige assim. Tenho tanta convicção de que ela virá que, se eu pudesse, eu faria cortesmente um convite. Não acredito que a Ministra vá dizer que não virá à Comissão de Justiça depois de ter sido tão saudada por brilhantes na Comissão de Infra-Estrutura. Não acredito. Ela deverá dizer: “Ah, vou! O Senador Arthur Virgílio está me convocando, foi tão cortês comigo, tão delicado, não haverá de ser diferente o comportamento dele”. Virá, e aí para tratar exclusivamente de dossiê. Claro que se alguém da Comissão de Justiça quiser falar sobre PAC também pode, porque eu não estou aqui para censurar ninguém. Lutei a vida toda contra censura.

Mas, muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, eu só vou fazer um apelo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, estou no fim e já concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador João Pedro pede um aparte, que ele seja muito rápido. Seu tempo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu estou no fim. Tem mais três opiniões, inclusive vou ouvir o Senador João Pedro, Senador Paim.

Eu volto a dizer. Fogo amigo: Dirceu *versus* Dilma, isso não me importa. Importam-me as contradições da Ministra e importa-me o fato de a Ministra – e essa é a minha convicção – não ter falado a verdade na Comissão de Infra-Estrutura. Ela teve todas as razões de fazer como fizeram os jornalistas da TV Cultura que, com muita sabedoria e para proteger companheiros, mentiram perante o DOI-Codi e a boçalidade do General Ednardo D’Ávila. Ela fez muito bem em mentir perante a ditadura, mas eu quero ter a certeza – e a minha convicção é de que ela não foi veraz – de que ela não mentiu perante a democracia e perante uma comissão do Senado Federal.

Tenho uma opinião, minha opinião: Erenice Guerra chefiou a feitura do dossiê e sua posição no governo é insustentável. Dilma – se estou certo na primeira premissa – sabia de tudo. Se eu não estou certo – e ela pode vir esclarecer isso aqui – e se eu me convencer de que ela está certa, eu dou a mão à palmatória. Não quero falsos culpados; não sou caçador de bruxas. Não sou macarthista. Quero a verdade – e aí já não é minha opinião –, quero a verdade. Eu quero saber se

estou certo ou não. Eu quero a Ministra Dilma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. Eu quero a verdade esclarecida tintim por tintim, ponto por ponto, item por item, adendo por adendo, para que esse fantasma do dossiê não fique povoando as dúvidas dos democratas brasileiros.

Senador João Pedro, com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, não houve discordância na primeira parte do discurso de V. Ex^a. Vamos para a segunda parte do discurso de V. Ex^a – serei rápido, Presidente Paim. Primeiro: tenho um discurso em minha memória, feito pelo Presidente do Partido de V. Ex^a, lá na CPI, o Senador Sérgio Guerra. Veja o que disse o Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, lá na CPI: “Este debate é pequeno”. “Este debate [lá na CPI, discutindo cartão corporativo] é pequeno. Nós temos outras tarefas. Quem? O Congresso Nacional”. Eu quero colocar isso no debate de V. Ex^a. Até porque V. Ex^a foi o primeiro Senador que mudou o eixo da convocação. De pronto, a Ministra Dilma acatou a questão de ordem de V. Ex^a. Não foi nem questão de ordem; foi uma ponderação extremamente politizada, de que ela deveria falar imediatamente sobre o dossiê. E nós tivemos um dia inesquecível. Foram 10 horas, e V. Ex^a ainda não está convencido. Quero chamar a atenção de V. Ex^a – V. Ex^a que é um Senador firme, teimoso, no bom sentido. A Nação ficou convencida desse debate sobre o dossiê – a Nação, a sociedade. Então, eu gostaria de fazer-lhe esta ponderação: por que voltar? A Ministra Dilma confrontou-se olho no olho. V. Ex^a, inclusive, foi um dos Senadores que mais interpelaram a Ministra. Foram 10 horas de um debate esclarecedor. Há mais um elemento sobre o qual eu quero falar. A Casa Civil montar um banco de dados não é crime. Crime foi a manipulação de fora da Casa Civil. E aí, mais uma vez, isso parou no gabinete de um membro do nosso Senado da República. Então, não é crime o que a Ministra fez. O que a Ministra fez qualifica o trabalho da Casa Civil, até porque era desorganizado; não existia banco de dados lá. Aliás, o nosso Governo foi auditado três vezes. Há uma outra ponderação. V. Ex^a é um homem de Oposição. Mas eu o conheço. V. Ex^a também é um homem ponderado. V. Ex^a foi Prefeito, Deputado Federal, Ministro, Líder de Partido, e pesa o currículo de V. Ex^a. Não tenho de dizer isso aqui, mas o currículo de V. Ex^a diz que V. Ex^a é um homem ponderado. Penso que não tem por que a Ministra Dilma voltar; foram mais de 10 horas de debate. E essas 10 horas que aconteceram lá na Comissão de Infra-Estrutura foram esclarecedoras, sob o ponto de vista dessa discussão. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero colaborar com o Senador João Pedro, por quem tenho uma admiração profunda e, para mim, a pior coisa é ver o Senador João Pedro informar erradamente aos seus admiradores, nos quais me incluo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Globo *Online* mostra, aqui, o seguinte: “Você acredita na inocência da Ministra Dilma, no caso do dossiê sobre as despesas do Governo Fernando Henrique?” Até agora, 1.322 participantes. “SIM”, 32; e “NÃO”, 66. Então, ela não convenceu a Nação. Em segundo lugar, queria, apenas reavivar a memória da fábrica de dossiês que era a Oposição que hoje é Governo: o Dossiê do Ibsen Pinheiro, feito para atender a membro do PT – aliás, alguns até colegas nossos; não quero culpá-los por isso – e gerado por esta extraordinária figura de homem público, tão cantada e decantada pelo PT: Waldomiro. Só para citar. A prática que tinha o Partido dos Trabalhadores, quando Oposição, em lidar com dossiês. O Waldomiro, àquele época, cometeu o crime de inflar o valor de R\$1 mil para R\$1 milhão. Só para registro histórico, Senador Arthur Virgílio, com os meus agradecimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – A Presidência faz um apelo ao Senador Arthur Virgílio, para que conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sintetizarei a resposta, Senador Paim. Agradeço a V. Ex^a pela prorrogação do tempo.

O Senador Heráclito responde bem ao Senador João Pedro quando mostra já uma enquete – não é uma pesquisa, mas uma enquete – do Globo *Online*, e, parece-me que ficou bem estabelecida aí a diferença entre o convencimento da inocência da Ministra *versus* – e isso preponderou – a solidariedade, de amplo segmento da Nação, a quem foi torturado pelo regime militar. Isso sim; isso sem dúvida.

Respondo ainda ao Senador João Pedro, para encerrar, dizendo que eu concordo: “O debate é pequeno”. Por isso, eu queria encerrá-lo logo; e encerrá-lo sem dúvidas. E se ele é pequeno, a Ministra deve colaborar para encerrarmos logo esse debate, vindo mais uma vez ao Congresso. Ela disse que viria. Ela disse: “Virei quantas vezes se faça necessário com-

parecer ao Congresso”. Propôs comparecer de quatro em quatro meses àquela Comissão. Tudo isso eu anotei e observei. Muito bem. A Ministra acatou a minha sugestão, mas se contradisse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, se eu permitir mais um aparte todo mundo vai chiar comigo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se contradisse, e não esgotou o assunto. Por isso a minha insistência. Lá, optou-se por falar de PAC, e a Ministra deixou dúvidas no ar, enormes, que estão cada vez mais densas, estampadas no grande noticiário nacional.

Muito bem. Disse o Senador João Pedro, e com acerto parcial, pelo menos: “Crime é a manipulação”, e de fatos. Os dados do Suprim – que já havia, sim, no Governo anterior – são o banco de dados que constituem obrigação de qualquer governo trabalhar com eles. Usá-los, pinçando, sem ordem cronológica, aquilo que pudesse, por exemplo, denegrir a imagem da Primeira-Dama do Governo anterior, isso é ruim. Essa é uma manipulação que, a meu ver, configura um crime junto com a feitura do dossiê.

“Não existia banco de dados no Governo Fernando Henrique”. Existia. Agora, eu tenho orgulho, Senador João Pedro: não há registro de um gesto de perseguição, durante os oito anos de Presidência do Presidente Fernando Henrique, a quem quer que seja do Partido de V. Ex^a, ou a quem quer que seja neste País. Foram oito anos de absoluto respeito às liberdades democráticas.

Eu era Ministro, Senador Paim, e o Deputado Greenhalgh foi lá, sem me pedir audiência; eu era Ministro. E aí o Deputado Greenhalgh, que é um querido amigo, teve de esperar. Não ficou zangado, não. Ele voltou para a Câmara, e eu, por brincadeira com ele, mandei um carro da Presidência e um militar buscá-lo. Eu disse: “Ele tem de vir de qualquer jeito. Se está indo um militar com um carro da Presidência, ele tem de vir”. Ou seja, sempre fui de dialogar com os meus adversários, e não passou pela minha cabeça nada parecido, haja vista o tratamento que o Presidente Fernando Henrique deu, de enorme discricção àquele episódio – no começo tentaram dele fazer uma especulação política –, da morte do meu ex-colega de Câmara, Prefeito Celso Daniel. Absoluta discricção, absoluta correção no tratamento de algo que não deveria ser transformado em moeda eleitoral.

Muito bem. Discordo quanto a não precisar voltar, porque acho que ela precisa voltar de uma vez só. Volta a CCJ e acaba com isso de uma vez, porque a verdade vai aparecer. Na vida pública brasileira, hoje, não se sustenta a inveracidade; ela não se sustenta. A verdade aparece, porque tem uma imprensa fustigan-

do. O jornal tal deu, o outro jornal vai complementar, a televisão “A” começou, a televisão “B” entra na concorrência natural. A verdade aparece. Então, estamos com o dossiê na ordem do dia. E se o tema é pequeno, como eu acho que é pequeno, como o Senador João Pedro acha que é pequeno, como o meu Presidente Sérgio Guerra acha que é pequeno, que a Ministra dê a ele o tratamento de uma coisa pequena mesmo, e que venha de uma vez, sem mais tergiversações e, aqui, mostre as suas razões, porque nós temos de ter, não sei por que nós temos de ter não sei se dez horas, mas o tempo necessário para que ela não fique em dúvida, culpada ou inocente, para que nós não fiquemos atormentados pela dúvida, porque a minha preocupação, volto a dizer, Senador Paim – agora encerro mesmo –, é com o Estado de direito.

Eu quero saber que tenho adversários leais, que não são capazes de manipular dados para forjar falsas verdades. É isso que quero saber. Então, estou cheio de dúvidas e muito bem armado para uma discussão que pretendo travar. Uma discussão que pretendo travar com muita abertura com a Ministra, com a mesma delicadeza da outra vez, mas desta vez especificamente sobre um caso que está na ordem do dia. Há o dossiê, confeccionado na Casa Civil e vazado de lá. E, a partir daí, para onde ele foi. Se batesse nas minhas mãos, eu viria para a tribuna, para comentá-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, como já havia anunciado, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, como Líder, falará o Senador Mário Couto.

O último Senador inscrito será este Senador, sem prejuízo do Senador José Maranhão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inicialmente eu quero fazer uma homenagem especial às mães. Domingo é o Dia das Mães, então não poderia, como bom filho que me considero, deixar hoje de homenagear minha mãe, que, aos 84 anos, Senador Mário Couto, mora em Belém; ela foi para Belém inclusive para permitir que eu pudesse estudar, juntamente com os meus irmãos. E duas irmãs lá moram por causa disso, são mães também, por isso quero homenageá-las. Eu desejo homenagear minha esposa, que é mãe de três filhos; minhas filhas, que são mães também. Então aproveito para homenagear todas as mães do Brasil, especialmente aquelas mães aflitas que estão

lá na Raposa Serra do Sol: as índias, as mestiças e as não-índias. Portanto, homenagear todas essas mães, as mães de toda Roraima, especialmente aquelas mães que estão sofrendo lá na Raposa Serra do Sol.

Vieram aqui duas mães que estão ali, duas Deputadas Estaduais de Roraima: a Deputada Aurelina e a Deputada Marília Pinto, que estavam comigo na comissão e que também viram lá na Reserva, junto comigo, a aflição de quantas mães, sob a ameaça de serem desterradas, expulsas, com centenas de policiais militares, da Força Nacional, armados até os dentes, cumprindo ordem de quem? Do “ministro da injustiça”.

Então, eu homenageio essas mães valorosas que estão lá sofrendo, defendendo o seu palmozinho de terra, morando em uma cidade que é centenária, aproveitando para cumprimentar, também, todas as mães do Brasil: as mães índias, negras, orientais, de pele clara, enfim, as mães do Brasil! Todos temos um amor profundo pelas mães.

E para melhor homenageá-las, leio um poema curto do poeta Mário Quintana:

Mãe... São três letras apenas
As desse nome bendito:
Também o céu tem três letras
E nelas cabe o infinito
Para louvar a nossa mãe,
Todo bem que se disser
Nunca há de ser tão grande
Como o bem que ela nos quer
Palavra tão pequenina,
Bem sabem os lábios meus
Que és do tamanho do CÉU
E apenas menor que Deus!

Com esse poema, homenageio todas as mães do Brasil, especialmente a minha mãe, menos, é lógico, a mãe do PAC.

Sr. Presidente, quero vir novamente e infelizmente, digo infelizmente porque ainda não foi solucionada a questão que aflige o nosso Estado e aqui estão quatro Deputados do nosso Estado que compõem a Comissão da Assembléia Legislativa e têm-me acompanhado nesse trabalho de monitoramento, de diagnóstico e de sugestão para solucionarmos o problema da Raposa Serra do Sol: a Deputada Marília Pinto, a Deputada Heloísa Medeiros, o Deputado Ivo, o Deputado José Reinaldo, o Assessor da Assembléia, Fernando Éder e aqui não puderam estar presentes o Deputado Damosiel Lacerda de Alencar e o Deputado Ionilson, que compõem a referida Comissão.

Quero registrar para todo o Brasil que estamos trabalhando, o Senado Federal, através da minha pes-

soa, designado pela Comissão de Relações Exteriores – e aqui está o nosso Presidente Heráclito Fortes –, mas com o apoio da Assembléia para dar o exemplo ao Poder Executivo, que faz essas medidas no meu Estado sem ouvir o Governador, sem ouvir a Assembléia, sem ouvir ninguém do Estado, em uma verdadeira intervenção federal.

Nós, do Senado Federal, buscamos uma parceria com a Assembléia Legislativa para dar o exemplo ao Senhor Presidente Lula de que estamos em uma federação. Que a União, esse ente enigmático, não existe sem os Estados e os Municípios. É a união dos Estados e Municípios que representa a União. Então, não pode o Governo Federal ser o poder imperial que é no Governo Lula.

Sr. Presidente, quero dar notícias ao Brasil, primeiro que essa reserva indígena malfadada, mal demarcada pelo Presidente Lula está *sub judice*, isto é, o Supremo vai decidir se mantém a decisão absurda do Governo Federal, que não ouviu ninguém, não ouviu o Senado através da sua Comissão Temporária Externa, que produziu um laudo adequado; que não ouviu a Câmara dos Deputados, que produziu um laudo idêntico, não ouviu ninguém de boa-fé. Então, o Supremo, atendendo uma ação do Governo do Estado, suspendeu essa expulsão, esse verdadeiro desterro das pessoas de lá até que julgasse o mérito das ações que estão lá. Senador Heráclito Fortes, são mais de 30 ações: do Governo do Estado, minhas, do Senador Augusto Botelho, de sociedades indígenas, de índios que moram lá e que não querem a demarcação dessa maneira, de pequenos produtores.

E aqui há uma outra falácia desse movimento, dito indigenista, que é composto aí por uma meia dúzia de antropólogos que quer simplificar essa questão como sendo a briga de seis, oito arroteiros contra os índios. Primeiro é preciso se dizer que são 458 famílias. Portanto, multiplique isso por pelo menos cinco ou seis pessoas. Quantas pessoas estão sendo desterradas de lá? E os arroteiros também não são brasileiros? Foram do Rio Grande do Sul, do Paraná para lá por conta própria, adquiriram aquelas terras já de pessoas que tinham uma cadeia de dominação adequada, titulada; investiram seus recursos, prepararam uma área que está na borda dessas reservas depois de todas as expansões que foram feitas.

E o Governo Federal teima em desrespeitar os sentimentos dos índios que não querem essa demarcação. Só houve um grupo de índios, que é do Conselho Indígena de Roraima, que, por coincidência, Senador Paim, é uma ONG que recebe cerca de R\$8 milhões por ano do Governo Lula. Só houve a Ajuri, que é ou-

tra ONG, que recebe mais ou menos isso do Governo Lula para atender também às comunidades indígenas. Só houve a Diocese de Roraima, que é outra ONG que recebe dinheiro do Governo Federal para atender às comunidades indígenas.

Senador Maranhão, V. Ex^a, que é um orçamentista, se esse dinheiro que vai para essas ONGs atenderem os índios em termos de saúde fosse aplicado, os índios de Roraima não adoeceriam nunca. Só que esse dinheiro é desviado para isto: fazer movimentos de invasão, de atos arbitrários, de vender uma imagem negativa das pessoas de Roraima, porque esse movimento “ongueiro” rotula o pequeno criador, a que ele chama logo de fazendeiro – e o fazendeiro é o matador; todo fazendeiro, portanto, é rotulado assim –; o madeireiro, que, mesmo trabalhando dentro da lei, é também um devastador, um matador; e o seringueiro. E aí, para dar visibilidade a essas teses, fabricam mártires: Chico Mendes, Irmã Dorothy. Não estou defendendo os assassinos, não; pelo contrário, vamos, dentro da lei, puni-los e adequadamente. Agora, também não vamos usar os métodos utilizados na época da Inquisição para fabricar mártires e acusar hereges de bruxos.

Nós queremos um País que tenha paz; nós queremos um País em que todos sejam respeitados, como manda a Constituição: “Que todos sejam iguais perante a lei”. Que não tenhamos cidadãos de primeira, de segunda e de terceira classes. Nós podemos ajudar muito mais os índios se tirarmos esses gigolôs de índios da jogada; podemos ajudar muito mais os índios se o Governo Federal assumir, de fato, o papel de tutor dos índios. Ou de tutor ou de assistente dos índios... E, para isso, o Governo Federal tem órgãos. A Funasa, infelizmente, é um antro de ladroagem. Não funciona.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Logo em seguida. Com muito prazer, Senador Mário Couto.

O Exército brasileiro está em todas as fronteiras de toda a Região Amazônica. Por que, em vez de fazer convênio com ONG picareta, não se faz convênio com o Exército, que tem médico, que tem enfermeiro, que tem odontólogo, que tem o sentimento da nacionalidade; que não está lá para vender o País?... Mas não! O que se faz são com essas ONGs! No caso da Raposa Serra do Sol, nós e os Deputados Estaduais que estamos aqui. Ontem, o Senador Augusto também fez um pronunciamento brilhante aqui. Estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, levando a ele nossa documentação: a documentação da Comissão Temporária Externa – a primeira do Senado

– depois das duas emissões que fizemos junto com a Assembléia, para que o Supremo tenha elementos adequados para refletir. E eu tenho certeza de que o Supremo vai, dentro da lei, rever essa demarcação e fazer uma demarcação judicial justa.

Ou, então, como pede a ação mais recente do Governo do Estado, com entrada no dia 8: ela pede o recebimento pelo eminente relator da presente ação, com os documentos que a instruem, sendo, ao final, julgados procedentes os pedidos, para declarar a nulidade da Portaria nº 534, de 2005, que foi a segunda portaria que demarcou a Raposa Serra do Sol de maneira equivocada, baseada num laudo antropológico falso, fraudulento e criminoso; e do Decreto Presidencial sem número, de 15 de abril de 2005, que a homologou, assim como de todos os processos administrativos que lhes deram fundamento jurídico, eis que desrespeitado, dentre outros, o devido processo legal, pelo que não se prestam qualquer desses atos a processos administrativos a produzir efeitos jurídicos válidos, de modo a tornar sem efeito a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, com a conseqüente invalidação do registro da recitada área indígena perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, se já houver ocorrido; determinar que a eventual e futura demarcação que venha a ocorrer seja precedida, necessariamente, e procedida em ilhas por ser intempestivo à segurança nacional e à integridade ao território do País, com a exclusão de área de 150 quilômetros referente à faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da Constituição Federal); seja reconhecida a exclusão em qualquer demarcação de terras indígenas, especialmente da Raposa Serra do Sol, das seguintes áreas: área de fronteira, até que seja ouvido o Conselho de Defesa Nacional sobre o tema e no perímetro por ele estabelecido; a sede dos Municípios Uiramutã, Normandia e Pacaraima, que são os três Municípios atingidos pela Reserva, em atenção ao pacto federativo, no que se incluem o Lago do Caracaranã, as Vilas Água Fria, Surumu, Socó e Pereira, ou Surumu, como é também conhecida, Mutum, e as respectivas áreas de expansão, inclusive dos Municípios referidos; os imóveis com propriedade ou posse anterior a 1934, isto é, quando nós ainda éramos Amazonas – títulos anteriores a 1934 –, e as outras tituladas pelo Incra antes da Carta de 88; os imóveis situados na faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da Constituição Federal); as rodovias estaduais e federais, e as respectivas faixas de domínio; as plantações de arroz irrigadas no extremo sul, na borda da sobredita área indígena; as áreas destinadas à construção da hidrelétrica do Cotingo – aliás, um projeto de decreto legislativo de minha autoria, aprovado no Senado Federal,

que está na Câmara dos Deputados aguardando a sua aprovação. Aprovado, portanto, o Governo poderá construir uma hidrelétrica que vai suprir de energia o Estado de Roraima sem ficar dependente apenas da Venezuela, como é hoje; o Parque Nacional do Monte Roraima – aqui é interessante comentar: existe um parque nacional demarcado, Senador Paim, e foi incluído na reserva indígena. Um caso único no Brasil: um parque nacional ecológico, do Monte Roraima, que é um símbolo para o País todo, foi incluído na reserva indígena –; outras áreas que venham a ser consideradas fora do alcance previsto no art. 231, *caput*, da Constituição Federal; que eventual nova demarcação seja condicionada à prévia manifestação do Conselho Nacional, mormente quanto à extensão da reserva.

Levando-se em consideração as questões alusivas à segurança nacional e à integridade territorial do País, que determine à União que se abstenha de demarcar qualquer outra área no território do Estado de Roraima, a qualquer título, ou seja, indígena, ambiental, etc, sob pena de inviabilizar a sustentação econômica e social desse novel ente federativo. A citação da União, na pessoa do Advogado-Geral da União, Sr. José Antonio Toffoli...

Enfim, Sr. Presidente, é uma outra ação que o Governo entra, agora de maneira mais objetiva, pedindo o quê? A anulação dessa demarcação que foi feita criminosamente, fraudulenta. O laudo antropológico, Senador Paim, foi assinado... um motorista fez o papel de um geólogo, outro motorista fez o papel de um engenheiro agrônomo, então como é que um documento falso, mentiroso, pode gerar direitos? Não pode. É evidente que não pode.

Sr. Presidente, nós concluímos, e foi aqui assinado por mim e pelos seis Deputados Estaduais, o relatório da última viagem designada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em que nós não só sintetizamos os outros procedimentos como sugerimos a modificação que achamos cabível fazer sem complicação maior, que poderia ser feita até, Senador Paim, por decreto do Presidente Lula. Não precisava nem ocupar o Supremo. Se o Presidente Lula tivesse mais bom senso, fosse mais bem aconselhado, tivesse um pouco de apego à verdade, ele faria um novo decreto reformando a demarcação, como ele fez com a Reserva Baú, no Pará. Era só seguir o exemplo. Ele excluía o que, Senador Paim? Trezentos e vinte mil hectares de 1.740.000.

O que significa isso? Tirar as cidades, tirar essas propriedades com título anterior a 1984, as rodovias e os prédios públicos. Nada mais do que isso! Mas, não. Tem que preponderar a vontade de um setor que se

diz dono da verdade e, ao modelo da Inquisição, quem dele divergir é herege. Quem divergir é, portanto, um bandido que merece ser queimado na fogueira.

Eu ouvi hoje, aqui, um Senador falar sobre o meu Estado como se o conhecesse. Nunca foi nem lá. Falou dos índios do meu Estado como se os conhecesse mais do que eu, que – como se diz lá no linguajar indígena – desde curumim, isto é, desde menino vivia brincando com os índios. E depois, como médico, atendia a todos aqueles índios, lá. Então, não estou aqui tomado por paixão, não. Estou tomado, aqui, pela verdade. Eu quero é a verdade dos fatos!

O nosso Estado, que já tem 35 reservas demarcadas, não está brigando porque é a primeira reserva que se demarca, não. Eu até quero – espero que a TV Senado possa captar, mesmo que minimamente – aqui mostrar esse mapa. Esta área avermelhada, parecida com a cor do PT, é reserva indígena. Toda esta área é reserva indígena. Área Yanomami, área São Marcos, área Raposa Serra do Sol e outras áreas indígenas cercando todo o Estado de Roraima. Então, não é brincadeira, não. O que se está fazendo com o Estado de Roraima é um arbítrio, é uma intervenção federal, é uma federalização de um Estado membro da Federação.

O Governo Federal parece que não engoliu que a Constituinte de 88 transformou Roraima de Território Federal em Estado e está, novamente, transformando Roraima num território federal. Agora será um território federal indígena, talvez. Agora eu pergunto: a quem serve isso? A quem serve isso?

Uma coisa admirável é que Roraima sequer é a Unidade da Federação que tem maior população indígena, Senador Maranhão! A maior população indígena está no Amazonas, a segunda está no Mato Grosso e a terceira está em Roraima. No entanto, Roraima tem o dobro ou mais que o dobro de reservas indígenas que tem o Amazonas e Mato Grosso. Por que será? Eu, como homem da ciência, gosto de perguntar por que as coisas acontecem. Deve haver algum motivo.

Aí você olha o mapa das reservas minerais do Estado de Roraima. É casado exatamente com o das reservas indígenas. Será que não é essa a explicação, Senador Heráclito Fortes? Será que não é essa a explicação? Porque o que estão querendo impor lá na Reserva Raposa Serra do Sol é realmente de desconfiar. Além de um atentado à soberania nacional... Porque essa reserva está encaixada entre a Venezuela e a Guiana, dois países que têm conflito de terras, dois países que têm problemas seriíssimos no que tange a drogas, descaminho de minerais e outros ilícitos...

Lá, o Exército Brasileiro, para construir um pelotão de fronteira, uma unidade militar, teve que ir para a Justiça, Senador Maranhão, porque o CIR, que é o dono dessa história, entrou com uma ação, e o Ministério Público, que parece confundir seu papel de fiscal da lei com o de advogado exclusivo dos índios, representou contra o Exército.

Ora, onde nós estamos? Então não pode ter Forças Armadas? Temos uma área territorial de 1,7 milhão de hectares, talvez maior do que a Paraíba, Senador Maranhão. Quantos hectares têm a Paraíba?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Cinquenta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Cinquenta quilômetros quadrados? Então, maior do que a Paraíba! E onde, colocado onde? No meio do País? Não, na fronteira, numa fronteira distante.

Então, quero dizer que, realmente, nós temos muita confiança que o Supremo vai resolver essa questão, porque o Supremo realmente tem os elementos para julgar com a verdade. Nós não estamos aqui defendendo arroteiros somente, não. Eu defendo os arroteiros, sim, pois são brasileiros que estão lá produzindo, que produzem 25% do PIB do Estado de Roraima, e num momento em que o Brasil está passando por uma escassez de arroz. Eu defendo, sim. Mas defendo também as outras 458 famílias que estão lá, que são funcionários públicos, pequenos criadores, que criam trinta reses ou plantam dois hectares de roça... Defendo todos eles, como defendo os índios também. Defendo os índios que estão lá e não concordam com o pensamento xiita do CIR. Defendo até o CIR, por ter essa posição xiita, porque ele foi abandonado pelo Governo Federal e foi catequizado pelo Padre Jorge D'Alben para ter essa postura guerrilheira. Eu defendo também a posição deles. Eles estão equivocados, mas têm o direito de fazê-lo. Agora, tem que estar subordinado à lei. Por que prendem o fazendeiro que teve sua fazenda invadida e se defendeu e não prendem os índios que estão bloqueando as estradas que dão vazão à produção de arroz?

Estamos perdendo a nossa produção de arroz porque os índios bloquearam as estradas. E a Polícia Federal não faz nada, porque o xerife, o “ministro da injustiça” não manda fazer isso. É preciso que a Justiça mande fazer.

Agora eu quero, Senador Paim, antes de encerrar, ler algumas coisas que me deixam realmente pasmo. Está na *Folha On Line*: “Lula diz que é obrigação do governo manter a paz e harmonia em Roraima”. Ora, até que enfim ele descobriu isto, que é obrigação do

Governo manter a paz e a harmonia em Roraima, porque é só o que ele não tem feito. Ele só tem levado a desarmonia e a guerra para Roraima.

Então, espero realmente que o que ele disse aqui tenha fundamento, que isso fique na cabeça dele mesmo e não desapareça agora, no final de semana. Ele tem obrigação, sim, ele é responsável. Ele, o Presidente Lula, é responsável pelo que está acontecendo e pelo que vier a acontecer no meu Estado.

Graças ao bom povo de Roraima, ele perdeu lá, Senador Maranhão. Ele perdeu lá no primeiro turno e no segundo turno. Perdeu no segundo turno, quando nem fizemos campanha, porque o Governador Ottomar já tinha sido eleito no primeiro turno, eu já havia sido eleito, os Deputados Federais e Estaduais já tinham sido eleitos e não houve campanha no segundo turno. A pisa foi maior. Ele perdeu mais feio. Por quê? Porque o povo não agüenta a forma como ele trata o povo de Roraima. Ele trata mal mesmo. Ele não gosta de Roraima. Ele foi de novo, pela décima vez, ao Amazonas, e não foi a Roraima. Ele mandou o xerife, o “ministro da injustiça” lá para prender e se confraternizar com os índios do CIR.

Há outra notícia interessante no *JB on line*: “Governo militariza área indígena nas fronteiras”. Ora, ele descobriu agora que precisa ter unidades militares em fronteiras delicadas, com a Guiana, com a Venezuela, com o Suriname, com a Colômbia. Sua Excelência descobriu agora? E o pior, Senador Maranhão, Senador Paulo Paim, é que Sua Excelência descobriu, mas, na verdade, isso é uma mentira, pois Sua Excelência não vai fazer essa militarização, não. É verdade que precisa, mas é mentira que Sua Excelência vai fazer. Por que é mentira que Sua Excelência vai fazer? Porque não há nenhum estudo. Está aqui: o General Comandante da Brigada de Roraima disse: “*Antes de novos pelotões, o Exército espera solução para atuais unidades*”. Sabe por que, Senador Maranhão? Porque estão passando fome lá. Não têm assistência nenhuma, são verdadeiros heróis abandonados nos pelotões de Surucucus, Auaris, sobrevivendo por heroísmo, sucateados.

O Presidente Lula diz essa mentira de que vai criar as unidades, que eu não acredito, não. Isso é conversa fiada para boi dormir. Como há esse clamor pela segurança nacional, Sua Excelência disse que vai criar essas unidades.

Mas o Conselho Indígena de Roraima, já se diz, é contra novos pelotões. Quer dizer, o dono da terra indígena diz que é contra novos pelotões, e o General Comandante diz: Antes de pensarmos em novos

pelotões, vamos dar condições às atuais unidades militares existentes.

Eu quero, antes de conceder um aparte ao Senador Mário Couto, dar um exemplo ilustrativo, Senador Maranhão. Veja bem, vou citar aqui o nome. Uma índia, dona Cacilda Brasil, tem mais de 80 anos de idade. Ela era casada com um não-índio, um homem de pele clara, não sei quanto de DNA indígena ele tinha. O certo é que o filho dela é claro.

Pois ela agora está neste dilema. Ela pode permanecer lá na reserva, que é numa comunidade comandada pelo CIR, mas o filho não pode. Ela não pode ir com o filho para lá, porque o CIR não deixa. Então, pergunto: em que país estamos?

Há 740 mil índios no Brasil, segundo o último censo do IBGE. Sabe quanto por cento do território nacional está demarcado para reserva indígena? Treze por cento do território nacional. Não há ninguém que tenha maior latifúndio. Dizer que os índios atuais precisam dessa história de terra para andar é conversa fiada. Só acredita quem não conhece índio como eu conheço. Só acredita quem conhece índio pela televisão ou de conversa fiada de filme de antropólogo. Os nossos índios lá... O Vice-Prefeito do Município de Pacaraima é índio; a Prefeita de Uiramutã, que está no miolo dessa reserva, é neta de índio; o Vice-Prefeito dela é um índio; o Prefeito de Normandia, outro Município atingido, é índio. Os índios são policiais militares, professores. Eles não querem voltar àquele tempo dos índios que estavam na praia quando Pedro Álvares Cabral chegou, não. Quem quer isso são os gigolôs de índios, essas ONGs que ganham dinheiro às custas dos índios. Então, a D^a Cacilda – está aqui um exemplo – é uma índia que casou com um não-índio e não pode levar o seu filho para dentro da comunidade indígena.

Então, esse é o *apartheid* que se quer criar no Brasil, um *apartheid* interétnico e intra-étnico. Ao invés de costurarmos uma convivência pacífica, estamos fazendo a discórdia.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a e peço desculpas pela demora em conceder-lhe o aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Nada, Senador. Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e pela postura, principalmente. Senador, eu, aqui, estou admirando V. Ex^a e os Deputados e Deputadas Estaduais do seu Estado. Quando se quer resolver um problema grave, gravíssimo de um Estado, deve-se tomar atitudes como a que V. Ex^a e os Deputados e Deputadas estão tomando: unirem-se, procurarem as autoridades, para mostrar a realidade dos fatos. Os Deputados e Deputadas mostram o desejo que têm de

solucionar esse problema grave, mostram o amor que têm pela sua terra. Digo isso a V. Ex^a porque pouco vejo esse tipo de ação: Deputados e Deputadas se reúnem, virem a Brasília, junto com o Senador, e fazerem uma ação desse tipo. Por isso, eu quero aqui, de viva voz, parabenizá-los. Que sirva de exemplo para outras Assembléias deste País. Que se unam e que possam, independentemente de cor partidária, trabalhar pelo seu Estado, como S. Ex^{as} estão fazendo neste momento, junto com esse competente e operoso Senador Mozarildo. Quero lhe dizer o seguinte, Senador: há muita gente que tenta passar por índio neste País. Tenta. Às vezes, nem se vestir de índio sabem. Nem se vestir de índio sabem, Senador. É impressionante. Para usar as terras com tranquilidade, pegar os direitos que o índio tem. Eu duvido que o Estado de V. Ex^a esteja criando problema com os verdadeiros índios. Não está. Está criando com aqueles que tentam se passar por índio, e isso tem que acabar neste País. Então V. Ex^a está indo exatamente de encontro ao problema. Parabéns a V. Ex^a pela postura e parabéns pela postura aos Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa do seu Estado!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Senador Mário Couto, quero agradecer a V. Ex^a o aparte e falar do ponto em que V. Ex^a tocou sobre se fazer de índio.

O Deputado Aldo Rebelo publicou um artigo recente em que dizia que costumava visitar permanentemente a área do Monte Pascoal, lá na Bahia, e encontrava sempre um casal de índios, pois assim estavam paramentados, de quem comprava artesanatos e a comidinha que eles mesmos faziam. E, na última vez que ele foi, estava só a mulher, não estava o marido. E ele perguntou: “cadê o seu esposo?” E ela respondeu: “ah, ele cansou dessa profissão de índio. Foi para a roça, foi plantar”. Então, quer dizer, índio virou profissão.

Quero também, para terminar, Senador Paim, pedindo um pouquinho de colaboração de V. Ex^a, dizer que nós todos de Roraima estamos cansadíssimos disso. Embora médico e treinado para enfrentar sofrimentos e para assistir ao sofrimento dos outros, tenho sofrido demais com isso, porque, se há uma coisa que me faz sofrer é a mentira, é a injustiça, é, sobretudo, a falta de amor ao próximo.

Estou, Srs. Senadores, olhem, com um *holter*. Sabem por quê? Porque meu coração saiu do ritmo normal. Em vez de estar batendo em ritmo de samba-canção, está batendo em ritmo de frevo, porque, inclusive, a última viagem que fiz para lá, me fez não chorar,

porque a gente, como homem, é muito mal treinado para não chorar, porque vontade tive.

Quando eu vi aquelas pessoas que atendi como médico, pessoas idosas que vi jovens ainda, realmente me cortou o coração.

Quero dizer que, embora sofrendo esse estresse – porque, na verdade, isso é um estresse –, vou vencê-lo e tenho fé em que nós vamos vencer essa batalha criada, infelizmente, não por ações nossas, Senador Paim, pois, infelizmente, o Congresso Nacional é dominado pelo Poder Executivo, infelizmente. Tenho certeza de que, se dependesse só da nossa deliberação aqui, essa situação estaria resolvida, mas como não depende e como o Governo Federal tem muitos mecanismos poderosos para impedir... Está querendo interferir até no Supremo. Está querendo interferir até no Supremo, mas no Supremo ele não vai conseguir, não. Tenho certeza de que vamos vencer. Não é uma vitória que vai ser só minha ou dos Deputados Estaduais ou do Governador Anchieta.

Aliás, o Presidente Lula ontem falou mal do Governador porque o Governador não foi à solenidade do lançamento do Programa Amazônia Sustentável, dizendo que ele não estava indo porque estava ressentido com a questão de Roraima. Ora, ele tem que respeitar o Governador. O Governador representa o povo de Roraima, embora tenha sido eleito como Vice – foi eleito como Governador o Ottomar – no primeiro turno. E foi eleito sabe como? Com os votos dos índios. O Prefeito de Pacaraima que estão querendo vender como o bandido da história foi eleito lá em Pacaraima por uma maioria de eleitores que são índios. Ele foi eleito pelos índios. Então, os índios de Roraima pedem respeito.

Os índios de Roraima pedem que o Presidente Lula vá lá, mande alguém da sua confiança mesmo, uma pessoa que não seja carimbada ou tachada ou que, digamos assim, tenha um estigma e um pensamento formado.

Quero encerrar, pedindo a V. Ex^a que considere como parte integrante do meu pronunciamento o relatório de acompanhamento feito por mim e pelos Deputados Estaduais e as matérias jornalísticas que eu li.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

RELATÓRIO

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE RETIRADA DOS BRASILEIROS NÃO- ÍNDIOS DA RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA

PELO SENADO FEDERAL

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO ESTADUAL IONILSON SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL IVO SOM

DEPUTADA ESTADUAL MARÍLIA PINTO

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO DAMOSIEL

DEPUTADO ESTADUAL ZÉ REINALDO

Boa Vista, 18 de abril de 2008

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Antecedentes	4
3. Atuação das Comissões Externas do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima	9
3.1 Aspectos Relevantes do Primeiro Relatório (maio de 2005)	10
3.2 Aspectos Relevantes do Segundo Relatório (setembro de 2007)	13
4. A Operação Upatakon III e a Repercussão no Senado Federal	19
5. Considerações sobre a Expulsão, o Deslocamento Forçado e o Reassentamento das Famílias Residentes na Terra Indígena	27
6. Ameaças à Soberania Brasileira na Região e Questões de Defesa Nacional	36
7. Considerações Finais	43
8. Anexos	46
8.1 Mapas	47
8.2 Gráficos e Tabelas	50
8.3 Matérias Jornalísticas	53

1 APRESENTAÇÃO

O Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de representante do Senado Federal, por indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e os Deputados Estaduais Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto, Sargento Damosiel e Zé Reinaldo, integrantes da Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, na missão de acompanhar o processo de retirada da população não-índia de terras da Reserva Raposa Serra do Sol, no mês de abril de 2008, consolidaram o presente relatório.

O Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado pelo Presidente do Senado Federal, após indicação de seu nome pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por força da aprovação do Requerimento nº 13, de 2008-CRE, para representar o Senado Federal e acompanhar as ações desenvolvidas na Operação Upatakon III da Polícia Federal.

A Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR), criada por meio da Resolução nº 011/08, tem por objetivo acompanhar o Senador Mozarildo Cavalcanti nas questões da desocupação da área indígena Raposa Serra do Sol.

O relatório ora apresentado consolida informações, valendo-se de documentos produzidos pela Comissão desde sua criação inicial, em 2005, e de visitas e investigações realizadas, no período de 14 a 18 de abril deste ano, sobre as questões que envolvem o processo de demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Este documento traz, portanto, uma rápida visão dos antecedentes à edição do Decreto de 15 de abril de 2005, que homologou a Reserva; um histórico da atuação das comissões externas do Senado Federal e da Assembléia Legislativa de Roraima. Inclui, ainda, descrição da operação Upatakon III da Polícia Federal e sua repercussão no Senado da República; reflexões sobre a soberania e a defesa nacional e, por fim, as considerações finais da Comissão sobre o cenário atual, após visita às comunidades locais e contatos com lideranças.

2 ANTECEDENTES

Com uma área de aproximadamente 22 milhões hectares, o Estado de Roraima originou-se da transformação, por meio de dispositivo da Constituição Federal de 1988 (art. 14 do ADCT), do então Território de Roraima.



Roraima, hoje, compõe-se de quinze Municípios, três dos quais estão situados na região chamada Raposa Serra do Sol (Pacaraima, Uiramutã e Normandia). O Estado limita-se ao Norte com a Venezuela e República da Guiana; ao Sul, com o Estado da Amazonas; ao Leste, com a República da Guiana e o Estado do Pará; e a Oeste, com o Estado do Amazonas e a Venezuela. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, objeto desse relatório, tem limites com a Venezuela e a Guiana.

Com relação às discussões sobre a reserva, data de 1971 a primeira reunião visando à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Posteriormente, entre 1984 e 1989, foram criados, pelo Governo Federal, vários grupos de trabalho que produziram relatórios, com uma série de análises antropológicas e propostas de demarcação.

Em 1992, meses após a edição do Decreto nº 22, de 1991, que regulamentou a demarcação de terras indígenas no Brasil, a Funai criou grupo técnico que elaborou relatório, aprovado pelo Ministro da Justiça. Segundo informações coletadas pela Comissão Externa e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, ao ouvir, em 2005, o Senhor Hamilton Gondim (que conduziu a perícia judicial sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol), há inúmeras controvérsias com relação ao laudo apresentado, no relatório, pelos técnicos:

Por que, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado? (...) Por que esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo técnico-institucional criado pela Funai. (..) Finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do CIMI e do CIR, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

Assim, segundo o perito, o processo de análise e o grupo institucional criado em 1992 compuseram uma verdadeira farsa, e em consequência, não se pode afirmar que existiu um relatório do grupo nomeado.

Em 1995, o Ministro Nelson Jobim assumiu o Ministério da Justiça e, imediatamente, condenou o Decreto de 1991 por inconstitucionalidade, editando, então, o Decreto nº 96, que estabeleceu maiores exigências para demarcação de terras e permitiu o contraditório.

Apesar dessas novas determinações, em 1998, o então Ministro da Justiça Renan Calheiros editou a Portaria nº 820, que, com base no relatório aprovado, demarcou a terra indígena, suscitando contestações judiciais.

Em 1999, Senador Mozarildo Cavalcanti, os Deputados Luciano Castro e Suely Campos e pelo indígena Caetano Raposo, deram entrada ao pedido de liminar e passaram a ser assistentes simples na Ação Popular impetrada pelos advogados Silvino Lopes, Alcides Lima e Hitler Lucena contra a Portaria nº 820, de 1998.

Também em 1999, o Governo de Roraima impetrou mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com pedido de anulação da Portaria. No ano seguinte, foi concedida liminar parcial a esse mandado. Em 2002, contudo, o STJ nega o pedido do mandado de segurança.

Os parlamentares, assistentes da Ação Popular, então, em 2004, argumentaram o surgimento de fatos novos para convencer o Juiz a deferir o pedido de liminar. Citaram a “gravíssima crise” que se estabeleceu no Estado de Roraima, com “desastrosos desdobramentos políticos, institucionais, econômicos e sociais”.

O Supremo Tribunal Federal suspendeu, então, a Portaria nº 820/98. O Executivo, contudo, em lamentável e esdrúxula manobra jurídica, editou a Portaria nº 534, que substituiu a Portaria nº 820, com o objetivo de induzir a perda de objeto das ações impetradas. Como decorrência, o Supremo Tribunal Federal, imediatamente, declarou a perda superveniente do objeto das ações contestatórias de demarcação existentes, sem considerar que a nova portaria amparava-se nos mesmos pressupostos fáticos e legais da anterior, ampliando ainda a área da reserva.

Cabe observar que, além de ter sido embasada no mesmo relatório duvidoso, a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça, foi alvo de controvérsias de caráter jurídico: nela, foram identificadas ambigüidades e inconstitucionalidades. O art. 4º, III, da Portaria, por exemplo, parece ignorar que “a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e

Municípios e do Distrito Federal”. Pergunta-se, então, como a portaria do Ministério pode pretender definir os limites de um Município? O que se diz, então, do Município de Uiramutã, que teria sido reduzido pela Portaria?

De 2005 aos dias atuais, o Governo de Roraima, as entidades representativas dos diversos grupos indígenas, inclusive daqueles que foram excluídos das áreas, impetraram inúmeras ações com o propósito de reverter a homologação e o processo de desocupação da área pelos não-índios.

A despeito de toda a controvérsia em torno dos equívocos da homologação, em 2007, o Governo Federal determinou o início das medidas de exclusão, indenização e reassentamento da população não-índia da reserva demarcada. De fato, em agosto daquele ano, o início da operação denominada Upatakon III foi denunciada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti na tribuna do Senado, e logo no mês de setembro o senador foi designado para acompanhar os procedimentos da operação, representando o Senado Federal.

Em março de 2008, em face das dificuldades e protestos encontrados na região, o Governo determinou à Polícia Federal que finalmente desse início às medidas de retirada da população não-índia da área.

Assim, como consequência da grave crise resultante dessa determinação do Governo, o Estado de Roraima ingressou com uma ação cautelar, com pedido de liminar, tendo como objetivo “impedir a retirada das pessoas não-índias da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”. No dia 9 de abril, o Supremo Tribunal Federal deferiu, por unanimidade, a cautelar e a operação Upatakon III foi suspensa.

Importa observar que, de acordo com a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, só na naquela Corte Suprema existem dezessete ações

que dizem respeito à homologação da Portaria nº 534, de 2005, e o processo de expulsão da população não-índia da Reserva Raposa Serra do Sol.

À guisa de informação complementar, apresentamos abaixo quadro relacionando processos, relacionados às terras indígenas em Roraima, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Processo	Nº	Data	Requerente	Requerido
Ação Cautelar	582	30/12/2004	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União e MPF
Ação Cautelar	736	15/04/2005	Maria Suely Silva Campos	União e Pres. da República
Ação Cautelar	734	15/04/2005	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Petição	3388	20/04/2005	Augusto Affonso Botelho Neto Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Ação Cautelar	755	02/05/2005	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União
Ação Cautelar	788	16/05/2005	Governo de Roraima	União e FUNAI
Petição	3405	20/05/2005	Alcides da Conceição Lima Filho	União e FUNAI
Ação Cautelar	861	08/07/2005	FUNAI e MPF	Município de Pacaraima
Ação Civil Originária	804	30/08/2005	Márcio Henrique Junqueira Pereira Governo de Roraima	Pres. da República
Ação Civil Ordinária	808	14/09/2005	Jaqueline Magalhães Lima	União e FUNAI
Ação Cautelar	1086	25/01/2006	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Ação Civil	903	12/07/2006	Município de Pacaraima	União
Petição	3710	21/08/2006	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	FUNAI e INCRA
Petição	3714	22/08/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI
Petição	3721	24/08/2006	Ivalcir Centenaro	União, FUNAI e CIR
Petição	3726	29/08/2006	Espólio de Joaquim Ribeiro Peres	União, FUNAI e CIR
Ação Cautelar	1374	15/09/2006	Newton Tavares	União e FUNAI
Ação Civil Originária	931	15/09/2006	Newton Tavares	União e FUNAI
Petição	3742	18/09/2006	Ivo Barili	União, FUNAI e CIR
Petição	3744	19/09/2006	Paulo Cesar Justo Quartiero	União, FUNAI e CIR
Petição	3744	19/09/2006	Paulo Cesar Justo Quartiero	União, FUNAI e CIR
Petição	3750	21/09/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI

Processo	Nº	Data	Requerente	Requerido
Petição	3750	21/09/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI
Ação Civil Ordinária	936	28/09/2006	Nelson Massami Itikawa	União, FUNAI e INCRA
Petição	3762	04/10/2006	Nelson Massami Itikawa	União, FUNAI e CIR
Petição	3763	04/10/2006	Genor Luiz Faccio	União, FUNAI e CIR
Petição	3764	05/10/2006	Domicio de Souza Cruz	União, FUNAI e INCRA
Petição	3779	25/10/2006	Napoleão Antonio Zeolla Machado	União, FUNAI e INCRA
Ação Cível Ordinária	974	13/12/2006	Governo de Roraima	União
Ação Civil Originária	1035	25/06/2007	Governo de Roraima	União
Petição	4040	26/06/2007	Espólio de Célia Adames de Souza	União, FUNAI e Outros
Petição	4041	26/06/2007	Espólio de Célia Adames de Souza	União, FUNAI e Outros
Ação C	1794	06/09/2007	Governo de Roraima	FUNAI
Ação Caut.	1866	09/11/2007	Genor Luiz Faccio	União e FUNAI
Ação Caut.	1867	09/11/2007	Paulo Cesar Justo Quartiero	União e FUNAI
Ação Cautelar	1868	09/11/2007	Paulo Cesar Justo Quartiero	União e FUNAI
Ação Cautelar	1869	09/11/2007	Olga Silva Fortes	União e FUNAI
Petição	4231	12/12/2007	Raimundo de Jesus Cardoso Sobrinho	União, FUNAI e INCRA
Ação Caut.	2009	07/04/2008	Governo de Roraima	União
Ação Cautelar	2014	10/04/2008	União	Gov. de Roraima

3 ATUAÇÃO DAS COMISSÕES EXTERNAS DO SENADO FEDERAL E DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

O Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo Senado Federal, e a Comissão Especial Externa, da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, realizaram três missões conjuntas para o acompanhamento das ações do Governo Federal no que concerne à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O Senado Federal constituiu comissões externas por meio dos Requerimentos nº 529, de 2003, e nº 349, de 2005, das quais o Senador Mozarildo foi presidente. A primeira dessas comissões realizou o acompanhamento de casos de

demarcação e conflito envolvendo reservas indígenas em todo o País. A segunda cuidou do quadro imediato após o decreto de homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol pelo Presidente da República. Ambas produziram relatórios, apresentados ao Senado, que registraram a percepção dos Senadores sobre os grandes problemas relacionados à demarcação de terras indígenas e a conflitos nessas áreas.

Da missão realizada no período de 09 a 23 de abril de 2008, constituída em virtude do Ofício SF nº 478/2008 do Presidente do Senado Federal, resultou o presente relatório, que consolida também a experiência das ações anteriores e o relato das iniciativas decorrentes do início da operação Upatakon III.

Nas três oportunidades, os membros das comissões foram pessoalmente à Reserva Raposa Serra do Sol, analisaram documentos, ouviram representantes das várias partes interessadas – indígenas, agricultores residentes, lideranças locais, autoridades estaduais e federais – e realizaram audiências públicas em Roraima e em Brasília. Foram produzidos dois relatórios, que consubstanciam um estudo detalhado das características do Estado de Roraima e do processo histórico que resultou na homologação da Reserva Raposa Serra do Sol. Ilustram, ainda, a situação dos índios e demais residentes na região, assinalam o risco da demarcação contínua da área e apresentam recomendações às autoridades federais sobre o processo demarcatório.

3.1 Aspectos Relevantes do Primeiro Relatório (maio de 2005)

Entre as recomendações apresentadas pela primeira Comissão, destacam-se as propostas de caráter nacional e as específicas ao caso de Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Como propostas de caráter nacional, convém assinalar:

- a oitiva do Conselho de Defesa Nacional, de acordo com o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição Federal (CF);
- a elaboração de lei regulamentando o art. 20, § 2º, da Carta Magna, sobre faixa de fronteira;
- o apoio a proposta de emenda à Constituição estipulando a intervenção do Senado no processo homologatório;
- a edição de lei federal sobre processo demarcatório, regulamentando a matéria.

Nesse sentido, a Comissão entende que é chegado o momento de participar de forma mais intensa do processo demarcatório, e uma das formas mais eficazes de se alcançar tal intuito é aprovar legislação que, substituindo o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, venha a estabelecer um procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas mais justo e razoável, atendendo a todos os atores envolvidos de forma equânime e respeitando os sagrados princípios constitucionais que regem a matéria.

No que diz respeito especificamente à situação da Reserva Raposa Serra do Sol, o primeiro relatório propôs que fossem excluídas as áreas necessárias à exploração econômica; as sedes do Município de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, e respectivas zonas de expansão; as estradas estaduais e federais presentes na área (RR-171, RR-407, RR-319, BR-433, BR-401), permitindo-se, nelas o livre trânsito; a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima; as áreas tituladas pelo Incra (excepcionalmente) e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934; a faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

A Comissão, em sua primeira missão, entendeu ser importante que o Conselho de Defesa Nacional fosse convocado para, por força do que dispõe o art. 91, §1º, inciso III, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira (art. 20, §2º, da CF/88).

O relatório acrescentou que deveriam ser resguardadas da demarcação áreas que poderiam causar à região graves problemas de ordem política, econômica e social, bem assim as que violem atos jurídicos perfeitos e ofereçam risco potencial à defesa das fronteiras. No que diz respeito às áreas tituladas pelo Incra e àquelas com posse ou propriedade anterior ao ano de 1934, a visita da Comissão *in loco* constatou que tais glebas são ocupadas legitimamente há muitas gerações, fato que descaracteriza a “ocupação indígena tradicional” exigida pelo texto constitucional, razão pela qual a sua exclusão é medida imperativa.

Não obstante a polêmica em torno da demarcação da Reserva e as recomendações produzidas pela primeira Comissão, em 15 de abril de 2005, decreto do Governo Federal homologou “a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.”

A demarcação se deu em área contínua, de modo que os chamados “não-índios” residentes na região, muitos há mais de três gerações e um século de ocupação mansa e pacífica, deveriam ser, nos termos da portaria, “extruídos” – como se ali intrusos fossem – da área da terra indígena, em prazo razoável, não superior a um ano, a partir da data de homologação da demarcação administrativa por decreto presidencial.

A portaria proíbe “o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro ora especificado, ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais, bem como a de particulares especialmente autorizados, desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos índios” (art. 5º). Foram

excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com o art. 4º da portaria:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã (RR);

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã (RR);

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

Ao tomarem ciência da homologação da área da terra indígena de forma contínua e excludente, não como recomendado pelo Senado no primeiro Relatório, de 2004, e prevendo os problemas que dali adviriam, os Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz apresentaram o Requerimento nº 349, de 2005, para a criação de nova Comissão Temporária Externa Raposa/Serra do Sol, o qual foi aprovado. A Comissão destinou-se “a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados”.

3.2 Aspectos Relevantes do Segundo Relatório (setembro de 2007)

O segundo relatório da Comissão Externa do Senado Federal trouxe uma avaliação dos fatos e dos impactos da demarcação da forma como se dera. Daquele documento, convém destacar o registro do desprezo por parte do Governo Federal para com as recomendações do relatório da primeira Comissão; os protestos dos habitantes de Roraima –inclusive de índios que viviam em Raposa Serra do Sol – contra a forma como se deu a demarcação e a conseqüente

expulsão das famílias consideradas “não-índias” que viviam na região; e as falhas, contradições e nulidades do processo demarcatório, inclusive para com as irregularidades do laudo antropológico que fundamentava o início do processo.

A Comissão também vislumbrou as conseqüências da demarcação. De acordo com o segundo relatório, o Decreto homologatório de 15 de abril de 2005 conseguiu produzir ou potencialmente produzirá, se mantido, várias conseqüências negativas no Estado de Roraima e para sua comunidade índia e não-índia. Como projeção desses efeitos, o relatório aponta impactos econômicos, fundiários, populacional e de defesa.

No que concerne ao impacto econômico, o relatório sinalizava que, em Roraima, uma das principais atividades econômicas é o plantio de arroz e, entre as áreas mais propícias para tal cultivo, estão as que circunscrevem a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No Município de Normandia, por exemplo, a produção de arroz alcançou o patamar de 29 mil toneladas de grãos em 2002, enquanto no Município de Pacaraima, a produção atingiu, em mesmo período, 38 mil toneladas. Além do arroz, destaca-se a produção de gado em Normandia e Pacaraima, que se aproxima de 33 mil cabeças de gado em cada município.

Também a supressão de boa parte das áreas de plantio, concorrente com a não previsão de área de expansão do Município de Uiramutã e extinção das vilas presentes na área indígena, apontam cenário de carência econômica e impacto na qualidade de vida das comunidades índias e não-índias locais.

Não se pode negligenciar que as atividades econômicas mencionadas têm se revelado como grande parceira no desenvolvimento humano indígena, inclusive incentivando projetos de produção agrícola indígena própria. Igualmente, não se pode desprezar a subjetividade e a deliberação coletiva de etnias indígenas no sentido de participarem mais ativamente dos benefícios da cultura não-índia, como meios de transporte, tecnologia de produção, conforto

doméstico, infra-estrutura escolar e sanitária, entre outros incrementos que alteram positivamente o índice de desenvolvimento humano das populações indígenas.

O Estado brasileiro sempre abandonou as comunidades indígenas e ignorou suas opções e estratégias de vida. O Decreto Presidencial de 15 de abril e a Portaria nº 534, de 13 de abril, mais uma vez comprovam o desrespeito à opção indígena, negligenciando posições distintas, como a dos Ingarikós, que pretendem certo distanciamento da vida não-índia, e a de grupos makuxis e wapixanas, que buscam maior integração. Assim, questiona-se quem foram os beneficiados: teria sido parte da população makuxi que optou por laços mais estreitos com a Igreja católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Indígena de Roraima (CIR)? E a outra parte? Resta-lhe apenas a opção do protesto?

O fato é que, excetuando o disposto do art. 4º, V, da Portaria nº 534, de 2005, que excluiu da demarcação os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes, as conseqüências econômicas para a população roraimense como um todo, e para certas tribos em particular, são desastrosas.

Já sobre o impacto fundiário, o segundo relatório assinalou ser inegável o caos provocado pelo decreto homologatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Primeiramente, da forma como foi imposta a demarcação, simplesmente inviabiliza-se a organização fundiária de Municípios como Uiramutã, Pacaraima e Normandia.

Esse efeito, observou-se à época, corresponde ao inverso pretendido pela comunidade política e produtora do Estado de Roraima. Em vez de serem transferidas propriedades da União para o Estado de Roraima, aumenta-se a terra federal. Dessa forma, o Estado de Roraima não possui autonomia sequer sobre metade de seu território, em clara ofensa aos mandamentos constitucionais

e ao pacto federativo. Tal situação pode ser visualizada conforme segue no quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS DESTINADAS	14.257.800,00	63,94
Projetos de assentamentos	1.241.579,12	5,57
Unidades de conservação	2.329.857,00	10,45
Reservas indígenas	10.398.390,00	46,63
Terras do Ministério da Defesa	25.725,47	0,12
Áreas tituladas	262.248,41	1,18
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS	5.800.000,00	26,01
Dentro da faixa de fronteira de 150 km	4.000.000,00	17,94
Fora da faixa de fronteira	1.800.000,00	8,07
TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS DESTINADAS	1.033.529,93	4,63
APA DO BAIXO RIO BRANCO	1.207.650,07	5,42
SUPERFÍCIE ESTADUAL	22.298.980,00	100,00

Não se pode negar que, em Roraima, muitas terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios e merecem estar sob seu domínio, seguindo conquista histórica assinalada em norma constitucional. Entretanto, boa parte do que é definido como “terra tradicionalmente ocupada” não corresponde à realidade, tendo em vista os confusos e irregulares procedimentos burocráticos da União. Os títulos dominiais validamente emitidos há mais de uma geração são manifestamente ignorados e, como consequência, aos ocupantes de boa-fé em áreas transformadas em terras indígenas, somente restará o recebimento de indenização por suas benfeitorias, nos termos do art. 231, § 6º, da CF. Registra-se, a esse respeito, que os depoimentos colhidos em Roraima apontam na direção das dificuldades de proprietários de boa-fé receberem até mesmo o correspondente às benfeitorias.

Em se tratando do impacto populacional, a demarcação criou sentimento de extrema instabilidade nas vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, que é habitada por índios, descendentes de índios e de não-índios, gente humilde, digna e que mantém vínculo profundo com o local. Por certo, essas pessoas nunca fizeram jus à pecha de “invasores”, entre outros adjetivos ofensivos

e, com a demarcação, possivelmente terão de sair para formar favelas em Boa Vista. Contrariamente aos rizicultores e pecuaristas, que possuem meios de se defenderem, as pessoas das vilas possuem poucas perspectivas e, seguramente, não terão guarida da União.

Essas previsões evidenciaram-se, desde que começou o deslocamento forçado das populações “não-indígenas”, o que provoca um impacto social significativo no Estado.

Finalmente, no que concerne aos impactos sobre Defesa Nacional, registre-se que o processo demarcatório atendeu em grande medida ao solicitado para a defesa da integridade territorial local. Afinal, o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, garante às Forças Armadas liberdade de trânsito e acesso, instalação e manutenção de unidades e de equipamentos de fiscalização, bem como implantação de programas e projetos de controle e proteção de fronteira. Essa liberdade de atuação é extremamente necessária para a defesa nacional em local que pode servir de via de combate em disputa territorial entre Venezuela e Guiana, bem como de fluxo de contrabando de pedras preciosas. Importa observar que, na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol há abundantes reservas minerais, entre eles diamante, zinco, ouro, caulim, ametista, cobre, diatomito, barito e molibdênio.

O segundo relatório ressalta, contudo, a defesa não se constitui, entretanto, na ação militar propriamente dita, pois as ameaças ao território nacional não se reduzem à ação armada manifesta e, mesmo diante de tais ações, a reação e manutenção de nossa integralidade depende de pluralidade de fatores ínsitos na sociedade civil.

Destaca, ainda, que a supressão de Vila de Mutum traria de grande dano à manutenção de nossa defesa, pois a Vila é separada da Guiana por apenas um rio e, inclusive, há intensa atividade no local: guianenses se abastecem de alimentos e outros gêneros em Mutum, por travessia de balsa, enquanto

brasileiros exploram minerais em território guianense e vice-versa. Há registros de que diamantes extraídos no Brasil são contabilizados como recursos minerais da Guiana. A área em questão é riquíssima em diamantes e não há, por parte da Guiana nem do Brasil, vigilância adequada, entre outros fatores de instabilidade. A ausência de urbanização em Mutum causará, seguramente, enfraquecimento do controle e pode constituir foco de instabilidade futura.

Outro impacto significativo, que se reflete de forma perversa em todos os setores vitais do Estado de Roraima, diz respeito à drástica redução na área total desta Unidade da Federação. Segundo dados do IBGE/IBAMA/ITERAIMA, as terras no Estado estão assim distribuídas: 0,76% de terras de ONGs; 1,22% de áreas do Exército; 7,83% de terras alagadas e montanhosa; 24,8% de Unidades de Conservação; 8,05% de terras livres e 57,33% de terras indígenas.

Como recomendações, a Comissão elegeu como prioritárias:

- reforçar as recomendações do relatório da Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, no que diz respeito à Reserva Raposa Serra do Sol;
- apoiar o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que *susta o Decreto do Presidente da República, de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.*

Não obstante as recomendações constantes dos dois relatórios mencionados, e apesar de não ter indenizado, nem reassentado os proprietários identificados pela FUNAI na área da reserva, o Governo Federal ordenou o início da retirada dos ocupantes não-índios da reserva.

Assim, a Polícia Federal, no dia 27 de março de 2008, deu início à operação Upatakon III, motivando novamente a mobilização da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e a formação de nova comissão, cujo trabalho resultou nas conclusões do presente relatório consolidado.

4 A OPERAÇÃO UPATAKON III E A REPERCUSSÃO NO SENADO FEDERAL

A partir do Decreto de homologação em 15 de abril de 2005, começou o processo de deslocamento forçado das famílias consideradas não-índias que viviam na área da terra indígena, muitas ali residindo há mais de cem anos. Outro Decreto¹, sem número, editado na mesma data, criou um comitê gestor “para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima e elaborar, em articulação com os governos estadual e municipais, plano para o desenvolvimento sustentável do Estado”.

No final de 2006, a Funai realizou, com apoio do Incra, vistorias para avaliação do valor das benfeitorias, após o que as primeiras famílias de residentes na terra indígena e consideradas “não-índias” começaram a ser convocadas por edital, para receberem suas indenizações.

Segundo o Ofício nº 270/AER-Boa Vista/FUNAI/2007, de 25 de setembro de 2007, encaminhado ao Senador Mozarildo Cavalcanti, o processo de indenização somente iniciou-se com a Portaria nº 449/PRES, de 12/04/2006 (um ano após a publicação do Decreto homologatório). As indenizações prosseguiram com as portarias nº 848, de 07/07/06; nº 1402, de 10/11/06; nº 128, de 23/02/07; e nº 375, de 14/05/07, resultando num processo de mais de um ano.

¹ Diário Oficial da União de 18/04/2005

O citado Ofício informou que, até aquele momento, 142 famílias expulsas (40,8 % do total) ainda não haviam sido indenizadas.

Os que não concordaram com as indenizações as tiveram depositadas em juízo e aguardam o julgamento de seus recursos. Mas a Funai não informou, em seu Ofício, se os casos de depósito em juízo figuram entre os 198 indenizados.

A Funai não possibilitou aos expulsos o acompanhamento do processo de vistoria e avaliação das benfeitorias, não lhes esclareceu os critérios de julgamento, e não lhes permitiu o acesso aos laudos de vistoria e avaliação, em demonstração de total arbitrariedade e falta de transparência.

Dezenas de famílias acabaram iludidas pelo processo indenizatório, obrigadas a deixar suas casas com a promessa de serem reassentadas. Em verdade, foram-lhes destinadas pelo Incra áreas e condições que não lhes permitiam subsistência mínima de qualidade.

Em agosto de 2007, o Senador Mozarildo Cavalcanti foi informado que estaria prestes a ser desencadeada a Operação Upatakon III, da qual participariam, em apoio à Funai, a Polícia Federal, o Exército Brasileiro e outros órgãos federais para a retirada das famílias residentes na área demarcada. Planejava-se uma verdadeira operação de guerra, empregando-se equipamentos e pessoal como se houvesse um inimigo a ser neutralizado. De fato, no que concerne à Defesa Nacional, a iniciativa do Governo federal colocaria as Forças Armadas a atuar contra brasileiros.

A Upatakon III foi então denunciada no Plenário do Senado e, embora inicialmente as autoridades federais negassem a operação, acabaram tendo que admiti-la. Após a denúncia feita pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, com repercussão perante a opinião pública nacional, a referida Operação foi adiada.

Atendendo ao Requerimento nº 815, de 12 de julho de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senado Federal aprovou, em 05 de setembro de 2007, a criação da segunda Comissão Temporária Externa, composta de três senadores, destinada a acompanhar a retirada de moradores não-indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado para acompanhar a situação no Estado. Nesse trabalho, contou com o apoio de Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado, criada em 19 de setembro de 2007, constituída pelos Deputados Estaduais Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto, Sargento Damosiel e Zé Reinaldo.

Juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti, a Comissão se deslocou para diferentes áreas do Estado, sendo acompanhada por servidores dos Poderes Legislativos federal e estadual, um representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), um oficial do Exército Brasileiro, o Secretário de Estado do Índio, além de representantes da imprensa local.

Nessa ocasião, foram realizadas diversas reuniões com autoridades e lideranças locais para discutir o problema. Foram realizadas, também, visitas às localidades situadas na área indígena em questão e ao assentamento Nova Amazônia.

Ressalte-se que, na reunião realizada com aproximadamente 60 assentados excluídos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Senador e os membros da comissão tomaram conhecimento dos problemas do processo de assentamento. Os assentados reclamaram da demora do Incra, em liberar os créditos de implantação, e da Funai em efetuar o pagamento de indenizações. É conveniente observar que, em abril de 2008, a situação continua praticamente inalterada.

Na audiência, o representante dos arroteiros manifestou a insatisfação dos produtores com a avaliação das benfeitorias feitas pela Funai,

afirmando que, em alguns casos, não cobre 5% dos investimentos realizados, e que, por isso, não estão eles dispostos a deixar a área.

As lideranças indígenas manifestaram seu descontentamento com a expulsão dos residentes da área. Criticaram, também, aqueles que acreditam que os índios querem viver de pesca e caça, afirmando que só querem participar do desenvolvimento do País. Expressaram, em termos gerais, o interesse no retorno dos residentes expulsos e o receio de que os índios venham a ser deslocados em virtude da atuação de grandes mineradoras, que, acredita, têm interesses na exploração das jazidas existentes. Por fim, disse que é contra a extinção dos municípios cujas sedes se encontram estranguladas pelas áreas destinadas às reservas (Reservas Serra do Sol e São Marcos).

Os representantes dos assentados reiteraram as denúncias acerca das condições desumanas em que se encontram desde que foram expulsos da reserva. Registraram, também, que há expulsos da reserva que não foram contemplados com lotes em nenhum assentamento, apesar de existirem vagas ociosas. Reclamaram do descaso das autoridades federais (Funai e Incra) com a implementação das promessas, de indenização justa e de assentamento efetivo, anteriormente feitas. Criticam ainda o fato de não lhes ser permitida, no futuro, a titulação definitiva do lote que lhes foi destinado.

A Superintendência Regional do Incra em Roraima informou, por meio do Ofício/SR25/G/RR/nº 015/07, de 26 de setembro de 2007, que 131 famílias foram reassentadas, a maioria no Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia.

Informações obtidas junto a técnicos que atuam no processo indicam a inadequação das terras do PA Nova Amazônia para agricultura familiar, representada pela falta de infra-estrutura adequada: condições das estradas, a falta de energia elétrica, saneamento básico, acesso a água para irrigação e consumo humano.

Os solos ácidos exigirão investimentos em correção com calcário, incompatíveis com os valores disponíveis nas linhas de crédito para a agricultura familiar. Segundo o mapa dos níveis de exigência das terras para aplicação de fertilizantes corretivos, elaborado pelo Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), a área do PA Nova Amazônia está situada em terras

com altas exigências de fertilizantes e calagem para manutenção e correção de seu estado nutricional².

A maioria dos reassentados ainda não recebeu do Incra a Declaração de Aptidão (DAP) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), requisito fundamental para o acesso aos recursos de crédito rural desta fonte de financiamento.

Tal atraso na concessão do crédito é agravado pelo fato de, em outubro, iniciar-se, na região, o período seco. Ainda que os recursos sejam liberados, o plantio assim realizado, fora da época ideal, resultará em perdas na produção e provável endividamento dos assentados.

O atropelo do Governo Federal na implementação da desocupação da área da Raposa Serra do Sol é resultado da lentidão e atraso no início das ações. É evidente que a primeira providência deveria ser a identificação das áreas destinadas ao reassentamento das famílias a serem expulsas (antes mesmo da vistoria e avaliação das benfeitorias). Em seguida, deveria o Governo ter provido estas áreas com a infra-estrutura necessária à sua habitação³ e ocupação produtiva. Casas com energia elétrica e água potável deveriam ter sido construídas antes de essas famílias serem expulsas de suas moradias.

² Diagnóstico do Estado de Roraima: Subsídio à elaboração de projetos específicos para transferência das terras da União para o Estado. Itaipava, março de 2005. Disponível em: http://www.rr.gov.br/investidor/DIAGNOSTICO_DO_ESTADO_DE_RORAIMA.pdf

³ Somente em outubro de 2007 foi realizada a primeira licitação para construção de 150 casas no Projeto de Assentamento Nova Amazônia. O edital de licitação não informava o valor do investimento.

Aspecto das condições de moradia de assentado no PA Nova Amazônia

Paralelamente, deveria o Governo ter procedido ao credenciamento das famílias (via emissão da DAP/Pronaf) para recebimento do crédito rural (independentemente dos valores indenizados) e da assistência técnica e extensão rural, imprescindíveis à retomada da sua condição de produtores rurais.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPULSÃO, O DESLOCAMENTO FORÇADO E O REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA TERRA INDÍGENA

O que se tem percebido no processo de expulsão dos residentes na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um total descaso, por parte das autoridades federais, para com aqueles brasileiros que ali vivem há gerações. Sob o argumento de defesa de uma causa indígena com a qual nem mesmo a maioria dos índios da região se identifica, o Governo Federal tem promovido ações autoritárias, descompromissadas com os roraimenses e que violam direitos inerentes à pessoa humana.

O processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi eivado de vícios de origem, técnicos e legais. E a expulsão dos brasileiros que lá se encontram produzirá máculas econômicas e, sobretudo, sócio-culturais que afetarão gerações de brasileiros. Assiste-se mesmo ao estabelecimento de diferenciações entre brasileiros baseadas em critérios pseudo-científicos, uma verdadeira política de segregação.

Apenas aqueles que não conhecem a realidade das populações de nossa região é que podem cogitar reverter um processo de integração cultural construído por séculos de convivência. A realidade é que se busca criar

diferenças que não existem, e inibir o desenvolvimento de um tecido social fruto da miscigenação entre os chamados brancos e os indígenas, que produziu o caboclo amazônida.

Fomenta-se, ainda, o conflito. Convém observar que não se trata de um conflito entre índios e não-índios, mas sim de uma tentativa, por parte do Governo Federal e de grupos privados, de promover a discórdia entre brasileiros que ali vivem pacificamente há gerações. A consequência óbvia é a desagregação social e familiar, e o atrito entre as pessoas da região.

Constata-se, de fato, o que se constatou foram práticas de deslocamento forçado, mediante as quais famílias são retiradas de suas casas e lançadas em áreas sem infra-estrutura nem condições mínimas para a reconstrução de uma vida digna, sem que lhes houvesse sido assegurado o direito a indenização justa, tampouco o direito a qualquer forma de intervenção no respectivo processo judicial, que peca por uma total falta de transparência.

O comportamento das autoridades federais tem-se revelado questionável, até mesmo pela maneira como conduz a operação UPATAKON III, denunciada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti no Plenário do Senado Federal. Preparou-se uma milionária operação de guerra, que utilizaria as Forças Armadas contra os mesmos cidadãos que elas deveriam proteger. A iniciativa mostrou-se tão absurda, que até mesmo altos oficiais das Forças Armadas questionaram o emprego dos militares nessas ações.

Para investigar atuação dos órgãos federais, o Senador Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto e Zé Reinaldo, componentes da Comissão Externa da Assembléia Legislativa de Roraima, visitaram área da Reserva no dia 17 de abril. Nessa visita, tiveram a oportunidade de verificar a situação e manter contato com diversas lideranças locais.

Verificou-se que as forças policiais encontram-se posicionadas, com barreiras montadas nas vias de acesso ao Município de Pacaraima, conforme mostra a figura abaixo.

Instalada na Vila Surumu, e com a justificativa de desarmar a população, a Polícia Federal tem revistado as pessoas que transitam na área, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter determinado a suspensão da operação na área.

A população de índios e caboclos residentes da Vila Surumu, visitada na ocasião, em vários relatos, confirmaram que, apesar da determinação judicial de suspensão da desocupação da reserva, os habitantes não-índios continuam a ser pressionados por servidores da Funai a deixarem a área da Reserva.

Uma delimitação física, formada por troncos dispostos na estrada no centro da Vila, simboliza a situação de divisão que marca o vilarejo, separando o grupo que se associa ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) na defesa da retirada dos não-índios do restante da população, favorável a sua permanência na Reserva.

Em contato mantido com o prefeito da Pacaraima, Senhor Paulo César Quartiero, foi possível colher informações sobre todo o processo de mobilização da comunidade local, desde a chegada das primeiras tropas da Polícia Federal. O Senhor Quartiero informou que transferiu a administração municipal para a Vila Surumu, com o objetivo de acompanhar de perto as ações da Polícia e a mobilização da população local.

Ainda de acordo com o Senhor Quartiero, o CIR induz alguns indígenas a pressionarem pessoas não-índias residentes a abandonarem suas casas e saírem da Reserva. Segundo ele, por essa razão, faz-se necessário resistir à pressão e conscientizar a população sobre seus direitos.

O Senador Mozarildo Cavalcanti e os membros da Comissão Externa da Assembléia Legislativa de Roraima reuniram-se com a comunidade na sede da Prefeitura para ouvir as lideranças locais. Nessa ocasião, comprometeram-se a continuar a luta pelo reconhecimento do direito dos brasileiros não-índios de permanecerem na Reserva Raposa Serra do Sol.

Após a reunião na Sede, o Senador Mozarildo e a Comissão Externa receberam, entre outros documentos, uma lista de reivindicações de uma das associações representativas da população local, cujo teor transcrevemos abaixo.

Reivindicação dos moradores do Distrito do Surumu, no sentido de buscar um entendimento em relação à situação de conflito na Raposa Serra do Sol

1. Retirada imediata da Polícia Federal e da Força nacional das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, afinal de contas, aqui residem brasileiros trabalhadores, e não bandidos.
2. Seja desmembrada da Raposa Serra do Sol a área do Distrito do Surumu e toda a área produtiva de arroz existente no interior da reserva.
3. Antes da decisão do STF, sejam realizadas audiências públicas, sendo uma em Pacaraima, uma no Surumu, uma no Uiramutã e a quarta em Normandia, com o objetivo de ouvir o povo indígena a respeito da revisão da demarcação e homologação da reserva Raposa Serra do Sol.
4. Que as propostas apresentadas nessas audiências sejam encaminhadas às duas Casas Legislativas do País, e que após a discussão sejam votadas, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado;
5. Que durante o processo de revisão, todos os indígenas não-residentes na sede do Distrito sejam devolvidos para suas respectivas comunidades, até que saia a decisão final.

Distrito do Surumu, 17 de abril de 2008

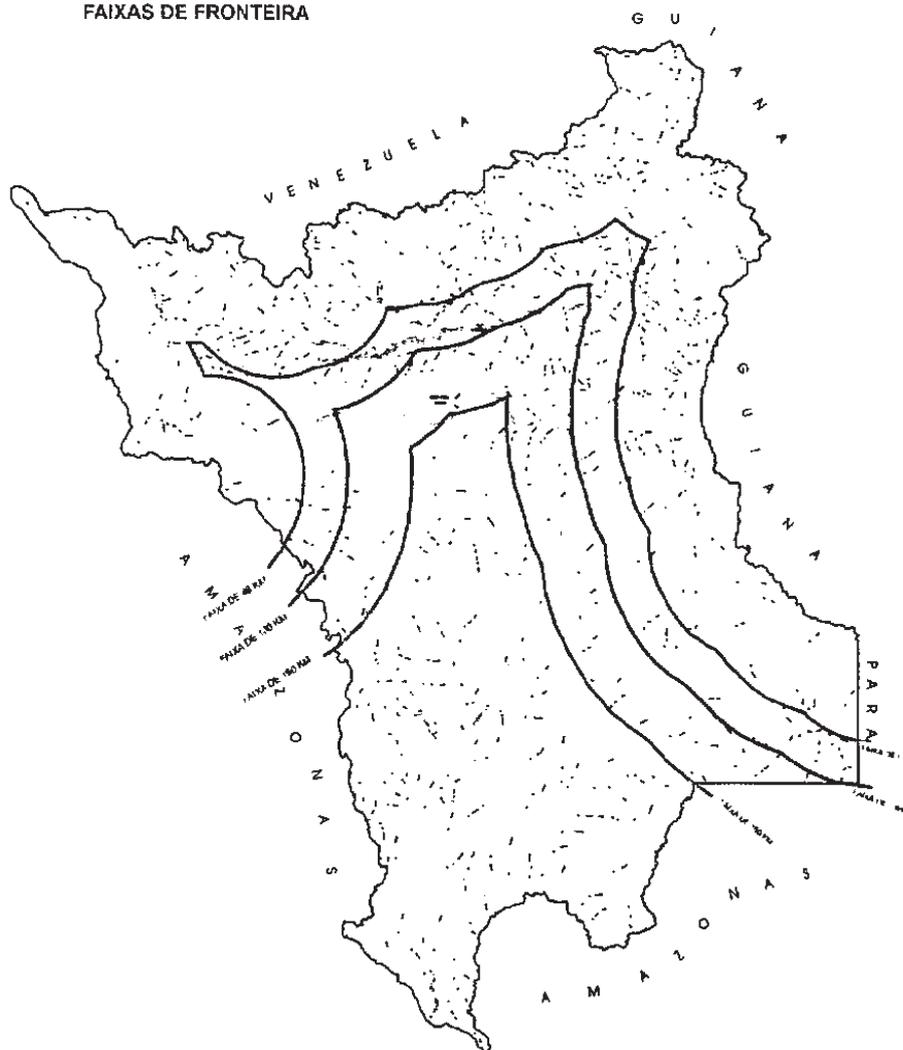
Cleocy de Oliveira Barros

Vice-Presidente da Associação de Moradores do Distrito do Surumu

Reafirme-se que a totalidade da área indígena encontra-se em faixa de fronteira, conforme mapa abaixo. Ademais, trata-se de região rica em jazidas minerais. Pergunta-se, portanto, sobre o real interesse em ver longe de território estratégico pessoas que poderiam representar a primeira linha de ocupação brasileira em uma das poucas regiões de fronteira onde há real

perigo de conflito envolvendo nações vizinhas. É preciso indagar também a respeito dos reais interesses que motivariam a expropriação de famílias trabalhadoras, sob o argumento de que estas impediriam a preservação dos usos, costumes e tradições de comunidades indígenas com as quais convivem harmonicamente há séculos.

ESTADO DE RORAIMA
FAIXAS DE FRONTEIRA



Pergunta-se, outrossim, por que brasileiros são proibidos de circular na região, enquanto se toleram organizações com financiamento estrangeiro atuando junto a comunidades indígenas, muitas vezes, como presença alternativa à do Estado. Parece-nos estranho o estabelecimento dessas diferenças.

Por que, de fato, o Governo Federal tem realizado essas ações à revelia dos Governos estadual e municipais e, mesmo, dos próprios cidadãos roraimenses? Afinal, parece que as autoridades federais simplesmente não reconhecem a existência do Estado de Roraima, nem sequer dos anseios das populações que ali vivem.

Quais foram as ações do Comitê Gestor⁴ e por que não elaborou o plano de desenvolvimento sustentável do Estado, conforme atribuído pelo seu Decreto criador, há mais de dois anos?

E como ficarão os índios que se encontram na área da reserva, a depender apenas da assistência da Funai? Sem a presença do Estado e dos municípios, quem proverá essas comunidades com educação, saúde e serviços essenciais? Tomemos como exemplo a situação de abandono a que foram relegados os Yanomami, diante da incapacidade dos órgãos federais de preencher as lacunas abertas com a exclusão do Estado e dos Municípios.

Finalmente, pergunta-se qual a real preocupação com a condição humana dessas pessoas que foram expulsas de seus lares, tiveram o rumo de suas vidas radical e subitamente alterado, e viram-se abandonadas por um Governo que lhes negou uma existência digna, justa e perfeita.

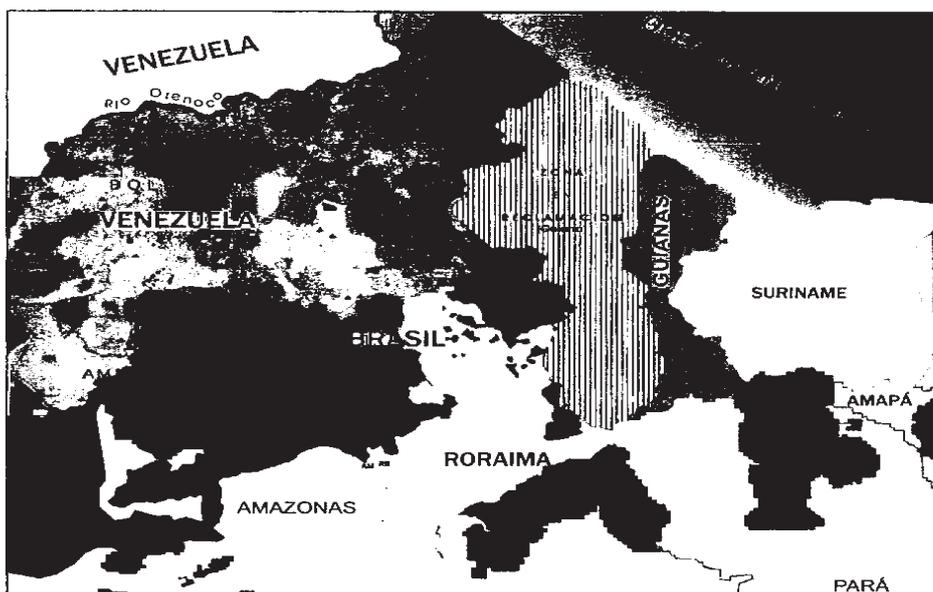
Pergunta-se, ainda: quem manterá a ordem e a paz na área em que os grupos étnicos não se entendem? A Polícia Federal? A Guarda Nacional?

⁴ Segundo o Decreto, de 15 de abril de 2005, o Comitê Gestor teria 30 integrantes, titulares (19) e suplentes (11), representantes de 15 diferentes ministérios, podendo ainda incorporar *representantes de outros órgãos da administração pública, de entidades privadas, de organizações não-governamentais, de conselhos e de organizações locais para o acompanhamento ou participação dos trabalhos.*

6 AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA REGIÃO E QUESTÕES DE DEFESA NACIONAL

Um aspecto que deve ser considerado sobre a situação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é que não se trata de um acontecimento isolado, mas de medida compreendida dentro da política indigenista atual do Governo Federal. No que concerne à soberania brasileira na Amazônia e aos aspectos de Defesa Nacional, essa política desperta significativa preocupação.

Primeiramente, convém assinalar que a criação da Reserva e sua demarcação em área contínua cria uma área indígena na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana, países cujas relações têm sido marcadas por risco latente de conflito militar. As Reservas Raposa Serra do Sol e Yanomami formam agora um cinturão indígena ao longo de toda a fronteira norte, leste e oeste do Estado de Roraima. Ora, com a retirada dos brasileiros não-índios da região, a ocupação daquela área, sem dúvida medida estratégica para garantir a soberania brasileira, fica comprometida. Fica comprometida principalmente se pensarmos na posição estratégica do Estado de Roraima, conforme pode-se ver no mapa abaixo.



Para agravar a situação, alguns grupos já falam em autodeterminação daqueles povos indígenas de Roraima e mesmo na criação de um Estado indígena autônomo. Nesse sentido, setores interessados da comunidade internacional têm defendido essa autodeterminação dos povos indígenas, aí incluídos os de Roraima, como se aqueles brasileiros não o fossem.

Cite-se a Declaração dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), em 13 de setembro de 2007. O documento, que teve votos contrários de Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, contra 143 votos favoráveis e 11 abstenções, recomenda medidas que assegurem o direito de participação política dos índios, acesso à terra e aos recursos tradicionais, e preservações do território.

Vejamos, por exemplo, o art. 3 da Declaração, que atesta que “os povos indígenas têm direito à livre determinação” e que “em virtude desse direito devem determinar livremente sua condição política e perseguir seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. Já o art. 4 propõe que, “no exercício de seu direito de livre determinação”, os povos indígenas têm direito mesmo “à autonomia e ao autogoverno em questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como a dispor dos meios para financiar suas funções autônomas”. Ainda tratando de governo próprio, o art. 5 garante aos indígenas o direito a “conservar e reforçar suas próprias instituições econômicas, políticas e sociais”.

A Declaração também condena a discriminação contra os indígenas e propõe a adoção de medidas assegurando a participação dos índios na formulação de políticas voltada para essa população. Reconhece, portanto, o direito dessas etnias de decidir sobre seu desenvolvimento econômico, social e político. Seriam cerca de 370 milhões de indígenas vivendo em mais de 70 países, segundo a ONU.

Preocupa-nos, outrossim, o art. 30, que proíbe “o desenvolvimento de atividades militares nas terras e nos territórios dos povos indígenas, a menos que justificadas por ameaça importante ao interesse público e com a concordância dos povos indígenas interessados”. Assim, nossas Forças Armadas estariam indo de encontro à referida Declaração ao fixarem-se em áreas de reserva indígena? E como fica essa questão diante do art. 31, que atribuiu aos povos indígenas o direito de “manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio”? Há mesmo a previsão de “cooperação internacional” para garantir esses direitos. Até que ponto isso pode vir, em futuro não tão distante, a desencadear ações internacionais para a defesa dos interesses de autodeterminação dos povos indígenas que vivem no Brasil, cremos ser uma questão da mais alta relevância para a defesa da nossa soberania.

A ONU tenta, ainda, com essa medida, levantar uma discussão de “responsabilidade histórica” dos povos do mundo para com os grupos indígenas, o que é perigoso em países onde esses grupos foram integrados à comunidade nacional, como é o caso do Brasil. O Secretário-Geral da Organização, Ban Ki-Moon, chegou mesmo a afirmar que o documento é “uma forma de os países membros da ONU e os povos indígenas se reconciliarem com passado doloroso e seguir em frente para avançarem na garantia dos direitos humanos, justiça e desenvolvimento para todos”. Em nota lida pela porta-voz do Secretário-Geral durante a cerimônia de aprovação da Declaração, conclama-se a sociedade civil a “pressionar pela inclusão dos índios nas políticas públicas”.

Em 2006, a Declaração dos Povos Indígenas foi adotada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. No entanto, três países africanos (Botsuana, Namíbia e Nigéria) questionaram os princípios de autodeterminação, relacionados à territorialidade. O argumento era de que isso poderia enfraquecer a integridade ou a unidade política de nações.

Mesmo não sendo um marco legal obrigatório, cabendo aos países decidir se cumprem as recomendações, a Declaração já é sinal de movimentos internacionais por uma maior autonomia das populações indígenas, podendo mesmo ser usada futuramente para questionar os direitos brasileiros sobre grandes extensões da Amazônia e do Estado de Roraima em particular.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) segue também a linha defendida pela ONU, tendo defendido constantemente a autodeterminação dos indígenas americanos. É provável que o Brasil, membro de ambas as organizações, se veja impelido, mais cedo ou mais tarde, a inclinar-se a tais manifestações da comunidade internacional e ver ameaçados seus interesses, inclusive de soberania sobre a Amazônia.

Não é de hoje que se fala em maior autonomia, quando não independência, das chamadas “nações indígenas”. Assim era o discurso internacional pelos Yanomami, discurso este que ganha força à medida que se vislumbra um despreparo do governo brasileiro para lidar com o tema.

Também não são poucas as organizações não-governamentais que vêm atuando “pela causa indígena” em Roraima e na Amazônia como um todo. Enquanto muitas dessas organizações são bem-intencionadas e fazem um trabalho relevante, há outras tantas cujos reais interesses passam longe do apoio e proteção aos povos indígenas. Um problema grave no Brasil é a total falta de controle do Estado sobre essas ONGs. Alerta-se, assim, para os riscos à nossa Defesa Nacional da atuação de certas organizações em nosso território, contra os interesses brasileiros e sem qualquer controle por parte do poder público, quando não com apoio financeiro deste.

As mesmas organizações que circulam livremente no território brasileiro e têm ingerência sobre nossas comunidades indígenas vão a fóruns internacionais denunciar o Brasil por ineficácia e ineficiência no trato da questão indígena. Também, defendem um discurso de separação entre índios e brasileiros, como se aqueles não fizessem parte incontestemente de nosso povo. E, aos poucos, vão angariando simpatia da opinião pública internacional e apoio de governos pela autodeterminação de nossas comunidades indígenas, com risco de separá-las do território nacional e criar-lhes um país independente. Trata-se uma preocupação constante de todos aqueles que vivem a questão indígena no Brasil e constatarem a atuação de certas organizações não-governamentais.

É importante, nesse sentido, ressaltar a atuação do Conselho Indigenista de Roraima (CIR) que, nos últimos anos, vem recebendo montante elevado de recursos do Governo Federal para a atuação junto às comunidades indígenas de Roraima. De acordo com a tabela a seguir, verifica-se que os recursos transferidos à entidade, entre os anos de 2003 e 2007, perfazem um total de quase 39 milhões de reais.

RECURSOS RECEBIDOS PELO CIR (2003-2008)

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos
2003	7.758.889,50	7.758.889,50	6.700.000,00	1.085.689,50	-
2004	7.380.490,37	7.380.490,37	5.676.846,46	2.789.333,41	1.703.643,91
2005	7.809.339,03	7.809.339,03	7.576.018,26	683.676,57	231.895,00
2006	8.788.857,28	8.788.857,28	8.755.130,98	1.094.041,57	30.126,00
2007	10.242.500,34	10.242.500,34	10.207.500,34	139.026,07	-
2008*	2.696.528,62	-	-	-	-
Totais	44.676.605,14	41.980.076,52	38.915.496,04		

* Previsão de acordo com os autógrafos da LOA 2008.

Fonte: CIAFI

Outro ponto que não pode ser ignorado sobre o tema diz respeito ao crescente fluxo de brasileiros que atravessam para o território de países vizinhos para explorar recursos minerais do outro lado da fronteira. A Guiana, por exemplo, não tem restrições ao garimpo em seus rios fronteiriços com o Brasil, o que acaba levando brasileiros a explorar nossas riquezas supostamente a partir do lado guianense. Muitas vezes, porém, essa exploração é feita ilegalmente do lado brasileiro. Como não há qualquer controle do processo por nossas autoridades, a produção acaba sendo escoada e legalizada como se guianense fosse, em prejuízo do Estado e da sociedade brasileiros. Vamos ficar de olhos fechados para a questão? Quantos brasileiros não preferem emigrar ou trabalhar – inclusive ilegalmente – em países vizinhos, onde encontram melhores condições? Esse é outro problema de segurança nacional.

Ao tratarmos de segurança nacional, reiteramos que Roraima encontra-se em região de eventual conflito do outro lado de suas fronteiras. As disputas territoriais entre Venezuela e Guiana podem repercutir, especialmente em caso de confrontação armada entre os dois países, alcançando mesmo o território brasileiro. Difícil lidar com a situação se, ao longo de toda a

fronteira, a soberania brasileira estiver limitada pelas restrições de nossa política indigenista. Mais difícil ainda se, ao longo da fronteira, não existirem assentamentos urbanos para garantir nossos direitos sobre aquele território.

O caso em tela, portanto, não diz respeito à desocupação de uma reserva indígena e ao reassentamento de brasileiros considerados não-índios em outras áreas. O que está se fazendo é desocupar a fronteira com dois países que têm litígio, rica em minerais e onde há, para agravar a situação, registro de atividades do narcotráfico. Isso não pode ser percebido com a simplicidade de quem só “ouve falar do assunto”, sendo levado a crer que a ação é apenas para defender uma minoria de índios. Sabemos que a maioria dos índios da região não quer a desocupação, e cenários de conflito interno, inclusive envolvendo as Forças Armadas e autoridades policiais, são cada vez mais plausíveis.

Por todas essas questões, achamos pertinente que seja acionado o Conselho de Defesa Nacional (CDN). Afinal, de acordo com a Constituição, em seu § 1º do art. 91, compete ao CDN, “propor os critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo” e “estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do estado democrático”.

Ora, o que foi testemunhado em Roraima requer apreciação criteriosa do CDN. A soberania brasileira naquela área está ameaçada, os direitos e garantias fundamentais de brasileiros e brasileiras que vivem na região são violados, e as autoridades federais que deveriam gerir a questão mostram-se ineptas e descompromissadas com os interesses mais nobres.

Diante de todas essas questões relativas à Defesa Nacional, a pergunta que permanece é: vamos reagir somente quando esta crise chegar a

proporções tais que já não teremos mais qualquer condição de defesa dos interesses nacionais?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e a conseqüente expulsão das populações não-índias ali residentes têm conseqüências não só de caráter socioeconômico, mas também atinentes à Segurança e Defesa Nacional do Brasil.

Em termos de violações aos direitos humanos, o que se percebe, com a expulsão dos não-índios, configura atitude arbitrária patrocinada pelo Estado, que deveria estar empenhado em promover a justiça e o combate à desigualdade na região. A realidade do povoamento da área, com altos índices de miscigenação, evidencia a impossibilidade de diferenciar índios e não-índios. De fato, com a expulsão da população não-índia, tem-se a separação de famílias miscigenadas e desagregação do núcleo familiar.

Assim, em um cenário em que é significativa a presença da população cabocla, o que fazer com famílias constituídas por caboclos e índios? Essa é uma realidade que não recebeu a devida atenção das autoridades federais. A medida, portanto, afronta o disposto no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

A diferenciação entre índios e não-índios, sobretudo em um ambiente de população miscigenada não condiz com o princípio da igualdade e promove a negação da condição de brasileiros.

A expulsão dos não-índios afronta, ainda, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e a livre iniciativa. Não se pode ignorar o direito à propriedade e ao trabalho de pessoas que se encontram há gerações na área atualmente demarcada, com posse mansa e pacífica, e que da exploração daquela terra fazem seu meio de vida.

Há, ainda, o risco de abandono das comunidades indígenas que permanecerem na Reserva. Sem a presença dos brasileiros não-índios, os indígenas ficam sem a perspectiva de integração socioeconômica da qual já desfrutavam. E sem a presença do Estado e dos municípios, ficariam sem amparo de serviços básicos.

A expulsão dos não-índios da Reserva e a extinção dos municípios que ali estão localizados produzirão outros impactos para o Estado de Roraima, entre eles a formação de favelas em cidades como Boa Vista. Afinal, muitas famílias que se encontravam, há gerações, na área atualmente demarcada como reserva, ao perderem seu meio de subsistência, serão obrigadas, em curto prazo, a migrar para as cidades, onde, muitas vezes, não encontrarão condições de emprego e vida dignas. Serão, possivelmente, retirados de seu meio tradicional e forçados a migrar para os núcleos urbanos, onde poucas condições de subsistência lhes são dadas.

No que diz respeito à Segurança e à Defesa Nacional, importante reiterar que A Terra Indígena Raposa Serra do Sol encontra-se em faixa de fronteira, fazendo limite com a Venezuela e a Guiana. Merece, conforme se depreende dos argumentos apresentados, atenção mais acurada das autoridades públicas e um planejamento específico para a defesa da região. Esse planejamento requer não só o estabelecimento das Forças Armadas ao longo da fronteira, mas também a ocupação da área por brasileiros, tanto na condição de colonos, quanto como integrantes de núcleos urbanos. Isso garantiria maior presença de nacionais em uma área sensível.

A localidade também merece atenção por estar contígua a área de litígio entre Venezuela e Guiana, de modo que eventual conflito entre os dois países fatalmente repercutiria em território brasileiro. Preocupa, assim, a extinção dos núcleos urbanos em virtude da expulsão da população não-índia da área demarcada.

Outro aspecto digno de cuidados, sob a perspectiva da Defesa Nacional, é a possibilidade de aumento da circulação de estrangeiros na área da reserva. Nesse sentido, missionários, pesquisadores e outros grupos vinculados a organizações não-governamentais teriam, efetivamente, maiores condições de circular em uma área sem o controle das autoridades públicas brasileiras. Assim, os brasileiros são expulsos da região, mas nada é feito no que concerne aos estrangeiros, muitos dos quais avocam para si a defesa dos interesses dos grupos indígenas da reserva.

Outrossim, identifica-se o risco do fomento a processo de autodeterminação desses grupos, apoiados por organizações internacionais e seus discursos em defesa dos povos indígenas, que, na verdade, ameaçam a integridade nacional do Brasil. É fato que riscos à soberania do País na região se evidenciam.

Boa Vista, 18 de abril de 2008

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

Deputado Estadual IONILSON SAMPAIO

Deputado Estadual IVO SOM

Deputada Estadual MARÍLIA PINTO

Deputado Estadual SARGENTO DAMOSIEL

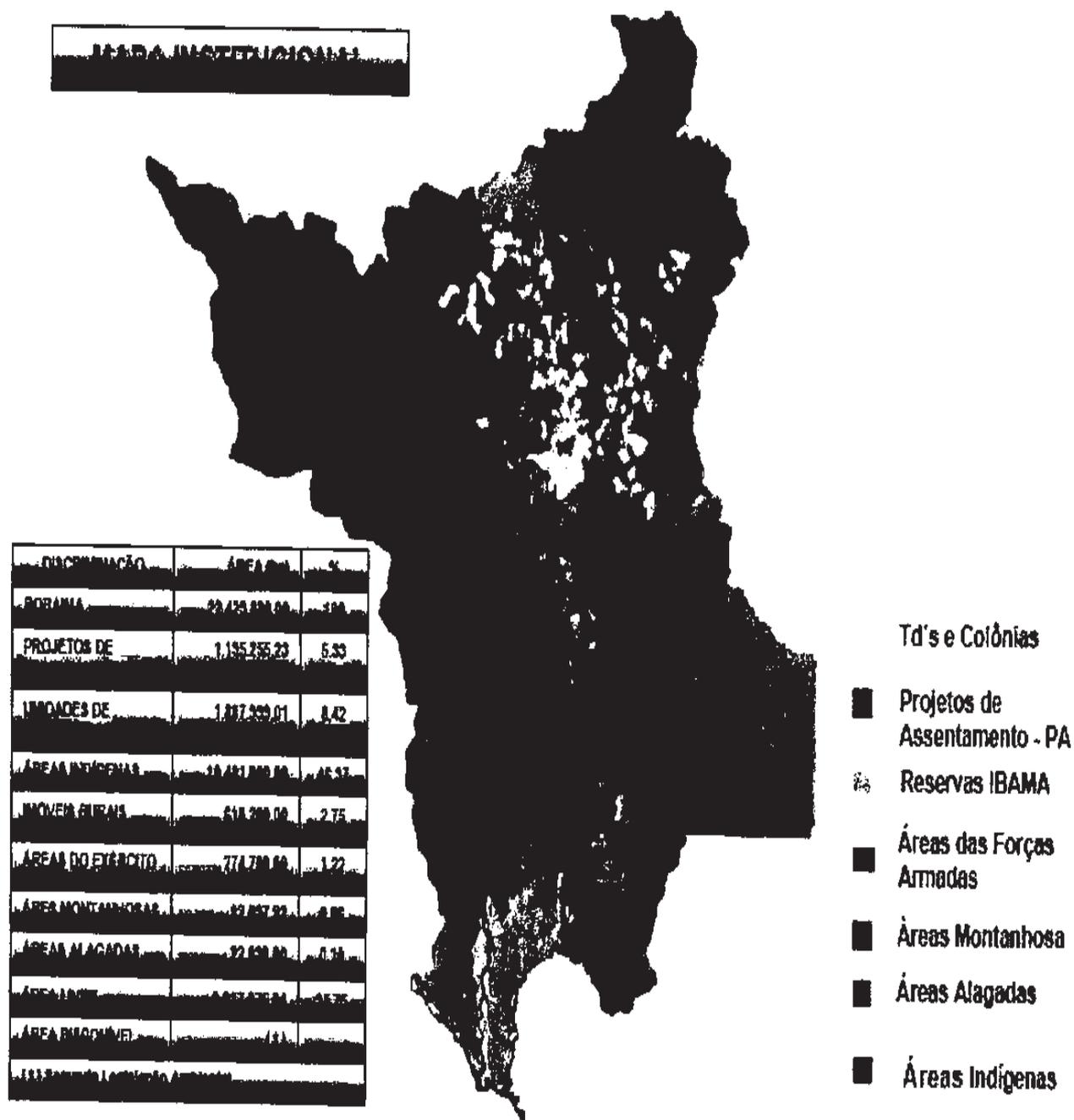
Deputado Estadual ZÉ REINALDO

8. ANEXOS

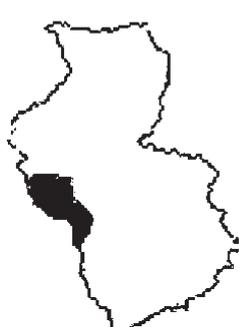
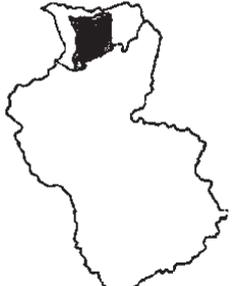
8.1 MAPAS

- **I – Recursos Minerais e Terras Indígenas no Estado de Roraima**
- **II – Mapa Institucional do Estado de Roraima**

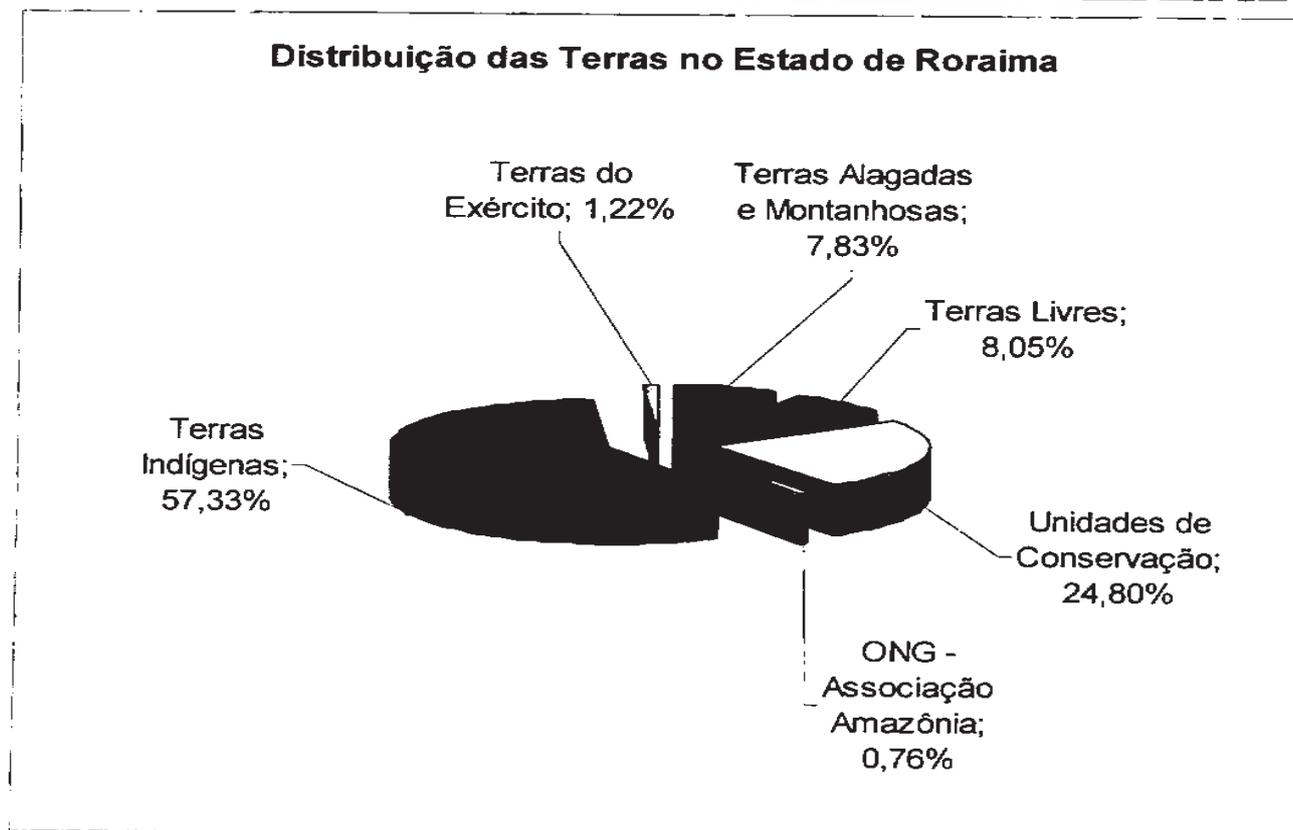
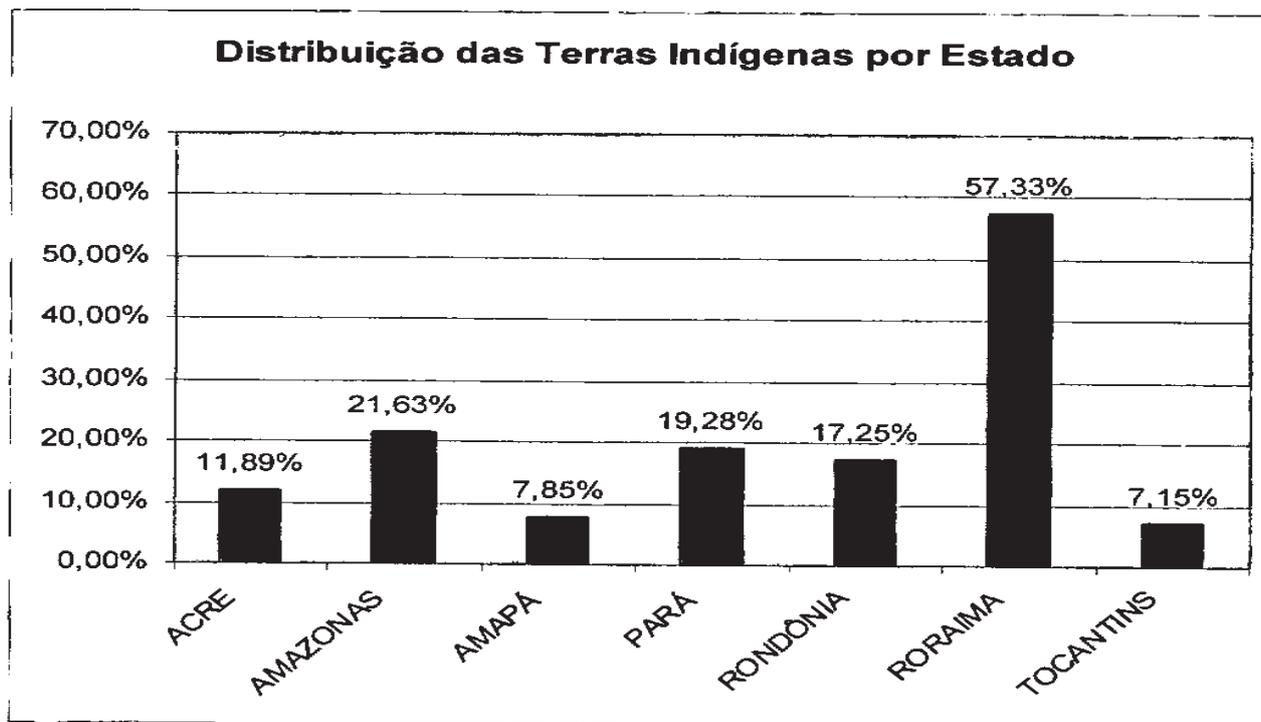
Anexo II – Mapa Institucional do Estado de Roraima



Anexo III – Evolução da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

1917		1984	
			
1917 – Lei 941 120.000 ha		Raposa – FUNAI 347.040 ha	
1984		1984	
			
Maturuca / Serra do Sol – FUNAI 721.690 ha		SURUMU – FUNAI 455.610 ha	
1985	1987		1993
			
Ingarikó – FUNAI 90.000 ha	XUNUNUETAMU – FUNAI 53.510 ha		Raposa / Serra do Sol 1.678.800 ha

8.2 GRÁFICOS E TABELAS



Áreas Indígenas em Roraima

Fonte: FUNAI



Fonte: IBGE-1998



Fonte: ISA-Instituto Sócio-Ambiental/2000



8.3 MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Recuo em Roraima

Há um retrocesso na política de demarcação de terras

[Editorial do jornal Folha de S.Paulo, deste sábado, 19 de abril de 2008]

O debate sobre a questão indígena no Brasil recuou pelo menos duas décadas. O direito dos índios à terra tradicionalmente ocupada, tão líquido e certo que terminou consagrado no artigo 231 da Constituição de 1988, volta a ser questionado - de modo mais acintoso pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno.

Oficiais militares da ativa devem obediência a seus superiores na cadeia de comando, em cujo ápice se encontra o presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ao se insurgir contra uma política de governo, o general se aproxima perigosamente da insubordinação e deveria receber punição apropriada.

Na raiz desse retrocesso está a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ela teve sua homologação, último passo administrativo para o reconhecimento, decretada pela Presidência da República em 2005. Militares, políticos roraimenses e fazendeiros argumentam contra a demarcação contínua e a extensão da reserva, de 17.475 km². Seria terra demais para uma população de 15 mil a 17 mil ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Metade da superfície de Roraima ficaria com ela imobilizada, o que alegadamente devolveria o estado à condição de Território.

Localizada em faixa de fronteira, a terra indígena impediria as Forças Armadas de zelar pela soberania nacional na região, ponderam os adversários da reserva tal como homologada. Por fim, a retirada de plantadores de arroz inviabilizaria 6% da economia roraimense. Uma demarcação em "ilhas" resolveria a questão e afastaria o risco de conflito.

Não resta dúvida de que a terra indígena no nordeste de Roraima é grande, pois equivale a cerca de 80% de Sergipe. Isso representa, porém, menos de 8% do território de Roraima; apenas somando outras 31 terras indígenas no Estado obtêm-se os 46% de sua superfície reservada. Nos outros 54% cabem Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas, onde vivem 22 milhões de pessoas. Roraima não chega a 400 mil habitantes, segundo o IBGE.

O argumento da perda de soberania tampouco resiste ao exame desapassionado. Terras indígenas são da União e acessíveis às Forças Armadas, como assegura o artigo 4º do decreto de homologação. No mesmo estado e também na fronteira fica a área ianomâmi homologada em 1992, seis vezes maior, que nem por isso se tornou uma nação independente.

Os arroteiros ampliaram as lavouras quando o processo de demarcação já estava em curso. Como não são proprietários legítimos da terra, só as benfeitorias podem ser indenizadas, compromisso já assumido pelo governo. Ao resistir à desocupação por meios violentos, penetram ainda mais fundo na ilegalidade.

É imperioso resistir a esse retrocesso. Espera-se que o Supremo Tribunal Federal, quando julgar o mérito de dezenas de ações pendentes contra Raposa Serra do Sol, reafirme decisões anteriores e mantenha a integridade da terra indígena.

GLOBO, 30 de Abril de 2008

Procurador-geral defende demarcação da Raposa

Antonio Fernando discorda do general Heleno sobre a reserva;
Supremo deve decidir sobre polêmica em maio

BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer defendendo a legalidade da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, feita pelo governo. O documento vai instruir uma das dezenas de ações que tramitam no tribunal contestando o tipo de demarcação da área. A ação sobre a qual Antonio Fernando se manifestou foi proposta há três anos pelos senadores Augusto Botelho (PT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB), ambos de Roraima.

O relator do tema, Carlos Ayres Britto, disse que dará seu voto sobre o tema até o fim da semana que vem. Ele calcula que o assunto seja julgado em plenário até o fim de maio. A decisão dos ministros do tribunal deverá pôr um ponto final no impasse sobre a reserva indígena. No início do mês, o STF suspendeu uma operação da Polícia Federal que retiraria da área produtores rurais até que seja julgada a forma de demarcação da reserva. Caso a Corte concorde com o procurador-geral, a desocupação da área será autorizada.

- Estou redigindo meu voto aos poucos. Não fiz ainda o arremate porque estava esperando o parecer do procurador-geral. É possível que até o final de maio resolvamos esse assunto tão importante - anunciou Ayres Britto.

"A preocupação (do general) não parece procedente"

Antonio Fernando rebateu as declarações feitas há duas semanas pelo general Augusto Heleno, comandante militar na Amazônia, que criticou a política indígena do governo: "A preocupação que vem sendo externada por comandante militar não parece, com as vênias devidas, procedente. De há muito são demarcadas áreas indígenas em faixa de fronteira, sendo exemplo recorrente o da área ianomâmi, toda ela em faixa de fronteira, em território de 10 milhões de hectares, objeto de portaria declaratória firmada, no início da década de 90, pelo então ministro da Justiça Jarbas Passarinho, eminente integrante das nossas Forças Armadas".

O principal argumento dos parlamentares é o de que a forma de demarcação fere o princípio federativo, pois uma área originalmente do estado de Roraima passaria a ser de domínio da União. Para Antonio Fernando, "a alegação de ofensa ao equilíbrio federativo e à autonomia de Roraima está divorciada da realidade". Ele lembrou que a reserva representa pouco mais de 7% do território estadual. Também ponderou que, desde antes da criação do estado, o local "conta com numerosos grupos indígenas".

Na ação, os parlamentares alegaram que as terras da reserva são ricas em minerais e que a região tem valor estratégico de fronteira e, como reserva, a atuação das Forças Armadas poderia ser limitada. Antonio Fernando explicou que reservas indígenas são de responsabilidade do governo federal e, com a demarcação, "o estado brasileiro não perde a capacidade de atuação no interior da área indígena".

O procurador afirmou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, quando foi ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique, "afirmou que a localização de áreas indígenas em faixa de fronteira não inviabiliza o seu reconhecimento como tal".

Os parlamentares apontaram na ação supostas falhas técnicas do processo de homologação, o que também foi rebatido por Antonio Fernando.

Matérias Locais

FONTE BRASIL

Upatakon 3

O que era esperado aconteceu - ou começou a acontecer - no domingo, 30. A Polícia Federal com ordem de "despejo" foi à área Raposa Serra do Sol retirar sob acusações de arbitrariedade e truculência, moradores e produtores que vivem há dadas na região. O Exército, por não concordar com a desocupação de área extensa de fronteira, não participou da missão.

Em vão

No lado dos poderes constituídos, foram poucas as vozes que se levantaram. A maioria dos políticos lembrou que o governador Anchieta Júnior tentou em vão uma saída diplomática para a situação, mas encontrou barreiras junto aos fazendeiros que não aceitam o valor de

suas indenizações e ainda aguardam decisão judicial.

Ingerência

Nesse ponto, o governo ou as autoridades tinham dois caminhos: aceitar a decisão do governo federal em desocupar a área passivamente ou ficar protestar ao lado dos moradores e produtores que acusam ingerência estrangeira na região.

Coincidentemente, as missões de ONGs como o CIR e o Cimi são recheadas de europeus branquelos, uns com formação em geologia e outros em biologia.

Histórico

Falando em CIR e Cimi, pontes foram queimadas ontem durante a operação Upatakon. Há um histórico de acusações contra as duas ongs em Roraima, de utilizarem esse tipo de terrorismo. Num desses episódios, pai e filho não-Índios morreram queimados dentro do carro que atravessa uma ponte incendiada.

Ocorrido há 12 anos, até hoje a Polícia Federal não desvendou esse crime.

De longe

Meia cá, meio lá, o governo do estado não emitiu nenhuma nota oficial sobre o andamento da operação Upatakon 3. No site governamental, o assunto sequer foi abordado.

Protesto

Em Brasília, o senador Mozarildo Cavalcanti protestou contra operação

"Congelada"

Na área de conflito, o deputado federal Márcio Junqueira, única autoridade estadual presente, acusou ontem a policiais federais de agirem com truculência e arbitrariedade. Ele lembrou uma promessa do ministro Tarso Genro de que a missão de retirada na RSS estava "congelada".

Ou uma ou outra

Das duas, uma: ou o ministro não tem moral junto aos seus subordinados da PF ou ele fez jogo de cena com os deputados roraimenses.

Acesso proibido

Preso de manhã e solto à noite, o prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, dificilmente deve voltar à área de conflito na RSS. A Polícia Federal montou barreiras nas estradas de acesso e PC é visto como baderneiro.

Bomba

Durante a confusão na RSS, estilhaços de uma bomba lançada ainda não se sabe por quem, atingiram mão e olhos do filho de Paulo César Quartiero. O rapaz se encontra hospitalizado em Boa Vista.

Mozarildo protesta contra operação da PF

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, nesta segunda-feira (31), que a Polícia Federal está realizando uma "operação truculenta" para a retirada de cidadãos brasileiros da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima, próximo às fronteiras com a Venezuela e Roraima. Ele apelou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, para que seja respeitada a "dignidade humana" de cerca de 300 famílias de não-índios moradores da reserva.

De acordo com o parlamentar petebista, é falso afirmar que essas pessoas são grandes plantadores de arroz e comerciantes, Mozarildo disse que se tratam, em sua maioria, de "pessoas pobres que residem há muito tempo na área, homologada pelo governo em abril de 2005.

Quando da demarcação, havia ali 458 famílias, das quais 160 foram indenizadas (em valores considerados muito baixos) para saírem das terras que ocupavam e receberam a promessa de serem reassentadas. Entretanto, só 90 famílias teriam recebido novas terras.

- ConteSiamOS essa demarcação desde o iníbio, porque lá tem mais minério do que índios. Queríamos uma solução pacífica~ mas o presidente Lula não honrou as sugestões apresentadas por comissões do Senado e da Câmara dos Deputados - queixou-se.

...~

Segundo o senador, agora o governo está pagando caro por mal-sucedidas operações de retirada. As duas anteriores teriam custado R\$ 1 milhão e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. A estimativa para a atual já estaria em R\$ 4 milhões.

- Enquanto isso, faltam recursos para o combate à dengue e à febre amarela - cobrou, anunciando sua disposição em acompanhar a operação da PF como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Matérias sobre conflitos na região da fronteira

Exército venezuelano impera na fronteira com Brasil e Guiana

29/12/2007

Na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é intensa, ao contrário do lado brasileiro e do guianense, afirmou uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo deste sábado.

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras. Em setembro, o Comando Militar da Amazônia chegou a investigar se aconteceram pousos de aviões militares da Venezuela no Brasil. O fato foi descartado pela investigação.

Na fronteira com a Venezuela, brasileiros enfrentam a fila de carros e caminhões para abastecerem no posto de gasolina da PDVSA. Lá a gasolina é vendida a R\$ 0,70 o litro. Mas, não é pelo preço que os brasileiros enfrentam as longas filas: no município de Pacaraima (RR), o último antes da Venezuela, não tem nenhum posto. Para abastecer do lado brasileiro é preciso percorrer 220 km de distância e chegar a Boa Vista.

Em novembro, o Exército da Venezuela destruiu duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, gerando um conflito diplomático entre os dois países. A Venezuela reivindica dois terços do território guianense, em uma área dominada pelo garimpo.

Força militar da Venezuela domina fronteira com Brasil

Folha Online

Reportagem publicada na **Folha de S.Paulo** ([íntegra](#) disponível para assinantes do UOL e do jornal) mostra que na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é ostensiva, em contraste com o vazio que se vê do lado brasileiro e do guianense.

Entre 11 e 20 de dezembro, a **Folha** percorreu a região das três fronteiras. Entrou nas selvas da Venezuela e da Guiana, localizou garimpeiros brasileiros atuando de forma irregular e chegou também ao local em que o Exército da Venezuela destruiu, em novembro, duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, gerando um conflito diplomático entre os dois países.

Ao percorrer cerca de 500 km no interior da Venezuela, a partir da fronteira em Roraima, a Folha passou por nove barreiras do Exército venezuelano, sendo oito na rodovia (de asfalto impecável). Nessas barreiras, ao menos cinco militares armados revistam carros e conferem documentação, principalmente passaporte.

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras, que consideram o avanço militar chavista uma ameaça à estabilidade regional. Segundo os militares, não há necessidade de temor de uma investida venezuelana.

A Venezuela em marcha-à-ré (segundo Sarney) **03/12/2007**

A Venezuela vive "um retrocesso" político na opinião do senador José Sarney, que não é de dar palpite para suprir falta de assunto. Aproveitou o momento adequado para a definição. Não que estivesse devendo a declaração, mas provavelmente não queria perder a oportunidade. Mas no Brasil, suas palavras poderiam ganhar outro sentido. O reparo crítico do ex-presidente à situação venezuelana foi feito em discurso na 7ª Conferência Anual da América Latina (no Conselho das Américas), em Nova York.

Sarney foi insuspeito, pelo menos até o presidente Lula desafiar uma parcela poderosa da opinião nacional ao apontar na Venezuela mais "excesso de democracia" do que ameaça às instituições (os poderes absolutos pedidos emprestado pelo presidente Hugo Chávez). O presidente do Brasil carregou na dose porque, se a democracia é demasiada na Venezuela, vai acabar mal. Não há excesso de democracia (ou escassez) que não se volte contra ela. Quando um governo alega que há mais democracia do que o necessário, é melhor desconfiar. Lula disse daquela forma ambígua por não conseguir ficar calado.

O senador Sarney foi o primeiro presidente civil depois de 20 anos de presidentes militares, sem Constituição democrática (no caso, democracia de menos). Pegou firme e alertou: a compra de armas feita por Chávez pode gerar uma "corrida armamentista" e ameaçar o equilíbrio das relações entre as nações "do continente mais pacífico da face da Terra" -- (a América do Sul).

Não foi a primeira vez que Sarney recorreu à contundência ao se referir ao lado truculento de Chávez, mas declarou-se a favor do veto do Brasil ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Transpôs a linha que, em tese, passou a separá-lo da posição de Lula. Sarney não o faria por leviandade. Sabia o que estava dizendo, e a quem se dirigia. A preliminar para o ingresso no Mercosul é o compromisso com os meios de refazer e sustentar a democracia no continente em que ela sempre vem mais como visitante do que como habitante. Principalmente a liberdade de imprensa, que é a alma da democracia, como o século 20 demonstrou em escala universal, até prova em contrário.

Sarney tem sido firme em repelir os arreganhos de Chávez. Dá como exemplo para ingresso no Mercosul a disposição para a economia de mercado, como meio e fim inseparáveis das liberdades políticas. Em outro almoço em Nova Iorque (com executivos e empresários), retirou o véu que encobre a questão da Guiana com a Venezuela. Na avaliação de Sarney, o país de Chávez "não está se armando para invadir o Brasil nem os Estados Unidos". E pergunta: "por que não a Guiana?". Mas, como é deste mundo, Sarney defendeu também a posição que deixou Lula a descoberto fora da Venezuela: "o presidente disse o que tinha de dizer". Aos bons entendedores, meia palavra basta. Em relação a qualquer dos dois.

Chávez e a 'Zona en Reclamación'

6 de março de 2008

Hiram Reis e Silva

A Guiana Essequiba, 'Território Essequibo', ou como os venezuelanos a apelidaram - 'Zona en Reclamación' (Zona em Disputa), é a região do Planalto das Guianas, compreendida entre o rio Cuyuni e o rio Essequibo (159.500 km²), representando aproximadamente 66% do território da República Cooperativa da Guiana considerada pela Venezuela como parte

integrante de seu território e cuja soberania reclama a nível internacional, através do acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966.

HISTÓRICO

Em 1620, os holandeses construíram numa ilha denominada Essequibo, o Forte Kijkoveral, que seria o centro da administração da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1648, o Rei da Espanha através do Tratado de Munster reconheceu as colônias da Companhia ao longo da costa Sul-Americana.

Os conflitos Europeus, sobremaneira as Guerras Napoleônicas, fizeram com que as colônias da Guiana ficassem sucessivamente sob controle britânico e francês; após a derrota de Napoleão, porém, a Holanda retomou o controle de suas colônias americanas.

No início do século XIX, os agricultores ingleses enfrentaram grandes prejuízos econômicos e, em função desses, muitos tiveram de hipotecar seus bens aos agentes financeiros holandeses. O movimento para que a colônia se tornasse uma possessão inglesa tomou corpo, e foi efetivado formalmente em 1814, com a assinatura do Tratado de Londres.

Sob controle britânico, as colônias foram unidas como Colônia da Guiana Britânica em 1831. A Venezuela, nesse período, tornara-se República, separando-se da Colômbia e o Brasil tornou-se independente de Portugal. A partir destas mudanças políticas, novas diretrizes administrativas foram criadas, especialmente na Guiana Britânica, que iniciou uma determinada exploração e ocupação das regiões do interior, demandando o reconhecimento de suas fronteiras. Neste contexto, aparece a figura de Schomburgk, dando início à contenda entre Espanhóis e a Guiana Britânica.

LINHAS DE SCHOMBURGK

Robert Schomburgk foi contratado para definir as fronteiras da Guiana Britânica e, para tal, chegou à região em 1835. Como resultado de suas expedições, elaborou um mapa da Guiana e formalizou a proposta britânica que serviu de base para as negociações a respeito das linhas de fronteira entre Guiana, Venezuela, Brasil e Suriname. Os especialistas venezuelanos e brasileiros criticaram com veemência a maneira como essa questão foi decidida.

Schomburgk propôs como fronteira com a Venezuela a linha que sai de Amacuro até a boca do Cuyuni, seguindo o divisório de águas do Cuyuni e do Mazaruni até o Roraima, e dali descendo o Cotingo, Surumu e Tacutu. Esta linha ficou conhecida como a Linha Schomburgk.

ACORDO DE GENEBRA

No princípio da década de 60, com o governo do People's Progressive Party (PPP) da Guiana se empenhando sistematicamente para a independência, a Venezuela manifestou preocupação em relação à questão do Essequibo, considerando que o debate a respeito do assunto já não se limitaria apenas à Grã-Bretanha. A independência da Guiana significaria

o reconhecimento das atuais fronteiras por todos os países que reconhecessem o novo Estado.

A Grã-Bretanha insistia que a demanda venezuelana não procedia, e que tudo fazia parte de um processo eleitoral, do então candidato, Raul Leoni ao governo venezuelano visando a influenciar as eleições. Logo que Leoni assumiu a presidência, o Congresso Nacional aprovou, em fevereiro de 1965, um novo mapa oficial do país onde a área do Essequibo passou a constar oficialmente como 'Zona en Reclamación' e os correios passaram a utilizar, nas correspondências internacionais, um selo com o novo mapa e a frase: "hacia la reconquista de la Guyana Esequiba", e as nacionais: "Guyana Esequiba es Venezolana", provocando protestos do governo inglês.

A Grã-Bretanha propôs, em Genebra, uma Comissão mista que estudaria um plano de desenvolvimento econômico para a Guiana Britânica, de 1966 a 1972, somado a um projeto de cooperação econômica entre os dois países que renunciariam, por 30 anos, as reclamações por demandas territoriais.

A Venezuela não aceitou a sugestão britânica e propôs o congelamento por um prazo de 10 anos e que um ano antes de esgotado este interregno, fosse submetido à arbitragem. O resultado da proposta britânica e venezuelana originou o 'Acordo de Genebra' firmado em 17 de fevereiro de 1966.

O Acordo tentava encontrar uma solução através de uma comissão mista de limites, que teria um prazo de quatro anos para encontrar uma saída adequada à disputa territorial. Após esse prazo, se não houvesse uma solução de consenso, o fórum decisório seriam as Nações Unidas.

Em 1966, a Venezuela ocupou militarmente a Ilha de Ancoro. O Laudo de 1899 dividia a ilha entre os dois países e continua ocupada nestes últimos 42 anos apesar dos veementes protestos da Guiana.

Em 1968 ocorreu a 'Insurreição de Rupununi', na qual fazendeiros e camponeses, à frente de um movimento separatista, que contava com apoio não-declarado do governo venezuelano, ocuparam instalações governamentais, bloquearam estradas e mataram e feriram policiais da Guiana. A Força de Defesa da Guiana agiu prontamente fazendo com que os insurretos, que não contaram com o esperado apoio das Forças Armadas Venezuelanas, refugassem-se na Venezuela sem opor resistência.

Mas o que realmente concorreu para o fracasso das operações foi a decisiva atitude do governo brasileiro, que ordenou uma imediata mobilização da Força Terrestre na área da fronteira e a concentração de aviões de combate na região de Boa Vista - RR.

Em 1970, o 'Protocolo de Porto Espanha' congelava as pretensões venezuelanas por 12 anos, um ano antes de vencer o prazo, a Venezuela decidiu invocar o 'Acordo de Genebra' e propor resolver a questão na ONU. Desde 1983, a Venezuela aceitou continuar debatendo a questão procurando encontrar uma solução pacífica conforme especifica o artigo 33 da Carta da ONU. Desde 1989, ambos os países mantêm conversações sem, no entanto, apresentar qualquer solução para o impasse.

DEMANDAS ATUAIS

A Assembléia Nacional Venezuelana aprovou, no dia 13 de março de 2006, o projeto do presidente Hugo Chávez que modificava a bandeira da Venezuela acrescentando uma oitava estrela, estrela essa que era um tributo à contribuição da província da Guiana por sua luta pela independência no século XIX. Chávez disse na ocasião que: \"Las ocho estrellas están ahora flameando al viento de Venezuela, las siete estrellas originales y la octava que Simón Bolívar decretó en Angostura como símbolo de la estrella de la victoria\". O Exército venezuelano, comungando com os mesmos sentimentos de Chávez, reporta em sua página oficial na Internet e nos mapas de suas Divisões os limites internacionais do país agregando a Guiana Essequiba.

Em novembro de 2007, o exército venezuelano destruiu duas dragas da Guiana que eram utilizadas para o garimpo do ouro na região da fronteira. Até hoje não se sabe se as dragas revolviavam os sedimentos do rio Cuyuní, que fica em território guianense, ou do rio Wenamú, que divide os dois países. Ninguém ficou ferido, mas o episódio chamou a atenção para a contenciosa tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

FORÇAS ARMADAS

A Força Armadas da Venezuela tem um efetivo de 56.000 militares, 190 tanques, 6 fragatas, 2 submarinos, mais de 90 aeronaves de combate e mais de 20 helicópteros de ataque, enquanto a Guiana tem 1600 homens, 3 lanchas de patrulha e nenhum avião de combate. O enorme desequilíbrio militar nos leva a inferir que, em caso de conflito, a Guiana contará com apoio de outros países no confronto.

ESTABILIDADE POLÍTICA AMERICANA

Hoje, a Venezuela, aproveitando-se da inépcia da política externa brasileira, procura assegurar uma posição política hegemônica na América Latina. A disputa pela 'Zona en Reclamación' parece, no momento, ter sido relegada a um plano secundário. Porém, os grupos chamados de pró-essequibanos, com apoio velado das autoridades venezuelanas, proliferam e ganham cada vez mais simpatizantes cujo objetivo final é a recuperação da região de Essequibo.

A conquista da região pela Venezuela levantaria velhas questões sobre limites em toda Sul-América. A Colômbia tem velhas pendências territoriais contra a Venezuela de modo que, se a Venezuela atacasse a Guiana, a Colômbia encontraria justificativa para reivindicar seus antigos limites com a Venezuela. O Peru, por sua vez, poderia reavivar sua questão fronteiriça com o Equador e nem mesmo o Brasil ficaria de fora já que sobre a Questão do Pirara, até hoje, pairam dúvidas quanto à lisura da forma com que foi conduzida.

Porta aberta para Chávez

E também para o contrabando de gasolina, drogas e armas na fronteira da Venezuela

Rodrigo Rangel, de Pacaraima (PR) e Santa Elena de Uairén (Venezuela)

A cidade de Pacaraima, no extremo norte de Roraima, está debruçada sobre a fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Apenas 12 quilômetros separam um pelotão do Exército brasileiro de um esquadrão de cavalaria do Exército de Hugo Chávez, do lado de lá. A convivência entre militares brasileiros e venezuelanos é pacífica. Tem até jogo de futebol. Mas uma dose de desconfiança contaminou a zona de fronteira desde que Chávez iniciou sua escalada armamentista, há cerca de três anos. Os militares brasileiros vivem com a sensação de que, a qualquer momento, um gesto belicoso do líder venezuelano – ainda que nem seja contra o Brasil – possa alterar a rotina de paz e tranquilidade da região. “Temos de estar sempre alertas”, diz o comandante do pelotão brasileiro, tenente Alexandre Silva, que acaba de chegar à unidade. Falar sobre a Venezuela exige cautela dos oficiais brasileiros. É preciso se policiar para não melindrar a tropa vizinha e afetar o bom convívio. O cuidado é o mesmo do outro lado. “Nós temos uma relação fraterna”, afirma o capitão Johnnie Arévalo Vargas, comandante do Escamoto 5102, como é chamado o esquadrão venezuelano baseado à beira da rodovia que corta a fronteira. A desconfiança mútua não está nas palavras. Está no ar, o tempo todo.

Desde 2005, o governo Hugo Chávez, na Venezuela, começou a fazer compras maciças de equipamentos militares. A primeira investida venezuelana foi a compra de 100 mil fuzis de assalto Kalashnikov AK-103 e AK-104, fabricados na Rússia. Depois a Venezuela acertou com a Espanha a encomenda de oito navios de guerra, parte de um negócio de 1,2 bilhão de euros. Na China, Chávez foi buscar radares móveis. O pacote bélico de Chávez inclui ainda helicópteros, submarinos, mísseis terra-ar. A aquisição mais valiosa foi feita em julho de 2006: 24 caças Sukhoi, aviões de guerra russos, mais poderosos e modernos que qualquer outro na América do Sul (leia o quadro da página 48). De acordo com o último relatório do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), instituto sueco dedicado ao monitoramento de gastos militares, a Venezuela foi, em 2006, pelo segundo ano consecutivo, o país da América do Sul que mais aumentou gastos militares: 20% em termos reais.

Os investimentos de Chávez em armamentos ainda não chegaram ao Escamoto. Ainda assim, os venezuelanos parecem mais bem armados e equipados que os brasileiros. Eles usam fuzis AK, melhores e mais resistentes que os Parafals dos brasileiros, em serviço desde a década de 60. Possuem ainda metralhadoras Uzi e bazucas, que fazem questão de exibir nas cerimônias conjuntas que as duas tropas realizam quase mensalmente no marco de fronteira, com hasteamento de bandeira e execução dos hinos nacionais. No Forte Roraima, sede do Escamoto, repousam quatro tanques de combate. Há diferença também no efetivo. São 180 homens no quartel venezuelano, enquanto no pelotão brasileiro servem 60.

No quartel venezuelano, à primeira pergunta de ÉPOCA sobre Chávez, o capitão Arévalo trata logo de exibir subordinação absoluta. Volta-se para uma fotografia do presidente na parede e bate continência. “É nosso comandante-em-chefe”, diz. A ascendência de Chávez sobre a força é visível nos menores detalhes. As fardas estão sendo trocadas, porque a padronagem do tecido camuflado era americana. É preciso seguir não só as ordens, mas também a ideologia do presidente. “Estamos comprometidos com o desenvolvimento que o

presidente quer”, afirma Arévalo. Sobre os objetivos militares de Chávez, o capitão desconversa. Diz apenas que sua tropa está sempre de prontidão. “Se houver uma necessidade (militar), estamos preparados para ela”, afirma, diante de um imenso óleo sobre tela com a imagem do Monte Roraima, símbolo da fronteira, com um tanque em posição de combate no sopé.

A “necessidade” a que Arévalo se refere pode estar bem próxima daquele ponto da fronteira – e isso tem causado preocupação entre comandantes militares brasileiros na região. Desde o século XIX, a Venezuela reivindica quase a metade do território da antiga Guiana Inglesa, hoje República Cooperativa da Guiana. A área aparece em todos os mapas políticos da Venezuela como “zona em reclamación”. De tempos para cá, têm crescido os rumores de que Chávez estaria planejando uma ofensiva militar para anexá-la de fato. Na leitura reservada de oficiais brasileiros, o enfraquecimento político de Chávez, exposto pela derrota que sofreu em dezembro no plebiscito que poderia lhe conferir mandatos sem limite, pode levá-lo a criar uma “causa” que una o país. Uma ofensiva contra a Guiana poderia, hipoteticamente, ser essa causa. E seria relativamente fácil, pois o poder de fogo guianense é quase nulo. O país, que se tornou independente da Inglaterra em 1966, nem sequer tem força aérea contra os Sukhois venezuelanos.

A ameaça chama a atenção das forças brasileiras principalmente porque a área em litígio é contígua à fronteira com o Brasil. Há pouco mais de um mês, a Força Aérea Brasileira ampliou e reformou uma pista de pouso na comunidade indígena de Serra do Sol, município de Uiramutã, Roraima, encravada na tríplice fronteira com Guiana e Venezuela. Oficialmente, a reforma foi feita para permitir vôos do Correio Aéreo Nacional. Mas ter uma pista em condições de uso na região é uma necessidade estratégica para o caso de um ataque da Venezuela à Guiana – situação que fatalmente colocaria o Brasil na obrigação de agir para, pelo menos, evitar que o conflito contamine nosso território.

“Temos uma companhia lá na região”, diz o capitão Arévalo ao ser indagado sobre o conflito territorial. O batalhão a que ele está subordinado é o mesmo que detém a incumbência de cuidar da fronteira contestada. Pelo menos no mapa da área de jurisdição da unidade, o pedaço de território da Guiana já foi anexado. Em novembro, a Guiana acusou soldados da Venezuela de fazer uma operação contra garimpos dentro de seu território.

A concentração militar de dois países não inibe o festival de desmandos naquele pedaço da fronteira norte do Brasil. Nas duas margens da rodovia que liga Pacaraima a Santa Elena de Uairén, a cidadezinha venezuelana mais próxima, um emaranhado de picadas e estradas de chão serve a quem quer driblar os órgãos de fiscalização com postos de controle instalados à beira do asfalto. Do lado brasileiro, há postos da Secretaria da Receita, Vigilância Sanitária e Polícia Federal. Do lado venezuelano, além de agentes da aduana, homens da Guarda Nacional e do Exército são encarregados de fazer a fiscalização. Às margens da pista venezuelana, cartazes com a foto de Chávez sorridente, a desejar boas-vindas, têm ao fundo as estradas usadas pelos contrabandistas e traficantes. Elas fazem ziguezague pelas planícies de savana, típicas da região. Aquele pedaço da fronteira é rota conhecida do crime organizado. “Por ali entram drogas e armas contrabandeadas que chegam pelo Caribe venezuelano e acabam indo para as favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo”, afirma um oficial do Exército brasileiro com experiência na região. Um sinal de que o controle não funciona: a Polícia Federal nem tem estatísticas sobre apreensões de

drogas e armas por ali. Tudo passa ao largo.

O contrabando é escancarado. Santa Elena de Uairén é uma zona franca. Por lá proliferam lojas que vendem de tudo, de bebidas a eletroeletrônicos de última geração. É uma versão venezuelana dos mercados paraguaios de Ciudad del Este, destino predileto dos contrabandistas do Brasil. No domingo 9 de dezembro, as ruazinhas de Santa Elena estavam tomadas por s brasileiros. A professora de Educação Física Luciett Araújo de Oliveira, de 27 anos, saiu de Manaus com o namorado para comprar em Santa Elena. A maioria vem de Boa Vista, a apenas 250 quilômetros de distância. “Vale a pena, as coisas aqui são baratas”, diz Luciett. Uma máquina fotográfica digital de qualidade sai a 833 mil bolívares, a inflacionada moeda venezuelana. Isso é o equivalente a R\$ 340, metade do preço cobrado nas lojas brasileiras.

Os que querem passar legalmente pela fronteira têm de limitar suas compras a R\$ 600, valor da cota estabelecida pela Receita. Em meio à multidão ávida por comprar nas ruas de Santa Elena, surge um senador da República: Augusto Botelho (PT-RR). “Estou dentro da cota, viu?”, diz. Com a mulher, o filho e a nora, ele chegara a Santa Elena na véspera. Sua caminhonete Toyota Hilux já estava abarrotada. O senador comprou impressora, aparelho de DVD, liquidificador, árvore de Natal e mais um punhado de bugigangas. Diante da reportagem, ensaiou um discurso: “Isso aqui acaba com a economia de Boa Vista. Só num dia como hoje, os brasileiros estão deixando aqui mais ou menos R\$ 500 mil. É dinheiro que poderia ser gasto do nosso lado da fronteira”.

Os contrabandistas, a exemplo dos traficantes de drogas e armas, passam incólumes – principalmente à noite – pelas estradinhas alternativas que margeiam a rodovia principal. “De vez em quando o Exército põe piçarra para evitar que essas estradas sejam usadas, mas outras são abertas”, diz o prefeito, Francisco Roberto do Nascimento, do PT.

Outro problema daquele pedaço da fronteira é o contrabando de combustível. De domingo a domingo, carros de passeio em frangalhos e caminhões com placas brasileiras se enfileiram na fronteira para comprar gasolina ou diesel do lado venezuelano. Eles compram o barato combustível da Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, por R\$ 0,65. Revendem em Boa Vista, por R\$ 1,80. Sob o olhar das autoridades, de um lado e de outro.

Venezuela enviará missão a Guiana para discutir suposta invasão da Efe, em Georgetown **30/11/2007**

Uma delegação de funcionários venezuelanos viajará à Guiana na próxima semana para discutir duas supostas incursões de militares da Venezuela no país, informou nesta quinta-feira (29) o chanceler guianense, Rudy Insanally.

O ministro disse que a delegação venezuelana deverá apresentar um relatório sobre o mais recente incidente. No dia 15 de novembro, um general venezuelano conduziu 36 soldados armados pelo rio Cuyuni (na fronteira a leste da Venezuela).

No território de Esequibo, na fronteira entre os dois países, os militares destruíram duas dragas utilizadas para a extração de ouro, pertencentes a guianenses, segundo Insanally.

Além disso, o governo da Guiana espera que a Venezuela apresente um relatório sobre o assassinato de um guianense de 29 anos, dia 6 de outubro, em Parasram Persaud.

"Falei ontem [na quarta] com o chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro, e ele me prometeu que a delegação chegará no início da próxima semana com um relatório. Vamos conversar sobre o incidente, mas também sobre nossas amplas relações", disse Insanally.

A Venezuela negou que soldados venezuelanos tenham entrado nas águas territoriais de Guiana. O objetivo da operação teria sido acabar com as extrações ilegais de ouro na fronteira.

Os dois países mantêm uma disputa pelo território de Esequibo, de 159.500 quilômetros quadrados, em discussão na ONU.

Venezuela denuncia cobertura tendenciosa na imprensa dos EUA Efe, em Washington

O embaixador venezuelano em Washington, Bernardo Álvarez, denunciou nesta quinta-feira a "terrível" cobertura de seu país na imprensa americana, e acusou os jornais de publicarem dúzias de editoriais e artigos de opinião negativos só este mês.

Um dos editoriais, publicado dia 15 de novembro pelo jornal "Washington Post", afirmava que a aprovação da reforma constitucional proposta pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, completaria sua transformação num autocrata.

"A Venezuela está a ponto de sucumbir a uma ditadura que isolará e atrasará o país, talvez durante décadas", disse o editorial do "Post", intitulado "O golpe de Chávez".

Álvarez discordou. Para ele, mesmo que no domingo seja aprovada em referendo a reforma proposta por Chávez, que permitiria sua reeleição indefinida, ele ainda teria que ser reeleito nas urnas.

Além disso, lembrou que no Reino Unido o primeiro-ministro pode se reeleger "quantas vezes quiser". E destacou o caso de Franklin D. Roosevelt, que foi eleito presidente dos Estados Unidos quatro vezes consecutivas (1933-1945).

O embaixador acrescentou que diferentes artigos voltaram a especular com um possível confisco da propriedade privada na Venezuela caso seja aprovada a reforma constitucional. Mas isso nunca aconteceu desde que Chávez assumiu o poder, em fevereiro de 1999, observou.

A cobertura negativa, segundo o diplomata, poderia ser fruto de uma mentalidade da Guerra Fria ainda viva. "Às vezes dá a impressão de que pode haver uma campanha para gerar um conjunto de acusações sem sentido", comentou.

A sua única preocupação com o referendo de domingo é de que grupos "muito radicais" provoquem desestabilizações. "O importante é preservar a paz e que as mudanças aconteçam", disse. E ressaltou que o governo de Chávez respeitará a decisão do povo venezuelano se o "não" vencer no referendo.

Guiana afirma que Venezuela destruiu máquinas em seu território

Efe, em Georgetown, Guiana

O ministro das Relações Exteriores guianense, Rudy Insanally, afirmou neste domingo que tropas da Venezuela entraram em águas territoriais da Guiana e destruíram duas dragas usadas na extração de ouro, informou a imprensa local.

As duas máquinas teriam sido destruídas no rio Cuyuni, que separa os dois países, na quinta-feira.

Insanally disse que uma investigação militar determinou que soldados venezuelanos entraram em águas territoriais da Guiana e destruíram as duas dragas, sem que até agora se tenha recebido uma explicação diplomática adequada por parte de Caracas.

De acordo com a investigação, cerca de 40 soldados venezuelanos destruíram as duas máquinas de extração de ouro. Não havia pessoas trabalhando com as dragas no momento do incidente.

Na sexta-feira, o embaixador da Venezuela em Guiana, Darío Morandy, negou que soldados venezuelanos tenham entrado nas águas territoriais de Guiana.

Insanally já tinha apresentado na quinta-feira uma "queixa formal" na qual protestou contra as incursões em território guianense de soldados do país vizinho.

O diplomata venezuelano afirmou que a operação foi realizada para acabar com as extrações ilegais de ouro na fronteira da Venezuela com Guiana.

"A Venezuela está protegendo todos os recursos naturais, por isso temos que expulsar os mineiros ilegais da região", afirmou Morandy, que sustentou que o objetivo da operação era proteger o meio ambiente.

Um militar de alta patente das Forças de Defesa da Guiana afirmou que um contingente de soldados venezuelanos, com apoio aéreo de um helicóptero, destruiu as duas dragas localizadas em território guianense.

Os Tambores da Guerra

Por Eliane Cantanhêde 17/03/2007 às 17:10 O fator Guiana

Isso cria, ou pelo menos projeta, uma divisão do continente em dois blocos, um pró-EUA (seja quem for o presidente) e outro pró-Chávez (mais do que pró-Venezuela). E aí entra um fator delicado: a Guiana.

Na avaliação da inteligência militar brasileira, Chávez é tão direto no seu discurso belicoso contra Bush ("el diablo") porque precisa de um "inimigo externo" para mobilizar o

patriotismo -ou o bolivarianismo- interno. Mas, se tentar passar da palavra à ação, não será contra Washington nem mesmo contra a vizinha Colômbia. E por que não contra a Guiana?

Chávez está armando ostensivamente a Venezuela, recorrendo à Rússia como seu grande fornecedor, mas não tem, nem terá, munição (no sentido literal) para enfrentar o poderio bélico da maior potência econômica e militar do planeta, atacando Washington ou sua protegida Colômbia. Se quiser dar uma demonstração de força, poderá ser via indireta. A Guiana é um prato feito.

O pretexto: a Venezuela reivindica até hoje cerca de 60% do território do vizinho. O motivo real: a Guiana recebe vultosas ajudas dos EUA (além do Canadá e do Reino Unido) e, em contrapartida, é generosa ao oferecer espaço e condições para treinos e operações militares americanas -bem ali, na fronteira com o Brasil e com a Venezuela. O Brasil não gosta e há anos observa.

Chávez vai além -teme a possibilidade de uma base militar americana nas suas barbas. Estejam ou não delirando os estrategistas brasileiros, o fato é que Chávez tem dado demonstrações de que não está brincando. Qualquer que seja a brincadeira, o Brasil vai acabar metido nela, por ar, por terra, e não apenas pela diplomacia.

E o pior: Tivemos oito anos para nos armarmos e treinarmos à altura da Venezuela, e nem FHC ou Lula acordaram para essa urgência, apesar dos repetidos alertas das forças armadas brasileiras.

Guiana acusa Venezuela de invadir seu território

No *Estadão* deste sábado:

Por Reinaldo Azevedo

O ministro das Relações Exteriores da Guiana, Rudy Insanally, convocou o embaixador venezuelano em Georgetown, Dario Morandy, para dar explicações sobre uma suposta invasão territorial seguida de ataque a uma zona de garimpo ocorrida anteontem por tropas venezuelanas na fronteira entre os dois países. Morandy disse que a ação ocorreu do lado venezuelano da fronteira.

De acordo com Insanally, 36 soldados venezuelanos, apoiados por helicópteros, usaram explosivos C-4 para destruir duas dragas de garimpo de ouro num rio perto da fronteira. As embarcações foram destruídas e ninguém ficou ferido. O governo da Guiana enviou ontem soldados para investigar o caso. Não ficou claro se o incidente ocorreu no Rio Cuyuni ou no Rio Wenamu. Os investigadores utilizarão um aparelho de GPS para comprovar a invasão territorial venezuelana.

O embaixador venezuelano negou que seus soldados tenham invadido o país vizinho. Segundo ele, a operação de três dias, que deve terminar hoje, buscava prender garimpeiros venezuelanos, guianeses e brasileiros que agem ilegalmente na região. “Os soldados tentavam expulsar cerca de 200 famílias que realizavam mineração ilegal no território da Venezuela”, disse Morandy, ressaltando que os dois países “são bons vizinhos e não vão brigar por esse caso”.

A explicação do venezuelano, no entanto, não convenceu o governo guianense. “Não há

justificativa”, afirmou Insanally.
Leia mais [aqui](#)

Força militar da Venezuela domina fronteira com Brasil Presença de Exército e governo de vizinho contrasta com vazio em Roraima e na Guiana

Hudson Corrêa e Alan Marques

Enviados Especiais à Venezuela, à Guiana e ao Norte do Brasil

Brasileiros da fronteira dizem que são obrigados a abastecer seus veículos na Venezuela, pois o posto mais perto fica em Boa Vista

Na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é ostensiva, em contraste com o vazio que se vê do lado brasileiro e do guianense.

Entre 11 e 20 de dezembro, a Folha percorreu a região das três fronteiras. Entrou nas selvas da Venezuela e da Guiana e localizou garimpeiros brasileiros atuando de forma irregular.

A reportagem chegou também ao local em que o Exército da Venezuela destruiu, em novembro, duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, o que gerou um conflito diplomático entre os dois países.

Ao percorrer cerca de 500 km no interior da Venezuela, a partir da fronteira em Roraima, a Folha passou por nove barreiras do Exército venezuelano, sendo oito na rodovia (de asfalto impecável) que dá acesso a Caracas, capital da Venezuela, a 1.350 km da fronteira.

Nessas barreiras (as alcabalas), que incluem escritório e alojamento, ao menos cinco militares ficam na pista. Armados de fuzis, revistam carros e conferem documentação, principalmente passaporte.

Do lado brasileiro, após sair da Venezuela, é preciso percorrer 200 km, na rodovia BR-174, sem qualquer barreira de fiscalização, para encontrar um posto de gasolina. A situação criou dependência do combustível venezuelano fornecido na fronteira pela estatal PDVSA.

Preocupação

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras, que consideram o avanço militar chavista uma ameaça à estabilidade regional.

Em setembro, o Comando Militar da Amazônia chegou a investigar se aconteceram pousos de aviões militares da Venezuela no Brasil. A investigação descartou a invasão. Hoje não há, segundo os militares, temor de uma investida venezuelana.

Em Santa Elena de Uairén, primeira cidade da Venezuela após a fronteira, a Folha foi ao quartel do exército venezuelano. O comandante, capitão Johnnie Arevalo, se negou a dar entrevista e avisou a reportagem para não ir a áreas de garimpo sem autorização do comando em Porto Ordaz (a 700 km): "Se pegarem vocês, eles [militares] te prendem". O capitão tinha acabado de apreender um Kadet brasileiro sem os bancos traseiros, que levava centenas de latinhas de cerveja. O militar reclamou, aos dois policiais federais brasileiros que acompanhavam a Folha, da invasão de brasileiros para fazer contrabando: "Eles [brasileiros] abandonam os carros e correm para o mato, atravessam a fronteira", reclamou.

O Exército brasileiro não considera iminente um conflito entre Guiana e Venezuela, que reivindica dois terços do território guianense. O litígio ocorre numa área dominada pelo garimpo que reúne brasileiros, venezuelanos e guianenses num frenético movimento de dragas e barcos no rio Cuyuni, na mata amazônica.

Dragas

A Folha esteve no local onde, em 15 de novembro, um general venezuelano e 36 soldados destruíram, com helicóptero e explosivos, duas dragas que garimpavam no rio, segundo a Guiana. Numa margem fica a Venezuela, na outra, a Guiana.

O líder da comunidade indígena de San Martin de Turumbang, Reinaldo Rodrigues, 42, afirmou que as dragas operadas por pelo menos seis garimpeiros da Guiana trabalhavam no rio no lado da Venezuela.

A Folha verificou que uma das dragas, cuja carcaça ainda estava parcialmente fora da água, estava naufragada do lado da Guiana. A Venezuela alega que os garimpeiros invadiram seu território. O governo da Guiana afirma que foi o Exército venezuelano que entrou em território guianense.

No local, está situada a área indígena de San Martin de Turumbang, de 5.000 hectares, em território da Venezuela, que reúne 860 índios envolvidos na mineração do ouro.

Do lado da Guiana, há acampamentos de garimpeiros brasileiros e guianenses às margens do rio. A reportagem não localizou os guianenses que estavam nas dragas afundadas -que, segundo Rodrigues, extraíam até 2 kg de ouro por dia, sem recompensar os índios e causando dano ambiental. Segundo ele, o Exército da Venezuela avisou que faria o ataque, e os garimpeiros fugiram antes.

O Exército da Venezuela controla a ilha de Anacoco, próxima ao local do ataque. Do lado da Guiana, não há fiscalização ou estradas. Os garimpeiros, incluindo brasileiros, chegam lá por meio da floresta.

As dragas possuem máquinas que sugam a areia do leito. A água que vem junto é liberada do outro lado da embarcação e a areia, retida em um depósito, pois pode conter ouro.

Humilhação

De volta ao marco zero da fronteira com a Venezuela, brasileiros relatam que sofrem humilhação. Às 10h de uma manhã de sábado, a fila de carros e caminhões brasileiros chega a 200 m. O posto de gasolina, da PDVSA venezuelana, situado logo após a linha de fronteira, deveria ter aberto às 8h.

O gerente do posto explica que os militares venezuelanos ainda não chegaram, e só eles podem autorizar a entrada de carros no posto. Lá a gasolina é vendida a R\$ 0,70 o litro. A 250 km, dentro da Venezuela, o valor despenca para até R\$ 0,04.

Não é pelo preço que o caminhoneiro Adão Francisco de Jesus, 55, está há um dia parado em frente ao posto com seu caminhão à espera de abastecer na fronteira. Jesus precisa entrar no país vizinho com uma carga de madeira, mas está com o tanque vazio. Assim como outros caminhoneiros e turistas, ele não pode abastecer no Brasil, no município de Pacaraima (RR), porque essa cidade, a última antes da Venezuela, não tem nenhum posto. Abastecer do lado brasileiro, só a 220 km de distância, em Boa Vista.

Para fugir à fila do posto da PDVSA, a única possibilidade era procurar um local de venda clandestina, como em uma borracharia em Pacaraima, onde a mesma gasolina venezuelana é vendida a R\$ 1,70 o litro.

"Isso é uma humilhação", diz Jesus. Segundo ele, os militares do Exército cobram propina para permitir o abastecimento na fronteira e a passagem do caminhão pela rodovia venezuelana. A reportagem não constatou pagamento nem cobrança de propina -nas barreiras, os militares só pediam chocolates.

[Página Inicial](#)

: | Cidades | :

[Últimas Notícias](#)

09-05-2008 -

TAMANHO DA FONTE [a](#) [a](#) [a](#)

[Especiais](#)

CIR é contra novos pelotões

[Edição Impressa](#)

Da Redação

[Opinião](#)

A decisão anunciada na quarta-feira, pelo presidente Lula da Silva (PT), de instalar cinco novos pelotões de fronteira em terras indígenas, incluindo a reserva Raposa Serra do Sol, é bem-vista pelo comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general Elieser Girão Monteiro.

[Política](#)

[Parabólica](#)

[Cidades](#)

Mesmo sem ter informações oficiais, o general Monteiro afirmou que o aumento do efetivo militar em terras indígenas é "oportuno e existe planejamento para isso". Em Roraima existem seis Pelotões de Fronteira localizados em Pacaraima, Surucucu, Auaris, Normandia, Uiramutã e Bonfim.

[Social](#)

[Variedades](#)

[Polícia](#)

[Esportes](#)

[Serviços](#)

Para o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionito Souza, os pelotões já existentes na Raposa Serra do Sol são suficientes. "O que temos já é de bom tamanho, porque ali os indígenas ajudam a fiscalizar o nosso país. Ali se pode trabalhar tranquilamente a soberania nacional sem impedimento ao nosso Exército Brasileiro", contestou.

[Denúncias](#)

[Fale conosco](#)

No últimos 23 anos o projeto Calha Norte decidiu vivificar a Amazônia, ocupando o vazio militar e civil na região. Antes do projeto, existiam 13 Pelotões de Fronteira do Exército na Amazônia, após o Calha Norte, esse número subiu para 28, ou seja, mais que o dobro.

[Expediente](#)

Conforme o ministro da Defesa, Nelson Jobim, os pelotões devem ser construídos preferencialmente na região Norte, na área da reserva Raposa Serra do Sol, vizinha à Guiana e Venezuela. "Isso é o mínimo para uma implantação imediata. Mas será preciso instalar muito mais pelotões porque a área é muito rarefeita", explicou.

Ainda de acordo com Jobim, ficou acertado em uma reunião com o presidente Lula, o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o comandante do Exército, Enzo Peri, que será apresentado o plano de criação dos pelotões dentro de no máximo 40 dias. "E a instalação é para acontecer em seis meses", afirmou Jobim.

O governo também decidiu que vai inserir um artigo 4º no decreto 4.412, de outubro de 2002, que "dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas". O Planalto quer deixar bem claro que não há empecilho de nenhuma natureza para a entrada, ocupação e operação do Exército nas áreas indígenas.

O Brasil não vai aceitar, por exemplo, a recomendação da Declaração dos Povos Indígenas, aprovada nas Nações Unidas (ONU), em setembro do ano passado, dizendo que será preciso autorização do Conselho Nacional de Defesa para o envio de tropas para as reservas. O Brasil assinou a declaração, apesar de o texto falar em "auto-determinação" para os territórios indígenas. Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não aprovaram o texto da ONU.

Antes de novos pelotões, Exército espera solução para atuais unidades

Da Redação

O Governo Federal anunciou anteontem a construção de novos pelotões de fronteira na Amazônia, alguns deles na reserva Raposa Serra do Sol. O comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general Eliezer Monteiro, entende que antes de novas instalações, devam ser equacionadas pendências de unidades já implantadas.

O general disse não ter a exata noção do que venha ser a notícia publicada pela imprensa. Informou que várias outras unidades – pelotões de fronteira, quartéis, batalhões, brigadas de infantaria de selva e logísticas – ainda estão em fase de implantação. Disse ainda que o Exército é consciente da importância de concluir estas instalações e unidades.

General Monteiro: "Temos necessidades básicas na Guarnição de Boa Vista"

O general afirmou que a Amazônia é muito grande e merece ser ocupada melhor. Mas, argumenta que a ocupação militar é apenas um componente que caracteriza a necessidade de manutenção da soberania territorial. "O componente maior é a presença do povo. O desenvolvimento não é somente na área de segurança, na área de defesa".

Conforme o comandante, as unidades militares são instaladas em locais estratégicos. Roraima já tem seis pelotões na faixa de fronteira. Outros que venham a ser instalados precisarão de retaguarda. "Um pelotão do Exército na Amazônia precisa de infra-estrutura da Força Aérea, com pista de pouso, aeroportos, aviões. A decisão de implantar um pelotão requer preocupação ampla", comentou.

Faz tempo que lideranças militares em todo o país reclamam da defasagem tecnológica e de equipamentos. Mais intrigantes são as queixas contra o diminuto orçamento que inibe a atualização ou reciclagem profissional deixando as Forças Armadas em situação de penúria.

Ainda assim, o comandante da 1ª Brigada defende a ampliação da estrutura. Argumentou que toda ação voltada ao aumento da capacidade de defesa é benéfica à impostação da autoridade. Desta forma, a chegada de novas frações na fronteira será bem-vinda na medida em que houver apoio completo aos setores de pessoal, de material e de instalações. "Não tenho a exata noção do que vem a ser o que foi publicado hoje, mas temos necessidades básicas a serem atendidas aqui na guarnição de Boa Vista".

Angustiadados com a situação que enfrentam devido ao bloqueio de estradas, destruição de cercas e ameaças, entre produtores de Roraima é freqüente a citação ou pedido de intervenção do Exército como forma de pacificar regiões conflagradas. Agora, em diversas oportunidades os arrozeiros reivindicam a presença do EB para manter a ordem.

Conforme o general, pedido para intervenção do Exército pode ser feito por qualquer cidadão brasileiro ou de qualquer dos três poderes. Todos são submetidos ao ministro da Defesa e ao presidente da República, a quem cabe dar a ordem de emprego da força.

“A presença do Exército numa área como a Raposa Serra do Sol tem que ser como força de pacificação. Somente este motivo justificaria a nossa presença e caso esta ação da Polícia Federal com a Força Nacional de Segurança tivesse algum problema. Acredito que eles estão cumprindo a missão deles. É preciso agora uma solução para o processo judicial porque talvez seja a chave de todas as respostas para o retorno do clima de paz e de tranqüilidade pública na região da Raposa Serra do Sol”, declarou o general Monteiro. (C.P)

Notícias

07.05.2008

Governo de Roraima é “anti-indígena”, afirma dirigente de Conselho

O coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o macuxi Dionito José de Souza, reagiu às declarações do governador José de Anchieta Júnior, que definiu hoje (6) como ato “terrorista” a entrada de índios e a construção de barracos em propriedade do arroteiro Paulo César Quartiero.

“Um governo desse não tem política para todos os povos que lá existem. Eu vejo ele muito anti-indígena, desrespeitoso e discriminador”, criticou Souza.

Segundo o dirigente do CIR, a ação dos índios não pode ser qualificada como invasão.

“Ele [Quartiero] tem fazenda mas não tem terra. A terra é da União, que foi dada aos povos indígenas. Por isso os índios estão trabalhando para construir suas casas. Estamos ocupando nossa terra já que o governo federal demarcou e homologou. Ali é nosso e não podemos ficar sem trabalhar”, justificou.

Ontem (5), dez índios foram baleados por funcionários de arroteiros, quando ocupavam parte da fazenda Depósito, de propriedade do líder dos produtores e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero.

O líder indígena vai se reunir hoje (6) com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia. O objetivo é levar argumentos de que a demarcação da reserva em área contínua não representa risco à soberania nacional e informações sobre a produção agrícola e pecuária das comunidades.

A corte vai julgar nas próximas semanas ações que contestam a demarcação da Raposa Serra do Sol e definir se os produtores de arroz podem ou não permanecer nas fazendas da região. O grupo se negou a deixar a área, como previa o decreto de homologação de 2005, sob alegação de que as indenizações oferecidas foram baixas e as ações para reassentamento ruins.

O CIR já entregou documentos a cinco ministros e pretende encaminhar aos demais antes de os processos irem ao plenário, em data a ser agendada pelo presidente do STF, ministro Gilmar Mendes.

Conselho Indígena de Roraima

CONHEÇA OS CRAQUES DO BRASILEIRO ANTES QUE ELES ARRUMEM AS MALAS PARA A EUROPA.

CRISE FUNDIARIA

Mais pelotões na Amazônia

Lula pede ao ministro da Defesa estudos com o objetivo de aumentar o número de militares em terras indígenas nas fronteiras

Leonel Rocha
Da equipe do Correio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitou ontem ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, estudos para acelerar a instalação de novos pelotões nas terras indígenas da Amazônia que estão na fronteira do Brasil com países vizinhos à região Norte. A decisão foi a alternativa encontrada pelo governo para reduzir a tensão entre a cúpula militar e setores do governo que defendem a manutenção das áreas indígenas demarcadas em terras contínuas nas fronteiras. Hoje o Exército já mantém alguns pelotões em terras indígenas. Mas em número insuficiente para garantir, segundo os militares, a soberania da região.

O ministro Jobim garantiu que nos próximos dias o presidente Lula irá editar uma nova medida provisória determinando que as Forças Armadas tenham unidades militares dentro de terras indígenas situadas nas fronteiras. "É para dizer claramente uma coisa fundamental: terra indígena é terra brasileira; terra indígena é terra de propriedade da União Federal com usufruto indígena; terra indígena é compatível com a soberania nacional. Os índios integram a nação. Não há nação indígena, não há povos indígenas. Existem brasileiros que são indígenas", argumentou o ministro.

A MP irá alterar o Decreto 4.412, de outubro de 2002, que "dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas", para reafirmar que não há impedimento para ocupação e operações militares do Exército nas reservas. "Temos alguns pontos em que a presença é mais rarefeita, caso de Roraima e junto ao Amapá. Na parte noroeste do Amazonas, o que precisamos é criar postos novos e alterar a logística de deslocamento com a construção de pistas de concreto na

Amazônia", disse Jobim, que quer aumentar o número de pistas de cimento para a Aeronáutica.

Recados

O número de novos soldados ainda não foi definido, mas os comandantes militares preparam um levantamento que deverá ser apresentado ao ministro em até um mês. "Temos obrigação de apresentar um projeto de crescimento da presença militar na Amazônia. Depois, teremos um prazo de execução, que depende de recursos, mas a idéia é termos um plano completo em 90 dias", informou Jobim.

Durante o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), o presidente mandou recados aos militares e, sem citar o nome, chamou de bravatas as declarações feitas há cerca de um mês pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Pereira, de que a política indigenista brasileira é "caótica". O presidente também criticou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que não compareceu à solenidade de lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado ontem pelo governo. "Não está presente o governador de Roraima por problemas que vocês estão acompanhando pela imprensa. Deve ser por isso", disse Lula.

Ontem o ministro Carlos Ayres Brito, do STF, negou pedido da AGU para que a PF iniciasse uma operação para desarmar os fazendeiros. A PF ouviu ontem Paulo Cezar Quartiero, prefeito de Pacaraima, preso junto com seu filho e seis funcionários, acusados de atirar contra os índios que ocuparam a Fazenda Depósito na segunda-feira.

Governo militariza área indígena nas fronteiras

Objetivo é acalmar Forças Armadas e manter soberania

Karla Correia

Brasília

Em meio à polêmica envolvendo a cizânia entre os governos federal e do Estado de Roraima em torno da reserva Raposa/Serra do Sol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou duas providências. Lançou, ontem, programa prevendo R\$ 1 bilhão em crédito a projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na região e anunciou que as Forças Armadas irão ocupar as áreas destinadas aos índios localizadas em zonas de fronteira, como forma de defender a soberania nacional.

Ao mesmo tempo, defendeu a política indigenista do governo, condenando o que, em sua avaliação, é um "antagonismo desnecessário" na questão da demarcação de terras indígenas na região Norte do país.

Sem citar o nome do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, que recentemente atacou as ações de proteção à população indígena da União, principalmente a demarcação reservas em áreas contínuas, Lula afirmou que, ao contrário de estabelecer uma ameaça à soberania do país, as reservas indígenas nas fronteiras são elemento de defesa da integridade nacional.

- Quem, um dia, ousou dizer que os nossos índios faziam o País correr o risco de perder a sua soberania, porque eles estão em lugares, muitos deles, fronteiriços com o Brasil - questionou o presidente, em solenidade de lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Investimentos

Os recursos previstos no plano, que reúne várias iniciativas já implementadas pelo governo na região amazônica, virão do Orçamento Geral da União e dos fundos constitucionais. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as ações se concentrarão em áreas de grande tensionamento social, como a reserva Raposa/Serra do Sol.

A crise na reserva colocou em posições contrárias o governo federal e o governador de Roraima, José de Anchieta Filho, que não compareceu à solenidade de que participaram todos os demais governadores de Estados da região amazônica. Anchieta questiona a criação de desocupação da reserva, que tenta retirar os arroteiros do local. O caso aguarda

JB Online :: Governo militariza area indígena nas fronteiras

decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que ampliar a presença militar nas áreas de fronteira e dentro de reservas indígenas.

- Nos próximos meses vai haver crescimento exponencial da presença das Forças Armadas na região Amazônica -assegurou

O ministro se reuniu, ontem, com comandantes do Exército e Aeronáutica para discutir a elaboração de um plano nesta direção. Segundo ele, o estudo levará 90 dias para ficar pronto - será apresentado ao presidente Lula antes de entrar em execução

Em relação ao conflito entre não-índios e indígenas dentro da Reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, Jobim afirmou que as terras em disputa são da União.

- É para dizer claramente: terra indígena é terra brasileira, terra indígena é de propriedade da União afetada a usufruto indígena, e compatível com a soberania nacional. Os índios integram a nação brasileira, não há nações ou povos indígenas, existem brasileiros que são indígenas - salientou.

Segundo o ministro da Justiça, Tarso Genro, os detalhes do decreto ainda não foram definidos. Negou que a decisão tenha sido provocada pela pressão das Forças Armadas, especialmente do Exército, após as críticas do comandante militar na Amazônia. (Com Folhapress e ABr)

[09/05/2008] 02 01

■ ■ ■

Viaja Mais Melhor Idade
É o Governo Brasileiro incentivando o turismo. Aproveite agora!

Área de mineração
Empregos na área de mineração. Cadastre currículo no Zap Empregos.

Lula diz que é obrigação do governo manter a paz e a harmonia em Roraima

RENATA GIRALDI

da Folha Online, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira que a "obrigação" do governo federal é "manter a paz e a harmonia" na reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR). Na área, arrozeiros e indígenas disputam as terras e vários conflitos armados foram deflagrados nos últimos dias.

Lula avisou que aguarda o julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) e que qualquer que seja a decisão deve ser cumprida.

"Nós agora temos obrigação de manter a paz e a harmonia lá dentro, a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança vai ficar lá. Nós vamos esperar que a Suprema Corte se manifeste", afirmou o presidente, após solenidade no Palácio do Planalto.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, disse que pretende colocar as ações relativas à Raposa/Serra do Sol em votação até junho. Assim que a Corte decidir sobre o tema, avisou o presidente, a ordem devem ser seguida por todos sem distinção.

"Quando ela [a Suprema Corte] se manifestar, não cabe a nós ficarmos reclamando ou aplaudindo. O resultado da Suprema Corte vale para o governo, para os índios, para os brancos, para o governador, deputados e para todos nós. Estou muito tranquilo", disse o presidente.

Segundo Lula, o governo tomou as providências que deveria em relação à reserva indígena. "O governo brasileiro tomou todas as providências que tinha para tomar em Roraima. Nós fizemos um pacote, mandamos agora uma medida provisória [que define a regularização de terras na região] para resolver as terras de Roraima", disse ele.

Sem reclamar, como fez anteriormente em mais de uma ocasião o ministro Tarso Genro (Justiça), da decisão liminar que suspender a ação da PF na reserva para a retirada dos arrozeiros. O presidente apenas mencionou a ação cautelar.

"Qual é a nossa posição? Na medida que a Polícia Federal ia cumprir a decisão do governo para desalojar os arrozeiros e vem um processo para Suprema Corte", ressaltou.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/tat96a39f9f9f.html>

Links no texto:

Conflito em reserva paralisa aulas em escolas indígenas de Roraima

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido da forma regimental.

Como Líder da Minoria, por cinco minutos, passo a palavra ao nobre Senador Mário Couto; em seguida, enfim, ao nobre Senador José Maranhão, que está, pacientemente, esperando aí há cerca de quatro horas. Mas vou chamá-lo em seguida.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de começar, quero que V. Ex^a me tire uma dúvida regimental. Lógico que – tenho certeza de que V. Ex^a está acostumado – a Minoria tem cinco minutos para falar diariamente; mas, quando as sessões não têm Ordem do Dia, as de segunda e de sexta-feira, parece-me que a Minoria tem o direito de 20 minutos.

Procure ver com os assessores se a minha afirmação é verdadeira ou se ela é falsa. Se for falsa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, é claro que esta Presidência terá com V. Ex^a a tolerância que teve com todos os Senadores. Mas, quando há Ordem do Dia, depois da Ordem do Dia, os Líderes falam por 20 minutos. Não tendo Ordem do Dia, inclusive na segunda e na sexta, os Líderes têm direito somente a cinco minutos. E os oradores inscritos têm direito 20 minutos. Mas é praxe nesta Casa, sendo na segunda e na sexta, ser tolerante com os cinco minutos destinados à Liderança. V. Ex^a pode ter certeza de que terei essa tolerância.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, continuo na dúvida. Continuo na dúvida. Acho que, na segunda-feira e na sexta-feira, nós temos 20 minutos. Mas não há problema, vamos tirar a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas lhe informei o que a assessoria aqui me passou do Regimento, agora. Segundo a assessoria...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não há problema. Não há problema nenhum, principalmente com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho certeza disso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta tarde de sexta-feira, para comentar o que a TV Globo e os jornais de todo o País colocam hoje como manchete principal.

Fui eu, Presidente e meu prezado suplente Demetrius, que me escuta nesta tarde de sexta-feira, fui eu quem fez o requerimento convocando, Senador Maranhão, a Ministra para vir falar sobre dossiê na Comissão de Infra-Estrutura. Fiz, naquela Comissão, amparado no Regimento e na Constituição Federal.

Quando o requerimento passou, foi aprovado na Comissão, houve uma reação de preocupação fulminante da Base do Governo. Queriam até que o Presi-

dente recorresse ao Plenário para que a maioria do Governo, naquela ocasião, pudesse derrubar o meu requerimento. Não queriam de jeito nenhum deixar a Ministra vir, de jeito nenhum.

Não pode. Não deve. A Ministra não vai. Se for, não vai responder sobre dossiê. Essa era a tona da fala do Governo, do seu Líder e de toda a Base do Governo.

De repente, vai a Ministra à Comissão. Perguntada pelo Líder Arthur Virgílio, não respondeu se podia falar sobre o dossiê. Perguntada por mim, disse que não tinha problema, quealaria tranqüilamente sobre o dossiê. Aí, eu disse a mim mesmo: essa Ministra merece os meus elogios. Qual é o problema de vir ao Senado falar sobre dossiê? Qual o problema? Melhor para o Governo. Esclarece a dúvida da sociedade brasileira. Não vejo motivos para não falar. E a Ministra falou, respondeu a minha pergunta. Disse que não era dossiê, que ela ia ratificar novamente que aquele documento não era dossiê, que a Casa Civil, os funcionários da Casa Civil não fizeram nenhum dossiê. E eu achei a Ministra, naquela ocasião, muito segura do que falava, muito segura do que falava.

Hoje, eu amanheci com uma profunda decepção com a Ministra. Profunda decepção. Apareceu – desculpem o trocadilho – o Aparecido para mostrar a realidade dos fatos. Será... Olhe o que eu vou dizer agora desta tribuna! Será que esse José Aparecido não vai se tornar um Roberto Jefferson da vida? Esse rapaz vai ter que falar. Ou ele vai assumir a culpa sozinho? Ou foi ele, da sua cabeça, que pinçou do banco de dados a confecção de um dossiê que a Ministra e o Governo teimam em dizer que é banco de dados?

Isso é muito natural. Depois de um vazamento que atinge o Governo, que atinge a candidata do Presidente da República à Presidência da República, o que eles podem pensar? Vamos ter que sair pela tangente. Vamos dizer que isso aí é um banco de dados. Vamos negar até a morte que isso não é um dossiê. Nós não podemos cair no conto do dossiê. Tanto que a Ministra afirmou que o Governo não ia apanhar sozinho. Palavras da própria Ministra.

Mas o José Aparecido já confessou: foi dossiê. A Ministra faltou aqui, nesta Casa, na Comissão de Infra-Estrutura, com a verdade. A Ministra não falou a verdade.

Ministra, mentir ao ser torturada é perdoável; mentir numa democracia é imperdoável a uma Ministra. O dossiê foi feito propositalmente para intimidar a minoria, uma minoria tão massacrada pelo Governo nesta Casa. A Ministra, que se diz democrata, que se disse torturada pela ditadura militar, a favor e na defesa da democracia brasileira, o Presidente Lula, que defendeu

tanto a democracia brasileira! Quantas vidas, quanto suor, quantas lutas em favor desta democracia?! A democracia que todos nós queremos!

Quando se prepara um dossiê para intimidar; quando se prepara um dossiê para fechar de uma vez por todas aquilo que é a maior defesa da maioria, que é a CPI, quando se faz isso para arquivar uma CPI que apurava os cartões corporativos, os gastos do Governo Lula, é a volta da ditadura.

Quantas vezes foram apresentados requerimentos nesta CPI, pedindo que a Ministra viesse até esta Casa?! Sabem quantas vezes foi aprovado requerimento? Nenhuma! Sabem por quê? Porque o Governo tem maioria nesta Casa, porque esta maioria é submissa ao Governo, porque esta maioria – a maioria dela – visa aos seus interesses próprios, não olha para o seu País, não olha para aqueles que precisam da voz de cada um aqui, nesta Casa, em defesa da sociedade, do bem estar da sociedade. Visam estar bem politicamente, trocam cargos, devem favores e, devendo favores, têm que se ajoelhar aos pés do rei, fazem o que ele quer, cumprem com as suas determinações e abalam a democracia.

Vi com meus próprios olhos, participei de uma CPI do apagão aéreo. Fiz questão de participar. Foram muitas vidas perdidas, Senador, muitas vidas! E saí de lá com uma profunda decepção. Foi preparado um relatório que provava a culpa de um diretor que meteu a mão nos cofres públicos, deixou a condição aérea deste País estraçalhada, ao ponto de desentendimento geral, ao ponto de colidirem aviões e de matar, matar e matarem. Este rapaz foi acusado, comprovadamente, de que devia aos cofres públicos um mar de corrupções; e esse rapaz foi inocentado. Rasgaram o relatório do Senador Demóstenes Torres, um dos mais preciosos relatórios que vi em minha vida, e jogaram no lixo.

Se querem a volta da Ministra nesta Casa, tem que passar pela CCJ. Se for por meio da CPI, não passa. É onde o Governo tem a maioria.

Criou-se aqui, nesta Casa, um pelotão chamado pelotão de choque do Presidente da República, como se fosse uma tropa de elite, para defender o Presidente e trocar favores.

Quero ver agora se a Ministra continua chamando isso de dossiê. E o Ministro da Justiça, que devia dar o exemplo a este País, disse que não tem problema nenhum. Não é crime. Não tem problema nenhum quando se faz um dossiê para intimidar uma CPI. E será que essa divulgação não foi proposital, logo para intimidar? Eu tenho as minhas dúvidas. O momento político que vivemos está muito parecido com a novela da Globo, Sr. Presidente.

Essa novela que está em cartaz, chamada “Duas Caras”. Olhe o título da novela: “Duas Caras”. Lá existe um senhor chamado Juvenal Antena, que é candidato a vereador de uma favela no Rio de Janeiro, e ele usa cristalinamente o poder da intimidação para fazer o que quer. O Governo, eu acho, se inspirou nessa novela Duas Caras e usa o mesmo método de intimidação para fazer o que quer.

Sr. Presidente, faço hoje o meu primeiro pronunciamento como Líder da Minoria neste Senado. Acabei de dar uma entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Eu dizia à repórter que vou ser duro como sempre nesta tribuna em favor da democracia brasileira. Eu não tenho dúvida nenhuma, Presidente, de que serei lutador para que esta Casa seja independente, para que esta Casa saia das ordens da Presidência da República; para que esta Casa possa viver seus dias de democracia, podendo legislar; para que não seja tirado desta Casa o direito de legislar, como tiram. E, quando se tira, Presidente, o direito de uma casa legislativa de legislar, está-se implantando uma ditadura política.

Terão que passar pelo meu cadáver, Presidente. Terão que passar pelo meu cadáver, se continuarem tentando implantar uma ditadura neste País.

Há um Deputado do Partido dos Trabalhadores que fala em terceiro mandato, sistematicamente. Não sabe esse cidadão o mal que ele está fazendo à Nação brasileira. Não sabe ele. E eu tenho certeza absoluta: só o faz porque é instruído por alguém; não teria a coragem de fazê-lo sozinho e não sabe o mal que está cometendo à Nação brasileira. Com o intuito de servir ao rei, com o intuito de agradar ao rei, ele fala em terceiro mandato.

Sr. Presidente, desço desta tribuna na certeza de que estarei sempre ao lado do povo brasileiro, daqueles que são massacrados, daqueles que têm consciência de que esta Nação precisa de muita coisa. Não sou daqueles que torcem para não dar certo. Torço para dar certo.

Mas eu queria ver neste País, Presidente, em vez de dossiê, eu queria ver neste País a saúde funcionando. Eu queria ver a violência diminuindo. Eu queria ver as estradas brasileiras. Ainda há pouco, subiu um Senador para externar os seus pêsames pela morte de um vereador da sua cidade, do seu Estado, por causa de uma rodovia cheia de buracos; a morte do vereador e do seu filho.

Eu queria ver os portos, aeroportos, ferrovias, educação neste País! Era isso que eu queria ver; não era dossiê! Não era a tentativa de se implantar uma ditadura neste País.

O que eu vejo é uma dúvida muito grande, é um ponto de interrogação dos trabalhadores brasileiros jovens, que estão recebendo migalhas para sobreviver.

Ai de quem tem coragem de falar mal do Bolsa-Família! Ninguém tem coragem de falar mal do Bolsa-Família. Ninguém é contra o Bolsa-Família. Mas o que a sociedade brasileira quer mesmo, de verdade, é trabalhar, é saúde, é segurança, é ferrovia, é rodovia, é infra-estrutura. É isso que a sociedade brasileira quer. Ela não quer dossiê, ela não quer intimidação, ela não quer ditadura, ela não quer imposição.

Eu desço desta tribuna, Presidente, agradecendo a V. Ex^a por ter me dado um tempo a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer a V. Ex^a que foi mais do que justo, até porque V. Ex^a me alertou que é o seu primeiro pronunciamento como Líder da Minoria. É praxe na Casa conceder um tempo a mais. E eu fui tolerante com todos. Por isso, eu lhe dei mais três minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Digo a V. Ex^a que o Governo usa de todas as artimanhas para desmoralizar a Minoria. Olhem, por exemplo, o que disse a um repórter a Ministra Dilma Rousseff.

Dilma repetiu – olhem como ela tenta dizer que não é dossiê, que não tem nada, que está tudo calmo – que a polêmica sobre os gastos com cartões corporativos...

Eu fui o primeiro Senador, desde o ano passado, a denunciar os cartões corporativos. Até perguntei se, no Palácio onde mora o Presidente da República, havia muito daquele bichinho chamado centopéia, e me perguntam o porquê. Porque eu li numa nota fiscal do Palácio, onde mora o Presidente da República, uma aquisição de 300 meias e 100 sapatos para mulheres. E eu perguntei se lá havia alguma centopéia para calçar tanto. Gastos supérfluos! Milhões e milhões e milhões de brasileiros.

Outro dia, recebi um *e-mail*, entre milhares que recebo, dizendo assim: “Se você tem pretensões políticas, deveria falar menos do Presidente da República”. Eu respondi: “Caro companheiro, eu não falo do Presidente da República. Eu defendo a minha Nação. O dinheiro gasto com cartões corporativos é seu, é do povo brasileiro”.

O Brasil, dos países emergentes, dos países em desenvolvimento, os seus filhos e filhas são os que mais pagam impostos no mundo. Vou citar só um exemplo de como é tirado dinheiro do bolso do brasileiro.

A classe média está achatada. A classe média paga tudo neste País, tudo! Do PIB, 38% são arrecadados com impostos. São 38% com imposto! Sabem quanto paga o Chile, o povo chileno? O povo brasi-

leiro, dos 100% do PIB, paga 38% em arrecadação de imposto. Sabem quanto se paga no Chile, quanto paga o chileno? Só 5%. Esse dinheiro é nosso, aquele dinheiro que é gasto no cartão corporativo.

Denunciei muitas vezes – felizmente, veio à tona, e montou-se a CPI – que o Governo esconde, que o Governo faz qualquer negócio, que o Governo monta dossiê, que o Governo intimida a Oposição, que o Governo não deixa a Oposição, de maneira alguma, chegar aos gastos da Presidência da República.

Digam-me. Diga-me, Presidente. É bom que o povo brasileiro reflita, e que nós, Parlamentares, possamos ir para as nossas casas refletindo. Se não deixam o Legislativo fiscalizar o Executivo, o que nós estamos fazendo aqui? Qual é o nosso papel? O instrumento legal de fiscalização é a CPI. Esse é o instrumento legal. Mas não deixam se apurar absolutamente nada. Nada! Ainda mais gastos pessoais.

Nem quero falar em corrupção. Só quero perguntar ao povo brasileiro, sinceramente. Nada contra o Lula. Nada. Pessoa simpática, pessoa que é popular. Nada contra ele. Agora, me responda, povo brasileiro, aqueles que acham que estou falando demais, me digam: quantos ministros já foram acusados – e comprovados – de corrupção no Governo Lula? Quantos? Quantos saíram? Quantos secretários saíram? Quantos? O que aconteceu com eles? Foram punidos?

José Dirceu volta à cena! Pensei que José Dirceu estava arquivado por um tempo. Volta à cena! Quem divulgou o dossiê era secretário do José Dirceu. Volta à cena o José Dirceu. O que aconteceu? Nada, absolutamente nada.

E temos que zelar aqui, meu caro suplente Demétrius, por esta democracia, que tem que voltar a ser. Vou brigar muito por isso, Senadores. Muito! Quero poder fiscalizar o Governo aqui, por meio de CPIs. A Minoria vai ter que ter esse poder de fiscalizar. A Constituição permite e manda. Não podemos rasgar a Constituição nesta Casa! Não podemos!

Por isso, Sr. Presidente, neste meu primeiro pronunciamento, saibam V. Ex^a, os Senadores e o povo brasileiro: lutarei, custe a minha própria vida, pela democracia, pela liberdade, pelo direito e por aqueles que mais precisam, como os aposentados brasileiros, que estão aí desprezados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, antes de chamar o Senador Geovani Borges, informa à Casa que o Senador Garibaldi Alves Filho designa a Senadora Lúcia Vânia como Relatora-Revisora da **Medida Provisória nº 411, de 2007** (Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda, permita-me, Senador Geovani, informar que recebi da TV Senado um documento, que comunico à Nação. A TV Senado, numa homenagem aos 120 anos da abolição não concluída, programou um documentário cujo título é “A Chama da Liberdade”, que vai ao ar, neste sábado, às 16h30min e às 21h30min; e, no domingo, às 11h30min e às 22h.

Também a Rádio Senado apresentará, no próximo fim de semana, um especial dos 120 anos da abolição não concluída. O *Jornal do Senado* terá um encarte especial com oito páginas, na segunda-feira, dia 12, sobre a Abolição da Escravatura. Será uma reconstituição histórica dos fatos da época, 13 de maio de 1888.

Cumprimento aqui todo o Sistema de Comunicação do Senado e toda a equipe do *Jornal do Senado*. Lembro ainda que, a partir das 22 horas de hoje, o encarte já estará disponível na Internet.

De imediato, convido o nobre Senador Geovani Borges para fazer uso da palavra, por 20 minutos, com a devida tolerância que tive com todos os outros Senadores e Senadoras.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, única colônia remanescente na América do Sul, a Guiana Francesa também é o único pedaço da Comunidade Européia fora da Europa.

Por muito tempo, o desgarrado território europeu não passou de uma insalubre colônia penal, tornada célebre pelo ex-presidiário que se fez escritor, Henry Charrière, que transformou o relato de sua ousada fuga da temida Ilha do Diabo, uma ilha presídio rodeado por águas infestadas por tubarões, no *best-seller* Papillon.

Na década de 60, a proximidade com a linha do Equador fez a colônia ser escolhida para sediar uma base francesa de lançamento de foguetes, na cidade de Kourou, dando ao território relevância estratégica e atraindo uma leva de peões brasileiros para sua construção.

Depois vieram os garimpos. E a prostituição. E o fato é que até hoje um grande número de brasileiros, sobretudo da minha região, tentam ilegalmente a sorte e os salários em euro da colônia.

É fácil entender, Sr. Presidente, esse movimento migratório: a Guiana Francesa é território francês. Caiena, a capital, fica a menos de 200 quilômetros do Oiapoque, no Amapá. Por isso, milhares de brasileiros vivem em Caiena. Estima-se que cinqüenta mil brasileiros estejam por lá. Gente que atravessou a fronteira em busca de oportunidades. Quase todos os dias, bra-

sileiros que estão ilegalmente na Guiana Francesa são detidos pela polícia e mandados de volta ao Brasil.

Recentemente, o famoso jornal francês *Le Monde*, um dos mais importantes da Europa, denunciou que os brasileiros são “caçados” pela imigração francesa: “Chegam em levadas, em busca de ouro ou bicos, para alimentar as famílias no Brasil. São expulsos, mas voltam, ameaçados por doenças e morte, por bala perdida ou golpe de facão”.

O *Libération*, outro jornal da França, publicou que as empresas que empregam trabalhadores ilegais serão obrigadas a bancar a expulsão dos brasileiros: “Os brasileiros são empurrados pela falta de perspectivas no Brasil e pela possibilidade de receber em euro. Como sua entrada não é oficial, ficam sujeitos a condições desumanas”.

Pois bem. O único meio de sair do Brasil para a Guiana e Suriname é pegar uma catraia, uma canoa movida a motor, que sai de madrugada do porto do Oiapoque e viaja a noite toda. De dia, a embarcação pára, e os clandestinos se escondem nas montanhas da região. Prosseguem à noite e chegam na manhã seguinte ao canal de Maowe, em Caiena. Muitos trabalham por 90 dias sem nada receber. Mas, se reclamam, são denunciados como ilegais. A moeda forte e a ilusão de bons salários atraem brasileiros incautos na busca de melhoria de vida. Todavia, a prostituição e o tráfico de mulheres têm sido uma rotina.

A situação tensa na região fronteiriça ao Brasil é delicada para a diplomacia brasileira. As autoridades de cada país são soberanas. Imigrantes brasileiros nas Guianas submetem-se à legislação local. Mas chega um momento, como este que narrarei a V. Ex^{as}, em que se faz imperiosa uma tomada de posição governamental.

Há 21 dias, precisamente no dia 17 de abril, uma brasileira, imigrante ilegal na Guiana Francesa, foi vitimada pela polícia francesa (a Gendarmerie), enquanto navegava no rio Oiapoque em uma catraia. Isso aconteceu em Maná, próximo ao garimpo Reginá, cerca de 400 km de Saint George, na Guiana Francesa.

A brasileira estava com outros cerca de 30 brasileiros imigrantes ilegais, por volta das 19h, horário local, no último dia 17 de abril, quando foram abordados pela polícia francesa, fortemente armada de pistolas e escopetas. Com medo, os brasileiros começaram a pular da catraia, buscando fugir para uma das margens do rio. A brasileira, certamente devido à falta de iluminação, nadou em direção à Guiana e foi atingida pelas hélices do barco dos policiais franceses.

O que há de mais cruel, Sr. Presidente, é que os demais brasileiros foram impedidos pelos policiais franceses de ajudar a brasileira ferida, que morreu e cujo

corpo foi encontrado quatro dias depois, em avançado estado de decomposição.

Pior ainda: a polícia francesa içou o corpo do mangue com uma espécie de arpão, amarrou-o com cordas a um barco e o arrastou boiando até a margem francesa do rio. De lá, conduziu-o para Caiena, onde o corpo – pasme, Sr. Presidente – ainda se encontra, em uma geladeira, aguardando liberação do governo francês.

Dado os requintes de crueldade e a recorrência desses crimes, fomos ontem à audiência no Ministério das Relações Exteriores – eu, o Governador do Amapá, Waldez Góez, do meu Estado; o Deputado Estadual Paulo José (Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado), a quem rendo as minhas homenagens pela sua dedicação, que passou praticamente 48 horas sem dormir e foi *in loco* verificar o que ocorreu, pegou o avião e veio imediatamente para Brasília para participar dessa audiência; o Deputado Jurandil Juarez, Coordenador da nossa Bancada federal; as Deputadas Fátima Pelaes e Dalva Figueiredo e o Deputado Davi Alcolumbre.

Lá, relatamos o fato e apresentamos fotografias terríveis do resgate do corpo da brasileira, quando a polícia francesa parecia carregar um troféu, sorrindo e mostrando com os dedos em “V”, de vitória.

Eu tenho uma foto aqui que eu gostaria que a câmera, se possível, desse um *close*, Sr. Presidente, para que o nosso País e o mundo inteiro tomem conhecimento do “V” da vitória. E vou mostrar rapidamente aqui as fotografias do corpo sendo arrastado, boiando por esse rio fronteiro. Mais um *close*, para que o Brasil tome conhecimento. Outra foto, rapidamente; mais outra foto aqui, Sr. Presidente, que vai fazer parte deste nosso pronunciamento, em anexo.

A nossa brasileira – queria que se desse um *close* especial; infelizmente, eu tenho que mostrar isso ao Brasil inteiro e ao mundo – arpoada, como se fosse um animal. Esta aqui tem mais detalhes. Quero pedir desculpas ao Presidente, porque eu queria mostrar em *slides*, mas regimentalmente eu teria que solicitar com certa antecedência, e não foi possível. Eu não posso protelar essa denúncia para o Brasil inteiro.

As imagens, de tão chocantes, levaram a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Diretora do Departamento da Europa, Ministério de Relações Exteriores, a uma emoção muito forte. Sensibilizada, a Embaixadora assegurou que vai convocar uma reunião para o próximo dia 26 de maio, este mês, com a participação do Itamaraty, Assembléia Legislativa do Amapá, Bancada Federal do Amapá e representantes da Embaixada da França, que servirá de preparação para uma reunião que está marcada para ocorrer em

Caiena, Guiana Francesa, em 12 de junho, no próximo mês.

Uma das propostas, inclusive apresentada na reunião pelo Deputado Paulo José à Embaixadora, é a criação de um escritório regional do Itamaraty no Oiapoque. Mas tenho absoluta certeza de que a hábil e competente diplomacia brasileira haverá de negociar uma saída pacífica e nada traumática, a fim de conciliar os interesses dos dois países e impedir a caça de pobres ribeirinhos, cujo único pecado é desejar uma vida melhor.

Reconhecemos a soberania dos povos, mas entendemos que é necessário buscar uma alternativa negociada para quando a geografia deságua na história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geovani Borges, convido V. Ex^a a assumir a Presidência, para que eu possa fazer também meu pronunciamento. Então, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geovani Borges, que preside a sessão, vou tentar ficar exatamente no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de 20 minutos, além do tempo necessário para complementar o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Senador Geovani Borges, por uma questão de justiça, deixando bem claro que eu não levo os debates desta Casa, de interesse dos Estados, pelo viés político-partidário, quero fazer um esclarecimento.

Dirijo-me ao nosso querido Estado do Piauí para dizer que se conseguimos, nesta semana, aprovar a incorporação do Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil, via Projeto de Resolução nº 58, foi um trabalho articulado pelo Governador do Estado, pelo Secretário da Fazenda, Antonio Neto, mas também pelos três Senadores do Estado do Piauí. Refiro-me aos Senadores João Vicente, Mão Santa e Heráclito Fortes, com quem travei uma longa conversa sobre essa situação. Foi graças a essa articulação, que favoreceu um Governo que é do Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo o Senador Heráclito Fortes do DEM, o Senador Mão Santa, do PMDB, e o Senador João Vicente, do

PTB. Faço este esclarecimento porque foi noticiado no jornal *Meio Norte* que o trabalho foi específico de uma pessoa. Então, para que fique transparente, à luz da verdade, eu, que participei de toda a articulação, faço esse esclarecimento, porque se não fosse a Bancada do Piauí – neste caso liderada pelo Senador Heráclito Fortes –, não teria acontecido essa movimentação muito importante para aquele Estado, o Piauí. Repito: o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, o Senador João Vicente, o Sr. Antonio Neto e o Governador, conseqüentemente.

Feito este esclarecimento, e colocando os fatos à luz da verdade, Sr. Presidente, eu não poderia também, nesta manhã – comuniquei a todos que eu seria o último a usar da palavra, porque estava presidindo –, deixar aqui as minhas considerações e o meu depoimento em relação aos dois Ministros gaúchos, que foram tão questionados no plenário no dia de hoje.

Em primeiro lugar, farei algumas considerações em relação ao Ministro Tarso Genro e a questão Rapposa Serra do Sol.

Sr. Presidente, tenho no Ministro Tarso Genro um grande quadro, não somente do Rio Grande, mas também do Brasil. Tivemos a alegria de disputar as eleições há cinco anos; o Ministro Tarso Genro era, então, candidato a Governador, e eu a Senador. Elegi-me para o Senado, e, durante a campanha, fizemos uma grande parceria. Viajei muito pelo Estado do Rio Grande do Sul na companhia do hoje Ministro Tarso Genro. Sei da sua capacidade, sei da sua competência e sei da sua honestidade. Então, ninguém tenha dúvida de que a minha posição, neste Plenário, nem sempre é concordância com o Governo. Mas tenho vindo à tribuna para elogiar o Governo em tudo aquilo que eu entendo correto, certo, adequado e bom para o meu País, como na questão dos aposentados, em que fiz o bom debate, e apresentei inclusive dois projetos, aqui aprovados e encaminhados para a Câmara dos Deputados. Por isso, sinto-me com toda a autoridade em dar este depoimento aqui, deixando clara a minha posição, pelo brilhante trabalho feito pelo Ministro Tarso Genro junto ao Ministério da Justiça.

A Ministra Dilma, que também conheço há mais de 35 anos – militei com a Ministra Dilma e com o Ministro Tarso Genro. Lembro-me disso como se fosse hoje – não tem como eu não dar este depoimento, Presidente Geovani –: eu era metalúrgico em uma empresa chamada Forja Sul. Na época, foi ela e seu esposo, Carlos Araújo, que me procuraram, junto com outro militante, este do PT, e ele do PDT, para me convidar para me candidatar à Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Claro que dali para frente se estabeleceu com a Ministra Dilma uma relação de respeito,

de carinho, porque fui conhecendo a sua história; uma história bonita, de uma mulher lutadora que, com certeza, às vésperas do Dia das Mães, eu tenho o dever de homenagear na tribuna deste Senado.

Quero dizer também que, quando me perguntaram se a Ministra se sairia bem na Comissão de Infra-Estrutura, onde daria o depoimento, eu disse: Tenho a absoluta certeza de que a Ministra vai responder na área correspondente ao PAC; e quando for também perguntada sobre o caso dos cartões, responderá com a mesma capacidade e com a mesma competência.

E disse mais: A Ministra entrará como uma grande mulher, e sairá como um gigante, pelo seu potencial de gestora, administradora e também político.

Ninguém tenha dúvida de que a Ministra Dilma é, sim, competente, em todas as áreas, inclusive na área política. Não errei no prognóstico. Falei isto na segunda-feira, e ela foi responder na quarta-feira. Só não interferi lá, na Comissão, porque, tanto o Líder Romero Jucá como a Líder Roseana Sarney disseram-me que não havia necessidade, porque a Ministra estava indo muito, muito bem, e que ela estava cansada, depois de nove horas de debate. Mas, se ela for convocada num outro momento a vir a esta Casa, podem ter a certeza de que estarei lá, sentado, na primeira fila, fazendo o bom debate.

Tenho plena confiança na Ministra. Se alguém me perguntar, como já perguntaram para alguns, se eu botaria a mão no fogo pela Ministra Dilma, quero dizer, aqui, que, com certeza absoluta, eu botaria. Conheço a história, a vida dessa mulher. É uma mulher que, com certeza, representa o que há de melhor do povo brasileiro. E eu diria mais: podemos ter, neste País, milhões de pessoas honestas, sérias, competentes, mas podem ter a certeza de que a Ministra Dilma estará sempre entre aquelas que merecem esses elogios. Então, que não fique qualquer dúvida em relação a minha posição, ao carinho e ao respeito que tenho pela Ministra Dilma, e, por extensão, também ao Ministro Tarso Genro. Claro que com a Ministra Dilma eu tive uma maior convivência, porque são mais de 35 anos que acompanho a vida dessa guerreira, dessa lutadora, dessa mulher que está sendo tão questionada neste momento. Talvez um pouco demais, com todo o respeito – e a Oposição sabe que eu respeito muito a Oposição, e ela tem que fazer o seu papel político num País como o nosso, um País machista, um País que discrimina, sem sombra de dúvida, os fatos e a verdade, principalmente mulher, negro e índio –, porque ela é questionada 24 horas por dia, porque o Presidente Lula teve a ousadia de já anunciar que uma mulher é candidata à Presidência da República.

Então, fica aqui, Ministra Dilma, um beijo carinhoso em sua mão, no seu rosto, como uma homenagem a todas as mães e a todas as mulheres do nosso País.

Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Eu gostaria de fazer minhas as suas palavras também ao prestar uma homenagem à Ministra Dilma, extensiva a todas as mães do nosso querido Brasil. Acho que é uma homenagem justa, com à qual me solidarizo, na qualidade de Presidente desta sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente Geovani.

Este meu depoimento não foi pela primeira resposta que ela deu. Uma mulher que ficou três anos na cadeia, torturada, mutilada e que permaneceu fiel às suas causas, às suas origens, à sua história, ao nosso povo e à liberdade. Pode haver formas diferentes de luta, mas essa é a forma mais sofredora. Ter batido de frente com a ditadura e ter mostrado toda a sua resistência, a sua persistência pela causa não é para qualquer cidadão. É preciso ter muita fibra.

Respeito aqueles que atuaram de forma diferente. Eu, mesmo, Sr. Presidente, não fui torturado, nunca fui preso. No máximo, fui interrogado, mas ninguém me tocou a mão. Então, não posso dizer. Mas calculem os senhores o que é uma mulher, durante três anos, sob tortura, ficar fiel às causas que ela sempre defendeu de interesse da liberdade e da justiça de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, depois desse rápido depoimento, que eu não poderia deixar de fazer, quero falar um pouquinho do meu Estado. Em primeiro lugar, quero cumprimentar os dois Senadores do Rio Grande: Senador Zambiasi e Senador Simon pela reunião que tiveram, nesta semana, no gabinete do Ministro de Integração Nacional, junto também com a Senadora Ideli Salvatti, em que solicitaram ao Ministro Geddel, que, efetivamente, houvesse investimentos no Rio Grande e em Santa Catarina devido ao ciclone que lá passou, levando de roldão milhares de casas nesses dois Estados. Na oportunidade, o Ministro Geddel levantou a possibilidade de avançarmos numa cifra em torno de R\$100 milhões para atender aos dois Estados atingidos de forma tão forte por esse ciclone.

Só no Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, entre as dezenas de Municípios que sofreram com a tempestade estão a cidade de Riozinho, Mampituba, Tramandaí, Rolante, Caraá, Taquara, Três Forquilhas, Itati, Maquiné, Alvorada, Santo Antonio da Patrulha, Três Cachoeiras, D. Pedro de Alcântara, Osório e praticamente toda a grande Porto Alegre.

Eu espero, Sr. Presidente, que efetivamente consigamos fazer com que as populações gaúcha e cata-

rinense recebam esse aporte de recursos do Governo Federal, como também entendo que os outros Estados, onde porventura venha a acontecer qualquer tipo de catástrofe como essa, devam também ser atendidos pelo Governo Federal e naturalmente pelo Governo do seu Estado.

A segunda questão, Sr. Presidente, veja que hoje vim à tribuna só para elogiar – elogiei a postura do Ministro Tarso Genro, elogiei a postura da Ministra Dilma –, e neste momento quero elogiar a postura de dois Deputados do Rio Grande do Sul, o Deputado Pepe Vargas e o Deputado Henrique Fontana.

Eu sou da região de Caxias do Sul, que é a terra do vinho, e o setor vinícola brasileiro, não só lá de Caxias do Sul, do meu Rio Grande, e de toda a região da Serra, todo o setor vinícola brasileiro tem enfrentado a concorrência de vinhos importados, com pouca forma de resistir a isso que chamo uma concorrência desleal.

É preciso que seja estudada uma maior proteção para o setor. Estou me referindo aqui a toda a produção de vinho nacional, principalmente se verificarmos que, em 2002, os vinhos brasileiros detinham 51,5% do mercado interno; hoje, detêm somente 25,7%. Os vinhos brasileiros perderam a metade da concorrência no mercado interno. Por isso, cumprimento os Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana, que foram juntos ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, pedir providências. Foi uma reunião importante com a presença de produtores de vinho, onde ficou acertado que será encaminhada uma agenda do setor para que o Governo possa avaliar as medidas propostas. Os produtores estão preocupados também com o fato de que já estamos com um excedente de 35 a 40 milhões de litros de vinho. Precisamos, de fato, de medidas mais protetoras, que garantam o resultado positivo da produção nacional do nosso vinho.

Como estou resumindo, peço a V. Ex^a que considere esse pronunciamento na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Geovani, que preside a sessão.

Quero também, Senador Geovani, dizer que hoje o Codene, no Rio Grande do Sul – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – completa 20 anos.

A comunidade negra organizada do meu Estado fará, amanhã, uma grande festa de aniversário, no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.

Aproveitamos também para registrar que a homenagem ao Codene não será somente a mim. Eu serei homenageado e vou receber um troféu por ser o autor do Estatuto da Igualdade Racial, mas o Senador Simon, que é de outro partido. E quero deixar bem clara essa posição, e procuro não dar a meus pronunciamentos só meio cunho na disputa político-partidária, como V. Ex^a fez muito bem da tribuna, defendendo os interesses do seu Estado e mostrando verdadeiro crime cometido contra uma brasileira e V. Ex^a foi lá e mostrou aqui as fotos com muita propriedade. Mas, como havia dito, também será homenageado o Senador Pedro Simon, porque há vinte anos foi S. Ex^a quem criou o Codene, no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, esses conselhos são muitos importantes porque permitem que, efetivamente, haja um processo de diálogo muito grande entre a sociedade organizada e o próprio Governo com as outras entidades do nosso Estado.

O primeiro Presidente desse conselho foi o companheiro Gustavo Paiva, já falecido. Por isso, falo aqui em nome do Codene fazendo uma homenagem a ele. Ainda naquela época, a comunidade negra sonhava com políticas públicas que incluíssem descendentes dos negros escravizados. No Rio Grande, temos uma bela história, que é a história dos Lanceiros Negros. Foram guerreiros de uma cavalaria chamada Cavalaria do Fronte, uma cavalaria que estava sempre à frente da batalha e lhes foi prometida a liberdade, com o fim da guerra, pelo poder imperial.

Terminou a guerra, era antes da abolição da escravatura, e foram massacrados depois de estarem desarmados. O Codene representa essa luta de um povo que busca a integração do nosso Estado e, às vezes, dizem, Sr. Presidente, que o Sul é a região mais preconceituosa. Quero dizer que não é bem assim, até porque nós elegemos o primeiro Deputado Federal negro, Carlos Santos; elegemos o primeiro Governador negro, Alceu Collares. Alceu Collares foi um longo período Deputado; depois foi Governador, depois voltou a ser Deputado. E o Rio Grande do Sul também elegeu, queiramos ou não, o único Senador negro que temos aqui no Senado, que é esse que vos fala neste momento.

Por isso quero, nesta oportunidade, deixar um forte abraço ao Codene e a todos aqueles que lutam pela liberdade, pela justiça, pelos negros, brancos e índios, em todos os segmentos.

Sempre digo que a luta contra o preconceito é uma luta de todos os homens de bem, não importa se é negro, se é branco, se é índio ou – como gostam alguns, em algumas regiões, do termo – mestiço. Quero dizer que independente da cor da pele, independente

da origem, da procedência, todos os homens de bem têm que ser contra qualquer tipo de preconceito.

Por fim, Senador Geovani, fiz aqui um pronunciamento longo que fala sobre a juventude do nosso País. Claro que não vou poder fazer os comentários que eu gostaria, por exemplo, da importância da Conferência da Juventude, recentemente realizada aqui em Brasília, que reuniu líderes dos jovens de todo País.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, mas deixarei para outro dia esse pronunciamento, porque acho devo pronunciá-lo na íntegra, fazendo uma homenagem a toda a juventude brasileira.

Por isso, termino dizendo que deixo junto à Mesa – e peço que V. Ex^a a considere lido na íntegra nos Anais – uma homenagem que faço hoje ao Dia das Mães, que será neste fim de semana.

Se V. Ex^a me der mais dois minutos, eu terminaria com essa pequena homenagem às mães do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Como vai homenagear as mães brasileiras, vou dar a V. Ex^a três minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani.

Diz o poema:

Que coisa incrível deve ser essa troca de confidências e carinhos que acontece enquanto pequenas sementes germinam no aconchego do ventre que as embala, tornando-as companheiras e cúmplices por 9 meses.

Desde o primeiro instante a voz dela deve soar como música aos ouvidos daquela pequena criaturinha, seu carinho e seu amor devem ser uma benção para seu coraçãozinho em formação ainda e ao ouvi-la pronunciar seu nome todo o resto deve passar a fazer sentido.

Ela o carrega, ela traz o para o nosso convívio e ela segue acompanhando seus primeiros sons, seus passos, suas traquinagens, seu primeiro dia na escola, seu caderno com os deveres da escola, um maravilhoso e incomparável desenho feito para o Dia das Mães!

Depois ela segue vendo-o sair para se divertir com os amigos, com as amigas, preocupa-se a que horas irá voltar e a mãe não dorme enquanto não tem certeza que ele vai chegar seguro em casa.

Mais tarde, acompanha sua formatura, seu casamento e volta a ser mãe quando seus netos insistem em chamá-la de vovó! Mas ela é, em todos os aspectos, a criatura mais indecifrável que Deus criou. Ela é o próprio amor em forma de MÃE.

Então, eu faço essa pequena leitura de um poema que é uma homenagem a todas as mães.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Geovani.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a audiência ocorrida ontem a tarde no Gabinete do Ministro da Integração Nacional, com Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o objetivo de tratar da situação de emergência dos municípios atingidos pelo ciclone extratropical.

Lamentavelmente não pude estar presente, mas quero agradecer à Senadora Ideli Salvati e aos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi por defenderem, também em meu nome, a liberação de recursos para a recuperação dessas municipalidades.

Faço um agradecimento também ao Ministro Geddel Vieira Lima por demonstrar preocupação com a situação e apontar caminhos viáveis para uma breve solução do problema.

Na oportunidade acenou com a viabilidade de uma liberação no montante de R\$100 milhões, alterando uma medida provisória que já está no Congresso Nacional, para atender os dois estados da Região Sul.

Só Estado do Rio Grande do Sul vários municípios já decretaram estado de emergência: Riozinho; Mampituba; Tramandaí; Rolante; Caraá; Taquara; Três Forquilhas; Itati; Maquiné; Alvorada; Santo Antônio da Patrulha; Três Cachoeiras; Dom Pedro de Alcântara e Osório.

Esperamos, nas próximas semanas, contar também com o apoio da Casa Civil e da Presidência da República na solução dessa grave situação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui os 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS).

Amanhã a comunidade negra organizada do meu Estado estará em festa e celebrará a data de aniversário do Conselho no auditório Dante Barone, na Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.

Aproveitamos também para registrar a homenagem que receberemos por nossa luta em prol das causas raciais, pela autoria do Estatuto da Igualdade Racial.

Infelizmente não poderemos estar lá, mas nosso coração e força pelas lutas que abraçamos andam sempre lado a lado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o movimento negro, na década de 70, teve um grande avanço em nosso País.

Surgiram várias organizações negras, clamando por justiça social e contra o preconceito e racismo da sociedade brasileira.

No final dessa década, o povo brasileiro sonhava com a volta da democracia.

Os movimentos sociais emergiam rapidamente e o movimento negro também crescia de Norte a Sul do País exigindo justiça de uma sociedade excludente, especialmente no que diz respeito à população negra.

No início da década de 80, os negros, mais fortalecidos por suas organizações, começam a pensar em se organizar de forma a exigir verdadeiramente políticas públicas para o povo negro, em nível estadual.

Surgem, então, os primeiros Conselhos de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra nos Estados.

No Rio Grande do Sul, o Decreto que criou o Codene foi o de número 32.813/88. Isso no Governo de nosso Senador Pedro Simon, também um homenageado.

Posteriormente esse Decreto foi transformado na Lei 11.901/03.

O Conselho está vinculado à Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado e tem como principal objetivo desenvolver estudos relativos à condição da Comunidade Negra e à sua emancipação plena na sociedade sócio-econômica, política e cultural.

O povo negro gaúcho, há anos vinha lutando para ter presença em espaço institucional para exigir seus direitos da cidadania a pleno título.

O CODENE, desde sua criação, foi estruturado com a presença de conselheiros da sociedade civil e conselheiros governamentais das secretarias estaduais.

Desde o início a luta não foi fácil, pois a sociedade em geral afirmava que o preconceito e o racismo contra os negros não existia, pois nosso país foi alicerçado com base na democracia racial.

O primeiro presidente desse Conselho foi o companheiro Gustavo Paiva, já falecido.

Já naquela época a comunidade negra sonhava com políticas públicas que incluíssem os descendentes de negros escravizados.

O CODENE foi o produto da inspiração de um grupo de idealistas do movimento negro que buscavam uma nova frente de luta contra as discriminações, num espaço de articulação de ações voltadas ao desenvolvimento e à emancipação do povo negro.

Atualmente, no CODENE/RS há cinco comissões atuando em prol das políticas públicas que a comunidade negra tanto almeja: educação, cultura, saúde, juventude e religiosidade.

A partir das propostas oriundas dessas comissões é que o CODENE dialoga e questiona o estado brasileiro a respeito das ações afirmativas para o povo negro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui faço um alerta: quando o Estatuto da Igualdade Racial for aprovado na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente Lula, será um instrumento não só para o CODENE do RS, mas também para todos os Conselhos estaduais e municipais de nosso País, para que os brasileiros busquem verdadeiramente ações concretas de políticas públicas, visando a cidadania plena dos afro-brasileiros.

Finalizo com votos de muito sucesso ao Codene/RS. Parabéns por esses vinte anos de ações positivas, buscando uma sociedade sem discriminações e sonhando com um país igualitário, justo e fraterno.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o setor vinícola brasileiro tem enfrentado a concorrência de vinhos importados com poucas armas.

É preciso que seja estudada uma maior proteção para o setor. Principalmente se olharmos que em 2002 os vinhos brasileiros detinham 51,1% do mercado interno e hoje apenas 25,7%.

Quero parabenizar os Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana que defenderam o setor junto ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Miguel Jorge.

Em reunião ocorrida, também, com a presença dos produtores de vinho ficou acertado que será encaminhada uma agenda do setor para que o governo possa avaliar as medidas propostas.

Os produtores estão preocupados também com o fato de que já estamos com um excedente de 35 a 40 milhões de litros de vinho.

Precisamos de fato, medidas mais protetivas.

Por fim quero dizer que sou um aliado nesta luta.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Somando às suas palavras, Senador Paulo Paim, essa bonita homenagem que faz ao Dia das Mães, antes de encerrar esta Sessão, eu gostaria de homenagear, através de Dona Cícera Pinheiro Borges, minha genitora, minha mãe, que, neste momento deve estar ligada lá na Sky, mãe de 17 filhos. Somos 10 filhos vivos, hoje. Senador Gilvam Borges também deve estar comungando deste pensamento. Digo a ela que, em seu nome, quero homenagear a todas as mães brasileiras. E, em nome, também de minha esposa, mãe do Rafael, meu filho mais velho, do Júnior, o mais novo – Geovani Júnior.

Homenageando todas as mães brasileiras, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando para a próxima segunda-feira às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 23 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sihessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Majoria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marcos Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloisio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliuseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Shessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (6)
Geovani Borges (PMDB) (6)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) (5)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007.
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
María do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora María do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (vago) ⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG) ²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁵ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

⁴ Vago, em virtude da renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada pelo OF.P/034/2008, de 14.4.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

⁵ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u> <u>MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



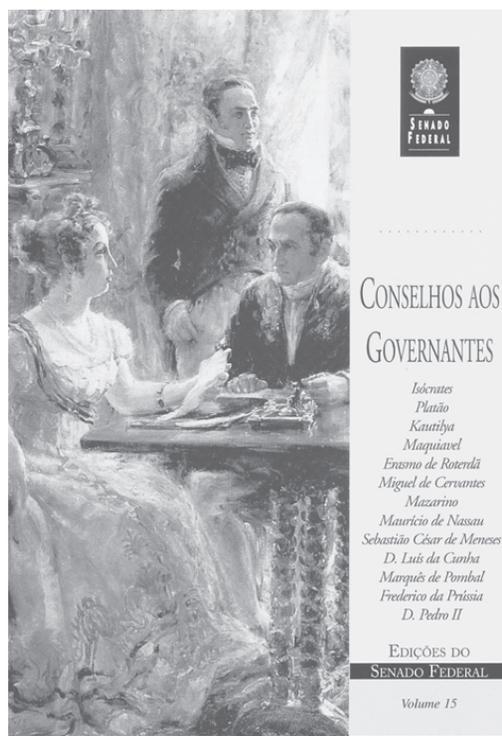
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 200 PÁGINAS